estudos históricos

EH

56 | *Mundo Rural*

ISSN 0103-2186

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Estudos Históricos, volume 28, número 56, jul.-dez. de 2015. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 1988 ——.

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Editada e distribuída pela Editora Fundação Getulio Vargas

ISSN: 0103-2186.

1. História 2. Historiografia 3. Periódicos 4. Ciências Sociais 5. Economia e Sociedade.

I – : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas

CDD 981.005

CDU 981(051)

E-mail: eh@fgv.br

Endereço na internet: http://www.fgv.br/cpdoc/revista

Endereço postal:
Fundação Getulio Vargas/CPDOC
Secretaria da Revista Estudos Históricos
Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro 22.523-900 RJ

Assinaturas:
Central de Atendimento ao Assinante – ligue grátis 08000-21-7777
Tels.: (021) 3799-4426/4427/4428/4429
Fax: (021) 3799-4430
E-mail: assine@fgv.br

EH *estudos históricos* 56 | *Mundo Rural*
Rio de Janeiro, vol. 28, nº 56, p. 241-440, julho-dezembro 2015

Sumário

Mundo rural | *Editores* | **245**

Artigos

Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil | *Carmen Margarida Oliveira Alveal* | **247**

O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas | *Marcus Dezemone* | **265**

O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia | *Rômulo de Paula Andrade* | **285**

"Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?": os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963) | *Felipe Augusto dos Santos Ribeiro* | **305**

As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná, 1963) | *Letícia Aparecida Paixão e Angelo Aparecido Priori* | **323**

Cultura, política e direitos no canavial da ditadura militar brasileira | *Tiago Martins Simões e Ricardo José de Azevedo Marinho* | **343**

Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai | *Isaias Albertin de Moraes e Fernando Antonio da Costa Vieira* | **363**

Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002) | *João Márcio Mendes Pereira* | **385**

Resenhas

O mundo rural para além do mundo agrícola | *Ana Cláudia Pinto Corrêa* | **405**

Existe o Brasil? Desafios de uma biografia da nação | *João Marcelo Ehlert Maia* | **409**

Teses e Dissertações

Teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV defendidas em 2015 | **415**

EH *estudos históricos* 56 | *Rural World*
Rio de Janeiro, vol. 28, nº 56, p. 241-440, julho-dezembro 2015

Table of contents

Rural World | *The Editors* | **245**

Articles

Changes in the land grants legislation, demarcation processes and maintenance of privileges in the "capitanias" of the North of Brazil | *Carmen Margarida Oliveira Alveal* | **247**

Rural work in the highland region of the State of Rio de Janeiro: conflicts, rights and daily resistances | *Marcus Dezemone* | **265**

The poor soil of the barn of the world: forestry development and fight against hunger in the Brazilian Amazon | *Rômulo de Paula Andrade* | **285**

"Who is more useful to the country: the one that plants or the one that remains in the city and just eats?": the peasants of the state of Rio de Janeiro and their struggles for land expropriation (1962-1963) | *Felipe Augusto dos Santos Ribeiro* | **305**

Social and environmental transformations of the rural landscape after an environmental disaster (Paraná, Brazil, 1963) | *Letícia Aparecida Paixão e Angelo Aparecido Priori* | **323**

Culture, politics and rights in the sugar cane fields of Brazilian military dictatorship | *Tiago Martins Simões e Ricardo José de Azevedo Marinho* | **343**

Agrarian capitalism and peasant movements in Paraguay | *Isaias Albertin de Moraes e Fernando Antonio da Costa Vieira* | **363**

State and market in Brazilian agrarian reform (1988-2002) | *João Márcio Mendes Pereira* | **385**

Reviews

Rural world beyond agriculture world | *Ana Cláudia Pinto Corrêa* | **405**

Does Brazil exist? Challenges of a biography of the nation | *João Marcelo Ehlert Maia* | **409**

Thesis and dissertations

Thesis and dissertations of the Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV submitted in 2015 | **415**

Mundo Rural

Luciana Heymann, Marco Aurélio Vannucchi
e Paulo Fontes
Editores

Este número de *Estudos Históricos* consagra-se à temática do *mundo rural*. Os artigos destacam o processo histórico brasileiro, ainda que a realidade paraguaia seja examinada por um dos textos publicados.

Pode-se dizer que a História e as Ciências Sociais surgiram no país tomando o mundo rural como um de seus objetos centrais. Lugar no qual viveu a maioria da população brasileira na maior parte da história, o campo converteu-se em tema de reflexão acadêmica associado ao atraso. Suas supostas expressões religiosas (como o messianismo), formas políticas (como o coronelismo) e conformação econômica (guardando semelhanças com o feudalismo) atestavam o arcaísmo que intelectuais de variadas colorações ideológicas desejavam fosse superado como condição para o desenvolvimento do Brasil. Ao longo do tempo, essa perspectiva foi se atenuando, abrindo espaço para a análise de fenômenos recentes, compreendidos não necessariamente na chave do atraso, tais como a consolidação de movimentos sociais vigorosos e de um capitalismo sustentado pelo agronegócio. O presente número de *Estudos Históricos* pretende contribuir para o esforço de uma compreensão matizada e mais abrangente do *mundo rural*, sem deixar, contudo, de jogar luz sobre suas mazelas e contradições.

O primeiro artigo, "Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil", analisa as vicissitudes do instituto da sesmaria na colônia, especificamente, entre fins do século XVII até meados do seguinte.

Luciana Heymann, Marco Aurélio Vannucchi e Paulo Fontes são professores da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV).

O segundo artigo, "O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas", acompanha o desenvolvimento desse regime de trabalho na cafeicultura e seu impacto sobre os trabalhadores a ele submetidos. "Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963)", debruça-se igualmente sobre o mundo do trabalho no campo, ao examinar a mobilização de posseiros de Magé (Rio de Janeiro). Os trabalhadores rurais, mais particularmente os canavieiros, também são estudados em "Cultura, política e direitos no canavial da ditadura militar brasileira".

Por sua vez, em "O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia", a problemática tratada é a atuação de duas agências internacionais, a UNICEF e a FAO, na Amazônia nos anos 1950 e 1960. "As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná, 1963)" concentra-se num incêndio de grandes proporções ocorrido em 1963 para refletir sobre as mudanças experimentadas pela paisagem rural paranaense no período.

O artigo "Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002)" tem como tema a política de reforma agrária no período posterior à promulgação da atual Constituição, privilegiando a interação entre Estado e mercado na elaboração dessa política. Finalmente, "Capitalismo agrário e os movimentos campesinos no Paraguai" analisa a formação e o desenvolvimento de uma economia agrária nesse país baseada na grande propriedade e voltada ao mercado externo, a partir da ditadura Stroessner.

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200001

Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil

Changes in the land grants legislation, demarcation processes and maintenance of privileges in the "capitanias" of the North of Brazil

Carmen Margarida Oliveira Alveal

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200002

Carmen Margarida Oliveira Alveal é professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (carmenalveal@uol.com.br).

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Artigo recebido em 29 de junho e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

Resumo

O artigo analisa as transformações ocorridas na legislação sesmarial no reinado de D. Pedro II em Portugal (1683-1706) e as consequências dessas mudanças. A partir de 1690 houve tentativas de controle sobre as sesmarias, e várias ordens régias foram outorgadas para regular lacunas deixadas pelas Ordenações, referentes ao tamanho das sesmarias, à necessidade de demarcação e confirmação régia, mas principalmente para instituir o pagamento de um foro nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, modificando o estatuto jurídico da doação sesmarial. Além das ordens régias, analisamos relatórios de desembargadores, petições de moradores e consultas ao Conselho Ultramarino. Esse cruzamento de fontes nos permitiu perceber na prática essa tentativa de um maior controle das autoridades sobre a legislação sesmarial.

Palavras-chave: sesmaria, legislação, Brasil colonial, terra, privilégios, processos de demarcação.

Abstract

The article analyses the changes in the land grants legislation that occurred during the reign of D. Pedro II in Portugal (1683-1706) and their consequences. From 1690 on attempts were made to control land grants, and several royal charters were sanctioned in order to rule the gaps left by the Ordinances, concerning the size of the land grants, the necessity of demarcation and of royal confirmation, but above all to impose the payment of a tax in the "capitanias" (administrative divisions) of the North of Brazil, thus altering the legal status of the grants. In our analysis, besides a collection of royal rules, we have examined documents such as judges' reports, petitions and queries made to and by the Overseas Council. The crossing of such sources allowed us to testify this attempt of the authorities to increase their control over the land legislation.

Key-words: land grants, legislation, colonial Brazil, privileges, land, demarcation processes.

Résumé

L'article analyse les changements dans la législation concernant la propriété de la terre vérifiés sous le règne de D. Pedro II au Portugal (1683-1706) et leurs conséquences. Depuis 1690 on a témoigné des efforts pour contrôler la concession de terres, et plusieurs décrets royaux ont été édités dans le but de régler les lacunes laissées par les Ordonnances en ce qui concerne les dimensions des concessions de terres, la nécessité de démarcation et de confirmation royale, mais surtout à fin d'imposer le payement d'un forum dans les provinces du Nord de l'Etat du Brésil, en altérant ainsi le statut juridique du don. Dans notre analyse, nous avons examiné les décrets royaux, mais aussi des rapports de juges, des pétitions de résidents et des requêtes présentées au Conseil d'Outre-Mer. Ces sources nous ont permis de mieux comprendre cet effort pour assurer un plus grand contrôle des autorités sur la législation.

Mots-clé: législation, terre, Brésil colonial, privilèges, procédures de démarcation.

Introdução

O processo de colonização e interiorização da América portuguesa transcorreu lentamente, sendo utilizado o sistema de sesmarias como forma principal de distribuição de terras.[1] Tal sistema, pensado para resolver problemas de abastecimento em Portugal em 1375[2] e utilizado na colonização do Atlântico, teve que ser aperfeiçoado à medida que novas situações eram apresentadas no decorrer da ocupação territorial. Os agentes da Coroa, tanto no reino quanto nas conquistas, discutiam as melhores soluções para dirimir problemas lacunares das Ordenações régias. É sabido que nos dois primeiros séculos da colonização as sesmarias foram distribuídas com extensas dimensões, fruto da própria falta de especificações nas Ordenações,[3] mas também da visão de que, diante de tantas terras, não seria problema a cessão de gigantescas extensões.

Um projeto que se foi constituindo a partir da Restauração, com D. João IV (1640-1656), passou por Afonso VI (1656-1683), mas foi consolidado com D. Pedro II (1683-1706), como destacou Maria de Fátima Gouvêa (2001), sob o qual as conquistas na América passaram a receber mais atenção por parte das autoridades reinóis, formulou, no tocante às sesmarias, uma gama de ordens reais que passaram a regulamentar aspectos antes não contemplados pelas Ordenações.[4] As novas diretrizes resultaram em uma tentativa ampla de regulamentação da posse de sesmarias em praticamente todas as capitanias, inclusive com a instituição de um foro anual, o que configurava uma mudança no estatuto jurídico das doações de sesmarias. Exceções, entretanto, permaneceram, evidenciando o caráter da sociedade de privilégios característica do Antigo Regime.

Este artigo pretende abordar dois aspectos: de um lado, as mudanças ocorridas na legislação sesmarial, sobretudo na década de 1690, as quais resultaram nos processos de demarcação e na cobrança de foro, situação vivenciada pelas chamadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, e, de outro, a manutenção de privilégios para aqueles que lutavam "bravamente" contra índios e negros, caso das tropas, principalmente do Terço dos Paulistas, que atuaram contra o Quilombo dos Palmares, bem como na chamada Guerra dos Bárbaros.

Mudanças na legislação sesmarial: a implementação do foro e os processos de demarcação

Na última década do século XVII, no reinado de Dom Pedro II, houve um aumento da regulação sobre o sistema sesmarial a partir da definição de limites máximos para as sesmarias e da consequente necessidade de diligências para verificar tanto seu tamanho quanto se haviam sido demarcadas, e principalmente se haviam sido aproveitadas ou com a agricultura ou com a pecuária. Entre as ordens régias mais importantes estavam a de 1697, que finalmente deliberava sobre o tamanho da terra, e a provisão de 1699, que estabelecia a cobrança de foro sobre as sesmarias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil – esta última resultaria em inúmeros problemas, desde o processo demarcatório, passando pela questão da nomeação da autoridade responsável pela concessão das sesmarias, e culminando em conflitos de jurisdição e críticas quanto à atuação das autoridades coloniais que não cumpriam a nova orientação.

Antes da Ordem Régia de 27 de dezembro de 1697, o tamanho era relativo à capacidade de aproveitamento, ponto que já estava estabelecido nas Ordenações e foi confirmado no Regimento de Tomé de Souza. A nova lei estabeleceu a medida de 3 léguas de comprimento por 1 légua de largura nas áreas de agricultura, afirmando que essa seria a medida que um sesmeiro seria capaz de aproveitar.

Também em fins do século XVII, precisamente em 20 de janeiro de 1699, uma provisão dada pelo rei estabelecendo a cobrança de foro proporcionalmente ao tamanho que as sesmarias deveriam ter surgiu como primeira tentativa de controlar a terra, mediante a atribuição de um valor aferido por sua dimensão. Tal provisão foi endereçada ao governador da Capitania de Pernambuco,[5] para as Capitanias do Norte sob sua jurisdição, ficando assim fora dessa regulamentação as Capitanias da Bahia e do Centro-Sul, bem como a região do Pará-Maranhão. Embora inicialmente não houvesse especificações do valor a ser cobrado pelos foros, essa provisão marcou o início de uma tentativa de aprimorar o controle sobre o sistema sesmarial. Varnhagen (1981: 265) aponta a cobrança do foro como uma possibilidade de limitar a extensão das sesmarias. De fato, a provisão data do mesmo quinquênio em que várias outras provisões trataram do tamanho das sesmarias. E até aquele momento as sesmarias tinham extensões muito largas, o que causou inúmeras reclamações de outros moradores e mesmo acusações de usurpação (Porto, 1965; Motta, 2008; Alveal, 2007). Assim, essa ordem régia era uma tentativa de limitar o tamanho das terras concedidas em sesmarias, ou seja, a cobrança de foro colocava-se como um limite "natural" à grande extensão, no sentido de que o ônus total que incidia sobre a sua doação acabava por tornar-se um custo não desejado pelos sesmeiros.

Mais interessante é que quando o foro passou a ser cobrado houve uma mudança jurídica no estatuto do sistema sesmarial, alterando-se os direitos de propriedade anteriormente estabelecidos pela Coroa: uma vez que a concessão era condicionada ao usufruto da terra (Motta, 2008), do momento em que se passava a cobrar o foro sinalizava-se que a Coroa tinha o entendimento de que as terras lhe pertenciam e criava-se uma relação de enfiteuse (Porto, 1965), e não apenas uma mercê. Com isso modificavam-se temporariamente os direitos de propriedade relativos às sesmarias, cuja condição maior era o cultivo, e agora, no caso das Capitanias do Norte, passava a ser o pagamento do foro anual. Foi justamente essa mudança no entendimento dos direitos de propriedade sobre a sesmaria que provocou algumas incertezas nas autoridades coloniais ligadas diretamente à fiscalização e à concessão de sesmarias.

Apesar de a cobrança de foro ter enfrentado dificuldades inerentes à administração colonial, em alguns casos ela foi de fato perpetrada, sendo ratificada diversas vezes pela Coroa e pelas próprias autoridades coloniais. O primeiro problema suscitado pela nova medida referiu-se à sua aplicabilidade. Falava-se em cobrança embora não se tivesse estabelecido quem seria o agente dela encarregado. Assim, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, Governador de Pernambuco, reuniu-se no Palácio das Torres em junta também composta pelo Bispo Francisco de Lima, o Ouvidor Geral Manoel da Costa Ribeiro e o Procurador da Coroa e Fazenda Antonio Rodrigues Pereira, e na reunião foi lida a provisão real datada de 20 de janeiro de 1699, expedida pelo Conselho Ultramarino.

A junta definiu que em toda légua de terra dada em sesmaria fosse estabelecido foro equivalente a seis mil réis em áreas cuja distância fosse de até 30 léguas do Recife, considerando-se a sua melhoria pela vizinhança da cidade. No caso de distância superior, o valor seria de quatro mil réis. Para assegurar a boa arrecadação dos ditos foros, previa-se nos títulos de sesmarias a verificação das confrontações, juntamente com a data em que foram feitas, de modo a possibilitar a cobrança do foro anual. O interessante é que se criou uma qualidade hierárquica relativa à distância do "centro" da capitania, pois para as autoridades o Recife era colocado como parâmetro. Não houve discussão sobre a produtividade da terra, ou algo semelhante, princípio fundamental da lei de sesmarias. Portanto, se a sesmaria era cultivada ou não ficou em segundo plano.

Os registros relativos a confrontações das terras eram enviados ao Governador e Capitão General de Pernambuco, o qual os remetia aos capitães-mores das freguesias e distritos em que haviam sido cedidas as datas. Depois de cobradas, deveriam ser encaminhadas ao almoxarife, espécie de tesoureiro real encarregado de cobrar os impostos, portanto responsável pela cobrança de foros na capitania de Pernambuco,[6] que teria mais dois livros rubricados pelo provedor, os quais lhe serviriam, um, escrito pelo seu escrivão da Receita, de relação dos

que cobrar, e o outro, das despesas que se houvesse de fazer. No caso dos livros em que o provedor era o supervisor responsável, incluía-se o registro do pagamento dos novos direitos.[7]

Após definidos os valores do foro e quem os receberia, as demarcações ainda levaram um tempo para serem iniciadas. Somente em 3 de março de 1702 o Conselho Ultramarino ordenou que se procedesse às medições, bem como à verificação do cultivo das sesmarias em Pernambuco, e fez divulgar editais anunciando que sesmeiros e donatários deveriam apresentar suas confirmações e cartas em um prazo de seis meses.[8] Os editais os notificavam, ainda, sobre o prazo de dois anos para demarcar as terras judicialmente. Alguns desembargadores foram nomeados para tratar das medições, o que significava que passavam a ter seus pagamentos vinculados ao pagamento feito pelos próprios sesmeiros pela demarcação, sendo o valor pro rata.[9]

Em 6 de junho de 1703, o desembargador da Relação da Bahia, João de Puga de Vasconcelos, foi indicado para proceder ao exame das terras "por se ter boa opinião das terras, inteireza e capacidade deste ministro e que nesta comissão se haverá muito conforme as obrigações da sua pessoa e ao que convém do serviço de Vossa Majestade".[10]

Tal como no caso de outro desembargador, Cristovão Soares Reimão, nomeado para idêntica diligência nas Capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará, sua remuneração era "ausentada" quando do embarque, passando ele a ser pago pelos próprios sesmeiros e donatários pro rata. Ademais, deveriam eles ser assistidos pelos capitães-mores e oficiais da câmara em toda ajuda que se fizesse necessária.

O fato de a remuneração do magistrado ser suspensa pela Coroa e imediatamente substituída por pagamentos realizados pelos próprios sesmeiros à proporção que suas terras fossem medidas é relevante para ilustrar o custo envolvido na demarcação de uma sesmaria, e igualmente importante para explicar o impedimento de parte da população que não poderia arcar com o ônus da demarcação, sendo assim impedida na prática de receber o documento oficial ou de ter acesso à terra. Não se deve descartar também a possibilidade de que alguns não quisessem de fato pagar, por preferir empregar o dinheiro em algo mais útil, ou se negassem por acreditar ser um abuso da parte da Coroa.

O desembargador João de Puga de Vasconcelos procedeu à diligência, juntamente com o escrivão das sesmarias de Pernambuco, Damazo Saraiva de Araújo e mais alguns oficiais. Não se tem a data do início dessa diligência, mas seu relatório final é de 12 de janeiro de 1706. Ao final de sua jornada, João de Puga de Vasconcelos havia examinado de 44 léguas, cerca de 290 quilômetros, equivalentes a 63 sesmeiros.[11]

A realização da diligência revelou-se bastante árdua para essa autoridade colonial, e no próprio ano de 1706, em 30 de agosto, o desembargador escreveu ao Conselho Ultramari-

no solicitando que não mais fosse nomeado para tal tarefa, principalmente por haver falta de pessoal na Relação da Bahia, onde pretendia voltar a servir. Entre as várias justificativas por ele apresentadas constava a distância, já que, em lugar de percorrer as supostas 14 léguas como se pensava inicialmente, andara muito mais para verificar os títulos possuídos pelos sesmeiros e confirmar se as sesmarias estavam ou não cultivadas. Alegava ele, principalmente, que o trabalho era áspero, oferecendo perigos diante dos vários achaques sofridos devido a acusações de que teria enriquecido nas jornadas. Finalizava sua carta queixando-se do clima e de que tinha cinco filhos de pouca idade. O Conselho considerou suas razões e o mandou servir novamente na Relação da Bahia.[12]

A partir da mencionada alegação de enriquecimento pessoal, pode-se perceber a reação dos moradores à obrigatoriedade do pagamento pela medição da terra ou mesmo ao valor que lhe era atribuído, por eles considerado demasiado alto. Não há registro do valor recebido pelo magistrado, nem se consistia em uma porcentagem sobre o arrecadado.[13]

O sistema de sesmarias nas Capitanias do Norte enfrentou outros problemas, como o de jurisdição responsável sobre quem poderia passar as cartas de concessão. Cabe lembrar que apenas a Capitania de Pernambuco tinha governador, estando as capitanias adjacentes submetidas ao seu poder no século XVIII (com exceção da Paraíba, que somente em 1756 passou a ser considerada anexa), embora fossem comandadas por capitães-mores que ora não tinham o direito de conceder cartas de sesmarias, ora o tinham, desde que as concessões viessem a ser reconfirmadas pelo Governo de Pernambuco (ou da Bahia) e, posteriormente, pela Coroa em Lisboa.

Contudo, nos anos de 1712 e 1713, o Governador de Pernambuco Felix José Machado trocou correspondência com o rei sobre a questão de quem deveria ser responsável pela concessão de cartas de sesmarias. A autoridade colonial registrava que os capitães-mores do Ceará e Rio Grande estavam emitindo provisões de ofícios e de alguns postos, bem como cartas de sesmarias, sem terem a devida jurisdição, segundo seus regimentos, cabendo-lhes tão somente prestar informação sobre as pessoas aptas a merecer tais nomeações e mercês, e competindo somente ao governador, como seu superior, concedê-las.[14]

Para manter a observância das ordens reais, Felix José Machado fez registrar nos livros de ambas as capitanias a resolução real. O rei agradeceu ao governador por informá-lo que a Fazenda Real estava tendo prejuízo diante de atuações como a dos capitães-mores do Rio Grande e Ceará, confirmando sua subordinação ao governador de Pernambuco, e finalizou sua carta ordenando que os capitães-mores se abstivessem de tal abuso.[15]

Ao longo do século XVIII a situação mudou com as ordens régias de 14 de dezembro de 1746, 7 de janeiro de 1752 e 22 de março de 1766, em que se confirmava que não cabia

mais aos capitães-mores do Rio Grande submeterem-se à jurisdição do governador da Capitania de Pernambuco.[16] Varnhagen (1981: 333-334) já aponta que em 1721 os capitães-mores passaram a ter maior importância, principalmente nas vilas e freguesias onde atuavam. De certa forma, na primeira metade do século XVIII os capitães-mores do Rio Grande e do Ceará concederam centenas de cartas de sesmarias que contribuiriam para a colonização.

Não foi somente nas áreas onde passou a existir a cobrança de foro sobre a terra que diligências para medição foram realizadas. Também na Bahia passou-se a executar a medição de terras. Em um primeiro momento, em 1703, o próprio Senado da Bahia solicitou a medição de suas terras, visando a saber quais seriam elas exatamente, além de verificar aquelas que estavam sendo ocupadas por posseiros.[17] O nomeado para a tarefa foi o desembargador José da Costa Correa, que, tal como nos casos antes mencionados, teria sua remuneração suspensa uma vez que esta seria paga com a própria tarefa de passar as cartas de sesmarias no momento em que a Câmara procedesse à redistribuição. O ministro seria acompanhado de escrivão, medidor, piloto e ajudante da Coroa.[18] Este é o primeiro documento que faz referência ao cargo de piloto, aí entendido como piloto da terra, em contraposição ao piloto do mar ou de navio. Geralmente trazia uma corda a ser utilizada para as medições, tomando ainda acidentes naturais ou algumas construções, em casos de medição em áreas urbanas, como marcos delimitatórios. Contudo, anteriormente, sobretudo nas vilas, o mestre de campo era o responsável pela medição nas áreas urbanas (Abreu, 2005).

Assim, os primeiros anos do século XVIII, ainda no reinado de Dom Pedro II, evidenciam a tentativa efetivada pela Coroa de realizar processos de demarcação das sesmarias. Após esse procedimento de grande vulto, há registros de atos de demarcação e cobrança de foro nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil somente 30 anos depois. Em 1739, o Governador de Pernambuco Henrique Luís Pereira Freire de Andrada queixava-se ao rei da desordem na cobrança do foro anual.[19] Ele já havia informado ao rei anteriormente tanto sobre as irregularidades da cobrança da Real Fazenda quanto sobre os descuidos de almoxarifes e, principalmente, sobre a cobrança dos foros das sesmarias. Reclamava que se cobrava foro apenas das sesmarias próximas a Recife, ou seja, aquelas que deveriam pagar seis mil réis por légua. As do sertão, entretanto, que deveriam ser taxadas em quatro mil réis por légua, não estavam sendo cobradas. Logicamente, cobrar foro das que estavam ao redor de Recife era mais viável.

Nas diligências ordenadas pelo Governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada descobriu-se que a Fazenda Real estava tendo um enorme prejuízo. Meticulosamente, o governador apresentou todos os cálculos; denunciou que os capitães-mores da capitania do Ceará não estavam cobrando foro e, oferecendo números e operações matemáticas, alertou o rei de que desde o ano de 1699, início da cobrança de foro, haviam sido concedidas 923 sesmarias num

total de 4.069 léguas, o que significava um prejuízo à Fazenda Real de cerca de 16:276$000 réis por ano. Com base nesse cálculo, o governador de Pernambuco acreditava que as sesmarias deveriam ser registradas com urgência na Secretaria da Provedoria da capitania de Pernambuco, além de demarcadas e registradas em livros de suas capitanias, para que, ao serem confirmadas pelo governo de Pernambuco, fosse possível a cobrança do foro devido.[20]

Já que a capitania do Ceará encontrava-se sob jurisdição do governador de Pernambuco, em 1738 este enviou ordem ao capitão-mor do Ceará, Domingos Simões Jordão, determinando a imediata cobrança do foro. Porém, a despeito da ordem, foram passadas posteriormente 40 novas datas de sesmarias. Escrevendo ao rei mais uma vez, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada pedia castigo exemplar ao capitão-mor por "faltar as ordens de Vossa Majestade, e a minha, e que ao menos seja obrigado a pagar da sua fazenda tudo que a de Vossa Majestade tem perdido por haver dado estas últimas datas depois de não poder alegar ignorância alguma que o releve de culpa".[21]

O governador de Pernambuco, contudo, reconhecia que a situação econômica da região era a pior possível diante de seu estado de pobreza e informava ao rei que os moradores encontravam-se praticamente impossibilitados de pagar o foro, dificultando a ação dos provedores e promovendo, assim, a "desordem" na colônia. Alertava ainda que, caso os próprios moradores quisessem vender as terras, não haveria quem as comprasse por falta de meios financeiros diante das dificuldades de recursos na região.

Mas a sua preocupação centrava-se nas terras não ocupadas. A solução apresentada por esta autoridade foi a de lançar editais ao som de caixas,[22] junto a todas as freguesias, para que as pessoas providas de sesmarias ou quaisquer terras e ainda engenhos apresentassem os títulos diante do ouvidor da capitania no prazo de dois anos. Caso não o fizessem, tais terras seriam consideradas devolutas – na acepção original, devolvidas ao rei. Após o ouvidor examinar e emitir seu parecer ao governador, finalmente seriam concedidas as cartas de confirmação, mediante imposição do pagamento do foro anual à provedoria da capitania onde estivessem situadas. Ao apresentar soluções, o governador mostrava que as autoridades coloniais não eram apáticas e passava a responsabilidade do provedor para o ouvidor.[23]

Seguia-se, ainda, o princípio de que as sesmarias concedidas deveriam ser cultivadas em três anos, como no regimento, demonstrando que se havia povoado as terras, e de que nos dois anos seguintes os sesmeiros seriam obrigados a mostrar a confirmação real. As sesmarias que não tivessem sido povoadas nem confirmadas dentro de cinco anos tornar-se-iam devolutas. As cartas concedidas pelos capitães-mores das capitanias adjacentes deveriam ser registradas na Secretaria da Provedoria de Pernambuco, pagando-se por esse registro, e as já passadas deveriam pagar ao menos uma taxa para os oficiais (Alveal, 2007).

Contudo, o Conselho Ultramarino, em setembro do mesmo ano de 1739, descartou o parecer do governador, afirmando que as imposições de foro não deviam ser executadas, uma vez que a carta de 20 de janeiro de 1699, estabelecendo a cobrança de foro, não estava compreendida no Regimento Geral do governo do Brasil, dado a Tomé de Souza, além de fugir das concepções de povoação formuladas no tempo do rei D. João III. Tampouco estariam contempladas na Ordenação do Reino que dispunha em favor da cultura, e por "Razão da validade pública se reprova todo o foro ou tributo que se impuser de novo nas sesmarias, e pondo se este, seja nulo e de nenhum efeito, ficando a sesmaria em seu vigor, e sem a tal obrigação".[24] Assim, o Conselho Ultramarino recuperava as condições originais do sistema sesmarial baseadas no aproveitamento da terra.

O Conselho ainda considerava que as despesas realizadas para manter as sesmarias e criar o gado eram extremamente altas, já que era comum que o gado morresse, tornando-se intolerável um novo tributo. Assim, o próprio Conselho Ultramarino considerava as despesas altas para os sesmeiros e reiterava a informação das dificuldades econômicas dos sesmeiros da região.[25]

Foi a primeira vez que o Conselho Ultramarino descartou a cobrança de foro, embora em nenhum momento a Coroa tenha revogado a provisão de 1699, o que continuaria a ser como um problema para as autoridades coloniais que tentavam seguir determinações anteriores. Dessa forma, apesar de não revogado, o foro não foi cobrado por alguns anos, até que novamente outro governador trouxesse à tona a provisão de 1699 e levantasse os mesmos problemas. Interessante notar que, ao negar a provisão de 1699, o Conselho enfatizava que a legislação sesmarial se limitava às Ordenações e ao regimento, reforçando a noção do cultivo como princípio.[26]

A prática de não se cobrar foro desagradava a algumas autoridades, que insistiam na necessidade de cumprir a legislação. Em 1741, o governador de Pernambuco escrevia ao secretário de estado de Marinha e Ultramar, Antonio Guedes Pereira, e reclamava que os sesmeiros não pagavam foros, como também não estava sendo imposta a obrigação de povoarem as terras, já que sempre se esperava o perdão da "real piedade" para quem não tivesse pagado o foro.[27]

A manutenção de privilégios

Se de um lado houve a tentativa de uma melhor regulamentação no tocante à terra no período de D. Pedro II, por meio de um conjunto de ordens régias complementares que impunham a limitação do tamanho e a cobrança do foro, de outro lado verificou-se a manu-

tenção de privilégios, característica da sociedade do Antigo Regime transplantada para as conquistas, no sentido de garantir a concessão de isenções àqueles que serviam à Coroa. Caso clássico da história das Capitanias do Norte foi não somente a concessão de terras aos chamados conquistadores dos Palmares: além da cessão das terras "conquistadas", eles ficaram isentos do foro que se impunha aos "simples" moradores dessas capitanias. Tal isenção foi também solicitada pelo Terço dos Paulistas envolvido na Guerra dos Bárbaros na região do Assu (Silva, 2015).

Dessa forma, ao mesmo tempo que se efetuou essa tentativa de maior controle por parte da Coroa e das autoridades coloniais sobre as sesmarias, e sobre o acesso à terra em geral, por meio das ordens régias complementares e dos processos de demarcação ocorridos, percebe-se também a questão da manutenção da política de remuneração por serviços prestados à Coroa em forma de privilégios sobretudo aos conquistadores. O Terço dos Paulistas e os privilégios que recebiam por suas atividades contribuíram assim para criar diferença no estatuto da posse da propriedade sesmarial. Uma vez que os chamados "conquistadores de Palmares" recebiam sesmarias, poderiam estar sujeitos às ordens régias que passariam a regular o tamanho e o foro, mas o que aconteceu foi o estabelecimento da isenção da cobrança do foro a esse grupo e a seus descendentes.

Essas isenções, entendidas como privilégios, foram também objeto de discussão ao longo do século XVIII. Assim, em 1757, décadas após a guerra de Palmares, o capitão da região do antigo Quilombo dos Palmares, Simão Alves de Vasconcelos, pediu ao rei D. José I certidão das ordens referentes às datas de sesmarias.[28] A questão de Palmares suscitou algumas discussões. Primeiro, pelos que foram combatidos e destroçados, pois existe um documento do rei obrigando as autoridades a cederem terras àqueles negros que quisessem cultivar.[29] Por outro lado, Palmares representou a primeira grande empreitada de distribuição de terras como recompensa por participação em campanhas militares, assim como a Guerra dos Bárbaros, empreendida contra os índios quase que simultaneamente (Puntoni, 2002; Silva, 2015). Todos os combatentes, das mais altas patentes às mais baixas, tiveram direito a um quinhão de terra, variando o tamanho de acordo com o posto.[30] Além disso, foram agraciados com outras regalias, tais como o não pagamento de pensões. Nesta esfera, a legislação apresenta-se contraditória, além de a administração colonial revelar atritos com a Coroa.

Por volta de 1759-1760, Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha, ambos alferes de Infantaria da guarnição do Palmar, requereram ao governador de Pernambuco que os isentasse de pagar o foro de quatro mil réis por cada légua de terra, das duas que haviam herdado de seu falecido pai, João Gonçalves Furtado, um dos chamados "restauradores",

o que havia sido determinado para a Capitania de Pernambuco. Alegavam que, como descendentes dos "restauradores do referido Lugar", entre os quais foram repartidas as terras da região sem a pensão anual, mas somente dízimo, teriam direito à isenção. O governador argumentava que a isenção das relativas datas concedida pela ordem régia era somente aos conquistadores originários, não se ampliando aos seus sucessores.[31]

A decisão das autoridades metropolitanas, contrária à do governador, foi que se concedesse a sesmaria, já que eram descendentes de "Restauradores de Palmar", livres de toda pensão, e com encargo somente de pagar dízimos. Novamente a Coroa foi benevolente com seus súditos, enquanto as autoridades coloniais tentavam ser mais rígidas na aplicação das leis, mostrando como havia uma preocupação com o interesse da Coroa, que era a ocupação das terras para que houvesse rendimentos que chegassem à Fazenda Real.

O governador refutou a decisão, respondendo e inclusive anexando a ordem régia de 1703. Defendia que a isenção dada somente aos conquistadores originários não devia ser estendida no tempo – afinal tratava-se de 1759 –, beneficiando seus descendentes. Repetiria o mesmo argumento ainda em uma outra denúncia, em 1761. Em resposta, os irmãos alegavam que mesmo 70 anos após, ainda se passavam cartas de sesmaria naquela área, como foi o caso de Simão Alves de Vasconcelos, sem pensão de foro.

Não se sabe como terminou o caso, mas de fato Simão Alves de Vasconcelos, capitão de infantaria de Palmares, iniciou um processo de sesmaria. Contudo, inteligentemente, requereu uma cópia da carta régia de 28 de janeiro de 1698 que regulava a quantidade de terras a serem dadas aos participantes da guerra em Palmares de acordo com sua patente. O governador Luís José Correa de Sá concedeu a carta de doação em 1755 com isenção de foro, regalia requerida pelos irmãos do documento anterior. Dois anos após, a carta de confirmação de Vasconcelos foi deferida.[32]

Conclusão

A multiplicidade de agentes e agências envolvidos na concessão, regulação e validação de sesmarias – como governadores, provedores, capitães-mores, almoxarifes e escrivães, além do Conselho Ultramarino e das provedorias locais – contribuiu para a deflagração de inúmeros conflitos de interesses, já que a própria concessão de mercês estabelecia relações interpessoais e uma camuflada troca de conveniências em um jogo político que, muitas vezes, se explicitava abertamente.[33] Os conflitos envolviam hierarquias diferentes, desde agentes localizados na Corte e na colônia, até autoridades coloniais localizadas nos principais núcleos urbanos ou mesmo em localidades distantes do litoral.

O período de 1690, década na qual várias ordens régias tentavam preencher lacunas ou mesmo complementar a legislação sesmarial, assistiu ao início de vários processos de demarcação, bem como a cobrança do foro nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Essas ordens régias, e a tentativa de sua aplicação, evidenciam as transformações jurídicas ocorridas na legislação sesmarial, sobretudo no período de D. Pedro II de Portugal, e as consequências dessas mudanças. Apesar de haver estudos mostrando como a legislação durante o período pombalino teria acarretado uma centralização política, o estudo proposto evidenciou, no tocante à questão da terra, que houve tentativas de um maior controle sobre o acesso à terra a partir de 1690, que prosseguiram no período joanino.

Ao focalizar a questão dos impostos incidentes sobre o sistema sesmarial – relativos à concessão, demarcação e confirmação de terra –, a pesquisa verificou que todas as etapas envolviam o pagamento de quantias que assegurassem o "direito" ao cumprimento da legislação, como é o caso do registro na Chancelaria, podendo eles ser considerados como empecilhos a seu próprio cumprimento, no sentido de que as exigências burocráticas do processo eram onerosas e trabalhosas – caso da demarcação mas também do registro. Para as Capitanias do Norte, tal quadro agravar-se-ia ainda mais com a instituição da cobrança de foro. Esses aspectos aqui tratados mostram a burocracia para legalizar uma doação de sesmaria, além do custo financeiro enfrentados pelos sesmeiros, reforçando a convicção de que obter uma sesmaria e "mantê-la" legalizada representava investimentos que somente poucos puderam e quiseram fazer.

Se por um lado houve essa maior tentativa de controle régio, por outro, novos privilégios foram criados. Foi o caso da isenção de pagamento de foro aos membros do Terço dos Paulistas, mostrando o traço marcante de atuação da Coroa ao reforçar privilégios, corroborando uma hierarquização da sociedade colonial, similar às características da sociedade de Antigo Regime.

Notas

1 Sobre as sesmarias, ver os dois principais estudos de juristas: os de Rui Cirne Lima (2002) e Costa Porto (1965). Entre sociólogos e historiadores, destacam-se estudos sobre a Lei de Terras de 1850 que abordam o sistema sesmarial, como os de Silva (1996) e Motta (2008).

2 O estudo de Virgínia Rau (1982), *As sesmarias medievais portuguesas*, analisa a origem do sistema no período medieval português e mostra como a peste negra e outros fatores provocaram crises de fome, levando a Coroa a implementar o regime sesmarial para fomentar a produção agrícola. Já Armando Castro (1964) afirma que a legislação sesmarial seria uma forma de maior controle sobre a terra por parte daqueles que efetivamente a poderiam cultivar, alijando o campesinato.

3 Ademais, registra-se que, no reino, as sesmarias eram distribuídas por sesmeiros membros da municipalidade, sendo seis os sesmeiros para regular as terras no termo, enquanto na América portuguesa eram os governadores ou capitães-mores, junto com provedores, que assumiam esse papel para as capitanias, sendo que as dimensões territoriais eram muito maiores do que os termos de vilas.

4 Ressalte-se também a vitória dos moradores de Pernambuco e das capitanias vizinhas sobre os holandeses, fortalecendo os laços de vassalagem entre o reino e essas regiões (Mello, 2007).

5 O Governador Geral e também governador da capitania da Bahia, Dom João de Lencastro, recebeu uma carta mencionando exatamente o mesmo assunto, mas também se referindo à cobrança de foro nas áreas de Pernambuco. Alguns autores, como Nelson Nozoe (2006; 2014), Rui Cirne Lima (2002) e Costa Porto (1965), apresentam essa ordem régia como se ela tivesse sido aplicada em todo o Estado do Brasil. Entretanto, a pesquisa constatou que apenas as Capitanias do Norte ficaram sujeitas a ela. O porquê de apenas essa região ter ficado vinculada ao foro ainda não foi possível verificar. Caso se pense em uma tentativa de reduzir as posses dessa área, cabe mencionar que em todas as capitanias havia sesmarias com extensões exageradas, não sendo especificidade das Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

6 Carta régia (cópia) do rei [D. Pedro II] a Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro [governador da capitania de Pernambuco] ordenando a continuidade da cobrança dos foros às pessoas que receberam sesmarias, 28 de setembro de 1700. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 19, Doc 1845.

7 Sobre o imposto dos novos direitos e as sesmarias, ver Alveal (2007: 164).

8 A obrigação de mostrar títulos alcançou praticamente todas as capitanias (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), apesar de a ordem régia sobre o foro legislar somente sobre as Capitanias do Norte. AHU – Códice 263, fl. 196; AHU – Códice 224, fl. 96v; e AHU, Códice 224, fl. 273.

9 Apesar de se saber que o valor era proporcional ao trabalho da demarcação, não foram encontrados os valores dessa proporção. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o procedimento do desembargador João de Puga e Vasconcelos no tombamento das sesmarias e datas de terras da capitania de Pernambuco, 4 de novembro de 1706. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 22, Doc 2027.

10 Idem.

11 Idem.

12 Idem.

13 Idem.

14 Carta de 9 de julho de 1713, in Carta (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco] Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos] ao rei [D. João V], 9 de setembro de 1713. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 25, Doc 2304.

15 Carta de 23 de julho de 1713 in Carta (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco] Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos] ao rei [D. João V], 9 de setembro de 1713. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 25, Doc 2304.

16 Provisão (cópia) do rei [D. João V] ordenando se conserve os corpos da Cavalaria da Ordenança, e que os postos, ofícios e datas de sesmarias, no Ceará e Rio Grande, não devem ser providos pelos capitães-mores, sem a obrigação de pedirem confirmação, 17 de agosto de 1740. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Pernambuco, Cx 56, Doc 4832.

17 Existem diversos documentos que mostram medições sendo feitas em outros lugares além das Capitanias do Norte e da própria Bahia: AHU, Códice 97, fl. 287v – 288; AHU, Códice 241, fl. 321; AHU, Códice 242, fl. 20 – 20v; entre muitos outros.

18 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a carta dos oficiais da Câmara da Bahia em que estes pedem provisão para que o governador-geral do Brasil Rodrigo da Costa nomeie um ministro da Relação para fazer a medição das terras que por sesmaria pertencem ao Senado, 7 de fevereiro de 1704. AHU – Bahia, Papéis Avulsos, Cx 4, Doc 51; Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre se encarregar ao desembargador José de Costa Correia a diligência de examinar as datas e confirmações das sesmarias de terras da capitania da Bahia, 5 de março de 1704. AHU – Bahia, Papéis Avulsos, Cx 4, Doc 56.

19 Carta do [governador da capitania de Pernambuco] Henrique Luís Pereira Freire de Andrada ao rei [D. João V], 12 de dezembro de 1739. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 55, Doc 4769.

20 AHU – Bahia, Papéis Avulsos, Cx 4, Doc 56.

21 O governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada acusava também o desembargador Cristovão Soares Reimão, o mesmo que tinha feito a diligência na Paraíba, Rio Grande e Ceará, de não ter registrado as ordens no Livro da Fazenda, confrontando-o. Dizia ainda que não havia sido possível averiguar o procedimento da cobrança de foro na Capitania do Rio Grande. Carta do [governador da capitania de Pernambuco] Henrique Luís Pereira Freire de Andrada ao rei [D. João V]. AHU –Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 55, Doc 4769.

22 Em geral, esses editais eram anunciados ao "som de caixas", o que significa que uma autoridade colonial juntamente com outro funcionário, este de posse de algum instrumento como um tambor, anunciavam em voz alta a temática do edital. O alcance provavelmente era mínimo, já que se restringia principalmente aos núcleos urbanos.

23 AHU – Bahia, Papéis Avulsos, Cx 4, Doc 56.

24 Carta do [governador da capitania de Pernambuco] Henrique Luís Pereira Freire de Andrada ao rei [D. João V]. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 55, Doc 4769.

25 Idem.

26 Isso é interessante, pois parece até que o Conselho Ultramarino não sabia que existia essa prática e quando "descobriu" a tratou como algo não oficial, já que não estava no regimento. Pode-se até refletir um pouco sobre como, de um governante para o outro (de Pedro II para João V) ou entre os membros do conselho, a percepção da administração das posses ultramarinas se modificava de forma significativa.

27 Ofício do [governador da capitania de Pernambuco] Henrique Luís Pereira Freire de Andrada ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Antônio Guedes Pereira, 29 de agosto de 1741. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx 57, Doc 4899.

28 Requerimento do capitão dos Palmares Simão Alves de Vasconcelos ao rei [D. José I] pedindo certidão das ordens referentes às datas de sesmarias, 26 de fevereiro de 1757. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 82, Doc. 6878.

29 Carta do governador da capitania de Pernambuco, Aires de Sousa de Castro, ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os negros dos Palmares que resolveram prestar obediência à Coroa e receberam terras de sesmarias. Este documento está bastante deteriorado. Em seu final aparece claramente que o governador de Pernambuco escreveu ao Conselho, em 8 de agosto de 1679, sobre o negros dos Palmares e suas famílias para os quais

se haviam dado terras, porém mais nada se infere do documento infelizmente. 8 de agosto de 1679. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 12, Doc. 1144.

30 Ordem Régia de 14 de junho de 1703.

31 Requerimento dos alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha ao rei [D. José I] pedindo para receber as sesmarias em Palmar com dispensa da pensão por serem descendentes dos restauradores do dito lugar, 11 de janeiro de 1760. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 93, Doc. 7376.

32 Requerimento do capitão dos Palmares Simão Alves de Vasconcelos ao rei [D. José I] pedindo certidão das ordens referentes às datas de sesmarias. AHU – Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 82, Doc. 6878.

33 A autora mostra nos capítulos 7 e 8 de sua tese de doutorado (2007) como a aproximação de alguns potentados com ocupantes de cargos na justiça os favorecia. Também Francisco Eduardo Pinto (2014) analisa essa aproximação em busca de favorecimento no processo de povoamento das Minas Gerais.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjeturais do Rio de Janeiro do século XVI. *Cidades*, São Paulo, v. 2, n. 4, 2005.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting land into property in the Atlantic Portuguese world*. Tese (Doutorado em História), Johns Hopkins University. Baltimore, 2007.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da Justiça*. Portugal e o Império Colonial. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian/FCT, 2010.

CASTRO, Armando. *A evolução econômica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália, 1964.

DIAS, Patrícia de Oliveira Dias. O tirano e digno Cristóvão Soares Reimão: conflito de interesses locais e centrais nas capitanias de Itamaracá, Ceará, Paraíba e Rio Grande no final do século XVII e início do XVIII. *Revista Ultramares*, v. 1, n. 11, 2012.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territorial do Brasil:* sesmarias e terras devolutas. Goiânia: Editora UFG, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. São Paulo: Editora 34, 2007.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. 2a ed. revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. *Economia*, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

_____. A aplicação da legislação sesmarial em território brasileiro. *Estudios Historicos*, año VI, n. 12, julio 2014.

PINTO, Francisco Eduardo. *A hidra de sete bocas*. Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

PORTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PUNTONI, Pedro. *Guerra dos Bárbaros:* povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Presença, 1982.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio (efeitos da Lei de 1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Tyego Franklim da. *A ribeira da discórdia:* terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu Colonial (1680-1720). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro:* a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SUBTIL, José. *Dicionário dos desembargadores*, 1640-1834. Lisboa: EDIUAL, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil:* antes de sua separação e independência de Portugal. 10ª ed. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981.

www.cpdoc.fgv.br

PORTAL CPDOC

No portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas você poderá obter informações sobre:

- A Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas;
- 1 milhão de documentos provenientes de arquivos pessoais de políticos e homens públicos brasileiros;
- 35 mil fotografias documentais da história do Brasil a partir do início do século XX;
- entrevistas realizadas pelo programa de história oral do CPDOC;
- verbetes do Dicionário histórico-biográfico brasileiro;
- artigos publicados na revista Estudos Históricos;
- informativos eletrônicos, abordando história, ciências sociais e arquivologia;
- trabalhos publicados pelos pesquisadores do CPDOC.

***Conheça também, na página* Navegando na História,**
"A Era Vargas I" – painel histórico do período de 1920 a 1945 com mais de 200 textos temáticos e biográficos e 300 fotografias.

Praia de Botafogo, 190 – 14º andar
22253-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 21 3799-5676, 3799-5677
e-mail: cpdoc@fgv.br

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas

Rural work in the highland region of the state of Rio de Janeiro: conflicts, rights and daily resistances

Marcus Dezemone

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200003

Marcus Dezemone é professor adjunto de História do Brasil República da UFF e professor adjunto de História do Brasil da UERJ (dezemone@gmail.com).

A presente pesquisa contou com o auxílio do CNPq.

Artigo recebido em 30 de junho e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

Resumo

O artigo analisa o colonato a partir dos conflitos menos visíveis, de menor expressão pública, entre proprietários e trabalhadores da cafeicultura na região serrana fluminense. Na longa duração de fins do século XIX até meados do XX, acompanhamos a construção de noções de direitos e as resistências cotidianas, da gênese até a desagregação do colonato, com o êxodo rural e as lutas pelo acesso à terra. As conclusões permitem compreender melhor processos do mundo rural, como a passagem do trabalho escravo ao livre, a circulação da mão de obra entre propriedades rurais, e as conjunturas de mobilização e desmobilização política.

Palavras-chave: colonato, cafeicultura, conflitos rurais, resistências cotidianas, escravidão, mundo rural.

Abstract

The article analyzes the experience of rural work named "colonato" in the highlands of the state of Rio de Janeiro by examining conflicts not clearly visible, of little public expression, between landlords and coffee workers. From the late XIXth century until the mid-XXth, it accompanies the construction of the notions of rights and the everyday resistances, from the genesis to the breakdown of the system of "colonato", marked by rural exodus and struggles for access to land. The research allows us to understand processes of the rural world, as the passage of slave labor to free labor, the circulation of workers between farms and the situations of political mobilization and demobilization.

Keywords: "colonato"; coffee; rural conflicts; daily resistance; slavery; rural world.

Résumé

L'article analyse l'expérience de travail rural qu'on appelle le "colonato" dans la région montagneuse de l'état de Rio de Janeiro à partir de l'examen des conflits moins visibles, de peu d'expression publique, entre propriétaires et travailleurs de la culture du café. De la fin du XIXe siècle jusqu'au milieu du XXe on accompagne la construction des notions de droits et les résistances quotidiennes, depuis la genèse jusqu'à la fin de l'expérience du "colonato", provoquée par l'exode rural et les luttes pour l'accès à la terre. Les conclusions nous permettent de mieux comprendre les processus du monde rural, comme le passage du travail esclave au travail libre, la circulation des travailleurs entre les fermes et les situations de mobilisation et démobilisation politique.

Mots-clés: "colonato"; café; conflits ruraux; résistance quotidienne; esclavage; monde rural.

Do final do século XIX até meados do século XX, o colonato foi o sistema que predominou na organização do trabalho nas áreas cafeeiras do Sudeste brasileiro. Tal sistema não teve uma história ou trajetória única nas fazendas em que foi adotado. Tampouco deixou de apresentar aspectos comuns, elementos que permitiriam percebê-lo como um conjunto de práticas que se assemelham ao pautar as relações entre proprietários e trabalhadores no campo. Essas relações foram perpassadas por constantes conflitos, que em alguns casos receberam destaque na imprensa, com registros policiais ou processos judiciais, mas em outros permaneceram esquecidos, sem ter alcançado maior expressão pública ou despertado atenção a ponto de se tornarem objeto de reflexão de pesquisadores.

De um modo geral, as análises acadêmicas sobre os conflitos rurais atribuem destaque maior ao que seriam as "grandes mobilizações", as revoluções e revoltas, lutas mais abertas, no sentido de movimentos que alcançaram maior visibilidade, cujo objetivo foi alterar por completo o estado de coisas vigente, substituir ou enfrentar poderes constituídos (cf. Dezemone, 2004). Tais abordagens deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada, as formas de atuação mais comuns do campesinato: aquelas que autores como James Scott (1986) chamaram de "formas de resistência cotidiana".

As resistências do dia a dia devem ser valorizadas para melhor se pensar os conflitos no mundo rural. Entre o sentimento de desconforto com alguma coisa e sua expressão individual ou coletiva há um longo percurso que não necessariamente desemboca numa disputa aberta. A emergência e a transformação de disputas, e como elas se tornam públicas ou não, apontam para a permanência dos conflitos para além dos momentos de mobilização e das lutas mais valorizadas pelos historiadores e cientistas sociais. No dizer de Moacir Palmeira (1979: 41), "o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos". Além disso, essa escolha permitiria, na ótica de Palmeira, propor um recorte dos fatos alternativo àquele comumente escolhido, pois muitas vezes o recorte tradicional das grandes explosões e movimentos contemplado pelas análises acadêmicas "não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data".

Este artigo busca entender como se operou o desenvolvimento de noções de direitos e de resistências cotidianas nos conflitos ocorridos entre proprietários e trabalhadores rurais nos

processos de gênese, reconfiguração e superação do sistema do colonato. Para isso, foi utilizado um *corpus* documental relacionado à antiga fazenda cafeeira Santo Inácio, ao município de Trajano de Moraes, que até 1938 se chamava São Francisco de Paula, e à região serrana do estado do Rio de Janeiro.[1] O período cronológico contemplado foi longo: da aquisição da fazenda pela família proprietária, em 1872, quando utilizava mão de obra escrava, passando pela introdução do colonato e pelas redefinições sofridas após a década de 1930, e chegando até a desagregação do sistema na região nas décadas de 1950 e 1960.

A fazenda Santo Inácio foi a única na região serrana que sofreu desapropriação parcial de 1/3 de sua área original para fins de reforma agrária em 1987, fruto de uma longa luta de resistência e permanência na terra. Caso singular, mas que, se tomado de forma não teleológica e em relação com as demais fazendas da região, pode ajudar a pensar as ocasiões em que o colonato foi encerrado sem produzir os mesmos resultados. Desse modo, adotou-se procedimento de pesquisa próximo ao da experiência da micro-história (Revel, 1998). As questões investigadas não se esgotaram nos limites da fazenda, do município ou da região. A perspectiva assumida é de que o "micro" permite construir objetos complexos e revestidos de múltiplas dimensões sociais. Trata-se de pensar de forma comparativa a fim de evidenciar padrões no sistema do colonato, permitindo uma melhor compreensão dessa relação social, e de contribuir para repensar, a partir de suas particularidades, os modelos de análise existentes, muitos consagrados por uma historiografia tradicional. Casos específicos, aprofundados e bem estudados, podem fornecer indicações universais e contribuir para redefinir padrões e modelos interpretativos.

A fim de cobrir um recorte cronológico tão extenso, a investigação se concentrou em três momentos analíticos definidos pelos relatos de pessoas envolvidas nesses conflitos:

1. A passagem da mão de obra escrava para a livre na origem do sistema do colonato, em fins do século XIX;
2. Os efeitos da "dupla crise" – a Crise de 1929 e a Revolução de 1930 – no campo, conduzindo a alterações no sistema;
3. O avanço da pecuária e a erosão da autoridade tradicional dos fazendeiros, que resultaram em reações diferenciadas, como a tentativa de reinserção dos trabalhadores em novas fazendas, o êxodo rural e as lutas sociais.

Dessa maneira, foram identificados elementos que sugerem tanto a relativização de teses consagradas pela produção acadêmica quanto a complementaridade de recentes linhas historiográficas: a contribuição de práticas surgidas no cativeiro para o colonato, os efeitos

da circulação da mão de obra pelas fazendas da região, e as conjunturas de mobilização e desmobilização política.

A emergência do colonato: um "contrato social implícito"

Foi como solução para a manutenção e expansão da atividade cafeeira que o colonato se desenvolveu durante a crise do escravismo e após o fim da escravidão, tornando-se o sistema de exploração que organizou a força de trabalho na fazenda Santo Inácio, na região serrana fluminense e no Sudeste cafeeiro. Na passagem do século XIX para o XX, essa região encontrava-se no seu auge produtivo, contrastando com o Vale do Paraíba, considerado em declínio, e o Norte Fluminense, área recente e ainda aberta à expansão (Melo, 1996).

O sistema baseava-se em três pilares. O primeiro era o controle da terra pelos fazendeiros através da propriedade privada, reconhecida pelo Estado e por outros atores, entre os quais os colonos (Martins, 1979). A propriedade privada, mesmo quando obtida de forma escusa e por meios ilícitos, conferia aos fazendeiros o poder de império, isto é, de dispor do uso da terra da maneira que julgassem adequada.[2] A história do colonato também poderia ser contada por meio das limitações impostas a esse poder, que tinha uma dimensão não apenas jurídica ou econômica, mas também moral, o que fazia com que o proprietário, além de "dono", fosse "patrão". O segundo pilar do colonato foi o uso da mão de obra juridicamente livre que, ao contrário da mão de obra cativa, teria como possibilidade mais tangível – embora não isenta de implicações – a opção pelo abandono da propriedade (Stolcke & Hall, 1983). Por fim, as condições da agricultura em geral e da atividade cafeeira em particular, que viabilizavam a manutenção e reprodução do sistema enquanto este assegurasse retornos materiais e simbólicos considerados satisfatórios tanto pelos proprietários de terras quanto pela mão de obra, mesmo que julgados em parâmetros diferentes (Garcia & Palmeira, 2000). Por tudo isso, os trabalhadores sob o colonato encontravam-se numa "condição camponesa tutelada" (Neves, 2008).

A viabilidade econômica da produção com mercados compradores e condições naturais propícias à cafeicultura não dispensou a adaptação à força de trabalho livre. Não foi um processo sem conflitos e tensões, que teria engendrado automaticamente regras, combinações, obrigações recíprocas envolvendo proprietários e trabalhadores. As estipulações foram estabelecidas por meio de recuos e avanços, com negociações entre as partes envolvidas. Isso não quer dizer que os termos dessas negociações foram iguais para fazendeiros e colonos. A balança desigual de poder entre proprietários e não-proprietários impunha limites às negociações, moldando e definindo o colonato. Mas havia uma margem entre os negociantes e, por menor que esta possa ter sido, serviu para pactuar o que seria permitido dentro da relação

Nisso, teríamos o que Barrington Moore Jr. (1987) chama de um "contrato social implícito", no qual seriam "negociados" os alcances e os limites da dominação nas relações entre partes assimétricas. A proposta de Moore Jr. serve para estudar as negociações entre fazendeiros e mão de obra nos termos integrantes do sistema de colonato. Trata-se de pensá-lo como um "contrato" que pode sofrer alterações ao longo do tempo, ser modificado ou rompido. O que se procura perceber é como se opera a elaboração e a ruptura dos termos desse "contrato", ressalta-se, entre partes que não se percebem como iguais, mas que, em maior ou menor medida, dependeram (e precisaram) uma da outra.

Quem desejasse trabalhar numa fazenda só poderia se tornar colono com o aceite do administrador, que representava o fazendeiro. O colono não deve ser confundido com outros trabalhadores rurais empregados como 'campeiros' (que ordenhavam as vacas); 'tropeiros' (guiavam as tropas); 'carreiros' (conduziam o carro de boi) e 'candeeiros' (ajudantes de carreiros). Caso a permissão fosse concedida, o colono recebia uma casa para residir, plantar para si e para sua família. Isso era percebido pelo colono como uma concessão do fazendeiro, uma contrapartida inicial, que demandaria, e até mesmo exigiria obrigações. O recebimento da casa trazia consigo a noção de que a condição da moradia estava associada à prestação de trabalho. Moacir Palmeira (1977) revelou que a mesma lógica unia moradia e trabalho nos engenhos do Nordeste.

Os espaços que integravam o sítio dos colonos – a casa, o terreiro e a roça –, além do fato de o empregado não receber sítio e sim casa com terreiro sem direito a roça, seriam, em linhas gerais, mantidos ao longo da trajetória do sistema de colonato do final do século XIX até o seu ocaso. Contudo, as "obrigações" prestadas pelos colonos sofreram alterações.

A primeira "obrigação" do colono na região serrana era a *meia*, que correspondia à entrega ao fazendeiro de metade da colheita de café produzida no sítio. A segunda era o trabalho nas terras e lavouras da fazenda nas *turmas*, compulsórias e não remuneradas. O colono teria que, duas vezes por semana, contribuir com atividades de preparação, plantio, trato, colheita, transporte e secagem do café nas terras da fazenda, que não seriam terras do sítio. As turmas assemelhavam-se ao *cambão* da Zona da Mata de Pernambuco, que foi descrito em detalhes por Francisco Julião e consistia no trabalho gratuito e necessário do morador como condição para sua permanência num engenho. Ambos – *cambão* e *turmas* – compunham a lucratividade dos proprietários, que dispunham de trabalho sem ônus monetário. Trabalho excedente, além dos dias obrigatórios, seria pago por meio da *diária*, que poderia servir ao colono para ganhos em momentos de necessidade. A entrega da *meia* e o trabalho nas *turmas* eram fiscalizados pelo administrador, que prestava contas ao fazendeiro e verificava o cumprimento das obrigações pelos colonos. A *renda* era mais uma "obrigação" do sistema. Nela,

se entregava nas fazendas da região, variando produto e percentual, entre 10% e 20% dos demais cultivos (Dezemone, 2008 a: 121-123).

A comparação do sistema do colonato com o sistema da morada na Zona da Mata de Pernambuco revela diferenças interessantes. Segundo Beatriz Heredia (1979), a autorização para o morador plantar em seu sítio lavouras para a comercialização dependia diretamente da permissão do proprietário. Para obtê-la, o morador competia com outros moradores buscando o melhor cumprimento das obrigações para com a fazenda. Desse modo ele poderia receber o aval do administrador do engenho, que avisaria ao proprietário. Após a permissão do patrão para tocar seu próprio sítio, o morador dedicava-se com mais afinco ao roçado nas terras do engenho, o que era explicado pelo desejo de "retribuir a confiança do patrão". Ao contrário da morada do Nordeste, na região serrana fluminense, a possibilidade de plantio e comercialização das lavouras de subsistência no sítio foi um termo integrante da relação de colonato desde sua origem. Cabe entender como e por quê.

A gênese do colonato: cativeiro, família e cultivos de susbsistência

É comum associar o colonato a práticas e costumes ligados à introdução da mão de obra imigrante de origem europeia (Stein, 1990; Dean, 1977; Martins, 1979; Stolcke, 1986). Parte da produção acadêmica reforça isso ao corroborar um conjunto de teses clássicas a respeito do papel do fim da escravidão na atividade cafeeira e na agricultura fluminense: o final do século XIX e início do XX teriam correspondido à "estagnação" e ao "declínio" da agricultura local a partir da "crise do café" e do esvaziamento econômico das fazendas do Vale do Paraíba em benefício da região do Oeste Paulista (Fausto, 1986). Essa interpretação ecoa a perspectiva dos proprietários rurais e descrições como a de Monteiro Lobato, que abordou a passagem das "ondas verdes", que transformaram o ambiente social do antes próspero Vale do Paraíba em "cidades mortas".

A "decadência" estaria relacionada aos efeitos decorrentes da Lei Áurea de 1888, que, ao emancipar os escravos sem indenizações aos proprietários, teria levado à perda dos recursos imobilizados na aquisição da mão de obra. Além disso, essas leituras insistem que a maior parte dos libertos abandonou as fazendas fluminenses em direção às cidades, ajudando na falência dos proprietários rurais que insistiram na cafeicultura (Fausto, 1986). Essas representações conduzem a dois desdobramentos: potencializar a responsabilidade dos ex-escravos no declínio material dos proprietários rurais e minimizar a participação dos libertos com a Abolição nas origens do colonato.

Numa outra direção, estudos sobre o campo fluminense abrem uma nova possibilidade investigativa: apesar de os trabalhos não falarem em um dinamismo da agricultura, eles permitem apontar elementos que demonstram insuficiências nas teses da "estagnação" e da "decadência" (Dezemone, 2008 a: 53-55). É quase impossível identificar com precisão quantos libertos abandonaram ou permaneceram nas fazendas da região serrana fluminense após o Treze de Maio. As séries históricas com os dados demográficos não ajudam muito. Pelos indicadores disponíveis, de 1872 a 1920, a freguesia e depois município de São Francisco de Paula, nas duas últimas décadas do século XIX, teve como principal alteração o aumento percentual do número de mulheres no conjunto da população, sem ter modificado profundamente a distribuição dos grupos de cor indicada em 1872. Acompanhado do aumento dos matrimônios, isso pode indicar a formação de grupos familiares mais estáveis. Ainda que em seu surgimento, no final do século XIX, o colonato tivesse recebido indivíduos provenientes de diferentes origens sociais, com trajetórias de vida distintas, como homens livres pobres e imigrantes europeus, o perfil demográfico em 1920 era o de uma população predominante de pretos e pardos, o que sugere a presença de descendentes de escravos (Dezemone, 2008 a).[3]

Com base no cruzamento das fontes – dados censitários, registros de batismos e de matrimônio – constata-se que a saída de ex-cativos e a chegada de imigrantes não aconteceram de forma automática logo após a Abolição. No mínimo, elas se estenderam lentamente de 1892 até 1900, quando a escassez de braços para a expansão da atividade cafeeira mostrou-se um problema relevante. A intensificação da presença imigrante aconteceria somente após 1900, sobretudo depois de 1910. Não parece, por maior que tenha sido a taxa de fecundidade dos estrangeiros, que esse grupo tenha sido o único responsável pela recuperação demográfica sugerida pela confrontação dos censos de 1900 (7.620) e 1920 (22.221). Fica evidente, analisando-se registros de batismo, que nacionais contribuíram para o aumento populacional (Dezemone, 2008 a: 56-58).

Além do aspecto demográfico, as combinações relacionadas ao colonato revelam vínculos ainda mais consistentes com a escravidão. Um dos aspectos mais importantes é o plantio de cultivos de subsistência, naquilo que Ciro Cardoso (1987) difundiu através da expressão "brecha camponesa" – o acesso dos escravos a lavouras alimentares para consumo próprio e até mesmo comercialização. Para João José Reis e Eduardo Silva (1998), a "brecha" seria "outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista". Segundo os autores, "ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravatura numerosa, ao mesmo tempo em que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão". Robert Slenes (1999) fez uma crítica à expressão, afirmando que ela pode reduzir a dimensão do conflito e da tensão

entre escravos e senhores, preferindo entender que o acesso a cultivos de subsistência faz parte de uma "economia interna dos escravos", termo que aparece na historiografia americana e que realça a disputa e a luta para a obtenção do plantio e do comércio dos cultivos.

Independentemente da interpretação que se escolha, o desejo dos escravos de acesso a atividades de subsistência é bem antigo, como revela conhecido documento datado de 1789: o tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados na fazenda Santana, em Ilhéus, na Bahia. Nele, lê-se a reivindicação dos escravos revoltosos: "Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um desses dias por causa de dia Santo e para podermos viver nos há de dar uma rede, tarrafa e canoas" (apud Alves Filho, 1999: 131). Em 1847, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty do Alferes, aconselhava os que desejassem montar uma fazenda cafeeira:

> "o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças, plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. Não se deveria porém consentir que a colheita [dos escravos] seja vendida a outrem, e sim ao seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de tabernas. (...) Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes adquirir um certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão e entreter o seu pequeno direito de propriedade. (...) O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal".

Presente nas indicações fornecidas por escravos e senhores, em que pese a visão restritiva dos historiadores, a "brecha camponesa" teria sido alargada nos anos finais da escravidão e na passagem para o trabalho livre. Reforça isso a indicação de Arrigo de Zetirry, funcionário do governo italiano que produziu, de julho de 1894 a janeiro de 1895, uma série de 21 reportagens para o *Jornal do Comércio*. Intitulada "A Lavora no Estado do Rio", nela ele descreveu suas visitas às fazendas da região norte fluminense, anotando minuciosamente características das propriedades no pós-Abolição.[4]

Nas reportagens nota-se boa presença de libertos organizados em famílias na lavoura na região. Hildete Pereira de Melo (1996: 230) considera que, "pelo relato de Zetirry, infere-se que 50% dos trabalhadores eram de famílias de libertos (...) o que devemos fixar foi que ex-escravos e roceiros pobres constituíram a massa de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro". Hebe Mattos (1998), baseando-se no italiano, notou que a retribuição dos trabalhadores era associada à formação dos cafezais, onde, junto com suas famílias, moravam nas fazendas e podiam plantar milho e feijão, tanto em terrenos separados quanto em fileiras intercaladas pelo café. A descrição coincide exatamente com as características do colonato na fazenda Santo Inácio e na região.

As indicações de Zetirry também ajudam a entender outro fenômeno curioso que aconteceu na região após o Treze de Maio: a explosão de matrimônios coletivos de libertos celebrados nas igrejas, com mais de 5 casamentos no mesmo dia, lançados nos mesmos assentamentos, com os casais listados em sequência, como asseguram as mesmas testemunhas, muitas das quais ex-senhores.[5] Apenas na freguesia de São Francisco de Paula, no período de 1888 a 1892, que vai da Abolição até as vésperas do primeiro registro de casamento de imigrantes espanhóis em 1893, ocorreram 42 cerimônias coletivas de matrimônio de libertos. Foi contabilizada a união de 800 libertos, a maioria dos quais pertencera a senhores de grandes plantéis, com mais de 20 escravos. As uniões se concentraram em 1888, quando aconteceram 30 dos 40 casamentos coletivos, reunindo 662 libertos.

Em Cordeiro, à época freguesia de Cantagalo e vizinha de São Francisco de Paula, Zetirry entrevistou Francisco Constantino, liberto e colono. Constantino disse-lhe em janeiro de 1895 que "casei há três meses com a mulher que sempre viveu comigo, deu-me oito filhos e sempre foi muito direita e levou tudo muito em regra. Não posso queixar-me della" (*Jornal do Comércio*, 14/01/1895).

No pós-Abolição, as uniões *de facto* estavam sendo reconhecidas na Igreja, num claro indício de formação de famílias que se aproximava da mais concreta experiência de liberdade ao alcance dos libertos: a de homens livres pobres (Mattos, 1998). O modelo, gestado sob a escravidão, caracterizava-se pelo trabalho familiar, acesso a lotes com cultivos de subsistência e venda de parte da produção. Foi dessa forma que uma das contrapartidas para a permanência de libertos nas fazendas passou pelo acesso aos cultivos de subsistência (milho e feijão) com base no trabalho familiar. Essas mesmas condições para a permanência de libertos foram notadas em outras fazendas do Sudeste no pós-Abolição (Rios & Mattos, 2005).

O que Arrigo de Zetirry registrou poucos anos após a emancipação e apareceu nos depoimentos orais de ex-colonos são duas noções que caminharam juntas – acesso aos cultivos de subsistência e produção familiar, *direitos* que acompanharam toda a trajetória do colonato.

Além desses direitos, os depoimentos de ex-colonos realçaram outros elementos de continuidade com o passado escravista. O Sr. Juscelino Cândido, mais conhecido como Sr. Binó, descendente de escravos que ainda vivia na fazenda Santo Inácio em 2001, sintetizou isso: "O cativeiro, quando acabou, o fazendeiro ficou com aquela catinga do cativeiro ainda". Indagado sobre o que era a "catinga do cativeiro", ele explicou:

> "Sabe por quê? Camarada não tinha liberdade. Camarada segunda-feira não tivesse na turma – a turma era segunda e terça –, camarada não tivesse na turma, se ele não fosse... Aí mandava

> chamar o coronel na fazenda. [Faltava] bater no colono porque ele não faz pagar um dia de turma. Se fosse preciso faltar um dia de turma, ele ia na Casa, tinha que vir na fazenda comunicar por que ele deixou de pagar aquele dia de turma".[6]

O tratamento conferido aos trabalhadores juridicamente livres em bases semelhantes ao *cativeiro* teria gerado conflitos. Nesse sentido, o Sr. Binó falou da expulsão de seu padrasto da Santo Inácio: "Eu era pequeno, meu padrasto foi mandado embora da fazenda Santo Inácio (...), com 24 horas", esclarecendo em seguida o significado disso:

> "Era a lei deles. Se um camarada não desocupasse com 24 horas, amanhã ele mandava o cara subir aqui, tirar a telha da casa, que o camarada ficava no tempo de qualquer maneira. O fazendeiro mandava o cara vir tirar a telha da casa [para o] camarada sair mais depressa, se não saísse com 24 horas".

A dispensa era algo comum no colonato. Se o prazo exíguo não fosse obedecido, ocorreria a retirada das telhas da casa do colono. Assim, a expulsão significava a prevalência do desejo e do poder pessoal dos proprietários ou prepostos. Por isso, frisa-se, o Sr. Binó fala na "lei deles".

As 24 horas e a retirada das telhas, comuns nas fazendas da região, encerravam o contrato social implícito, sem ressarcimento ou indenização de qualquer natureza pelo trabalho e pelas benfeitorias do colono. Essas práticas marcavam ainda, na ótica dos colonos, a permanência do *cativeiro* para além do marco legal da Lei Áurea, diferente dos marcos políticos tradicionais e da própria percepção da escravidão.

Conflitos e circulação pelas fazendas da região

Aparentemente, os conflitos nas saídas das fazendas na primeira metade do século XX tiveram menor destaque quando comparados às mobilizações nos anos 1960, que ocuparam grande espaço nos periódicos e nos registros da polícia, com resistências às expulsões (Grynszpan & Dezemone, 2007). Cabe entender por quê. Nesse sentido, um trecho que à primeira vista poderia ser considerado sem relevância no depoimento do Sr. Binó, ao ser pensado com um pouco mais de cuidado, sugere a existência de um arranjo que teria permitido a menor visibilidade daqueles conflitos: "Mas então, naquele tempo, em qualquer fazenda você encontrava uma casa, qualquer fazenda. E o meu padrasto foi despedido, com 24 horas (...) naquela época o pobre achava casa pra morar".

Quando o Sr. Binó falou da expulsão de seu padrasto da fazenda Santo Inácio e de seu ingresso na fazenda das Neves, o motivo foi minimizado no relato em virtude da facilidade de

obtenção de "casa pra morar". Uma interpretação ligeira consideraria "morar" como sinônimo de habitar, sentido urbano atribuído ao verbo. Contudo, para os colonos da região serrana, "morar" associa, necessariamente, trabalho e residência numa fazenda. Para o ex-colono, a catinga do cativeiro e as 24 horas situavam-se numa época na qual eram encontrados trabalho e moradia combinados, o que em dado momento deixaria de acontecer.

Na sequência do seu depoimento, o ex-colono afirmou que após a expulsão a família foi para a fazenda das Neves e, "depois, eu me enjoei, saí da fazenda das Neves; da Piedade, fui pra fazenda das Neves. (...) Aí eu vim pra aqui [Santo Inácio], pedi uma casa pra mim pro Antônio Cordeiro, o administrador que morreu há pouco tempo." Outro ex-colono resume sua trajetória após a saída de Valão do Barro com a passagem pelo trabalho na lavoura da cana: "trabalhei na usina uns tempos mas depois saí. Depois eu quis voltar pra Valão do Barro pra tratar da lavoura. Então fui aonde estava o português. Eu fui pra lá e pedi a ele se ele me dava um lugarzinho pra fazer lavoura", para somente depois seguir para Trajano de Moraes. Esse modelo se repete em diversos depoimentos.[7] O que se defende é que um dos fatores que contribuíram para a circunscrição dos conflitos e sua menor visibilidade na primeira metade do século XX foi a constatação de uma intensa circulação da mão de obra pelas fazendas da região.

Seja por motivo voluntário, seja pelas expulsões, quando saídos de uma propriedade, os camponeses encontravam abrigo noutra fazenda, recebendo obrigações (iguais ou com variações) e prestações de natureza pessoal diante de outro fazendeiro ou administrador. Deve ser enfatizado que não eram todos os colonos expulsos de uma fazenda que conseguiam entrada imediata em outra após a saída, embora os depoimentos orais coletados sempre afirmem isso. Esse tipo de representação deve ser encarado como uma possibilidade de entrada nas fazendas. Esse mecanismo de circulação pelas fazendas mantinha estável o grupo de dependentes dos proprietários, assegurava clientela política aos últimos e permitia a reprodução de um modo de vida camponês aos trabalhadores.

A circulação pelas fazendas da região ajudaria a compreender por que os conflitos naquela conjuntura não ganharam destaque e engendraram atos de resistência como na década de 1960. O que estava em jogo na estratégia dos colonos era manter o modo de vida camponês, afastando-se de alternativas mais traumáticas, como a do êxodo rural ou a da resistência pública. Soma-se a isso a ausência de militantes políticos que poderiam estimular enfrentamentos e que só atuariam com maior presença na região na década de 1960 (Dezemone, 2008 a). Mas não foi só a presença desses militantes que promoveu as lutas. Eles atuaram a partir de um conjunto de noções de direitos que foram, de forma aparentemente contraditória, desenvolvidas num período de aumento do controle e da exploração dos colonos por parte dos proprietários.

A dupla crise e as noções de direitos, justiça e legalidade

A década de 1930 foi uma época conturbada no mundo rural brasileiro, tanto para proprietários quanto para colonos. Eles viveram os desdobramentos da *dupla crise* – econômica com a Crise de 1929 e política com a Revolução de 1930 – que inaugurou alterações nos anos seguintes.

A Crise de 1929 gerou acentuada queda no preço dos gêneros agrícolas em escala mundial. No Brasil, as áreas voltadas para a lavoura de exportação foram seriamente atingidas, como aconteceu com a Zona da Mata Pernambucana, dedicada à produção canavieira. O setor cafeeiro, responsável pelo principal produto de exportação do país, atravessou grave crise quando muitas fazendas foram à falência (Garcia & Palmeira, 2000). A Revolução de 1930 promoveu cassações de mandatos e nomeações de interventores estaduais, com mudanças que levaram ao deslocamento do eixo político fluminense da região cafeeira para o norte do estado. Isso acarretou perda de influência e prestígio dos cafeicultores em benefício dos grandes plantadores de cana-de-açúcar.

As fazendas da região serrana tornaram-se cada vez menos rentáveis e produtivas. De 1920 a 1940, a produção de café do município de São Francisco de Paula sofreu redução de 34%. No mesmo período, a produção bovina aumentou 45%. Quando se compara a evolução das áreas dedicadas à pecuária e aquelas dedicadas às demais lavouras, incluindo o café, entre os anos de 1940 e 1960, constata-se que, de 32% das áreas ocupadas pela pecuária em 1940, salta-se para 43% em 1950, chegando-se a 45% em 1960. Enquanto isso, as áreas ocupadas por lavouras, que em 1940 correspondiam a 26% do total, diminuem para 20% em 1950 e 17% em 1960. O aumento das áreas das terras voltadas para a pecuária se deu com o avanço diante das áreas que se dedicavam aos demais cultivos, sobretudo o café, mas não exclusivamente: os cultivos alimentares também foram atingidos. Ao avanço da pecuária correspondeu uma diminuição da população total, que caiu de 22.221 habitantes em 1920 para 16.771 em 1950 em meio à intensificação da urbanização.[8]

Os abalos sofridos a partir de 1930 não acabaram com a dedicação à grande plantação cafeeira, mas alteraram as bases do colonato, o que permitiu aos proprietários atravessar a dupla crise, com novo impulso para a manutenção do sistema por pelo menos mais 20-30 anos. Entre as novas bases do contrato social implícito elaborado na fazenda Santo Inácio, os relatos mencionam uma *venda* – depósito e armazém onde os colonos adquiriam produtos. A *venda* guardava semelhanças com o *barracão*, existente na Zona da Mata Pernambucana, cuja lógica foi investigada por Moacir Palmeira (1977). Na venda, os fazendeiros disponibili-

zavam para os colonos itens de primeira necessidade, instrumentos de trabalho, remédios e outros produtos que, pela distância, dificilmente poderiam ser adquiridos em outros lugares. No entanto, as compras não envolviam cédulas da moeda corrente, e sim *cupons* (no Nordeste eram os *vales*) que registravam o nome do comprador, o produto e o preço. No acerto do pagamento dos colonos pela colheita do café, o fazendeiro ou o administrador abatia o total dos cupons de cada colono. Na prática, isso invertia a relação de pagamento, resultando no endividamento dos colonos diante dos fazendeiros.

Além da venda, outra mudança foi a introdução de novas obrigações, como se percebe pelo "regulamento" dos colonos da fazenda, que constava na contracapa das cadernetas dos anos 1930. O regulamento apresentava as "obrigações a que estão sujeitos os colonos das Fazendas: S. Inácio, Monte Claro, Barro Alto e Retiro". [9] Junto da entrega da metade da produção de café na meia, os cultivos de subsistência como o feijão e o milho passaram a constar das obrigações do colono através da renda, conforme o artigo 2º do regulamento: "da colheita de milho e feijão que o colono produzir, dará à fazenda a quota de 10%". O direito aos cultivos alimentares para consumo e comercialização herdado do cativeiro seria mantido, porém com limitações. No artigo 4º constava que "qualquer movimento de mercadorias do colono só poderá ser feito pelos carros ou tropa da fazenda", numa clara medida para controlar a comercialização dos cultivos que passaram a integrar a renda.

As restrições constantes na caderneta apareciam quando se avisava que "o colono não poderá trabalhar fora da fazenda", conforme o artigo 8º, o que ampliaria a dependência de uma única fonte de renda. Ao mesmo tempo, no artigo 7º, havia a intenção de garantir a disponibilidade da mão de obra quando necessário: "o colono não poderá se negar a qualquer chamado para turma ou auxílio à fazenda". A tentativa de assegurar a sujeição dos trabalhadores diante do fazendeiro constava no artigo 5º, no qual "as benfeitorias, como cerca, paiol, galinheiro, etc., que o colono fizer, não poderão ser arrancadas ou destruídas por este, independente de indenização pela fazenda". Até um "imposto" seria devido: "o colono pagará por ano, a título de imposto, a quantia de 15$000", registrava o artigo 9º.

O regulamento nas cadernetas não foi determinado por nenhuma legislação, sendo um documento de natureza privada, que fixava por escrito as obrigações de ambas as partes no colonato. A leitura do regulamento sugere o desejo dos proprietários na imposição de mecanismos de controle sobre os colonos, gerando aumento da dependência deles e da exploração numa conjuntura de crise. Sugere ainda que, se os colonos cumprissem todas as obrigações determinadas, não haveria necessidade de escrevê-las nas cadernetas. A fixação das normas indica que as combinações poderiam estar sendo burladas por ações de resistência cotidiana. Exemplifica isso a proibição da destruição de benfeitorias em caso da

saída dos colonos: se não estivessem acontecendo, não haveria porque fazê-las constar no regulamento.

De modo aparentemente paradoxal, num período que poderia estar associado a perdas materiais e piora nas condições de vida, emerge um lugar privilegiado para Getúlio Vargas, a legislação trabalhista e direitos. Nas palavras do Sr. Binó:

> "Quer dizer, não tinha governo, não tinha nada. Quer dizer, isso taí, agradeço ao governador que morreu: Getúlio Vargas! Ele que deixou essa aventurança. Porque antes dele morrer, ele deixou isso aqui. Ele fez um livro e deixou tudo isso escrito. Se falaram em Reforma Agrária, se falaram em salário mínimo, foi antes dele morrer. (...). Mas naquele tempo [de Washington Luís] o pobre não tinha direito".

O presidente figura nos relatos associado a direitos e leis, enquanto épocas anteriores eram percebidas como de arbítrio, catinga do cativeiro, 24 horas e injustiça. Essa visão positiva de Vargas aparece de forma generalizada no mundo rural brasileiro, contrariando a historiografia majoritária que insiste num fosso afastando os trabalhadores rurais dos benefícios materiais e simbólicos da legislação social. Houve, sem dúvida, uma apropriação camponesa do discurso oficial e da legislação social produzida e divulgada principalmente no Estado Novo (Dezemone, 2008 b).

Camponeses em todo Brasil utilizaram o discurso paternalista e a imagem do presidente poderoso e corajoso para reivindicar aquilo que interpretavam como justo, seja remetendo cartas com pedidos a autoridades, seja entrando com ações na Justiça Comum ou na Justiça do Trabalho. Também na memória dos colonos, Getúlio Vargas era detentor de um poder superior ao dos fazendeiros, alguém diretamente responsável pela limitação da autoridade e das formas de dominação dos grandes proprietários, que agora poderiam encontrar um obstáculo na força moral da imagem do presidente associado a leis. Compreende-se melhor, assim, a construção social do "legalismo" tão frequentemente atribuído aos trabalhadores do campo, naturalizado por inúmeros militantes políticos como Francisco Julião, para quem "o camponês é muito legalista" (Dezemone, 2008 b: 234).

A erosão do colonato e o fim da circulação pelas fazendas da região

A substituição dos cafezais pela pecuária foi amplamente difundida na região a partir de 1930, entre outras razões devido ao intuito de assegurar a legitimidade da posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Esse processo seguia um padrão: os fazendeiros colocavam o rebanho para pastar nas roças dos colonos, destruindo-as. Como desdobramento

dessa prática, destaca-se a desagregação das relações de colonato, levando a uma grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos pela pecuária. Os antigos colonos, agora desempregados, se viram obrigados em sua maioria a migrar para as cidades.

Os relatos orais dos que permaneceram na região evocam, no entanto, um período de constantes boicotes aos dias de trabalho nas turmas e ao pagamento da meia e da renda, revelando a erosão das formas tradicionais de dominação pessoal dos fazendeiros, que não mais se impunham como no passado. Novamente, nas palavras do Sr. Binó:

> "No tempo do café havia a meia do café. E não havia nenhuma contribuição do colono pela lavoura branca. Acontece que o café acabou e ficou só a lavoura branca. (...) Algum tempo [os colonos] deram, depois pararam de dar. E como a banana não estava na combinação, todo mundo passou a só plantar banana".

A banana, definida legalmente como "bem de raiz", aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado no Código Civil de 1916. De 1950 a 1970 houve um aumento de 460% no plantio de banana no município.[10]

Em meio a essas mudanças, a mais significativa alteração no início da década de 1960, para colonos e fazendeiros, foi o fim da *circulação nas fazendas da região*. Em Trajano de Moraes, os antigos colonos, desocupados em consequência da substituição dos cafezais pela pecuária, não mais conseguiam abrigo em outras fazendas, conforme percebido pela análise dos depoimentos orais. Foi enquanto *possibilidade* que a saída/entrada de fazendas se viu encerrada na década de 1960. O ponto central é que era exatamente essa a alternativa que permitia a manutenção do modo de vida dos colonos, que firmavam novos contratos com outros fazendeiros e permaneciam no campo. A redução da população do município, que em 1960 era de 15.821 habitantes, para 12.738 em 1970, foi de 19% em um decênio. A variável do crescimento da população residente na região foi negativa.[11]

Os conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários aumentavam e ganhavam visibilidade na imprensa e na polícia na medida que os primeiros se recusavam a deixar seus sítios. O delegado local descreveu tudo isso como a "rota da subversão".[12] Alguns decidiram permanecer na terra, resistindo nos lotes que já ocupavam, intensificando o plantio de banana para comercialização.

As resistências cotidianas com a permanência na terra diante do avanço da pecuária, os boicotes às obrigações do colonato e o plantio da banana são fundamentais para entender a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes (STR). A numerosa participação de colonos da fazenda Santo Inácio, em comparação com os trabalhadores de outras fazendas da região, foi possível pela permanência deles na terra e pelo desgaste da domina-

ção tradicional do fazendeiro, contrário à organização sindical.[13] Oficializado em janeiro de 1964, o STR contou com militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com ferroviários, num contexto de competição pela organização dos trabalhadores no campo (cf. Grynszpan & Dezemone, 2007). Com o golpe miltar, o STR foi fechado e suas lideranças foram presas.

A reabertura do STR ocorreria na década de 1970 em função da proposta do governo de extensão dos direitos sociais ao campo, sobretudo a previdência social, pois o sindicato seria o órgão responsável pela implementação da aposentadoria rural. Nessa ocasião, muitos ex-colonos da fazenda Santo Inácio teriam apoio do STR e de outras entidades para organizar uma estratégia de resistência e permanência na terra, mobilizando as noções de direitos construídas durante o colonato – trabalho familiar, acesso aos cultivos de subsistência, o papel das leis, o trabalho na terra –, o que contribuiu para a desapropriação obtida em 1987 (Dezemone, 2008 a).

Considerações finais

A trajetória da fazenda Santo Inácio articulada à região serrana, na longa duração que vai da escravidão à desapropriação, pode auxiliar uma melhor compreensão do sistema do colonato. Seja no acesso familiar aos cultivos de subsistência, na memória sobre Vargas ou nos boicotes às obrigações como meia, renda e turmas, o que há em comum em tais práticas é que elas se fundamentaram, em maior ou menor grau, em conceitos de justiça e injustiça, legitimidade e ilegitimidade, o que indica a gestação de noções de direitos. Mais do que isso: tais práticas permitem perceber como homens e mulheres atuaram explorando brechas, margens e limites, valendo-se de circunstâncias históricas que lhes pareciam desfavoráveis, mas buscando operá-las em seu favor.

A redução da escala de análise permitiu articular conflitos menos visíveis e formas de resistência cotidiana, acompanhando as alterações nas relações entre proprietários e mão de obra. Tomando a região serrana fluminense como um ponto de partida, foi possível lançar luz sobre os conflitos que tiveram menor visibilidade na região e entender por que determinadas tensões não alcançaram a mesma amplitude daquelas dos anos 1960 e 1970 protagonizadas na Santo Inácio. Dessa maneira a circulação pelas fazendas da região e sua interrupção é um elemento importante para compreender a projeção alcançada pelos conflitos.

A opção pelos conflitos menos perceptíveis não significa considerar que desmobilização e mobilização seriam duas faces de uma mesma moeda, o que desembocaria, necessariamente, em lutas e conflitos abertos de grandes proporções. Isso comprometeria a análise, que assumiria uma postura teleológica, como se as lutas fossem um resultado inexorável, pre-

viamente definido. Trata-se de atentar à desmobilização e às formas de resistência cotidiana para melhor entender os momentos de lutas mais visíveis, abertas, mas também compreender o porquê da opção muito frequente e comum de não lutar, de não resistir e aceitar a sujeição.

Notas

1 A região serrana é formada pelos municípios conhecidos em 2015 como Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Sumidouro. Na pesquisa foram utilizadas fontes variadas como depoimentos orais, processos administrativos e judiciais, documentação cartorial (partilhas, testamentos e inventários) e eclesiástica (assentamentos de batismo e matrimônio), dados de censos demográficos e agropecuários do IBGE, acervos particulares, documentos das entidades dos trabalhadores rurais, levantamentos em periódicos e nos arquivos da polícia (cf. Dezemone, 2008 a).

2 Não cabe aqui discutir a legitimidade da propriedade privada, nem os mecanismos de sua ampliação no século XIX. Cabe apenas ressaltar que se trata de uma construção social e, por isso mesmo, objeto de conflitos.

3 *Censos Demográficos*, IBGE, 1872, 1890, 1892, 1910 e 1920.

4 Agradeço a Márcia Motta (UFF), que gentilmente cedeu as reportagens datilografadas.

5 Esse é um tema instigante, complexo, que não pode ser satisfatoriamente desenvolvido no escopo reduzido deste artigo. Para maiores informações, ver Dezemone (2008 a, cap. 1). Os casamentos com 3 e 4 casais no mesmo dia não foram contabilizados.

6 Depoimento do Sr. Juscelino Cândido da Silva (Sr. Binó) em 10/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Pesquisa *Assentamentos rurais*, caixa Santo Inácio. Optou-se neste artigo por priorizar trechos dessa entrevista, embora as representações apareçam em depoimentos de vários ex-colonos. Realizadas para a pesquisa *Assentamentos rurais em perspectiva comparada*, projeto que reuniu pesquisadores da UFRRJ-CPDA, FGV, UFF e EHESS-Paris, as entrevistas procuravam recuperar os processos constitutivos de quatro assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro, entre os quais Santo Inácio, na região serrana. O autor participou dessas entrevistas (cf. Dezemone, 2008 a).

7 Depoimento do Sr. Álvaro Pereira (Sr. Roldão), em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ, Pesquisa *Assentamentos rurais*, caixa Santo Inácio.

8 *Censos Agropecuários* e *Censos Demográficos*, IBGE, 1920, 1940, 1950 e 1960.

9 Caderneta de colono da década de 1930. Acervo da fazenda Santo Inácio.

10 *Censos Agropecuários*, IBGE, 1940, 1950, 1960 e 1970.

11 Enquanto a média do estado foi de +2,97, tiveram variação negativa, após Trajano de Moraes com -2,14%, todos municípios limítrofes: Duas Barras -1,88%; Santa Maria Madalena -1,68%; São Sebastião do Alto -1,53%; e Bom Jardim -0,92%. %. Dados do IBGE.

12 APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, A rota da subversão, prontuário n. 33.634, p. 160-161.

13 *Ato histórico de fundação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes*. Gestão 2001, sede do STR de Trajano de Moraes.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEZEMONE, Marcus. Revoluções camponesas no século XX. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 71-110.

_____. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese (Doutorado) - PPGH--UFF, Niterói, 2008 a.

_____. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 220-240, 2008 b.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e crise cafeeira. In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1986.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 38-77.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, J.; AARÃO REIS, D. (Org.). *As esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 209-236.

HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACERDA WERNECK, Francisco Peixoto de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal/ Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1985 [1847].

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889/1920. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 1996, p. 215-234.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: _____; MORAES, M. A. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:* formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, v. 1, p. 137-161, 2008.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, n. 2, p. 103-114, dez. 1977.

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, v.1, p. 41-55, ago. 1979.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCOTT, James. Everyday forms of peasant resistance. *Journal of Peasant Studies*, v. 13, n. 2, jan. 1986, p. 5-35.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 80-120, 1983.

O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia

The poor soil of the barn of the world: forestry development and fight against hunger in the Brazilian Amazon

Rômulo de Paula Andrade

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200004

Rômulo de Paula Andrade é mestre e doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz/FioCruz (2007) (romulopa@hotmail.com.br).

Artigo recebido em 21 de julho e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

Resumo

O artigo trata das ações de agências internacionais nos projetos de desenvolvimento para a Região Amazônica nas décadas de 1950 e 1960. A FAO e UNICEF trabalharam com o objetivo, respectivamente, de desenvolver uma economia florestal e de diminuir a fome na Amazônia. O texto expõe que estas agências tiveram que se adaptar às particularidades locais, e em alguns momentos apresentaram ruídos com autoridades brasileiras e impressões peculiares sobre a Amazônia e seus habitantes.

Palavras-chave: história da Amazônia; história da FAO; cooperação internacional.

Abstract

The article deals with the actions of international agencies in development projects in the Amazon region in the 1950s and 1960s. FAO and UNICEF worked with the purpose of developing a forestry economy and reducing hunger in the Amazon, respectively. The article shows that these agencies had to adapt to local conditions, that they have at times argued with Brazilian authorities and have presented peculiar views on the Amazon and its inhabitants.

Keywords: Amazon history; FAO history; international cooperation.

Resumé

L'article traite de l'action des organismes internationaux en ce qui concerne les projets de développement implantés dans la région de l'Amazonie pendant les années 1950 et 1960. La FAO et l'UNICEF ont travaillé respectivement avec le but de développer une économie forestière et de reduire la faim dans l'Amazonie. Le texte expose comment ces organismes ont dû s'adapter aux conditions locales, en raison des difficultés rencontrées auprès des autorités brésiliennes et des vues particulières sur l'Amazonie et ses habitants.

Mots-clés: histoire de l'Amazonie ; histoire de la FAO; coopération internationale.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo, a região amazônica foi reposicionada na escala de atenções governamentais. Uma das razões para isso foi a fracassada experiência dos "Soldados da Borracha", homens enviados a seringais para colaborar com o esforço de guerra (extração de látex para os Aliados) (Secreto, 2007). A tragédia humana provocada pelo desaparecimento e provável morte de milhares de trabalhadores que foram para a região serviu de capital político para redimensionar a região amazônica nos projetos estatais. A elaboração de um artigo específico da Constituição de 1946, que destinava 3% do orçamento da União para projetos de recuperação da Amazônia, e a criação de uma comissão destinada a esse fim em 1947 são indícios desse movimento. Inspirados por experiências de recuperação de regiões caracterizadas como periféricas, como o Tenessee Valley Authority, nos EUA, e pelas experiências de planejamento presentes na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os políticos relacionados à região amazônica criaram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. A agência duraria até 1966, quando, durante a ditadura civil-militar, foi reinaugurada com o nome de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Formulada a partir de modernas técnicas de planejamento e por meio de planos quinquenais, a agência, por meio de seus técnicos, conceituava o desenvolvimento da região de forma ampla, tendo como prioridades a economia, a educação e a saúde (D'Araújo, 1992). Uma questão para a Amazônia era o novo alcance das ações governamentais, pois a região, antes formada pelos estados do Amazonas, Pará, território do Acre, Guaporé e Amapá, foi acrescida de três estados: Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Assim, a abrangência da SPVEA era um de seus grandes desafios, pois foram acrescidos ao conceito da Amazônia clássica 1.451.892 km² e quase 1.800.000 habitantes (Brasil, 1955). Nos relatórios, planos de emergência e planos quinquenais, dois desafios constavam como sendo os "nós górdios": a fome, compreendida como o principal problema sanitário local, e a exploração racional da natureza amazônica, cujo aproveitamento era caracterizado pelos técnicos que lá trabalharam como predatório e primitivo. Diante de tamanho desafio, os técnicos da SPVEA buscavam constantemente acordos e cooperações com outras instituições que possuíam *expertise* nesses temas.

Este artigo tem como objetivo principal compreender e problematizar as ações das agências internacionais e nacionais na região amazônica nos anos 1950 e 1960, tendo como

escopo a atuação da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e da United Children's Fund (UNICEF).[1] Este estudo constitui uma oportunidade para problematizar as relações entre agências internacionais e governos nacionais, e as adaptações por que esses órgãos tiveram que passar para seguir adiante com seus trabalhos. Como alguns autores têm demonstrado, não há uma "via de mão única", ou seja, não se trata de uma mera recepção ou submissão dos países às ações dessas agências (Cueto e Hochman, 2015; Campos, 2006; Hochman e Birn, 2006). Tanto os governos se beneficiaram desses acordos para efetivar seus próprios projetos, quanto esses organismos internacionais se utilizaram desses trabalhos para expandir suas ações no mundo, exportando projetos e ideias que, em muitos casos, foram absorvidos pelos governos locais. As possíveis simetrias e assimetrias entre esses atores influenciaram a conformação de políticas públicas e instituições no século XX. Esse processo resultou em arenas dinâmicas, nas quais atores locais, profissionais transnacionais e agências internacionais interagiram e se modelaram (Hochman, 2008).

Entre as fontes que serão destacadas no artigo estão os relatórios de técnicos da FAO, que trabalharam na elaboração dos inquéritos sobre possibilidades de desenvolvimento de uma economia florestal. Esses homens foram à Amazônia com as imagens preestabelecidas do "Inferno Verde" e do "celeiro do mundo", noções históricas que permearam o imaginário e, consequentemente, as políticas públicas elaboradas para a região. Dessa forma, confrontaram-se com uma Amazônia "inventada" por relatos de viajantes e romancistas, que trazia, nessa chave interpretativa, um solo rico e mal explorado pelos homens que lá habitavam (Gondim, 1994). A fórmula estava pronta: bastava ensinar técnicas de agricultura para os amazônidas que o "destino histórico" da região seria, enfim, cumprido. Como demonstraremos a seguir, tal processo não se daria de forma fácil.

Amazônia: do Estado Novo à Era do Desenvolvimento

É possível apontar o Estado Novo como um período no qual a região amazônica ascendeu na escala de prioridades do Estado brasileiro. Entre os indícios disso, podemos destacar a Marcha Para o Oeste (1938), programa de governo que previa uma ampla colonização para locais que historicamente eram caracterizados como "deserto demográfico", como a região amazônica. O programa teve um forte caráter simbólico e, embora no sentido prático não resultasse em grandes ocupações, colaborou para que a retórica governista se fizesse presente nas regiões-alvo, por meio da criação de agências e instituições para esse fim (Velho, 2009; Maia, 2012).[2] Além disso, o próprio Getúlio Vargas visitou a região em outubro de 1940, quando proferiu em Manaus o *Discurso do Rio Amazonas*, divulgado pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP) como uma nova "redescoberta" da região. Nas tintas de colaboradores nas páginas do periódico *Cultura Política*, Getúlio Vargas redirecionaria o destino histórico da Amazônia. O diagnóstico do Estado Novo para a Amazônia estava dado: uma região insalubre e desértica, que necessitava de políticas migratórias e do saneamento de seus rincões (Secreto, 2007).

Outro importante instrumento de expansão da autoridade estatal na região foi a criação, em 1942, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), fruto de acordo entre o governo brasileiro e o Office of Interamerican Affairs. Essa agência tinha como função cuidar da saúde de homens (em sua maioria nordestinos) enviados para os seringais com o objetivo de extrair borracha para os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Fruto de uma contingência, o SESP expandiria sua atuação por todo o país nas décadas posteriores, colaborando de forma decisiva na estruturação de uma rede de saúde pública (Campos, 2006).

No período posterior, o desenvolvimento da Amazônia também esteve em pauta, porém com mais discursos e debates, característicos de um período democrático. O ocaso do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) retrata bem esses novos tempos. O IIHA foi uma proposta do cientista Paulo Carneiro, então representante do Brasil na United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Unesco). Os debates iniciaram-se na Constituinte de 1946. Durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, surgiram visões conflitantes sobre a proposta, especialmente no que dizia respeito à participação estrangeira. Carneiro alegava que a cooperação internacional era a melhor estratégia para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao território nacional. Já o principal opositor do IIHA, o ex-presidente Artur Bernardes, apontava o projeto como uma estratégia imperialista para a internacionalização da Amazônia (Maio, 2000).

O IIHA não foi adiante, mas impulsionou a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). O debate acerca do abandonado projeto do IIHA e a criação do INPA em 1952 indicam que a Amazônia tornara-se uma questão, senão fundamental, ao menos relevante para os políticos da época e para o poder federal. Outra agência criada para a região foi a supracitada SPVEA, em 1953. Desta forma, quando a FAO e a UNICEF aportaram na Amazônia, a região já contava com um razoável arcabouço institucional direcionado para essas ações.

Unicef na Amazônia

No campo da saúde, a SPVEA destacou como o principal problema sanitário da região a fome. A emergência dos temas da fome e da desnutrição se relacionava diretamente às disputas geopolíticas da Guerra Fria e às discussões envolvendo os países ditos "desenvol-

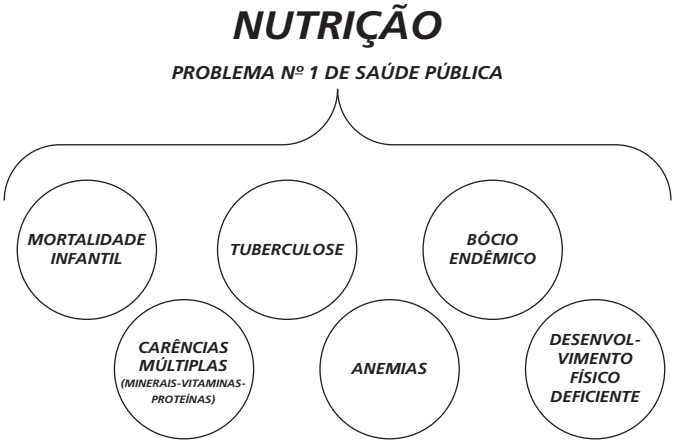
vidos" e "subdesenvolvidos" (Escobar, 1998). Foi também o período do advento da Teoria/Ideologia da Modernização, tendo como um de seus meios de difusão a cooperação técnica com países enquadrados do chamado "terceiro mundo" (Latham, 2000). As preocupações com a fome e com a qualidade das refeições da população da Amazônia não se iniciaram apenas a partir de 1945. Desde o século XVIII é possível encontrar livros que mapeavam a agricultura local, assim como os hábitos alimentares que existiam na região amazônica.[3] No século XIX, algumas ações também ocorreram, como as tentativas de resolução de problemas de abastecimento e aumento da produção de alimentos na capital paraense (Macedo, 2014; Nunes, 2011). Durante a Segunda Guerra Mundial, o Office of Interamerican Affairs, em acordo com o Ministério da Agricultura, criou em 1942 a Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, que tinha o objetivo de elevar os padrões nutricionais e a produção agrícola na Amazônia (Garfield, 2013).

As aproximações da UNICEF com o país estiveram ligadas à intermediação do Itamaraty no início dos anos 1950. Coimbra, Meira e Lima (1982) creditam ao Ministério das Relações Exteriores o fato de o Brasil ter sido um dos primeiros países a realizar acordos com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), devido a uma boa relação entre ambas as instituições.[4] O Brasil ocupou uma posição vantajosa na alocação de recursos da agência, desproporcionais às suas contribuições e aos gastos nacionais em programas de auxílio às crianças, assim como em relação aos outros países latino-americanos. Dessa aproximação, resultariam os primeiros grandes programas brasileiros voltados para a saúde e o bem-estar da criança. No acordo Brasil-FISI, a maior parte do orçamento seria destinada à provisão de leite em pó, margarina e cápsulas de vitaminas para crianças, nutrizes e gestantes; em seguida, à melhoria de hospitais materno-infantis; vacinas contra difteria, treinamento de parteiras e, por fim, uma campanha de educação e saúde para mães (Coimbra, Meira e Lima, 1982).

As ideias da FISI de ação sobre a merenda escolar vieram ao encontro de discussões já travadas pelos médicos nutrólogos brasileiros, em especial aqueles do âmbito do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e também os especialistas presentes no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). Por meio de artigos publicados no periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição* esses profissionais discutiam e opinavam sobre o assunto. A Amazônia só seria privilegiada por essa cooperação entre a FISI e o Brasil a partir de 1951, com a inclusão do Maranhão na cota de distribuição do leite em pó. A forma encontrada para superar as dificuldades orçamentárias foi o direcionamento das ações da FISI para programas em curso no Brasil, como o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), capitaneado pela Campanha Nacional de Alimentação (CNA), sob coordenação do Serviço Especial de Saúde Publica (SESP), que já atuava na região. Um objetivo traçado por essas campanhas foi envol-

ver agências que possuíam recursos próprios, agências com uma (certa, mesmo que pouca) autonomia financeira. Esses projetos vieram ao encontro do planejamento do chamado "setor saúde" da SPVEA, que publicou em 1954 os projetos para o quinquênio 1955-1960. Nesse documento, a (má) nutrição era compreendida como o principal problema enfrentado pela região, além de causa-mor das doenças que lá grassavam:

Nutrição – Problema Número 1 de Saúde Pública



(Brasil, 1955: 251)

O planejamento quinquenal para o serviço de assistência alimentar da agência tinha três focos principais: a alimentação de lactantes, gestantes e mães nutrizes; suplemento alimentar aos pré-escolares e escolares e iodetação do sal de cozinha em áreas de incidência de bócio (Brasil, 1955). O panorama se alterou apenas depois do acordo com a SPVEA, que dedicou parte de sua dotação orçamentária para auxiliar financeiramente o programa da FISI. As primeiras cooperações iniciaram-se em outubro de 1954, para a realização de um programa de merenda escolar nos estados do Amazonas, Guaporé, Rio Branco e Acre, e Goiás. Entre as cláusulas do convênio, estavam os seguintes pontos: fornecimento do leite em pó, que seria destinado exclusivamente para o uso em merendas escolares; fornecimento de cápsulas de vitamina complementares ao leite; fornecimento de farinhas enriquecidas; preparação de supervisores e monitores e, por fim, contribuição para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à instalação de cantinas escolares (Idem).

Entre os registros encontrados sobre a Campanha na Amazônia está um exemplar do *Boletim da Campanha Nacional da Merenda Escolar* de 1957, quando foi promovida em Belém a I Semana da Merenda Escolar, que teve o objetivo de reconhecer publicamente o

trabalho realizado pelas crianças, professoras na divulgação dos trabalhos da campanha para pessoas que não a conhecessem (CNME, 1957). A programação da semana contou com palestras radiofônicas sobre o valor nutritivo dos alimentos, demonstrações, exposição de cartazes e desenhos relacionados com o assunto. O retorno que as unidades escolares deveriam dar à campanha seria o envio de mapas, de que constasse o número de alunos, para que fosse calculado o quantitativo de alimentos a serem enviados para as escolas. Provavelmente ocorriam falhas nessa correspondência, pois, segundo a publicação da campanha, a importância desses mapas tinha tal grandeza que foi decidido suspender os benefícios concedidos às escolas que faltassem com o dever (Idem).

A distribuição do leite em pó, reconhecida como principal ação desse convênio, passou por algumas dificuldades no país e na própria Amazônia. Em 1958, Aluízio Alves, deputado pela União Democrática Nacional do Rio Grande do Norte, discursou na Câmara dos Deputados sobre uma notícia do *Diário Carioca*, que dava conta de que a FISI estaria propensa a interromper as remessas de leite em pó para o Brasil devido ao atraso na distribuição do produto. As remessas de leite estariam paradas e apodrecendo nos portos de Santos e do Rio de Janeiro porque o Brasil não teria providenciado crédito para pagamento do frete (Brasil, 1959). Outra reportagem de *O Globo*, lida em voz alta na Câmara, dava conta de que o leite em pó encontrava-se armazenado já fazia um ano nos portos brasileiros, devido ao não pagamento para a alfândega das taxas aduaneiras (Brasil, 1958). O leite em pó da FISI serviu inclusive para acirrar querelas políticas locais. Em 1956, o então jovem deputado José Sarney, do Partido Social Progressista do Maranhão, denunciou na tribuna do Congresso Nacional que o leite da agência enviado ao Maranhão tinha sido desviado e, quando chegava, era mal empregado: era entregue para aliados políticos e, pior, vendido para a população, ao invés de ser distribuído gratuitamente. Newton Belo, deputado pelo Partido Social Democrático maranhense, reconheceu que poderia ter ocorrido desvio, mas não com o conhecimento da administração do estado. O leite, segundo o pessedista, seria um pretexto para acentuar a rivalidade entre os dois partidos na disputa pelo poder no Maranhão (Brasil, 1958).

Como é possível perceber, as agências internacionais encontraram no país um contexto político intenso, ao qual tiveram que se adaptar. Existem poucos registros das campanhas da FISI no país, devido à falta de prosseguimento das pesquisas prometidas nos contratos assinados. Um exemplo dessa descontinuidade está nos inquéritos realizados pela FAO sobre a alimentação dos amazônidas. Em 1976, o nutricionista Roger Shrimpton destacava que os únicos inquéritos sobre alimentação infantil tinham sido realizados em 1954 e 1956, e mesmo assim sem cobrir toda a extensão da região amazônica. O incentivo o aleitamento materno, um dos principais objetivos para o setor saúde da SPVEA, obteve pouquíssimos avanços, e o

principal, pouco resultado efetivo. É possível buscar rastros deste fracasso em relatórios elaborados em épocas posteriores. Um exemplo é o relatório do próprio Shrimpton. Atente-se ao fato de que o trabalho foi feito em uma das principais capitais da Amazônia:

> A falta de conceito das mães entrevistadas sobre a maneira de alimentar seus filhos é composta pela não identificação do leite materno como "alimento". O conceito geral (...) é que ele é fraco e incapaz de sustentar o crescimento normal. O objetivo para a maioria das mães parece ser a obesidade, com uma grande confusão entre uma criança "forte" e "gorda". Não adianta dar "folhetos" para a mãe ler em casa como foi frequentemente encontrado em nosso inquérito, já que 43% das mesmas eram analfabetas (Shrimpton, 1976: 252).

Outra agência a efetuar ações na região amazônica foi a FAO, que, assim como a UNICEF, passou por momentos delicados, no qual a decantada "modernidade" trazida por essas organizações foi de encontro às questões históricas locais.

A FAO na Amazônia: nutrição e economia florestal

A aproximação da FAO com o Brasil data de 1947, quando começaram a ocorrer diversas visitas de diretores da agência ao país. Assim, em 1951, o governo brasileiro assinou com a agência um acordo básico de assistência técnica, transformando o Rio de Janeiro na sede do escritório regional da FAO para o leste da América Latina. Segundo o acordo, a agência deveria aconselhar técnicos e autoridades do governo, fornecer suprimento regular de publicações técnicas, monografias, relatórios e estatísticas, além da cooperação nas áreas de desenvolvimento agrícola, nutrição, produção animal, silvicultura e pesca. No âmbito da assistência técnica, a FAO realizou muitas atividades no Brasil e, em especial, na Amazônia. A maior parte foi direcionada para possibilidades de desenvolvimento de uma economia florestal, visto que um levantamento completo das riquezas mineirais da região nunca fora feito anteriormente (Bizzo, 2012).

Na área de alimentação, as ações centraram-se no estímulo de políticas públicas nacionais abrangentes em nutrição e na recomendação da institucionalização de órgãos com efetivo poder de planejamento e execução. A agência colaborou também na assistência técnica e treinamento de profissionais que realizaram inquéritos na região amazônica nos anos seguintes (Idem). A perspectiva da FAO era de que seria possível mudar, via pesquisa, um dos maiores problemas da região: a agricultura exclusivamente extrativa, o que limitava a formação de um mercado consumidor e influenciava diretamente os hábitos alimentares da população. Em relatório ao governo brasileiro, os técnicos da agência ressaltavam a necessidade

de criar e desenvolver pastagens na região amazônica, visto que, com o incentivo à criação de gado, os habitantes poderiam diversificar sua alimentação, pobre em carne, leite e queijos (FAO, 1960), em especial nos grandes centros, onde a população apresentava índices pobres em proteína animal.

Para que esse processo ocorresse de forma rápida e eficiente, seria necessária a coordenação de planejamento, pesquisa e trabalho de campo entre as principais instituições governamentais que lá atuavam (FAO, 1960 a). Se em grande parte dos escritos imperavam os dados, estatísticas e proposições, em outros, a análise dos técnicos ia além dos números. Um exemplo é o relatório escrito de 1960, que destacava que a criação de culturas geraria consideráveis benefícios para a região, cuja economia era baseada apenas na agricultura extrativa (FAO, 1960). Porém a resolução do problema exigia algo além da mera aplicação técnica: envolvia também a natureza e problemas sociais e econômicos da Amazônia. Os técnicos acreditavam que, por meio do incentivo, pesquisa e ensino, os habitantes da região poderiam plantar uma maior variedade de alimentos, como frutas e vegetais (FAO, 1960). Outro problema enfrentado pela chamada "Missão FAO" da Amazônia era a reduzida verba, repassada por uma agência que, à época, passava por diversas denúncias de corrupção, enfrentando inclusive uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados. Outro problema enfrentado era a falta de influência que a agência possuía junto aos outros órgãos que trabalhavam na região. Assim, os profissionais reclamavam que as propostas apresentadas pelos técnicos nos relatórios não tinham quaisquer consequências práticas sobre a Amazônia.

Os técnicos da agência ressaltavam que os trabalhos não teriam quaisquer efeitos caso o trabalho da FAO não viesse em conjunto com melhorias em serviços cujas responsabilidades eram do governo brasileiro. Não só na área agrícola residiam os problemas, mas também na imigração, transporte, educação e saúde e, por fim, na integração entre essas áreas. Os técnicos sugeriam também que a política federal deveria ser dirigida para o estímulo à produção da Amazônia por meio da criação de leis, pois, a seu ver, a legislação brasileira possuía o efeito reverso. Para acabar com o desperdício de recursos naturais seria necessário auxiliar os habitantes com materiais (sementes, tecnologia), assim como com a expansão de créditos, o estabelecimento de cooperativas e transporte barato, para que pudessem ter retorno financeiro de sua empreitada. A imigração dirigida também era alvo de críticas. Na visão dos técnicos, não seria necessário a vinda de elementos estrangeiros, mas sim elevar os níveis de vida da população existente na Amazônia, para que ela pudesse se multiplicar (FAO, 1960 b).

Em uma perspectiva mais ampla, as ideias contidas no relatório iam ao encontro de duas questões da época. Uma, a da necessidade de controle populacional. Como demonstra Hartmann, entre as décadas de 1920 e 1960, organizações como a International Planned

Parenthood foram formadas e buscavam conscientizar as elites políticas locais da importância do controle populacional. Essa estratégia foi seguida nos anos seguintes, através da doação de bolsas de estudos da Fundação Ford e dos Rockefellers para estudos que estabelecessem a associação entre o *boom* populacional e problemas sociais, como uma possível crise alimentícia em escala global (Hartmann, 1997). Assim, a própria região poderia abrigar aquela parcela que estava "sobrando" no mundo. Outra ideia era a de imigração, incentivada pelo governo Juscelino Kubitschek, (1956-1961) nas regiões à beira da estrada. Esse foi o período de construção da maior obra da SPVEA, a rodovia Belém-Brasília, a qual gerou um *boom* populacional local, políticas de colonização espontâneas e dirigidas (Velho, 2009). Como o então presidente afirmava, seria necessário surgir uma "civilização do nada" (Kubitschek, 2000). Mas o relatório, datado de 1960, demonstrava temor em relação aos imigrantes que começavam a ocupar os terrenos abertos pela Belém-Brasília: para os técnicos da FAO, seria necessário que o governo brasileiro controlasse de perto os novos habitantes da região, devendo, inclusive, proibir a acomodação de pessoas que não morassem em colônias bem organizadas e com as atividades agrícolas controladas (FAO, 1960 b). Por fim, havia a preocupação com a situação política da agência governamental, em especial com os homens que comandariam esse processo, vistos como responsáveis pelo fato de o Plano Quinquenal formulado pela SPVEA ter ficado longe de atingir suas metas:

> Os primeiros cinco anos não se desenvolveram de acordo com o programa. A imensidão da área, as precárias condições de comunicação (...) fizeram a tarefa da SPVEA muito difícil. Mas é comum que no desenvolvimento dos países os homens mesmo sejam elementos negativos – aqui não estamos falando do homem rural da Amazônia, o caboclo, mas daqueles que eram responsáveis por colocar o programa de valorização em operação. O orçamento e os técnicos não são utilizados de forma eficiente (...) muitas melhorias urgentes são necessárias (FAO, 1960:16).

O relatório destacava também que políticos conservadores da Amazônia pareciam preferir a continuação do sistema de economia extrativa, no qual o comércio (provavelmente o de aviamento) supria e dava créditos aos caboclos. Dessa forma, a maior parte dos pequenos agricultores da região acabava trabalhando em grandes fazendas, perpetuando assim o esparsamento da população local. Outra ação da agência internacional foi na área de pesquisa em doenças de animais, tendo em vista a possível criação de uma estação de tratamento veterinário. Entre os principais problemas enfrentados, estava a deficiência mineral presente nos gados, considerada uma das principais fontes de perda econômica na Amazônia. O veterinário da agência Paul Sutmoller redigiu relatório no qual apontava as dificuldades em seu trabalho. O laboratório de análise localizado em Belém estava passando por muitas dificuldades àquela

época (1960) e não contava com aparelhos suficientes para a elaboração de um diagnóstico considerado razoável (Sutmoller, 1960). Não foi possível ao veterinário visitar o Maranhão, Goiás e Mato Grosso, devido ao surto de malária que ocorrera nessas regiões. Devido à grande área que teria que ser estudada, ao pouco tempo destinado ao trabalho de campo e às dificuldades de transporte entre as regiões, o levantamento de dados foi considerado por Sutmoller superficial, carecendo de mais análises.

O desenvolvimento florestal

A maior parte do trabalho da agência na Amazônia ocorreu mesmo na área de desenvolvimento florestal. A história dos estudos da agência na região tem início em 1950, quando o engenheiro florestal Pierre Terver foi destacado dos quadros da FAO para instalar os serviços da organização no Brasil e, em visita à Amazônia, registrou em relatório que a região possuía uma considerável riqueza potencial em material lenhoso, mas que só poderia ser alcançada se o material fosse bem utilizado pelas técnicas de transformação e de uso que poderiam permitir comercializar os produtos (Heindsijk, 1963). Terver fez um diagnóstico da situação para que o plano de ação fosse pensado: a exploração florestal não existia; o custo dos transportes era proibitivo; as indústrias de transformação de madeiras se limitavam a serrarias mal equipadas, e o financiamento à indústria e ao comércio de madeiras tampouco existia em condições favoráveis. Em abril de 1951, o então ministro da agricultura João Cleophas assinou um acordo para a assistência florestal da agência na Amazônia, criando a missão que ficou constituída inicialmente pelos engenheiros florestais René Gachot, Kelvin McGrath e Maurice Gallant. A tarefa básica do acordo era localizar e estudar uma grande área florestal onde a produção de madeiras pudesse ser feita em condições favoráveis, visando o melhor rendimento econômico.

Em 1956 foi aprovada a Comissão Nacional da FAO, composta por membros de diversos ministérios – Relações Exteriores; Agricultura; Educação e Cultura; Trabalho, Indústria e Comércio; Saúde – e ainda da Comissão Nacional de Alimentação. Pelo decreto, a Comissão era subordinada diretamente ao ministro das Relações Exteriores, e tinha como função coordenar as atividades da FAO no país e servir de órgão de conexão entre a agência e as repartições oficiais e entidades públicas e privadas brasileiras que desejassem cooperação. Também cabia à Comissão divulgar informações, receber, orientar e prestar assistência às missões técnicas, além de auxiliar a FAO no contato com cientistas e técnicos brasileiros. Entre 1950 e 1966, as áreas estudadas cobriram um total de 19.095.000 hectares, formando uma

faixa irregular de 500 km de largura por 1.500 de comprimento. Pela primeira vez foram realizados levantamentos aereofotométricos sobre a região (Heindsijk, 1963).

A colaboração da FAO no setor da indústria madeireira e na valorização econômica da Amazônia se relacionou diretamente às ações do governo federal, que, desde os anos 1940 se preocupava com o problema das reservas naturais do país, tendo em vista a escassez de combustível e a necessidade de programas de reflorestamento (Ioris, 2008). Dessa forma, instituições foram criadas, como o Instituto Nacional do Pinho (INP) e o Instituto Nacional do Mate (INM). A colaboração da agência internacional foi mais um passo no sentido de ampliar os conhecimentos técnicos sobre as florestas e a subsequente exploração de seus recursos. Além dessas atribuições, existia a preocupação em formar mão de obra qualificada a partir da criação de escolas, cujos docentes seriam técnicos e engenheiros florestais. Em cooperação com os departamentos do Ministério da Agricultura, foram organizados cursos de treinamento para assistentes veterinários, para o auxílio em investigações sobre doenças de animais, formação de pastos e, em cooperação com os geólogos da FAO, para o trabalho de reconhecimento de solos (Brasil, 1960).

A Missão FAO, em seus anos de atuação, contribuiu para o surgimento do primeiro curso superior de ciências florestais no Brasil, a Escola Nacional de Florestas, criada em 1960 na cidade de Viçosa (MG). Foi criado também um centro de formação e treinamento em Santarém (PA). O plano de trabalho da FAO foi divido em duas partes. A primeira seria um programa de curto prazo para a melhoria imediata da produção madeireira existente, com a introdução de serrarias mecânicas e cursos de capacitação profissional. A segunda resultaria num projeto de longo prazo, que incluía vários inventários florestais para avaliar as áreas mais favoráveis ao desenvolvimento da indústria madeireira, a implantação de estações de pesquisa para o estudo da silvicultura tropical e a instalação de um projeto-piloto para produção de polpa e fabricação de papel. O inventário florestal foi levantado por 12 especialistas da agência, oriundos de diversas nacionalidades: holandeses, ingleses, estadunidenses, franceses, alemães, canadenses e australianos (Brasil, 1960). A partir da região amazônica, a missão FAO/SPVEA teve suas atividades estendidas em 1955 e 1956 a outros campos, a pedido do governo brasileiro. Este foi o primeiro levantamento desse tipo feito no país (Idem).

Em relatório para o governo brasileiro, os engenheiros florestais Gachot, Gallant e McGrath mostravam-se pessimistas em relação ao solo da Amazônia. Segundo eles, a região estava sofrendo grandemente com as divulgações de jornalistas mal informados que criaram a alcunha de "Inferno Verde" e de que lá seria o "celeiro do mundo". Na verdade, de acordo com os técnicos, tratava-se de uma região de solo pobre e de florestas de qualidade pobre. Fora áreas limitadas de várzea, os 99% restantes ofereceriam poucas perspectivas para a colonização de tipo tradicional, baseada na produção agrícola (Gachot, 1960). Tais impressões

foram reforçadas em relatório posterior escrito pelo técnico florestal O. H. Knowles em 1971, com a agência internacional já sob a égide da Sudam. Existiam poucas informações positivas a respeito da composição da floresta amazônica. Os inventários exploratórios realizados pela missão de assistência técnica indicaram que a região possuía tipos florestais contíguos, com natureza botânica heterogênea (Knowles, 1971).

Mesmo frustrando as expectativas quanto às riquezas naturais da Amazônia, o trabalho da FAO foi visto por alguns membros da agência como uma vitória do redirecionamento da agência para a área de cooperação técnica. N. A. Osara, então diretor do setor de florestas, afirmou, após visita de inspeção, que a viagem para a Amazônia tinha sido inspiradora, pois lá estava um ótimo exemplo do que as missões realizadas pela agência, por meio da assistência técnica, poderiam realizar (Heindsjik, 1961). Assim, esse tipo de trabalho deveria se expandir da forma mais rápida possível. Ou seja, os esforços da agência apontavam para uma vitória do desenvolvimento, tanto no âmbito internacional quanto no país. Um exemplo desse êxito foi a descoberta de mogno às margens da então recém-construída rodovia Belém-Brasília (Idem). A intenção de Osara era realizar, de forma conjunta, o trabalho de desenvolvimento da indústria madeireira na região e um serviço de colonização dirigida pelo Estado brasileiro. Mesmo com esses êxitos, a missão FAO não teria uma trajetória tranquila no país.

Ruídos na comunicação

O ingresso da Amazônia na modernidade pretendida pelas agências envolvidas nesses trabalhos esbarrava em problemas clássicos da região, como a economia do seringal. Alguns percalços ocorreram, como demonstra o relatório produzido pelo especialista em Geologia C. Mahadevan:

> Devo levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Senhor Caetano Costa, da firma Costa & Rocha, Seringalistas do Machadinho (...) não somente recusou-me cooperação e ajuda, mas enviou mensagem secreta aos seus gerentes, instruindo-os a não nos dar qualquer assistência. Alguns deles fizeram-me compreender que se eu prosseguisse com o serviço estaria trespassando propriedade alheia (...) A jornada somente poderia ser feita com mulas e as mulas não nos puderam ser fornecidos pelos seringueiros, posto que eu tivesse oferecido pagamento pelo aluguel. Estive sob perigo de ser atacado por alguns ex-sentenciados, como Anorine, de Anápolis, foragido da justiça, que já tem em seu crédito várias mortes, que é o gerente dos seringalistas de Anápolis (Mahadevan, 1956: 52).

O trecho acima expõe as dificuldades enfrentadas pelos técnicos nas intervenções na sociedade amazônica. Os seringalistas não aceitariam as mudanças na região de forma simples, mesmo recebendo políticas favoráveis naquele período. Após a tentativa fracassada de elevar a produção de borracha durante o período de guerra, o governo lançou em 1947 a Comissão de Defesa da Borracha, que protegia os industriais da borracha no mercado interno, monopolizando a compra e estocando as quantidades do produto que excedessem as necessidades do mercado nacional. Além disso, os técnicos encontravam problemas com a própria situação física da Amazônia. Mahadevan, em seu relatório, ressaltou as dificuldades de levar a pesquisa adiante. Considerou as regiões por ele visitadas como absolutamente subdesenvolvidas e esparsamente habitadas, apresentando perigo nas cachoeiras e corredeiras (Mahadevan, 1956). Em outro trabalho de campo, o técnico Fritz Ackermann foi enviado para a mesma região do rio Machadinho, no território do Guaporé, para pesquisar sobre um suposto depósito de minério de estanho. A viagem foi um completo fracasso, pois o técnico e sua equipe nada encontraram. As dificuldades de locomoção foram muitas, como expõe Ackermann em seu relatório. Ele aponta o tempo percorrido para chegar até o ponto de pesquisa dando "uma ideia do que significa viajar naquela região": de Belém a Porto Velho, por avião, demoraram 11 horas; de Porto Velho a Angustura (rio Ji-Paraná), 48 horas (Ackermann, 1960). Andaram de burro por cinco horas até chegar a Boa Vista e, de lá foram a pé para Anápolis (GO), numa viagem que durou 7 horas. Por fim, no relatório, além da frustração por não encontrar o minério, Ackerman expôs o desconforto a que os membros de sua equipe foram submetidos:

> Embora que se tratava de um trabalho perdido conseguimos levar tudo até o fim sem que houvesse o mínimo desgosto de parte a parte. Como não se pode evitar, a viagem foi uma prova dura para Dr. Ross, nosso companheiro. Desacostumado à vida rude aqui na Amazônia não foi tudo como se desejasse que fosse. Mas cremos que ele não terá motivos para queixas fora do nosso alcance (Ackerman, 1960: 20)

A SPVEA passou por dificuldades no curso de sua trajetória, que atingiram inclusive as cooperações internacionais, em especial no início do anos 1960. Entre 1958 e 1960 o governo Juscelino Kubitschek sofria diversas acusações de corrupção e desvio de dinheiro em decorrência das duas principais obras do período (a construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília). Entre os problemas enfrentados estava principalmente o não repasse de verbas previstas para a agência. Consequentemente, em 1964, os trabalhos da FAO na Amazônia foram praticamente interrompidos. Diante dos problemas enfrentados pela missão, o então superintendente Mário de Barros Cavalcanti discursou na entrega dos diplomas aos operários:

> Quando assumimos a direção da SPVEA, deparamos com uma situação de descrédito, e até mesmo de indiferença por parte dos técnicos da missão. Nada mais natural, senhores, que esse sentimento de tristeza diante de tudo quanto se fez em detrimento dos superiores interesses da coletividade. Não seria admissível aos ilustres técnicos da FAO que essa identidade (FAO--SPVEA), cuja criação representa uma elevação de atitude de todos os povos, em atenção às necessidades dos menos favorecidos, permanecesse alheia ao que se passava na SPVEA de ontem. Fizemos ponto final em tudo isso, restituído aos especialistas da Missão FAO o tratamento adequado ao seu elevado merecimento, pela convicção que temos de que de seu criterioso trabalho, muitos benefícios advirão para a Região, que ainda hoje é tão carente de conhecimento das suas próprias riquezas e possibilidades (Cavalcanti, 1976: 471).

Djalma Batista, importante intelectual da Amazônia, e contemporâneo dessa empreitada, destacou que um dos principais aspectos negativos da SPVEA foi o "destrato" com a FAO. De acordo com ele, a demora no pagamento de verbas foi uma das dificuldades desanimadoras enfrentadas, o que levou a uma procrastinação "insuportável" na execução dos programas (Batista, 1976). Assim, teria faltado também o envolvimento de brasileiros para trabalhar ao lado dos técnicos estrangeiros, os quais deveriam manter a continuidade do trabalho. Essas dificuldades fizeram com que os programas perdessem consistência e estímulo, de tal maneira que apenas dois técnicos da FAO continuaram a trabalhar na Amazônia na década de 1970: Jean Dubois, engenheiro florestal, e H. O. Knowles, técnico em madeira (Batista, 1976). Além de questões de ordens financeiras, a dificuldade no trato entre os comandantes das agências também deram o tom da relação entre a SPVEA e a FAO.

Entre as reclamações da agência estavam as condições administrativas locais desfavoráveis e a desavença com o então superintendente da SPVEA, Arthur César Ferreira Reis. O representante regional da FAO, William Cásseres registrou em correspondência suas impressões sobre Reis, que, por sua vez, quando deixou o comando da SPVEA, não lhe dirigiu a palavra, nem ao engenheiro responsável, René Gachot. Cásseres afirmou que essa atitude era fruto da ignorância, da vaidade e do orgulho ferido de Reis (Bizzo, 2012). Em palestra por ocasião do congresso intitulado *Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia*, em 1977, o ex-superintendente da SPVEA também apontou os problemas com a agência internacional, demonstrando que a relação entre as duas organizações apresentava desconfianças mútuas:

> A FAO veio trabalhar conosco, para fazer os inventários regionais. Passados uns três meses, chamei o coronel Gachot, oficial do Exército Francês, chefe da delegação da FAO, e perguntei: "E os relatórios que vocês iam elaborar? – Ah! Estamos mandando para a FAO – Mandando para a FAO? Em Roma? Espere. Vocês estão a serviço do Governo Brasileiro. Os relatórios vão ser entregues aqui! – Ah, não mandamos para lá." Respondi: "Vão ficar informados do seguinte:

> se dentro de 24 horas esses relatórios não estiverem em minhas mãos, e de agora por diante se os originais dos relatórios não forem entregues à Superintendência de Valorização, vocês hoje mesmo deixarão Belém do Pará, regressando ao Rio de Janeiro, e de lá pra Roma, porque eu não admito isso. Estão aqui a serviço do Governo Brasileiro. O que apurarem é para nós, e não para Roma." Imediatamente os relatórios apareceram. De vez em quando temos de deixar de lado um pouco a cerimônia e usar certos processos. Daí porque me dizem que sou violento (Reis, 1977: 90).

Conclusão

Em meio aos conflitos geopolíticos característicos da Guerra Fria, diversas agências internacionais foram criadas sob a égide do *Desenvolvimento*. Como demonstra Sachs (1999), existia a fé nas ferramentas disponíveis para a resolução de problemas relacionados aos então chamados países de "terceiro mundo". Intervenções bem- sucedidas, acreditavam as potências ocidentais, poderiam inclusive evitar que os países periféricos fossem seduzidos pelo comunismo. O texto aqui exposto buscou demonstrar que, entre projetos e teorias, existiram as práticas organizações, as quais representaram duros golpes na confiança tecnocrática de muitos dos *policy-makers* da época.

Um dos nortes metodológicos foi a noção de que não ocorreu, necessariamente, uma assimetria entre essas instituições, pois todas, de alguma forma, tiveram que se adaptar às condições locais. É importante ressaltar o confronto entre as noções prévias sobre a Amazônia e as pesquisas levadas adiante pelos técnicos da FAO, bem como o confronto entre as perspectivas modernizantes e racionais características desses profissionais e as questões sociológicas que grassavam na região. Outro ponto importante também foi a interferência do intenso debate político vivido pelo país entre os anos 1946-1964 na distribuição de leite em pó da UNICEF, no qual personagens ainda ativos no noticiário político se utilizaram dessa ação em querelas locais. Outro ponto do artigo foi demonstrar que a região amazônica, mais que viver à margem do intenso processo discussões sobre a modernização de regiões periféricas, esteve plenamente integrada a esse contexto de "emergência" do desenvolvimento, na lógica do planejamento regional, no combate à fome e nos debates sobre o aproveitamento de recursos naturais.

Notas

1 A FAO foi criada em 16/10/1945, na conferência de Chateau Frontenac, no Canadá. A partir da perspectiva de recuperação global no pós-guerra, a agência buscou se legitimar junto à comunidade internacional a partir

de convênios com países periféricos, com vistas ao desenvolvimento agrícola e à distribuição de alimentos (Staples, 1998). A UNICEF, criada em 11/12/1946, era um fundo de emergência que tinha como objetivo prover itens básicos para a população atingida pela Segunda Guerra Mundial. A UNICEF começou seus trabalhos como uma organização de emergência, distribuindo leite e outros alimentos para as crianças e tendo como foco o trabalho com grupos escolares. À medida que a Europa começou a se recuperar com a ajuda financeira do Plano Marshall, esses programas foram estendidos para outras áreas do mundo, como o Brasil (Gillespie, 2003).

2 Como marcos institucionais, é possível destacar a criação do Instituto Nacional de Estatística, posteriormente rebatizado como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934, do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e do Instituto Agronômico do Norte, em 1937, do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, e da Fundação Brasil Central, em 1943.

3 Destacamos aqui a obra *Tesouro descoberto do Rio Amazonas* do jesuíta João Daniel, escrita entre 1757 e 1776.

4 No Brasil das décadas de 1950 e 1960, a UNICEF recebeu o nome de Fundo Internacional de Socorro à Infância.

Referências bibliográficas

ACKERMANN, Fritz L. *Relatório de viagem de pesquisas sobre um suposto depósito de minério de estanho (cassiterite) no Rio Machadinho, afluente do Rio Ji-Paraná – Território Federal do Guaporé*. Belém: FAO, s/d [1960].

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia (análise do processo de desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

BIZZO, Maria Letícia, Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. *A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas, 1940.

_____. *Diário do Congresso Nacional*, 22/08/1958 e 20/11/1959.

_____. *Planejamento transforma a Amazônia*. Belém: SPVEA, 1960.

_____. *Primeiro Plano Quinquenal*. SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas – o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAVALCANTI, Mário de Barros. *Relatórios SPVEA –1964-1966. Da Spvea à Sudam (1964-1967)*. Belém, março de 1967.

CNME. I Semana da Merenda Escolar. In: *Boletim da Campanha Nacional da Merenda Escolar*. Rio de Janeiro, 1957.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira; LIMA, Mônica Barros. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Relatório final da pesquisa Alimentação escolar no Brasil: política e instituição. Belo Horizonte: Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura, março de 1982.

CUETO, Marcos; HOCHMAN, Gilberto. Apresentação. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online], v. 22, n. 1, 2015, pp. 175-176.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, nº 19, junho de 1992.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: construcción e desconstrución del desarrollo*. S. l: Grupo Editorial Norma, 1998.

FAO. Crop Production in selected areas in the Amazon Valley. *FAO Report nº 1254*. Report to the Government of Brazil. Rome, 1960.

_____. Development of grazing and fodder resources in the Amazon Valley. *FAO Report n° 1238*. Report to the Government of Brazil. Rome, 1960.

GACHOT, René; GALLANT, M. N.; MCGRATH, K. P. *Desenvolvimento florestal no Vale do Amazonas – Relatório ao governo do Brasil (FAO Report nº 171)*, 1960.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *In search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Duke University Press, 2013.

GILLESPIE, James A. International organizations and the problem of child health, 1945-1960. *Dynamis. Acta hisp.Med.Sci.His.Illus*, n. 23, 2003.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

HARTMANN, Betsy. Population control I: birth of an ideology. *International Journal of Health Services*, vol. 27, n. 3, 1997.

HEINSDIJK, Dammis. Forest survey in the Amazon Valley. *Unasylva*, v. 15, n. 4, 1961.

_____; BASTOS, A. de Miranda. *Boletim nº 6 – Inventários florestais na Amazônia*. Ministério da Agricultura – Serviço Florestal – Setor de Inventários Florestais. Rio de Janeiro, 1963.

HOCHMAN, Gilberto. From autonomy to partial alignment: national malaria programs in the time of global eradication, Brazil. *CBMH/BCHM*, 25:1, 2008, p.184.

_____; BIRN, Anne Emanuelle. Carta dos editores convidados, *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v.13, n.3, Rio de Janeiro, julho/setembro 2006.

IORIS, Edviges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v. 3, n. 3, set-dez 2008.

KNOWLES, O. H. *Perspectiva das oportunidades de investimentos no desenvolvimento da indústria florestal da Amazônia brasileira*. Belém, Assessoria de Programação e Coordenação, Divisão de Documentação, SUDAM, 1971.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal – Coleção Brasil 500 Anos, 2000.

LATHAM, Michael. *Modernization as ideology. American Social Sciences and the "Nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 2000.

MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Do que se come – uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2014.

MAHADEVAN, C. Relatório sobre o reconhecimento geológico das regiões do rio Machadinho e o rio Jaci-Paraná-Rio Branco, Território de Rondônia. *Relatório FAO nº 1538*. Belém, 26 de maio de 1956.

MAIA, João Marcelo. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso). Rio de Janeiro, v. 6, 2000.

MOREIRA, Eidorfe. *Conceito de Amazônia*. SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação. Belém, 1956.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado), Nitérói, UFF, 2011.

REIS, Arthur César Ferreira. População e ocupação territorial. *Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia. Confederação Nacional do Comércio*. Belém, 1977.

SACHS, Wolfgang. Introduction. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *The development dictionary – a guide to knowledge as power*. New York: Zed Books, 1999.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "discurso do Rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, n. 40, jul-dez. 2007.

SHRIMPTON, Roger. Nutrição em lactentes de um bairro de Manaus, Amazonas. *Acta Amazonica* 7(2), 1976.

STAPLES, Amy L. *Constructing international identity: the World Bank, Food and Agriculture Organization and the world health organization*. Dissertation, The Ohio State University, 1998.

SUTMOLLER, Paul. *Veterinary medicine in the Amazon Valley – Contributions to the knowledge of animal diseases in particular of mineral deficiencies*. Rome: FAO, 1960.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição on-line), 2009.

"Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?": os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963)

"Who is more useful to the country: the one that plants or the one that remains in the city and just eats?": the peasants of the state of Rio de Janeiro and their struggles for land expropriation (1962-1963)

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200005

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro é mestre em História Social pela UERJ (2009), doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV (2015) e pós-doutorando em História na UFRRJ (desde 2015) (felipe_ffp@yahoo.com.br).

Artigo recebido em 30 de julho e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2015.

Resumo

Este artigo pretende analisar as formas de mobilização de um grupo de trabalhadores rurais frente às constantes ameaças de despejo, entre os anos de 1962 e 63. As terras em questão, localizadas no município de Magé (RJ), eram ocupadas por posseiros e vinham sendo reivindicadas como propriedade da Companhia América Fabril, que mantinha duas unidades têxteis nas redondezas. Desse modo, pretendemos identificar as principais reivindicações e propostas desses trabalhadores, que adquiriram maior visibilidade a partir da repercussão das passeatas que realizaram em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; formas de mobilização; luta pela terra.

Abstract

This article analyses the ways in which a group of peasants faced the constant threats of eviction between the years of 1962 and 63. The lands in question, located in Magé, were occupied by squatters and were being claimed as its property by the Companhia América Fabril, which owned two textile units nearby. Thus, we intend to identify the main demands and proposals of these workers, who acquired greater visibility after the impact of the marches they held in Niteroi, then capital of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: peasants; forms of mobilization; struggle for land.

Résumé

Cet article analyse les formes de mobilisation d'un groupe de paysans contre la menace constante d'expulsion, entre les années 1962 et 63. Les terres en question, situées dans la ville de Magé, étaient occupées par des paysans et étaient revendiquées comme de sa propriété par la Companhia América Fabril, qui possédait deux unités textiles à proximité. L'intention est d'identifier les principales demandes et propositions de ces travailleurs, qui ont acquis une plus grande visibilité après l'impact des marches organisées à Niteroi, alors capitale de l'Etat de Rio de Janeiro.

Mots-clés: paysans; formes de mobilisation; lutte pour la terre.

Amanhecia naquela sexta-feira 11 de janeiro de 1963, e a família de lavradores acordou bastante apreensiva, pois um despacho judicial de despejo estava prestes a ser concretizado. Cerca de 150 soldados da Polícia Militar, acompanhados por agentes da polícia política e capatazes da Companhia América Fabril, se aproximavam para garantir a ordem do juiz. A empresa reivindicava a propriedade de uma vasta faixa de terras na região do Rio do Ouro, circunvizinha à sua fábrica de tecidos localizada em Pau Grande, no município de Magé (RJ).

Um filme passava pela cabeça do casal capixaba, que pouco mais de um ano antes havia deixado sua terra natal, praticamente expulso pelo "mundo sem lei da fronteira agrícola", que arrancou do campo, entre outros, diversos colonos das fazendas de café do Espírito Santo. Diante de uma "vida cheia de incertezas, vida sem grandes esperanças", o casal resolvera partir para o Rio de Janeiro carregando os filhos, pois o que lhe restava era "aventurar-se" (Mello e Novais, 1998: 578, 580, 586). Já em território fluminense, a família soube através de uma emissora de rádio que havia terras disponíveis em Magé, onde uma cooperativa estava sendo organizada e, em breve, uma tal de reforma agrária se tornaria realidade.

Assim como outros migrantes recém-chegados, o casal gastou praticamente todo o dinheiro que tinha para "comprar o direito" de um posseiro que, amedrontado diante das perseguições de policiais e capangas, resolveu se retirar daquela área em litígio.[1] Instalando-se naquelas terras, a família construiu sua nova casa em mutirão com os demais posseiros – eram cabanas bem modestas, normalmente feitas de sapê – e logo iniciou uma pequena plantação, também modesta, que servia mais para sua subsistência. A simplicidade das casas e plantações não era apenas uma consequência da falta de recursos do grupo, mas uma recomendação das próprias lideranças do movimento, que advertiam a todos: "Olha, vocês num faz casa, não... faz barraco de capim porque vai haver despejo. Depois que houver despejo é que nós vai consertar tudo isso. Tem que haver despejo primeiro" (Silveira-Lindoso, 1983: 34).

O despejo realmente aconteceu. Mas foi precedido por uma longa e dramática disputa que se estendeu entre os meses de novembro de 1962 e janeiro de 1963. O juiz de Magé concedeu liminar em favor da América Fabril logo que a empresa impetrou uma ação de reintegração de posse, sendo também instaurado um inquérito policial para investigar as ações dos

"invasores". Desde então, o despejo era prometido. Os posseiros pediram ajuda à Associação de Lavradores de Magé, que acabou tomando as rédeas do movimento (Pureza, 1982: 56-57).

O primeiro mandado de despejo previa a retirada dos posseiros às vésperas do Natal, no dia 20 de dezembro. A Associação de Lavradores, com o apoio da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), negociou seu adiamento junto à América Fabril e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) por intermédio dos advogados do Plano Agrário.[2] No decorrer das tratativas, o despejo foi remarcado para depois da celebração natalina. Porém acabou não acontecendo por conta da recusa do governador José de Carvalho Janotti em atender ao titular da comarca de Magé, que havia requerido o apoio de tropas policiais. Indignado com a postura de Janotti, o juiz Nicolau Mary Júnior solicitou intervenção federal no governo fluminense por desobediência à decisão judicial, pedido encaminhado para apreciação dos desembargadores do TJRJ. Mediante a ameaça, o governador recuou em sua decisão e enviou para Magé as tropas solicitadas, que chegaram a acampar nas proximidades da área (*O Fluminense*, 27/12/1962: 1).

Porém a nova tentativa de despejo, remarcada para o dia 29, foi suspensa a pedido do governo federal, devido à proximidade dos festejos de fim de ano e ao grave problema social que seria provocado com a decisão judicial, e também por conta do plebiscito que seria realizado no dia 6 de janeiro, a fim de escolher entre a permanência do sistema parlamentarista e o retorno ao presidencialismo (*O Fluminense*, 29/12/1962: 1).

De fato, o momento político no país era bastante delicado e com muitos impasses, particularmente desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Herdeiro político de Getúlio Vargas, ex-ministro do Trabalho e bastante vinculado ao movimento sindical, o vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era visto com maus olhos por setores conservadores, tanto é que os ministros militares tentaram impedir sua posse na presidência. Por fim, em setembro, mediante proposta de uma ampla coalizão de forças políticas, João Goulart assumiu o cargo, porém sob o regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD).

No estado do Rio de Janeiro, o ano de 1961 também foi conturbado. Em fevereiro, o governador Roberto Silveira, do PTB, faleceu vítima de um acidente aéreo. Em seu lugar assumiu o vice-governador Celso Peçanha, do PSD, que permaneceu pouco mais de um ano no cargo, pois se licenciou para concorrer ao Senado Federal nas eleições de 1962. Por isso, em julho, foi empossado como governador o presidente da Assembleia Legislativa, José de Carvalho Janotti, também do PSD.

Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores rurais ganhava corpo no país e passava a ter mais destaque nos meios de comunicação, sobretudo a partir de novembro de 1961,

quando foi realizado o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Com a participação de milhares de delegados, oriundos de 20 estados brasileiros, o congresso reuniu variadas forças políticas atuantes no mundo do trabalho rural – comunistas, Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), setores da Igreja Católica, entre outras –, e contou ainda com o apoio de sindicatos operários, do movimento estudantil, de diversos partidos políticos e do próprio presidente João Goulart, que esteve presente ao evento. Convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o congresso foi precedido por diversas conferências estaduais preparatórias e marcado pela divergência entre a entidade organizadora, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. Ao final, foi aprovada uma resolução conjunta que defendia uma "reforma agrária radical", proposta essa enfatizada pelas Ligas. Desde então consagrou-se o lema "na lei ou na marra", que significava privilegiar a ação direta dos camponeses na luta pela reforma agrária, com ou sem apoio legal. E toda a repercussão do evento e de suas proposições foi fundamental para o reconhecimento do trabalhador rural como um ator político importante no Brasil, tendo a reivindicação de acesso à terra se tornado um dos temas prioritários para a política nacional, que não poderia ser mais ignorado (Grynszpan e Dezemone, 2007: 220).

> (...) A conjuntura anterior ao golpe de 1964 foi um momento-chave nos debates em torno da questão da terra, em que se digladiaram defensores e opositores da reforma agrária. A opinião conservadora teve papel destacado entre os adversários das reformas, entretanto, o quadro ideológico e os alinhamentos políticos foram mais complexos do que pode parecer a um olhar superficial. Além dos conservadores, argumentos liberais, nacionalistas, socialistas e desenvolvimentistas alimentaram as polêmicas políticas e ideológicas da época, confrontando-se e, eventualmente, mesclando-se nas diversas propostas que surgiram para enfrentar a questão agrária. O tema da reforma agrária polarizou o debate político nos anos 1960 (...). (Motta, 2006: 252).

Desse modo, o presente artigo busca analisar as mobilizações dos trabalhadores rurais de Magé contra os mandados judiciais de despejo nas terras reivindicadas pela Fábrica Pau Grande, da América Fabril, entre o final de 1962 e o início do ano seguinte. Por meio de passeatas realizadas na cidade de Niterói, então capital fluminense, as reivindicações desses trabalhadores adquiriram maior visibilidade e força política. Por outro lado, essas mobilizações serviram de pretexto para a instauração de um inquérito policial na Delegacia de Magé em 1962, por ordem do juiz da comarca, onde vários trabalhadores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por "liderarem mobilizações sindicais e a ocupação de uma área pertencente à Companhia América Fabril, com o objetivo de desencadear, na prática, a Reforma

Agrária". Esse processo compõe o acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, registrado como BNM 302, tido como "o mais antigo a apurar episódios ligados ao meio rural" (Arquidiocese de São Paulo, 1985: 126).

Investigando o caso

Ao buscarmos compreender os meandros do conflito que se estabeleceu em Magé entre posseiros e a América Fabril, consideramos que os autos do inquérito instaurado na delegacia da cidade – depois revertido em Ação Penal junto ao Supremo Tribunal Militar (STM) – configuram um documento primordial de pesquisa, principalmente ao serem cotejados com outras fontes.

Em setembro de 1962, a Companhia América Fabril enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, informando que as terras da empresa estavam sendo "invadidas por inúmeras pessoas que para ali são levadas em bandos por caminhões", e afirmando que essas ações estariam sendo organizadas por "pessoas ou grupos interessados em subverter a ordem pública, porquanto levam grande quantidade de alimentos que armazenam nas matas, demonstrando o firme propósito de lá se estabelecerem e que constitui um assalto" (BNM 302: 28).

Simultaneamente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das propriedades denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro), tendo obtido rapidamente uma liminar do juiz de Magé em seu favor. Entrementes, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública, enviando à cidade um agente policial exclusivamente para proceder "minuciosas investigações em torno dos lamentáveis acontecimentos que se desenvolveram na região em litígio" (BNM 302: 27). E foi justamente com base no relatório produzido por esse agente que o juiz determinou a instauração do inquérito.

Em uma detalhada Parte de Serviço, contendo oito páginas, o investigador Idemar da Silva Soares relatou que foi várias vezes à região, caracterizada por uma extensa área de terras, cujos limites e confrontações não lhe foi possível determinar, mas cujo acesso era "facilitado por estradas". Afirmou ter encontrado caminhões transportando "grande quantidade de madeira e lenha" – retiradas das matas – e um "rol de pessoas que pareciam ir apossar-se de terras (...), afora grande quantidade de homens que seguiam a pé". Apreendeu bilhetes e colheu informações, indicando que "três indivíduos disputam a primazia no encaminhamento dos lavradores para ocuparem as terras": Orlando Jacintho, Aprígio Ferreira da Silva e Terezinha Villanova, todos recebendo "ordens de Gerson Chernicharo, que por sua vez deve obedecer ordens superiores" (BNM 302: 30-31).

De acordo com o investigador, Gerson, "que se diz agrônomo", era presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, sediada em Duque de Caxias. Orlando teria ligações com a Federação dos Círculos Operários Fluminenses e seria o responsável pela cobrança da matrícula e das mensalidades dos lavradores da região em favor da associação presidida por Gerson. Já Aprígio, conhecido como "Baiano", teria se dirigido para aquelas terras no início de 1962 e passado a liderar os posseiros juntamente com Orlando, tendo inclusive organizado a invasão de outras propriedades "pela força", juntamente com Terezinha Villanova (BNM 302: 31-34).

Esse grupo liderado por Gerson Chernicharo, de fato, obedecia a ordens superiores, não identificadas pelo investigador naquela ocasião, mas que provinham do deputado federal Tenório Cavalcanti, então candidato ao governo fluminense. Conforme acompanhamos em seu jornal *Luta Democrática*, as primeiras incursões do parlamentar junto aos lavradores de Magé se deram a partir de Suruí, nas proximidades da Estrada Santo Aleixo–Piabetá, e posteriormente desembocaram nas terras reivindicadas pela América Fabril, próximas do Rio do Ouro, que cortava a estrada. Gerson era o representante de Tenório naquela região e se apresentava como presidente tanto da associação mencionada no relatório policial quanto da Central Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, entidade também sediada em Duque de Caxias.[3]

> Às margens do Rio do Ouro localiza-se a Estação 2 da Central Agrícola do Estado do Rio. A terra presta-se a várias culturas e os lavradores, num trabalho de sol a sol, arrancam ao solo o milho, a batata, o feijão, etc. Infelizmente, a área lavrada é muito pequena. Grileiros mantém vastidões de terras inativas na região, dificultando a expansão do esforço dos lavradores, ameaçados de despejo. Acompanhando o deputado Tenório Cavalcanti, a reportagem da *Luta Democrática* esteve no local (...). Entretanto, a finalidade principal da visita de Tenório Cavalcanti a Rio do Ouro foi outra. Motivou a ida do líder fluminense à Estação nº 2 da Central Agrícola o convite feito pelos lavradores ao candidato do povo ao Ingá, através do líder camponês Gerson Chernicharo, candidato a deputado estadual, para que fosse ele lançar a primeira pedra do edifício onde se instalarão o posto médico, salas de reunião, escola, biblioteca e cooperativa (*Luta Democrática*, 20/03/1962: 5).

Às vésperas da eleição, Tenório esteve novamente em Magé, agora visitando diversos distritos, porém priorizando os bairros operários e a "colônia agrícola" do Rio do Ouro.

> Tenório falou aos camponeses (...). Assegurou que, no governo, iria fazer uma reforma agrária, para dar terra a quem vive na terra. Disse que os camponeses não seriam absolutamente perseguidos, porque a polícia, com ele no poder, seria um órgão de proteção do povo e não uma máquina de opressão dos que trabalham e dos que querem viver em paz. (...). (*Luta Democrática*, 04/10/1962: 5).

Convém ressaltar que, àquela altura, o candidato Tenório Cavalcanti e os comunistas – via ala dissidente do PSB fluminense – já estavam em sintonia, atuando juntos na região. E os comunistas logo foram identificados pelo investigador em seu relatório: Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant'Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza. Eles teriam como propósito investir na "subversão social" e por isso "entraram em entendimentos com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele". Ainda segundo o agente policial, mesmo com a ação de reintegração de posse obtida pela empresa, o movimento de pessoas levadas por Gerson se intensificou, chegando a um total de "quase quatro mil" (BNM 302: 34-35).

Embora essa quantidade pareça exagerada, a migração para o município parece ter sido realmente intensa. Ao longo do inquérito, são constantes as referências – sobretudo em depoimentos – acerca da chegada de "indivíduos estranhos à localidade", oriundos "de outros municípios [fluminenses] e mesmo do Estado do Espírito Santo" (BNM 302: 64). Embora ainda não tenhamos dados mais substanciais sobre esse processo, é possível supor que as notícias de "terras disponíveis para plantar" em Magé, durante a década de 1960, tenham tido efeitos populacionais similares aos das notícias de emprego nas fábricas de tecido nos anos 1940. Muitas delas foram veiculadas no próprio jornal de Tenório, por meio de anúncios, com maior incidência a partir de 1959:

> Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa (*Luta Democrática*, 26/02/1959: 4).

Um dos migrantes que foram intimados pela polícia a depor foi o lavrador Antônio Dias Fonseca, de 29 anos, que se mudou para a Fazenda Porto Rico em setembro de 1962, por intermédio de Gerson Chernicharo. Ele havia saído com sua família do município fluminense de Campos, "onde era colono na lavoura de café" (BNM 302: 67). Outro depoente foi o lavrador Aldamario de Oliveira, de 24 anos, que em 1961 saiu do estado do Espírito Santo, rumou para Duque de Caxias, onde trabalhou na construção civil, e no ano seguinte partiu para o Rio do Ouro, "para lhe ser entregue um terreno" cercado por "diversas pessoas com seus barracos prontos e fazendo lavouras" (BNM 302: 84). Os lavradores japoneses Hitoski Nakamura, de 49 anos, e Kasuthoshi Tadaki, de 45, vieram de regiões distintas. Nakamura residia na localidade de Papucaia, entre Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, e foi para Magé em 1962 por intermédio de um compatriota que lhe informou que lá "as terras eram boas" (BNM 302: 670v). Já Tadaki trabalhava no Núcleo Colonial de Santa Cruz e morava em Itaguaí em

fins de 1962, quando uma caravana passou por lá convidando "todos que quisessem ganhar terra, que embarcassem no caminhão, porque ia haver distribuição (...) nas proximidades da fábrica América Fabril", e transportou "umas sessenta pessoas" (BNM 302: 324). Residente no estado da Guanabara, Manoel Firmino dos Santos, de 36 anos, encontrava-se empregado quando "teve notícias que no município de Magé, num determinado lugar, estavam sendo distribuídas terras para lavradores", e resolveu partir para essa empreitada, pois "tencionava melhorar [de vida] para ir apanhar sua família no Norte" (BNM 302: 87).

E havia ainda trabalhadores da própria região, como os sitiantes da empresa têxtil, entre os quais Mario Nogueira, de 55 anos, que "trabalhava calmamente em suas lavouras, cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato que firmara com a Companhia América Fabril" (BNM 302: 78), e aqueles que trabalhavam na lavoura "pra uns e outros", como Carlos Telles, de 24 anos, que se assustou com "uma leva enorme de pessoas estranhas" para "serem colocadas em terras à margem daquela estrada de rodagem" (BNM 302: 86).

Esses são apenas alguns exemplos, entre dezenas de depoimentos colhidos pela polícia ao longo do processo, de pessoas que largaram tudo (ou quase tudo) e partiram em direção àquelas terras buscando uma vida nova. Para o investigador Idamar, entretanto, nem todos eram lavradores, "dada a sua visível inadaptação ao trabalho rural". Segundo ele, os "verdadeiros" trabalhadores rurais são indivíduos que "merecem amparo, em vez de reprimendas; compreensão, em lugar de represálias; trata-se de homens que vêm suportando terríveis humilhações por não poderem dispor de um mínimo necessário à subsistência da família, em geral, numerosa", pois – prossegue o relatório – "na sua desilusão não escondem sua mágoa pelos prejuízos morais e materiais que vêm sofrendo por acreditarem nas promessas de falsos líderes" (BNM 302:35-36).

Nesse sentido, os argumentos que permearam boa parte do inquérito foram, primeiramente, não reconhecer que algumas lideranças eram trabalhadores. Até mesmo na qualificação dos interrogados era comum encontrar trechos como, por exemplo, "se diz lavrador" ou "consta que nunca trabalhou em sua vida" (BNM 302: 5 e 82, passim). Em seguida, foi reforçado que uma das consequências das invasões era a devastação de extensas áreas florestais para a venda de lenha, particularmente nas proximidades do manancial que abastecia as duas unidades da América Fabril e sua respectiva vila operária, "pondo em risco flagrante (...) não só a fábrica como também a população da localidade denominada Pau Grande", conforme assinalaram os peritos do Departamento de Polícia Técnica (BNM 302: 9). Outro argumento foi enfatizar o recolhimento que as associações realizavam junto aos posseiros para o pagamento de mensalidades e da joia (valor pago no ato de inscrição em uma sociedade, semelhante a uma matrícula), constando inclusive na denúncia oferecida pelo promotor da

comarca Ellis Hermydio Figueira, em junho de 1963, após uma primeira fase de investigações, que "modestos lavradores, ludibriados com as murmurejadas de 'gratuitas distribuições de terras', por parte do sindicato e associações de lavradores, são despojados indevidamente de importâncias, de cujo ganho se fez em trabalhos penosos", ao passo que para os líderes do movimento, segundo o promotor, a "distribuição das respectivas glebas aos seus prosélitos" tornou-se um "negócio rendoso" (BNM 302: 9, 11 passim).

Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando "planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social", tendo em vista que, "sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos" (BNM 302: 10). Sob esse aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses "bandos" nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros "estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti", que "garantiria a permanência nas terras" (BNM 302: 52-53).

Essa singularidade teria inclusive motivado conflitos entre as lideranças ligadas a Tenório e ao PCB, principalmente após a derrota eleitoral do deputado ao governo fluminense. "Ele ofereceu até algumas ajudas, sabe como é... (...) De homens mesmo, pra valer, né. Nós rejeitamos apoio armado. Não quisemos porque era de uma fonte duvidosa. Então não aceitamos", recordou Manoel Ferreira de Lima em uma entrevista (Lima, 1982). E durante as investigações afirmou ele em depoimento que Gerson Chernicharo, devido a divergências políticas, se afastou daquela região aproximadamente em dezembro de 1962 e depois "desapareceu", juntamente com outros aliados (BNM 302: 360).

As desavenças, porém, não significaram um rompimento entre essas forças políticas, nem tampouco o afastamento de Tenório Cavalcanti das mobilizações camponesas. O que observamos é uma inflexão nos métodos utilizados, passando a conformar o que José Pureza denominou uma "nova forma de luta". "Aos companheiros que queriam topar o negócio no gatilho, nós aconselhamos que não era possível, porque não dava certo. (...) O fato é que nós ganhamos a opinião da massa e modificamos a forma de luta, levando todo mundo pra Niterói" (Pureza, 1980).

O próprio Pureza citou o caso da América Fabril em seu livro de memórias, argumentando que "a resistência armada nem sempre demonstra ser a forma mais adequada

para evitar os despejos". Recordou que naquela região atuava um "elemento que dirigia os camponeses visando seu próprio interesse" e "apelidava o nosso movimento de subversivo", o que teria afastado muitos camponeses dos representantes da FALERJ. Segundo o autor, ele recolhia dinheiro dos lavradores sob a alegação de que o montante seria usado para cuidar dos interesses do grupo, mas após o juiz conceder uma liminar em favor da empresa têxtil para a reintegração de posse, os lavradores acabaram procurando a federação. Quando foi ao encontro do "tal elemento" em Magé, ele teria defendido uma "resistência à bala" frente ao iminente despejo, tendo inclusive combinado uma senha com os lavradores da região: ao lançar fogos de artifício, eles apareceriam "com armas e munições". Desconfiando disso, Pureza teria feito o "teste dos foguetes" – conforme recordou – para provar que a ideia de uma resistência armada não surtiria efeito e, de fato, os lavradores não atenderam àquela convocação. Foi a partir daí que a FALERJ e a associação local "deram encaminhamento da luta", passando a denunciar "em praça pública a violência contra os lavradores" (Pureza, 1982: 57-58).

Pesquisadores como Silveira-Lindoso, que analisou especificamente esse grupo de trabalhadores rurais, e Mario Grynszpan, que abordou o movimento na Baixada Fluminense, também apontaram para o relevante significado dessas manifestações públicas.

> Nesse momento, já o movimento social desencadeado pela 'invasão' assumia uma nova feição, pois outras forças sociais – que não os jagunços do Tenório – começaram a participar do movimento e de sua condução. (...) Adotando a tática de pressionar as autoridades através de manifestações públicas, a federação [FALERJ] organizou uma manifestação em Niterói (Silveira-Lindoso, 1983: 35).

> Num nível mais superficial, as manifestações nas cidades serviam para tornar visível, aos citadinos, a situação vivida pelos lavradores. Mais profundamente, no entanto, elas contribuíram para transformar aquilo que, normalmente, seria uma questão localizada entre um grileiro e um grupo de posseiros, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, numa questão social. Desta forma, produzia-se um debate em torno da questão, atraía-se a solidariedade aos setores urbanos e procurava-se deslegitimar a ação dos grileiros, dificultando, ao mesmo tempo, decisões favoráveis a estes por parte da polícia ou da justiça (...) (Grynszpan, 1987: 148-149).

Por certo, não cabe aqui estabelecer uma dualidade entre militantes comunistas como defensores da "resistência legal" *versus* correligionários de Tenório como ícones da resistência armada. Uma forma de luta não anulava necessariamente a outra, e a distinção está mais relacionada à memória construída pelas lideranças da FALERJ, na tentativa de se desvencilhar da aliança que selaram com o deputado de Duque de Caxias.

Embora o PCB, a ULTAB e a FALERJ priorizassem em suas teses as ações legais, formas de luta armada eram de quando em vez estimuladas pela imprensa comunista e por alguns grupos ligados ao partido. A própria federação dos lavradores fluminenses atuou em formas de resistência armada na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, no ano de 1961; e também na região do Imbé, localizada no município de Campos, em 1963, quando terras de uma usina "grileira" foram ocupadas por trezentos lavradores.

> O recurso às armas ou à lei, a aproximação maior ou menor com as autoridades constituídas, as ocupações de terra não podem ser derivados estritamente dos diferentes momentos da trajetória do PCB. A imprensa é eloquente em indicar que essas opções têm que ser entendidas por meio do recurso a elementos mais complexos, como as concepções dos quadros locais do partido, as disputas políticas regionais ou estaduais, que compunham o quadro político no qual as ações se davam, o que incluía inclusive as disputas por falar em nome desse segmento que então se organizava, a própria capacidade do partido em expressar as reivindicações dos 'camponeses', fazendo com que nas palavras de ordem mais gerais, o que era considerado como seu interesse, em algum momento expressassem as experiências vivenciadas por esses segmentos (...) (Medeiros, 2000: 235-236).

As passeatas pela desapropriação

Com as seguidas ameaças de despejo, diversos jornais intensificaram a cobertura sobre o conflito nas terras reivindicadas pela América Fabril. Alguns chegaram a enviar repórteres para a região e a colher depoimentos de lavradores.

> Percorrendo algumas palhoças, tivemos oportunidade de observar a extrema penúria das famílias nela residentes e de ouvir suas desditas. O lavrador Francisco da Silva Rosa, pai de treze filhos, sete dos quais pequenos, declarou que ali chegara há dois anos. Como crente que é, afirmou que, ao examinar a qualidade da terra, não teve dúvida de que estava diante do paraíso. E, então, começou a plantar de tudo, porque tudo dava. Agora, vê-se na contingência de ficar ao desabrigo e sem ter o que dar aos filhos. Aliás, vamos reproduzir textualmente suas últimas palavras à reportagem: "Eu aqui sofro calado e não peso no bolso de ninguém. Com meus filhos trabalho da manhã à noite e todos nós comemos o que esta abençoada terra nos dá. Por que, meu Deus, só aparece que nos queira prejudicar?" O Sr. Wantuil de Azevedo Ramos, pai de cinco filhos e que já possui um neto, é esposo de D. Perciliana Correia. Com a fisionomia abatida disse: "Vim do Espírito Santo há dois anos na mesma leva dos outros. Esquecido neste recanto, onde só aparece quem nos quer explorar, não vivo bem, é verdade, mas não passo fome. Entretanto, sinto-me apavorado. Por que nos deixaram plantar e só agora nos querem

> expulsar?". E concluiu: **"Quem é mais útil ao país: aquele que 'pranta' ou o que fica na cidade só 'cumendo'?"** (...) Finalmente, colhemos as impressões do lavrador mais antigo na Fazenda Rio do Ouro [a reportagem não cita seu nome]. Há 42 anos mora ali mesmo com sua mulher Lurdes Soares e mais quatro filhos. (...) Muito conformado ao saber que seria despejado, se limitou a dizer: "Eu só queria saber onde andam os candidatos que passaram por aqui, antes de 7 de outubro. Só falavam em reforma agrária e até nos prometeram máquinas. Pelo que vejo vou acabar acompanhado com minha família lá na Assembleia [Legislativa] "(...) (*O Fluminense*, 30/12/1962: 1; 11 passim. Grifo nosso).

Após a realização do plebiscito, os lavradores da região partiram para a capital, em 8 de janeiro de 1963. De acordo com o relato do dirigente da FALERJ José Pureza, que se encontrava em Magé desde a véspera, o transporte para Niterói foi obtido com muita dificuldade. Primeiramente, no dia 7, conseguiu-se o caminhão de um comprador de lenha, porém com pouco combustível. Um pequeno grupo seguiu nesse caminhão até Piabetá, onde recebeu apoio financeiro de um "conhecido do tesoureiro do sindicato". O grupo abasteceu o caminhão e passou a madrugada transportando lavradores do Rio do Ouro até a praça de Piabetá, próximo à estação de trem. No dia 8 pela manhã, o grupo conseguiu o auxílio de mais dois caminhões, além de contribuições dadas por trabalhadores que passavam a caminho do emprego. Então todos partiram para o centro de Niterói. "Mulheres e crianças tiveram preferência no caminhão. O restante do povo foi dividido em comissões (...). Pegavam o trem e depois, na Praça XV, atravessavam de barcas para Niterói. O ponto de encontro foi marcado na praça São João". Já no centro da capital, os lavradores conseguiram uma bandeira brasileira junto ao sindicato dos rodoviários, estenderam-na em plena praça, e as lideranças começaram a discursar para os curiosos, expondo toda a situação e pedindo a "solidariedade do povo às crianças dos lavradores, sem alimentação desde a véspera". Em pouco tempo, a bandeira foi coberta por contribuições em dinheiro, chegando a "encher três vezes" (Pureza, 1982: 59-60).

Sabiamente, os lavradores buscavam o apoio da população às suas reivindicações, bem como enfatizavam em entrevistas aos jornais que, caso o despejo se confirmasse, iriam mendigar no centro da capital. Realizaram passeatas no centro da cidade e acamparam em frente à Assembleia Legislativa. Enquanto isso, lideranças do movimento buscavam o apoio de parlamentares para intermediar um encontro com o governador, conforme destacou o jornal *O Fluminense*, que acompanhou o caso por bastante tempo.

> Cerca de trezentas famílias de lavradores da Fazenda de Rio D'Ouro, situada em Magé, se concentraram ontem nas imediações do edifício sede da Assembleia Legislativa, ali pernoitando ao relento. Ameaçados de despejo, os camponeses vieram reivindicar o apoio dos parlamentares, tendo o presidente da Federação dos Lavradores de Magé, Sr. Manoel Ferreira de Lima, mantido

> demorada palestra com o deputado Sá Rego, por intermédio de quem solicitou audiência ao governador Carvalho Janotti. Como o chefe do Executivo alegasse se encontrar muito atarefado, o encontro, segundo chegou ao nosso conhecimento, somente se deu tarde da noite. (...) Falando ao "O Fluminense", o camponês Demócrito Antunes Belmonte declarou o seguinte: "Quando chegamos a Rio D'Ouro, tudo era mato, puro. Com o nosso esforço lavramos a terra e transformamos a cobiçada área numa região fértil. Agora, a ambição de latifundiários nos atirará na mais negra miséria. Sou pai de cinco filhos e, como eu, muitos outros também têm família numerosa. Por isso, não oferecemos resistência à polícia. Já que a Justiça determinou o despejo, podem derrubar e queimar os nossos barracos. Pacificamente, protestamos na Avenida Amaral Peixoto. Com as nossas mulheres e crianças, acamparemos em toda a extensão daquela artéria e imploraremos a caridade pública" (*O Fluminense*, 09/01/1963: 1).

> Após parlamentarem com o Governador Carvalho Janotti, tiveram a desilusão de ouvir do chefe do Governo que nada poderia fazer. De volta à Assembleia Legislativa, como já fosse tarde da noite e a condução (ônibus) só sairia pela manhã, os lavradores e suas famílias, alguns com crianças recém-nascidas, pernoitaram no prédio da Assembleia Legislativa, dormindo, inclusive, nas cadeiras do plenário (*O Fluminense*, 11/01/1963: 7).

Sem obter uma resposta positiva das autoridades, os lavradores de Magé acabaram sendo surpreendidos com a efetivação do despejo, no dia 11. Plantações foram destruídas e barracos derrubados ou incendiados. De acordo com lavradores que permaneceram na posse e não foram à Niterói, o gerente da América Fabril acompanhou toda a ação de despejo, tendo inclusive ameaçado: "Se a invasão voltasse, os métodos agora seriam diferentes". Denunciaram ainda – ao periódico *Última Hora* – que o juiz de Magé "sempre foi muito ligado ao gerente Aníbal Ferreira" e "nem ao menos quis ver de perto os nossos dramas". Com o marido em Niterói na passeata, a lavradora Maria Ferreira Amorim disse à reportagem que foi acordada pelas autoridades para a consumação do despejo: "Nem deu tempo de tirar o berço do meu garoto". Já Ramira das Neves reclamava de não ter para onde ir, reivindicando que "aos menos eles nos deem um canto de terra para construirmos um sapê para nossos filhos" (*Última Hora*, 12/01/1963: 3).

O *Luta Democrática* também publicou reportagem sobre o despejo, caracterizado como "mais uma violência contra o homem do campo", sendo registrados "toda a sorte de arbitrariedades, incêndios e saques". Na ocasião foi entrevistada a lavradora Primitiva Pereira da Silva, que não era posseira, mas sitiante da América Fabril. Mesmo assim, teve sua plantação incendiada durante o despejo, tendo recebido uma indenização da empresa têxtil que foi considerada por ela como irrisória. Perguntada se iria acionar a Justiça, a lavradora respondeu que não, pois "ali tudo se arranjaria favorável à companhia" (*Luta Democrática*, 12/01/1963: 1-2).

No mesmo dia do despejo, à tarde, os lavradores que estavam em Niterói partiram para protestar em frente ao prédio do TJRJ e "acabaram dormindo no saguão contíguo aos cartórios da Vara Criminal, transformando-o em albergue", tendo as crianças se alimentado com leite doado por "pessoas desejosas de prestar sua solidariedade aos flagelados" e preparado "na cozinha do Sindicato dos Rodoviários" (*O Fluminense*, 12/01/1963: 1). Durante a noite, o governador assinou o decreto que desapropriou a área em litígio, o qual foi publicado no dia seguinte.

Considerações finais

Com a notícia da desapropriação, um grupo de lavradores partiu, no dia 12, para protestar em frente à casa do juiz de Magé – que residia em Niterói – reivindicando a suspensão judicial do despejo.[4] Receoso, o magistrado chegou a se refugiar em um quartel do 3º Regimento de Infantaria do Exército, mas não tardou para que a suspensão fosse conquistada pelos posseiros. "Foi todo mundo para a FALERJ. Aí nós falamos: 'Vamos pressionar o juiz!' (...). Fomos 'no peito'. Não era comum fazer isso. Era considerado um desrespeito", recordou Bráulio Rodrigues (Silva, 2008: 35). A maioria dos lavradores retornou para Magé em ônibus do Serviço Estadual Rodoviário e de Viação Elétrica (SERVE), cedidos pelo governo fluminense.

Quanto ao "desrespeito" citado por Bráulio, podemos dizer que ele repercutiu fortemente em dois sentidos opostos. Primeiramente, as passeatas em Niterói pela desapropriação das terras em disputa com a América Fabril configuraram-se como um símbolo da conquista de direitos na memória dos trabalhadores rurais de Magé, sendo relembradas em diversos outros momentos decisivos na trajetória desse grupo – e não apenas pelas lideranças camponesas, mas também pelos mais modestos lavradores, como aquela família capixaba que veio "se aventurar" em Magé. Por outro lado, no entanto, as passeatas também consagraram esses trabalhadores como "subversivos" que estavam pondo em risco a Segurança Nacional, especialmente aos olhos do Poder Judiciário.

A própria declaração de José Pureza aos jornais à época – falando em nome da FALERJ – evidenciava um clima de tensão entre os Poderes: "O processo de desapropriação já estava pronto há muito tempo, mas só não havia sido assinado ainda porque o ato melindraria a Justiça, já que esta havia determinado o despejo" (*Última Hora*, 14/01/1963: 2).

Independentemente da cautela do governo fluminense em decidir pela desapropriação, não tardou para o pedido de intervenção federal, solicitado pelo juiz de Magé, voltar à pauta no TJRJ. Tal fato teria provocado a renúncia no dia 18 de janeiro do governador Janotti, que foi substituído justamente pelo presidente do tribunal Luis Miguel Pinaud. Quanto às lideranças mais proeminentes do movimento dos lavradores de Magé, todas foram enquadradas

na Lei de Segurança Nacional, sendo que o juiz Nicolau Mary Júnior ainda tentou efetuar a prisão dos vereadores comunistas Darcy Câmara e Astério dos Santos logo após as passeatas em Niterói, sob a alegação de que "estavam insuflando os posseiros à resistência" (*O Fluminense*, 12/01/1963: 1).

A parceria entre os trabalhadores rurais e urbanos foi assim muito importante ao longo dessas manifestações públicas, destacando-se a atuação dos têxteis em Magé e dos rodoviários em Niterói, aspecto inclusive valorizado por José Pureza em entrevista ao *Terra Livre* quando visitou a redação do jornal, em São Paulo, acompanhado do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, logo após a desapropriação.

> Àqueles posseiros não restou outra alternativa senão a de passar à luta pela desapropriação daquelas terras. E assim, sob comando da federação e da associação local e com a ajuda dos sindicatos operários, os posseiros fecharam suas casas e marcharam para a cidade de Niterói (Capital do Estado), e com a solidariedade moral e material do povo acamparam na praça pública, e daí passaram para o Palácio da Justiça e de lá só saíram quando obtiveram dos desembargadores a promessa da desapropriação, com a qual já estava de acordo o Governador do Estado (...). Não tendo o juiz cumprido sua palavra, os lavradores, num grande comício em Magé, explicaram ao povo da cidade o que ocorria (...). Uma grande comissão de mulheres e operários foram à Fazenda Rio do Ouro levar roupas, sapatos e muitas outras coisas para aqueles lavradores (*Terra Livre*, fev/1963: 5).

A partir dessa experiência considerada vitoriosa no Rio do Ouro, os lavradores de Magé – articulados com lideranças sindicais têxteis, o prefeito e alguns parlamentares – passaram a estabelecer novas frentes de atuação no município, visando à expropriação de outras fazendas. Com o golpe de 1964, no entanto, todos esses processos de desapropriação encaminhados pelo movimento foram suspensos, e teve início um período de forte repressão aos trabalhadores rurais. Apesar disso, as memórias das passeatas permaneceram vivas e impulsionaram uma rearticulação desse grupo. Como resultado, em 1973, foram desapropriadas pelo governo federal terras atribuídas à América Fabril que eram reivindicadas pelos camponeses de Magé havia mais de uma década, configurando-se a primeira desapropriação de terras registrada no estado do Rio de Janeiro desde 1964, marco importante na trajetória dos trabalhadores rurais fluminenses.

Ao estudarmos dinâmicas mais específicas do mundo rural – como foi o caso dessas passeatas – buscamos contribuir com uma historiografia que ainda carece de maiores pesquisas sobre trabalhadores rurais brasileiros no pré-1964. Sobre esse período, os estudos sobre as Ligas Camponesas ainda predominam, em detrimento de análises sobre o movimento sindical e os próprios comunistas, conforme apontado por Clifford Welch:

> No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. (...) Na história de São Paulo (...), a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das ligas abriram espaço que permitiu à Igreja ganhar 'a corrida da fundação e reconhecimento dos sindicatos dos padres'. Precisamos de estudos que examinem a história na escala estadual e que possibilitem uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais (Welch, 2010: 38-39).

Da mesma forma, faz-se necessário problematizar e questionar os argumentos que privilegiam uma dicotomia entre o rural e o urbano, herança de uma série de estudos sociológicos das décadas de 1950 e 60, que, inspirados pela noção de modernização, fizeram com que persistisse no imaginário acadêmico uma divisão estrutural que caracteriza o rural como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de progresso. Portanto, pesquisas que abordam simultaneamente aspectos rurais e urbanos têm apresentado resultados promissores, descortinando fenômenos sociais bastante relevantes.

Nesse sentido, convém observar que o discurso predominante no movimento dos lavradores fluminenses de certo modo respondia a algumas demandas dos chamados "trabalhadores urbanos", como o combate à carestia de alimentos e às miseráveis condições de vida dos operários. Evocando representações similares à da fala do posseiro Wantuil Ramos, que serve como epígrafe deste artigo, o líder camponês Manoel Ferreira de Lima recordou uma argumentação que apresentou ao juiz que o investigava: "Nós temos como objetivo aumentar o número de proprietários, não só prender o pessoal no campo para evitar criar favela na cidade, mas também a fornecer mais produção para os trabalhadores da cidade para evitar uma série de misérias" (Lima, 1980).

Notas

1 Há diversas referências nas entrevistas à "compra de direitos", sugerindo um certo rodízio de pessoas naquela área. Quando posseiros mais antigos resolviam deixar o grupo, vendiam "suas terras" a outros (muitas vezes recém-chegados), alegando que, quando viesse a desapropriação, o novo posseiro receberia a sonhada escritura. Nesse acordo informal, ao comprar "o direito da terra", aquele migrante recebia a chamada "escritura do abraço", conforme recordações de trabalhadores rurais que permaneceram na luta.

2 O Plano Agrário era um órgão estadual remanescente do Plano Piloto de Ação Agrária, desenvolvido no governo de Roberto Silveira.

3 Essa Central Agrícola e suas respectivas estações, ao que tudo indica, não possuíam registro formal, mas configuravam uma espécie de "projeto piloto" do candidato para estimular a agricultura fluminense.

4 De acordo com os depoimentos pesquisados houve outra ida de lavradores para Niterói no decorrer da luta pela desapropriação, porém não foi possível precisar quantas "idas" ocorreram.

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BNM 302. Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em <bnmdigital.mpf.mp.br>. Acessado em 13/12/2014.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

_____; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Manoel Ferreira de Lima. Entrevista concedida a Sônia Gonzaga. 01/12/1980. Acervo da pesquisadora.

_____. Entrevista concedida a Leonilde Medeiros. 1982. Acervo CPDA/UFRRJ.

LUTA DEMOCRÁTICA [periódico]. Disponível em <memória.bn.br>. Acessado em 13/12/2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000. v.4.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

O FLUMINENSE [periódico]. Disponível em <memória.bn.br>. Acessado em 13/12/2014.

PUREZA, José. Entrevista concedida a Leonilde Medeiros, 20/02/1980. Acervo CPDA/UFRRJ.

_____. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), USP, São Paulo, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ, Seropédica, RJ, 2011.

TERRA LIVRE [periódico]. Disponível em <memória.bn.br>. Acessado em 13/12/2014.

WELCH, clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná, 1963)

Social and environmental transformations of the rural landscape after an environmental disaster (Paraná, Brazil, 1963)

Letícia Aparecida Paixão e
Angelo Aparecido Priori

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200006

Letícia Aparecida Paixão é mestre em História na linha de Política e Movimentos Sociais (2015) pela Universidade Estadual de Maringá e membro do Laboratório de Pesquisa em História Política e Movimentos Sociais (LAPPOM) da mesma universidade (leepaixao@gmail.com).

Angelo Aparecido Priori é professor associado do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (angelopriori@uol.com.br).

Os autores agradecem à Capes, à Finep e à Fundação Araucária pelo financiamento da pesquisa.

Artigo recebido em 28 de junho e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2015.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as transformações ocorridas na paisagem rural do estado do Paraná na década de 1960. Toma-se como referência um desastre ambiental (incêndio florestal) ocorrido no ano de 1963, que vitimou 110 pessoas e deixou milhares desabrigadas, além de destruir florestas e plantações. A hipótese principal é a de que o desastre foi resultado das relações dos homens com o meio natural. Por isso mesmo, é fundamental dar historicidade a essas relações, para compreender o real significado do evento e a forma como ele está inserido em um contexto mais amplo, marcado pela erradicação dos cafezais na região norte e pelo desflorestamento da região central do estado.

Palavras-chave: desastres ambientais; cafeicultura; floresta de araucária; incêndios; paisagem; Paraná.

Abstract

The article analyzes the transformations in the rural landscape of the state of Paraná, Brazil, in the 1960s. Focus is given to the environmental disaster (forest fire) occurred in 1963 which killed 110 persons, left thousands of them homeless, and destroyed forests and crops. The relationship between humans and the environment is the main hypothesis for such a catastrophe. It is thus highly relevant to give historicity to such relationships, in order to understand the true meaning of the event and how it is part of a wider context, marked by the eradication of coffee plantations in the northern region and the deforestation in the central region of the state.

Keywords: environmental disasters; coffee plantations; pine-tree forests; forest fires; landscape; Paraná.

Résumé

Cet article veut analyser les transformations vérifiées dans la campagne de l'état du Paraná dans les années 1960. Pour ce faire, on prend comme référence une catastrophe écologique (feux de forêt) survenue en 1963, qui a tué 110 personnes, a laissé des milliers sans-abri, et a détruit des forêts et des plantations. L'hypothèse principale est que cette catastrophe a été le résultat de la relation des hommes avec l'environnement naturel. Il est donc essentiel de donner de l'historicité de ces relations, à fin de comprendre la signification réelle de cet événement et comment il est inséré dans un contexte plus large, marqué par l'éradication des plantations de café dans la region nord et la déforestation dans la région centrale de l'Etat.

Mots-clés: catastrophes environnementales; café; forêts de pins (araucária); incendies; paysage; Paraná.

Introdução

Desastres ambientais podem ser definidos como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, traduzido em danos humanos, materiais e/ou ambientais e em consequentes prejuízos econômicos. De modo geral, os desastres ambientais são determinados a partir da relação entre o homem e a natureza. Resultam das tentativas humanas de dominar a natureza, que em sua maioria acabam derrotadas. Além disso, quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é que a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos aumentem (Kobiyama et al., 2006).

Em 1963, entre os meses de agosto e setembro, ocorreu no Paraná um incêndio florestal sem precedentes na história do estado. Aproximadamente 128 municípios tiveram sua infraestrutura afetada pelo fogo. Lavouras, pastos, casas, animais domésticos e selvagens, vidas humanas e reservas florestais foram consumidas pelas chamas que se espalharam pelo território a uma velocidade de aproximadamente 30 quilômetros por hora. Em fins de agosto a situação do Paraná era de calamidade pública. Incalculáveis riquezas foram queimadas, famílias ficaram desempregadas, desabrigadas, doentes e famintas. Essas pessoas passaram a integrar um novo contingente de homens "sacrificados": os "flagelados".[1]

A culpa imediata dos incêndios recaiu sobre a soma de três fatores: estiagem, geada e queimadas de limpeza. A longa estiagem, somada às geadas ocorridas naquele ano, criou uma paisagem de alta e fácil combustão que possibilitou que o fogo se alastrasse rapidamente pelo território devido à ação dos ventos, que propagaram as fagulhas. Quando as primeiras chamas surgiram, não puderam ser facilmente controladas. Essa justificativa imediata para os incêndios não considerava, porém, a conjuntura social, política, econômica e ambiental, que foi determinante para que o evento se tornasse de fato um desastre ambiental. Naquele momento ocorriam no Paraná dois processos distintos: o de colonização de novas áreas agrícolas na região oeste, responsável pelo desmatamento em grandes proporções, e o de erradicação e racionalização da cafeicultura no norte do estado, que liberava terras para novas culturas temporárias e pastagens.

Ao analisar os incêndios ocorridos no território paranaense não podemos tomá-los como um fato isolado. É preciso, ao contrário, inseri-los em uma conjuntura ampla. Culpar o

quadro climatológico do período, bem como a prática de queimada no campo, método ainda utilizado por diversos lavradores e por usinas de produção de açúcar e álcool, não parece ser uma resposta suficiente. Para compreender a forma e o significado que esse evento adquiriu é necessário buscar quadros explicativos mais amplos, analisar suas especificidades e, ainda, as características ecológicas, sociais, políticas e culturais da sociedade envolvida.

Em primeiro lugar, é preciso analisar a transformação que a paisagem do território paranaense sofreu a partir do processo de ocupação, bem como da introdução da cultura do café. A cafeicultura foi ganhando espaço, e florestas foram derrubadas para dar lugar às cidades e cafezais. À medida que os solos se esgotavam e a demanda do mercado se intensificava, novas terras passaram a ser exploradas. E à medida que a cobertura vegetal nativa era retirada, os efeitos dos eventos climáticos – as geadas – nos cafezais se tornaram mais intensos.

Em um segundo momento, é necessário analisar a ocorrência dos incêndios dentro da conjuntura da erradicação e racionalização da cultura do café que acontecia na época. A área liberada pela erradicação dos cafeeiros seria aproveitada para culturas de subsistência, melhorando o padrão de vida dos produtores e o abastecimento dos centros urbanos, e também para a cultura de outros produtos de exportação capazes de melhorar a receita. Enquanto a região norte do estado passava por esse processo de reocupação das culturas, a região central começava a implantar florestas artificiais. Na década de 1960, restavam poucos remanescentes das florestas de araucária, principal fonte de matéria prima utilizada pela Indústria Klabin, que, em virtude de tal esgotamento, passou a implantar diversas espécies de *pinus* e eucaliptos para abastecer sua fábrica.

Revisitar os incêndios de 1963 é entender, acima de tudo, que a sociedade produz e reproduz seu espaço de acordo com suas necessidades e com os recursos técnicos e econômicos de que dispõe, mesmo que tais meios resultem em desastres ambientais. Em linhas gerais, devemos compreender a natureza como parte e resultado de uma longa história cultural. Não podemos distanciar e separar seres humanos e natureza.

O café e o modo de ocupação da região norte do Paraná

A área danificada pelo incêndio que desestabilizou as estruturas ambientais, sociais e econômicas do estado do estado do Paraná em 1963 foi calculada em perto de 21 mil quilômetros quadrados (aproximadamente dois milhões de hectares). O incêndio se alastrou por uma extensão ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros e deixando centenas de pessoas desempregadas. Dados oficiais calculam que 2.548 pessoas ficaram desabrigadas, 1.058 feridas e 73 morreram (Paraná,

1963). Por sua vez, os jornais da época noticiaram que o fogo estava matando em média 10 pessoas por dia, sendo que no dia 9 de setembro 130 lavradores já haviam perdido suas vidas (*Última Hora*, 9/9/1963: 1). O número de mortos, feridos e desabrigados parece ser impossível de precisar por conta das divergências encontradas nas fontes consultadas.[2]

O interesse primordial deste texto está vinculado à questão dos incêndios enquanto um desastre ambiental prenunciado. Diversos autores, entre eles Alcántara-Ayala (2002), afirmam que a ocorrência dos desastres está ligada não somente à sua susceptibilidade, devido às características geoambientais, mas também à vulnerabilidade do sistema social sob impacto, isto é, do sistema econômico-social-político-cultural.

A região norte paranaense foi radicalmente transformada, em uma escala sem precedentes. A forma de ocupação e distribuição dos espaços e de utilização da natureza mudou, com a transformação da natureza na abstração da terra e a chegada de homens vindos de outras regiões do país e de outros continentes, com suas culturas e seus hábitos. Nesse sentido, a paisagem de hoje é o resultado da sobreposição de experiências humanas anteriores (Arruda, 2010: 292).

A cafeicultura paranaense foi uma continuação da "marcha para o oeste" do café, e a ocupação do norte do estado foi um fenômeno oriundo da expansão da fronteira agrícola paulista (Cancian, 1981; Priori, 1996). Teve início de forma branda no final do século XIX, quando ocupou primeiramente a região de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista, e tomou grande impulso a partir de 1920, em decorrência do rápido aumento do preço do café no mercado internacional a partir da Primeira Guerra Mundial (Silveira, 1998: 133).

Esse processo de ocupação resultou da conjunção de vários fatores, entre os quais podem ser destacados a qualidade das terras; a situação econômica nacional no contexto internacional depois da crise de 1929; a evolução da cafeicultura paulista nesse período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930. Some-se a isso a proibição de novos cultivos de café pelo governo do estado de São Paulo (Balhana, Machado & Westphalen, 1969: 83).

No Paraná, além dos fatores mencionados, contribuíram também para o desenvolvimento da economia cafeeira os incentivos do governo do estado à ocupação de terras devolutas de forma permanente e a crise pela qual passava a cafeicultura brasileira, sobretudo a paulista, que desde 1893 vinha adotando medidas restritivas à expansão. Em contrapartida, no mesmo período – fins do século XIX e início do século XX – as autoridades paranaenses procuraram incentivar e proteger a nascente cafeicultura do estado. Em suas mensagens ao Congresso Legislativo estadual em 1904 e 1905, as autoridades pediam não só a redução das taxas como a própria isenção de impostos de exportação por Paranaguá (Oliveira, 2009).

A cafeicultura paranaense se dinamizou no pós-guerra numa conjuntura diferente das anteriores. Foi a fase de maior vitalidade da expansão cafeeira no estado. O centro dinâmico da produção deslocou-se de São Paulo, e o café expandiu a fronteira agrícola do Paraná até a ocupação total das terras disponíveis (Cancian, 1981: 89). Tomando grande impulso na década de 1950, a cafeicultura atingiu na década de 1960 sua fase mais dinâmica. Em 1961, existiam 119.009 propriedades agrícolas no Paraná, das quais 72.337 se dedicavam ao cultivo do café. Como a lavoura e as estradas se situavam nos espigões, "a paisagem era a de um mar ondulante de cafezais rodeando cidades progressistas em função da renda proporcionada pelo café" (Pozzobon, 2006: 92).

Com os altos preços do café, houve uma natural tendência à monocultura, se não de modo generalizado, pelo menos em alguns municípios. A monocultura foi em parte limitada pelo plantio intercalar e pela presença de pastagens, mas todo o norte do Paraná foi tomado por um verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 1960. Nesse momento, devido por um lado à queda dos preços do café em face da superprodução e, por outro, à ação governamental com programas de diversificação agropecuária e industrial, foi se acentuando a diversidade da exploração da terra (Cancian, 1981: 46-47).

Apesar da forte geada de 1942, a área plantada aumentou de 58.870 hectares em 1930 para 113.277 em 1945. O Censo Agrícola do Paraná de 1920 e os levantamentos do Departamento Nacional do Café de 1935 e 1942 demonstram que, se por um lado aumentou o número de propriedades que cultivavam café, por outro, diminuiu a área de cultivo em média por fazenda (Oliveira, 2009: 4).[3]

De acordo com Moro (1991: 63), a produção máxima das lavouras de café paranaenses ocorreu por ocasião da safra de 1961/1962, alcançando uma área de 1.620.798 hectares e uma produção de 2.555.155 toneladas, o equivalente a 58,32% da produção brasileira. Entretanto, ainda segundo o autor, no início da década de 1960 (safra de 1961) sobreveio o problema da superprodução, desequilibrandose a relação entre a oferta e a procura, e instalando-se sobre a cafeicultura brasileira uma acentuada crise de mercado que levou o governo a mudar o rumo de sua política agrícola. Esta foi então orientada, num primeiro momento, para a erradicação de cafeeiros considerados antieconômicos e sua substituição por pastagens e outras culturas. Uma sequência de geadas na década de 1960 resultou na diminuição das safras, mas o fator mais relevante foi a aplicação do Plano de Erradicação de Cafeeiros Antieconômicos - 1962-69, que levou o estoque brasileiro de café a praticamente a zero. A partir de 1969, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) passou a incentivar o Plano de Modernização da Cafeicultura, antes relegado a segundo plano em termos de prioridade (Moro, 1991).

Para sistematizar o plano de eliminação da produção excedente foi criado o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca), com o programa básico de erradicar dois

bilhões de cafeeiros antieconômicos, procurando ajustar a produção, que era de 36 milhões de sacas, para 24 milhões anuais, sendo 18 milhões para o mercado externo e 6 milhões para o mercado interno (Cancian, 1981).

A meta era erradicar 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos no Brasil, visando reduzir a produção e corrigir a estrutura econômica das regiões cafeeiras, com a implantação de agroindústrias para absorver a mão de obra liberada. No período 1962-1967 o Brasil erradicou 2,1 bilhões de pés de café (1,38 bilhão mediante indenização), dos quais 250 milhões só no estado do Paraná – o que liberou áreas para pastagens, milho, arroz, algodão e feijão. Cerca de 35 milhões de pés de café adicionais foram erradicados espontaneamente no estado. Para viabilizar a erradicação, adotou-se uma política de preços baixos responsável também pela eliminação de lavouras produtivas (Pozzobon, 2006: 18).

Em linhas gerais a erradicação foi uma resposta econômica, social e ambiental do período. A estrutura econômica das regiões do Brasil estava profundamente distorcida por conta da monocultura. A plantação extensiva do café, durante muitos anos o único produto com densidade econômica apreciável, relegou a um segundo plano as culturas de subsistência e de demanda do mercado interno. Essa estrutura agrária estava em desacordo com a atualização econômica que o país vivia naquele momento, marcada por um ritmo de crescimento demográfico muito acentuado e por um surto industrial em rápida ascensão. À medida que essas tendências foram se acentuando, mais inadequada se tornou essa estrutura agrária vigente no período (IBC-Gerca, 1962).

A cafeicultura brasileira, de maneira geral, já começava apresentar baixos índices de rendimento e produtividade gerados pelo depauperamento dos solos, pela idade avançada dos cafezais e pelas falhas agronômicas na implantação das lavouras, que influenciaram diretamente na qualidade do café. Tornava-se assim "difícil e antieconômica" a manutenção ou a melhoria das condições de produção dos cafezais (IBC-Gerca, 1962). A racionalização da agricultura foi a forma de defesa encontrada naquela conjuntura. Tratava-se de desfazer os efeitos que os preços altos e os incentivos aos novos plantios haviam provocado na década de 1950, para oferecer ao agricultor uma nova alternativa de renda, com a diversificação da agricultura (Cancian, 1981: 47).

As terras liberadas seriam aproveitadas para as culturas de subsistência, melhorando o padrão de vida dos produtores (sobretudo pequenos agricultores) e o abastecimento dos centros urbanos de consumo, bem como para outros produtos de exportação que melhorassem a receita de divisas. O estímulo à industrialização seria uma das constantes do plano em todas as suas fases, bem como a elevação do índice de vida dos trabalhadores rurais, da infraestrutura das regiões produtoras etc. (IBC-Gerca, 1962).

O principal objetivo era aumentar a produção de alimentos (o que a monocultura do café não proporcionava) assegurando, ao mesmo tempo, o equilíbrio da balança comercial. A produção de café seria realizada para atender aos mercados internacionais, enquanto que a diversificação da produção atenderia ao mercado interno. Nesse período, a tendência dos empresários agrícolas foi diversificar a produção e intensificar a pecuária, sem abandonar, contudo, a cafeicultura, que passou a um plano secundário.

De 1962 a 1969, as pastagens e as lavouras brancas (milho, feijão, arroz, soja e trigo) substituíram os cafeeiros erradicados. Enquanto declinava a participação da cultura cafeeira na economia agrícola paranaense, as lavouras de soja e trigo, estimuladas pelo capital financeiro, tinham sua participação aumentada (Moro, 1991:76).

Verifica-se que a sequência de geadas não foi considerada um fator preponderante para a erradicação dos cafeeiros. A ênfase que a imprensa dava aos prejuízos ocasionados pelas geadas acontecia porque esse fenômeno climático, que é costumeiro na região norte do Paraná, causava prejuízos materiais. Mas o fato a se levar em conta é que grande parte das lavouras de café atingidas não consideraram o limite climático que havia no estado para a expansão do café.

A cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Se os solos do norte paranaense, em grande parte constituídos de terras roxas de excelente qualidade, não ofereciam barreiras ao cultivo do café, o mesmo não se dava com o clima nem sempre favorável de outras regiões do estado (Silveira, 1998:133). O clima foi um fator decisivo para limitar a expansão da cafeicultura paranaense. O norte do estado possui um clima de transição entre o tipo subtropical e o tropical de altitude do oeste paulista. À medida que "caminhamos para o Sul", a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vai tornando impraticável a cultura do café (Muller, 2001: 91).

Dos fenômenos climáticos que ocorrem na região, as geadas, devido à cultura do café, se revestem de especial importância. O norte do Paraná é atingido por dois tipos de geada: a "branca" e a "preta". A geada branca corresponde a um "golpe de frio" local: devido à irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões territoriais. A geada branca ocorre principalmente no inverno, e é para escapar à sua ação que os cafezais procuram as terras mais altas – no norte do Paraná, de preferência as vertentes ensolaradas, de orientação N (norte) e NW (noroeste). A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa tropical-atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de bruscas quedas de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada, são então queimadas por congelamento (Muller, 2001: 92).

De acordo com Muller (2001), o perigo da geada preta para os cafezais é incomparavelmente maior que o da branca: ocorrendo no início do verão, quando as plantas não estão em repouso vegetativo, ela aniquila e mata, comprometendo seriamente a safra. Por várias vezes, principalmente nos anos de 1942, 1953 e 1955, o norte do Paraná foi duramente atingido pela geada preta, fato que comprova estar a região no limite mais meridional em que o café pode ser plantado sem definitivas impossibilidades climáticas.

No período de expansão da cafeicultura no Paraná geadas brancas e negras atingiram em certo grau as lavouras. Maack (1968) referiu-se aos impactos climáticos que poderiam advir em decorrência da devastação das matas pluviais e da sua substituição por cafezais. No início da expansão do café as consequências das geadas não foram tão profundas para as lavouras por conta da cobertura nativa que ainda existia na região. Mas à medida que o desmatamento de vastas áreas nativas deu lugar ao "mar ondulante verde" de café, os danos tornaram-se mais intensos, pois não havia florestas para proteger os cafezais.

Desmatamento: uma consequência da transformação da natureza em mercadoria

Não há como falar da ocupação do território e da expansão do café sem levar em consideração o desmatamento da região. A exploração dos recursos da natureza no território paranaense foi determinada pelo momento econômico vigente, que representou o fio condutor do processo de ocupação e organização espacial. A natureza foi manipulada de acordo com os interesses do capital, e o espaço modificado foi organizado e dotado da infraestrutura necessária para retirar todo o seu aproveitamento.

A devastação da mata subtropical no norte do Paraná foi realizada para o desenvolvimento da agricultura cafeeira. Esta foi, em primeira instância, conduzida pelas companhias colonizadoras de terras que organizaram o processo de povoamento. A troca das matas pelas estradas, da floresta pelos cafezais, dos animais silvestres pela pecuária comercial, ocorreu para promover o desenvolvimento econômico (Fogari, 2009: 11). A decisão do estado também valorizou a escolha do desenvolvimento econômico em detrimento do meio ambiente, o que resultou em uma grande devastação das áreas cobertas por florestas.

Para a formação dos cafezais eram procuradas as terras cobertas de matas de alta fertilidade natural, nas quais eram formadas as lavouras. Ao mesmo tempo em que ocorria o desmatamento das reservas nativas do norte do Estado, as matas – sobretudo as florestas de araucária – de outras regiões já se encontravam em um estágio avançado de devastação.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cobertura florestal do Paraná estava praticamente intacta, correspondendo a cerca de 80% de seu território (Gubert Filho, 2010: 15).

Mapa 1: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1890.



Área florestal: 16.762. 400 ha – 83,41% do estado. Fonte: Gubert Filho, 2010: 19.

Gubert Filho (2010) demonstra como os ciclos econômicos paranaenses influíram diretamente no processo de devastação das matas nativas do estado, uma vez que as atividades econômicas estiveram profundamente relacionadas com o processo de intervenção nas florestas de araucária. O autor inicia sua análise com o advento do ciclo madeireiro em 1888, após a inauguração da ferrovia ligando Curitiba ao porto de Paranaguá, quando a ocupação de áreas florestais foi se processando de forma acelerada, a ponto de, por volta de 1900, todo o planalto de Curitiba estar devastado.

Em 1910, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a União da Vitória, a atividade extrativa de araucária, imbuia, cedro e canelas foi "abrindo" o sul paranaense, e as serrarias "pipocavam" ao longo da chamada Linha-Sul, entre Ponta Grossa e União da Vitória. Em 1907 o Paraná editou o primeiro Código Florestal do Brasil, mas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18) a indústria do pinho progrediu extraordinariamente, a ponto de a extração da araucária tornar-se desenfreada (Gubert Filho, 2010: 16).

A partir de 1920, passou-se a dizimar imensas regiões de florestas do segundo Planalto paranaense, para a implantação de uma agricultura extensiva. Em 1926, o então deputado estadual Romário Martins alertou para a sistemática dilapidação dos pinhais e propôs um projeto de lei que alterava o Código Florestal do Estado. Esse projeto previa a desapropriação

de áreas destinadas à perpetuação do sertão paranaense, que seria mantido isento de alteração em sua fisionomia natural, e não permitia qualquer exploração econômica, sendo sua finalidade exclusivamente científica, moral e estética. Mas esse projeto de lei não foi aprovado, e a medida preservacionista, inédita para a época, não foi levada a efeito (Gubert Filho, 2010).

Mapa 2: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1930



Área florestal: 23. 902. 400 ha – 64,12% do estado. Fonte: Gubert Filho, 2010: 20.

Em 1945, houve a inauguração da Indústria Klabin, na localidade de Monte Alegre, no município de Telêmaco Borba, que mudou definitivamente a configuração da região da araucária no Paraná. Na década de 1960, essa indústria fornecia praticamente todo o papel de jornal utilizado pela imprensa nacional, com uma produção diária de 350 toneladas, além de outras 150 toneladas de celulose, papel *kraft* e papelão (Paraná, 1964).

No início de suas atividades, a Klabin consumiu boa parte dos remanescentes de araucária, sua principal matéria-prima. Mas diante de seu esgotamento, passou a fabricar celulose a partir do eucalipto e de várias espécies de *pinus*. Com o esgotamento da floresta natural, a Klabin começou a pôr em prática um plano de reflorestamento da região, visando garantir matéria-prima para o futuro de suas atividades. Como o aproveitamento industrial-econômico da araucária ocorre entre 20 e 25 anos de idade, a indústria optou pelo cultivo de espécies que dessem um retorno mais rápido, o que levou ao quase desaparecimento das florestas de araucária.

Em 1950, Reinhard Maack publicou um Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná,[4] o primeiro do gênero no Brasil. Tal mapa assinalava o rápido recuo da floresta de araucária. O primeiro e o segundo planaltos foram caracterizados como "regiões de matas devastadas", e o terceiro planalto aparecia relativamente preservado.

Mapa 3: Florestas de araucárias (1950)



Florestas de araucária, com taquaris e palmáceas (*Cocos romanzoffiana* predominantes, associados ainda com *Euterpe edulis* nas regiões mais quentes). Fonte: Valaski & Nucci, 2006: 7.

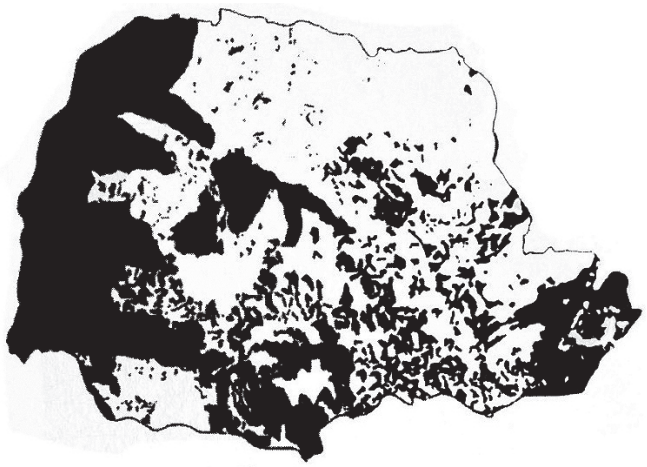
Em linhas gerais, o processo de colonização inicial ocorrido no Paraná tradicional consolidou-se até 1930. Tal consolidação foi diretamente proporcional ao desmatamento das florestas de araucária, que praticamente foram reduzidas à metade. Observa-se ainda uma segunda fase de aceleração do desmatamento da floresta de araucária, que pode ser associada à fase inicial da industrialização da agricultura, coincidente também com a aceleração do declínio das florestas no norte paranaense (Hauer, 2010: 35).

Em 1960 Maack ainda conseguiu registrar graficamente o ritmo de modificação da paisagem natural, mas cinco anos depois já não existiam dados precisos, pois as florestas remanescentes do segundo planalto haviam sido atingidas pelo incêndio florestal de 1963, incluindo os reflorestamentos de araucária da indústria Klabin (Gubert Filho, 2010: 18; Klabin, 1963).

É importante ressaltar que, após o incêndio de 1963, a Klabin passou a comprar as "lascas" provenientes das araucárias jovens remanescentes das florestas nativas. Após as derrubadas, as araucárias eram "lascadas ao meio" e embarcadas como lenha. Do sul do Paraná, vagões e vagões de lascas foram destinados à fábrica de celulose em Monte Alegre, gerando uma dilapidação sem precedentes dos pinheirais em regeneração. Mais uma vez, predominou a mentalidade extrativista e predatória (Gubert Filho, 2010).

Somente na década de 1960 o Paraná perdeu cerca de 240 mil ha/ano de florestas. Segundo Maack (1968), da área primitiva de 167.824 km² de florestas existentes no território paranaense, já haviam sido destruídos 119.688 km², restando, portanto, 48.136 km², sendo 32.204 km² da grandiosa floresta pluvial tropical e apenas 15.932 km² da floresta de araucária.

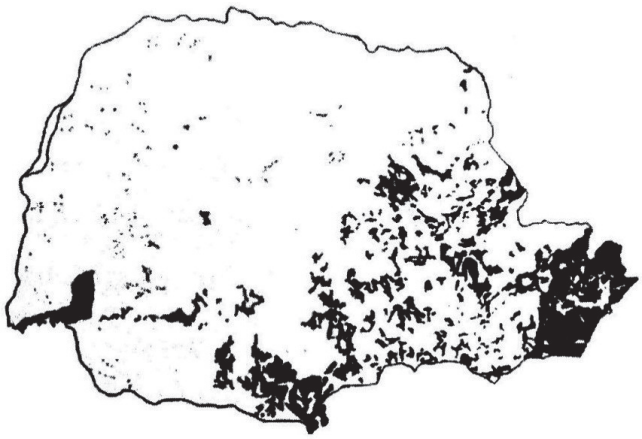
Mapa 4: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1965



Área florestal: 4.813.600 ha – 23,92% do estado. Fonte: Gubert Filho, 2010: 22.

Em apenas um século (1890 a 1990) o estado do Paraná reduziu sua cobertura florestal de 16.762.600 hectares, ou 83,41% de seu território, para cerca de 872.600 hectares, ou 5,20% de seu território (Gubert Filho, 2010: 24).

Mapa 5: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1990



Área de florestal: 872.600 ha – 5,20% do estado. Fonte: Gubert Filho, 2010: 23.

Atualmente restam remanescentes florestais na Serra do Mar, no Parque Nacional do Iguaçu e ao longo da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança, todos protegidos por Unidade de Conservação (Parques e Áreas de Preservação Permanente – APPs).

Devemos levar em consideração que nos dias atuais o Brasil publicou um novo Código Florestal (Brasil, Lei n. 12.651 de 25/05/2012),[5] instituindo regras gerais sobre onde e de que forma o território brasileiro pode ser explorado. Determinou também as áreas de vegetação nativa que devem ser preservadas e quais regiões são legalmente autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural.

O Código Florestal representa uma política pública para controlar o desmatamento desenfreado, classificando como criminoso aquele que pratica tal delito. Porém, mesmo com uma lei em plena vigência, ainda existem práticas criminosas que insistem em espoliar o meio ambiente. Mas qual o motivo da persistência em desrespeitar o meio ambiente e consequentemente as leis de preservação?

Segundo Hauer (2010) há um persistente passivo ambiental, representado pela manutenção dos baixos índices de cobertura florestal e dos processos de erosão e de contaminação ambiental. Para a autora, esse contexto é fruto do modelo de desenvolvimento adotado, que é resiliente às adequações ambientais.[6] A autora conclui que a adoção de metodologias socioambientais apropriadas é incompatível com o modelo de produção agrícola hegemônico, acarretando prejuízo aos resultados esperados pelos projetos de recuperação ambiental e, por consequência, à coletividade.

Os projetos e programas devem envolver os agricultores – que são os atores- alvos das ações e diretamente responsáveis por sua execução em campo. Considerando que a conservação e recuperação ambiental é um processo que requer a consolidação de parcerias, os programas e projetos decorrentes devem ter a participação dos parceiros em sua concepção (Hauer, 2010: 39).

Não se pode negar, porém, que se trata de um desafio que pode estar acima da nossa atual capacidade conjuntural e estrutural, principalmente devido a dois fatores interligados: a propriedade das terras e os modelos de produção. Até porque a grande perda de florestas no Paraná decorreu das intervenções nas grandes propriedades, que era onde se localizavam as grandes áreas florestais. Assim, os proprietários das terras apropriaram-se e dispuseram dos recursos naturais, bem como despojaram-se do poder para influenciar na seleção dos modelos de desenvolvimento (Hauer, 2010).

Os incêndios de 1963 queimaram um total de 2 milhões de hectares no Paraná, sendo 20.000 de plantações, 500.000 de florestas primárias e 1.480.000 de campo, matas secundárias e capoeiras (Soares, 1985: 3). Esse novo cenário no mundo rural e florestal, proporcionado pelos incêndios, trouxe à luz a necessidade do reflorestamento da região de araucária, já que a maior fábrica de papel e celulose da América Latina perdeu grande parte do seu patrimônio florestal, que era utilizado como matéria-prima na linha de produção (Klabin, 1963). Assim

sendo, a empresa introduziu novas de espécies de *pinus*[7] para impulsionar a economia florestal e "preservar" o restante de matas nativas que ainda havia no estado.

A crescente implantação de *pinus* no Brasil reflete o contexto econômico que o país viveu entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse período, discutia-se o modelo de desenvolvimento econômico que deveria ser seguido. Existiam basicamente duas correntes: uma que vislumbrava um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição das importações e na expansão do mercado doméstico, e outra que sugeria a adoção de um modelo de desenvolvimento orientado para a exportação. O modelo seguido pelo setor florestal brasileiro foi o da substituição das importações, sobretudo de papel, pela produção doméstica, de forma a dinamizar a economia nacional (Tuoto & Hoeflich, 2008: 6).

A adoção de tal modelo acabou por consumir o restante das matas nativas que havia no Paraná. O medo do esgotamento da matéria-prima fez com que as fábricas de papel e celulose instaladas no estado, sobretudo a Klabin, se preocupassem com o reflorestamento e até mesmo com a melhoria genética das araucárias. No entanto, esqueceram-se de que em florestas implantadas – principalmente quando há condições climáticas favoráveis – o fogo se alastra com mais facilidade, como enfatiza Ronaldo Soares: "de maneira geral povoamentos implantados são mais sujeitos aos incêndios florestais e oferecem condições mais favoráveis a sua propagação do que os naturais intocados" (1985: 40).

A propagação dos incêndios, embora pareça um processo bem simples quando se observa um pequeno foco de fogo, é na realidade um fenômeno bastante complexo. Os mecanismos que determinam o processo de propagação, principalmente a transferência ou fluxo de calor, são bastante distintos dependendo da intensidade do fogo. Nesse sentido, há uma série de fatores que influem na propagação das chamas. Soares (1985: 39) ressaltou que o material combustível (quantidade, tipo e arranjo) e sua umidade relativa, as condições climáticas, a topografia e o tipo de floresta são fatores determinantes para a propagação de incêndios florestais.

Os incêndios ocorreram devido a uma série de fatores, e não apenas pela equação "seca + geada + queimadas". Obviamente havia um quadro climático que contribuiu para a propagação das chamas, mas para analisar os efeitos gerados pelo fogo em determinadas regiões do estado é preciso entender qual era o contexto do meio natural naquele período. As regiões mais densamente atingidas foram justamente a região cafeeira, que passava por um processo de erradicação liberando espaço para outras culturas, sobretudo para a pastagem, e a região central do estado, onde estavam localizados os remanescentes de florestas nativas e o reflorestamento implantado da indústria Klabin.

Dificilmente se considera a mão do homem no desencadeamento de um desastre ambiental, e quando este gera prejuízos humanos e materiais, as forças da natureza acabam sen-

do as únicas culpadas por tal tragédia. Nesse sentido, para verificar os desdobramentos que um desastre de curta duração pode ocasionar em uma sociedade, é preciso ter em mente a conjuntura desta, uma vez que tais eventos, que geram efeitos econômicos, sociais, sanitários e ambientais, não podem ter a natureza como a única responsável.

Considerações finais

O fogo é um agente hidrológico, geomorfológico e ecológico que influencia direta e indiretamente toda a dinâmica ambiental de um ecossistema. Comumente os agricultores utilizam a técnica do fogo para a limpeza da vegetação destinada à agricultura. Método tradicional, de baixo custo e de resultados imediatos, as influências que seu uso pode ocasionar na dinâmica da paisagem, como infiltração, erosão e alteração na dinâmica de matéria orgânica, são desconsiderados.

A queimada de limpeza não pode ser considerada a única causadora do incêndio florestal ocorrido no Paraná em 1963, até porque relatos afirmam que essa prática persistiu em anos anteriores e posteriores, e em nenhum desses casos houve a ocorrência de um incêndio com as mesmas dimensões do daquele ano.

Deve-se levar em consideração que a possibilidade e a frequência da ocorrência de incêndios florestais estão intimamente ligadas às condições atmosféricas locais. Existe uma forte correlação entre ocorrência de grandes incêndios e prolongados períodos de seca, pois longos períodos de estiagem afetam o potencial de propagação dos incêndios de diversas maneiras, principalmente pela secagem progressiva do material combustível morto, podendo inclusive afetar o teor de umidade da vegetação verde. Isso aumenta a probabilidade de ignição e a facilidade de propagação ao incêndio (Soares, 1985: 49-50).

A análise climatológica de 1963 provou que esse ano foi caracterizado por um longo período de estiagem que se iniciou em janeiro e perdurou até o final do mês de setembro. Nesse meio tempo o inverno foi irregular, pois houve períodos de temperaturas elevadas e períodos de frios extremos com ocorrência de geadas em algumas regiões. De fato, o quadro climático contribuiu para as chamas se alastrarem de modo considerável no território paranaense. Mas a justificativa climática também não pode ser a principal culpada ao lado das queimadas. Além das condições atmosféricas, o grau de propagação de incêndios florestais também é medido pela quantidade de material combustível presente no território.

Sobre o material combustível que havia disponível nos solos paranaenses naquele momento, devemos atentar para as transformações que a paisagem vinha sofrendo em anos anteriores. A ocupação e a introdução do café no norte do estado promoveram a devastação

de extensas áreas da floresta pluvial em um curto espaço de tempo. A implantação da indústria Klabin nas áreas de florestas de araucária também promoveu a devastação da região. Temos então no norte do estado um grande empreendimento fundiário apoiado na cultura do café, e no centro-sul, a instalação da primeira fábrica integrada de produção de papel no Brasil. O desmatamento, por ambos os empreendimentos, favoreceu a verticalização da biota e a diminuição de áreas de florestas nativas, reduzindo a umidade e favorecendo a velocidade e propagação dos ventos (Nunes, 2013).

Há que se destacar também que em 1963 a cafeicultura passava pelo processo de erradicação e que estava ocorrendo a racionalização e modernização da agricultura, com a substituição da monocultura do café por outras atividades mais rentáveis. Extensas áreas degradadas ou abandonadas tornaram-se inviáveis para a cafeicultura, dando lugar a outras culturas, mais favoráveis à propagação de incêndios.

O esquecimento desse desastre ambiental no Paraná é um fato considerável. Há poucas publicações oficiais e poucos relatos nos jornais regionais. Nunes (2013) realizou um trabalho sobre os incêndios no Paraná, e, ao entrevistar diversos sujeitos sociais, estes apontaram o período pré-golpe militar como a principal razão do esquecimento do desastre. O autor também entrevistou Armínio Kaiser e questionou o engenheiro agrônomo sobre o fato não haver publicações a respeito dos incêndios. A resposta foi direta: "Não há interesse em mexer nisso. Pra que vamos mexer nessa história? É desagradável, não é?" (Nunes, 2013: 163).

Além desses motivos, acreditamos que falar em tal desastre não interessava muito às autoridades naquele período. Diversas cidades, sobretudo as das regiões mais densamente atingidas, estavam passando pelo processo de ocupação, enquanto a agricultura caminhava para um processo modernizante. Não era interessante para o governo mostrar as "mazelas" do estado, fato que pode ser comprovado quando analisamos as mensagens do Poder Executivo enviadas à Assembleia Legislativa no ano de 1964, nas quais em nenhum momento são citados os incêndios. Se os incêndios não foram lembrados nos anos posteriores, dificilmente poderiam persistir na memória da população. Essa questão precisa ser trabalhada melhor em um momento mais oportuno, pois, como escreveu Lopes (2013), analisar como e por que a lembrança de uma catástrofe é perpetuada ou esquecida frequentemente faz com que se evidencie a complexidade de suas consequências.

Por fim, os incêndios de 1963 no Paraná não aconteceram por acaso. Eles foram produzidos por meio de uma cadeia de escolhas humanas e ocorrências naturais. Foram fruto das relações dos habitantes com seu meio natural. Nesse sentido, desastres ambientais devem ser considerados uma ocorrência social, física e cultural, e não apenas eventos climatológicos. Devem ser vistos como construtos socioculturais.

Notas

1 Termo usado pela imprensa da época para se referir à população vítima dos incêndios.

2 Os jornais e revistas pesquisados para este artigo foram: *Diário da Tarde* (Curitiba), *Fatos e Fotos* (Brasília), *Folha de Londrina* (Londrina), *Folha do Norte* (Maringá), *Gazeta do Povo* (Curitiba), *Indústria* (Curitiba), *Manchete* (Rio de Janeiro), *O Tibagi* (Tibagi/PR), *Sinal Verde* (Brasília) e *Última Hora* (Curitiba).

3 Cancian (1981: 69-70) adverte que o quadro recessivo da década de 1930 provocou uma diminuição na área cafeeira dos latifúndios e que houve um incentivo aos minifúndios. Da mesma forma, a autora ressalta que o dinamismo de outrora dos cafeicultores, quando o café batia recordes em preços altos, esteve ausente nesse período.

4 O Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná, elaborado por Reinhard Maack em 1950, caracteriza-se como um referencial de geografia física, um dos mais completos mapas já elaborados sobre o Paraná. É extremamente rico em informações, apresentando não somente a cobertura vegetal existente no estado naquele período, como também o uso e a ocupação do solo (Valaski & Nucci, 2006:3).

5 O primeiro Código Florestal do país foi lançado em 1934 (Decreto 23.793) e, entre outras medidas, obrigava os proprietários a preservar 25% da área de suas terras com a cobertura de mata original. O código foi atualizado em 1965 (Lei n. 4.771), prevendo que metade dos imóveis rurais da Amazônia deveria ser preservada. A partir de 1996, o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias, até ser totalmente reformulado em maio de 2012.

6 As premissas e ações propostas que têm por objetivo solucionar os problemas ambientais muitas vezes não funcionam em sintonia com o cotidiano de determinada sociedade, ou com os processos dinâmicos que hoje existem dentro da natureza e numa economia global. Segundo Daniel Meyer (2014), uma abordagem que afronta esse desafio se encontra no conceito da resiliência, pouco difundido nos estudos, nas produções acadêmicas ou nas discussões ambientais no Brasil. Em 1973, o ecologista canadense C. S. Holling publicou um artigo denominado "Resilience and stability of ecological systems", com a finalidade de criar modelos para entender as mudanças dentro da estrutura e a função dos ecossistemas. O autor conseguiu ilustrar a existência de múltiplos domínios e a estabilidade em sistemas naturais, e como esses domínios se relacionam com os processos ecológicos, eventos aleatórios (por exemplo, queimadas e tempestades), em uma larga heterogeneidade de escalas temporais e espaciais (Holling, 1973). Nesse sentido, a resiliência pode ser simplesmente definida como a capacidade de um sistema de absorver distúrbios, choques, e consequentemente manter suas funções e estruturas básicas (Meyer, 2011: 10).

7 Historicamente, espécies de *pinus* vêm sendo plantadas no Brasil há mais de um século. Muitas delas foram trazidas pelos imigrantes europeus, para fins ornamentais e para a produção de madeira. As primeiras plantações de que se tem notícia foram estabelecidas no Rio Grande do Sul, com *Pinus canariensis*, provenientes das Ilhas Canárias, em torno de 1880. Em 1948, por iniciativa do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, foram introduzidas as espécies americanas conhecidas como "pinheiros amarelos", que incluem *P. palustris*, *P. echinata*, *P. elliottii* e *P. taeda*. Desde então, outras espécies têm sido introduzidas, não só dos Estados Unidos, mas também do México, das ilhas do Caribe e da Ásia (Shimizu, 2008: 5).

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA-AYALA, Iracema. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention disasters in developing countries. *Geomorphology*, v. 47, p. 107-124, 2002.

ARRUDA, Gilmar. A 'grande transformação' e a biota cultural das populações em movimento. *Diálogos*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 287-303, 2010.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BRASIL. Lei n. 12651/2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 15 jun. 2015.

CANCIAN, Nadir Apparecida. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

FOGARI, Edna Regina Gomes. *Norte do Paraná:* um estudo dos movimentos de ocupação e sua recente história. Curitiba, 2009. Relatório (Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE) – Secretaria de Estado da Educação, 2009.

GUBERT FILHO, Francisco A. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, Claudia; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). *Reforma agrária e meio ambiente – teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010, p. 15-25.

HAUER, Margit. As florestas no Paraná: um processo de involução. In: SONDA, Claudia; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). *Reforma agrária e meio ambiente – teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010, p. 27-44.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, p. 1-23, sep. 1973. Disponível em: http://webarchive.iiasa.ac.at/Admin/PUB/Documents/RP-73-003.pdf. Acesso em 19 jun. 2015.

IBC-GERCA. *Diversificação da estrutura agrícola das regiões cafeeiras – Plano Diretor*. Brasília: Gerca, 1962.

_____. *Racionalização da cafeicultura brasileira – Programa de Renovação*. Londrina: Agência do IBC, 1969.

KLABIN. *Relatório sobre as áreas plantadas com Araucária, Eucalipto e Pinus, atingidas pelos incêndios de agosto/setembro-63*. Jundiaí: Acervo do Centro de Documentação e Memória Klabin, 1963.

KOBIYAMA, Masato et al. Conceitos básicos. In: *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006, p. 7-30.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A natureza do risco: paisagem e risco na análise dos desastres socioambientais. *Esboços*, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 52-66, dez. 2013.

MAACK Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. Curitiba: Editora Max Roesner, 1968.

MEYER, Daniel. *Transitions and resilience in the frozen commons*. Linking aquaculture, krill fishery, governance and ecosystem change in the Scotia Sea, Southern Ocean. Stockholm, 2011, 103 f. Thesis (Master's Thesis in Ecosystems, Resilience and Governance) – Stockholm Resilience Centre, 2011.

_____. *Nova forma de confrontar problemas ambientais no Brasil*. Disponível em: < http://www.oeco.org.br/convidados/25363-nova-forma-de-confrontar-problemas-ambientais-no-brasil>. Acesso em 28 jul. 2014.

MORO, Dalton Aureo. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná*. Presidente Prudente, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 1991.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NUNES, José Luiz Alves. *1963: o Paraná em chamas*. Londrina: Ed. do Autor, 2013.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1-8, jun. 2009.

PARANÁ. *O Paraná em flagelo:* relatório. Curitiba: DGTC, 1963

_____. *Paraná:* do flagelo à recuperação. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial, 1964.

POZZOBON, Irineu. *A epopeia do café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRIORI, Angelo. *O protesto do trabalho:* história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964). Maringá: Eduem, 1996.

SHIMIZU, Jarbas Yukio. Introdução. In: SHIMIZU, Jarbas Yukio (Org.). *Pinus na silvicultura brasileira*. Colombo: Embrapa Florestas, 2008, p. 1-5.

SILVEIRA, Leonor Marcon. A ocupação e organização espacial do território paranaense face aos recursos da natureza. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 129-136, 1998.

SOARES, Ronaldo Viana. *Incêndios florestais – controle e uso do fogo*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1985.

TUOTO, Marco; HOEFLICH, Vitor Afonso. A indústria florestal brasileira baseada em madeira de Pinus: limitações e desafios. In: SHIMIZU, Jarbas Yukio (Org.). *Pinus na silvicultura brasileira*. Colombo: Embrapa Florestas, 2008, p. 6-10.

ULTIMA HORA, Curitiba, 9 set. 1963.

VALASKI, Simone; NUCCI, João Carlos. Mapa Fitogeográfico do Paraná (MAACK, 1950): coleção de mapas como solução cartográfica. *Anais do IV SLAGF*, Maringá, v. 1, p. 1-10, 2006.

Cultura, política e direitos no canavial da ditadura militar brasileira

Culture, politics and rights in the sugar cane fields of Brazilian military dictatorship

Tiago Martins Simões e
Ricardo José de Azevedo Marinho

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200007

Tiago Martins Simões é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC-FGV (tiagorj@gmail.com).

Ricardo José de Azevedo Marinho é professor pós-doutor da Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e assessor da presidência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) (ricardo.marinho@cedae.com.br).

Artigo recebido em 31 de julho e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

Resumo

Este artigo analisa a reestruturação do trabalho no canavial brasileiro no contexto da ditadura militar brasileira de 1964 a partir de uma perspectiva dos processos de longa duração. Para isso, buscamos evidenciar as principais transformações dessa formação econômico-social a partir da revolução de 1930, que possibilitam uma compreensão da desproteção social dos trabalhadores e trabalhadoras canavieiras, situando a ditadura militar como um dos eixos de uma revolução passiva que encontrou sedimentações do passado, deixando ao mesmo tempo, no presente, vestígios dos dias de um futuro esquecido de nossa história.

Palavras-Chave: cana-de-açúcar; ditadura militar; reestruturação do trabalho; desproteção social.

Abstract

This article analyzes the restructuring of work in Brazilian sugarcane fields in the context of the Brazilian military dictatorship of 1964 from a perspective of long-term processes. For this, we seek to highlight the main changes in this socioeconomic structure from the 1930 revolution, which allow an understanding of the lack of social protection of sugarcane workers, placing the military dictatorship as an axes of a passive revolution that found sedimentation of the past, while leaving, at present, vestiges of the days of a future forgotten in our history.

Key-words: sugarcane; military dictatorship; restructuring of work; lack of social protection.

Résumé

Cet article analyse la restructuration du travail de la canne à sucre brésilienne pendant la dictature militaire brésilienne de 1964 dans une perspective de processus à long terme. Pour cela, nous cherchons à mettre en évidence les principaux changements de cette structure socio-économique a partir de la révolution de 1930, qui permettent la compréhension de l'absence de protection sociale des travailleurs de la canne à sucre, plaçant la dictature militaire comme un des axes d'une révolution passive qui a trouvé la sédimentation du passé, tout en laissant, à l'heure actuelle, les vestiges des jours d'un avenir oublié de notre histoire.

Mots-clés: canne à sucre; dictature militaire; reestructuration du travail; absence de protection sociale.

Tratar do tema do canavial no contexto brasileiro da ditadura de 1964 é um desafio bastante complexo, a começar pelo critério de demarcação deste fatídico ano. Isto porque, apesar das reconhecidas mudanças produzidas a partir de então, em especial no regime político, podemos destacar inúmeras outras mudanças e permanências que atravessaram o período e que nos vinham de longa data, em especial desde 1930. Assim, a chegada da ditadura não representou uma ruptura absoluta com relação ao período que a literatura consagra como o pré-1964; da mesma forma, a redemocratização da década de 1980, coroada com a moderna e cidadã Constituição Federal de 1988, não eclipsou plenamente as heranças do regime, especialmente no tocante ao mundo do trabalho rural, conforme buscaremos demonstrar.

A história da desproteção social do trabalho no canavial brasileiro foi elaborada neste artigo tomando como base teórica o conceito de *revolução passiva*,[1] a partir de sua releitura para a realidade brasileira elaborada por Werneck Vianna (2004), que possui muitas aproximações com a perspectiva da "história lenta" da teoria social de Martins (1994). Com este viés interpretativo, buscamos analisar empiricamente, através da historiografia e da sociologia do tema e de análises documentais da legislação do período, como se desenhou a (re)estruturação das relações de trabalho rural no canavial brasileiro com duas chaves analíticas: uma de longa duração, em que estruturas e relações do passado condicionam e, ao mesmo tempo, transformam as subsequentes; outra, a da relação entre sociedade e Estado, buscando evidenciar a dificuldade de se compreender uma dessas variáveis sem a presença da outra.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos um preâmbulo das políticas que dirigiram a formação da economia canavieira, indicando a impossibilidade de se compreender o processo sem colocar o foco no Estado e nos arranjos corporativos, na relação deste com as classes economicamente dominantes. Nesta chave conseguimos tornar inteligível a transferência do eixo produtivo nacional da região Nordeste para a região Centro-Sul, notadamente para o estado de São Paulo. Em seguida, ainda a título de preâmbulo, aproximamos a análise da experiência da cana no município de Campos dos Goytacazes (RJ), região que, ao mesmo tempo em que se beneficiou da mudança de eixo produtivo, apresentou dificuldades econômicas, não chegando a se consolidar como produtora nos moldes das

regiões situadas no estado de São Paulo e constituindo, portanto, uma experiência híbrida. Aqui, o interesse maior é o de explorar dois aspectos da história e da sociologia do trabalho: a reestruturação do trabalho e a desproteção social.

Os dois itens seguintes seguem uma estrutura análoga à dos dois primeiros. Na seção "A ditadura no canavial brasileiro" voltamos a discutir o aspecto das políticas de Estado em nível federal – mas já na chave da ditadura de 1964 –, destacando a nova correlação de forças que passou a existir entre o capital agroindustrial (especialmente dos usineiros paulistas) e as políticas modernizadoras, que teriam enorme impulso econômico a partir do nexo criado com o álcool na década de 1970. No tópico seguinte, analisamos novamente o aspecto do trabalho na reestruturação produtiva do período, defendendo a ideia de que, a partir daí, não por acaso, criou-se a estrutura jurídica e institucional das relações de trabalho do assalariado rural vigentes até hoje, tendo como figura típica os cortadores e cortadoras de cana, figura essa que, ao mesmo tempo em que se constitui como nova no modo de produção, carrega consigo o peso das sedimentações passivas de um passado esquecido.

O preâmbulo internacional & nacional do canavial

A importância dos arranjos corporativos no nexo dos usineiros da economia canavieira com o Estado, para que este mediasse a formulação das políticas do setor, é uma marca constituinte percebida desde os primeiros anos da década de 1930. A partir da crise de 1929, as elites produtoras rurais da cana recorreram à intervenção estatal, que por sua vez teve como primeira manifestação o Decreto Federal nº 20.761, de 7 de dezembro de 1931, que criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar para garantir o preço do produto no mercado interno.

O planejamento sistemático do Estado nesta economia, no entanto, começou com o Decreto Federal nº 22.789, de 1º de junho de 1933, que criou a autarquia Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para que esta realizasse a "defesa" dos preços do açúcar no mercado interno, regulando a oferta do produto a partir da formação de um estoque. Para não provocar a queda do preço do produto, os excedentes da demanda interna deveriam ser evacuados de duas formas: pela exportação ou pela transformação do açúcar em álcool. Quanto a este último produto, no intuito de estimular sua produção, foram outorgados benefícios para a construção de destilarias anexas às usinas de açúcar. A instalação de algumas destilarias de grande porte e o monopólio da comercialização do álcool era de responsabilidade do IAA; não por acaso, data dessa época a obrigação de adicionar 5% de álcool à gasolina importada, nos termos Decreto Federal nº 19.717 de 20 de fevereiro de 1931.

Além dos ajustes da produção, o IAA teria também um papel importante na tentativa de acomodação de conflitos entre as diversas classes participantes da economia sucroalcooleira, especialmente entre os usineiros e fornecedores, marcantes no Nordeste (NE) e em Campos (RJ). O embrião disso veio com o Decreto-Lei Federal nº 1.130, de 2 de março de 1939, em que pelo menos 70% dos aumentos da quota de produção de cada empresa deveriam corresponder ao processamento de matéria-prima dos fornecedores. Mas a primeira regulação das relações internas dentro do complexo viria com o Decreto-Lei Federal nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, que aprovou o Estatuto da Lavoura Canavieira. Aqui se estabelecia que as usinas não poderiam moer mais de 60% de canas próprias, garantindo assim o Executivo Federal a sobrevivência dos fornecedores.

Essa importância que o Estatuto da Lavoura Canavieira dava aos fornecedores correspondia principalmente à demanda dos antigos "senhores de engenho" nordestinos, reduzidos à condição de meros fornecedores a partir da consolidação das usinas. Isto é, a legislação procurava conter o processo de diferenciação "para baixo" que estava ocorrendo nas regiões canavieiras tradicionais, com a consolidação da usina integrada verticalmente como unidade hegemônica. Apesar de existir na regulamentação uma idealização da pequena produção, que procurava ver os fornecedores como uma classe média rural, no plano político as influências eram exercidas sobretudo pelos grandes proprietários produtores e pelos usineiros (Szmrecsányi, 1979).

De modo geral, pode-se dizer que na primeira fase da intervenção estatal, até 1945, tentou-se dirigir o efeito de algumas tendências do desenvolvimento capitalista. Um exemplo foi a tentativa de frear o processo de concentração dos capitais e a transferência da produção para a região Centro-Sul, o que não evitou, no entanto, que tais tendências acabassem prevalecendo. A intervenção estatal refletia as contradições do processo de transformação em curso, que derivavam, em grande parte, da heterogeneidade das classes hegemônicas no poder e do caráter instável do equilíbrio das forças sociais dominantes. É importante ter presente que a Revolução de 1930 representou o acesso ao poder de parcelas da burguesia e a quebra do poder hegemônico de parcelas dos grandes proprietários rurais. Entretanto, não representou uma ruptura absoluta no esquema de poder anterior, e sim um movimento acomodatício entre as antigas classes rurais e as novas classes burguesas, característico do tipo de revolução passiva que aqui vicejou (Werneck Vianna, 1999).

Com a nova orientação política após 1945, haveria um reforço do maior crescimento da agroindústria canavieira e teria início um período de maior liberalismo econômico. A mudança obedeceu, em grande medida, às pressões dos usineiros paulistas pelo aumento de sua produção, o que se deu de dois modos. Primeiro, foram autorizadas a transformação dos

pequenos engenhos que surgiram durante a Segunda Guerra Mundial em usinas e a criação de novas usinas e destilarias. Segundo e mais importante, o Decreto-Lei Federal nº 9.827, de 10 de setembro de 1946, estabeleceu que a revisão das quotas dos estados importadores devia levar em conta a demanda, a capacidade de produção e o déficit entre produção e consumo; ou seja, os estados poderiam deixar de ser importadores, atendendo ao crescimento da demanda pela sua própria oferta. Como consequência disso e da expansão do mercado consumidor em São Paulo, a produção paulista teve um crescimento muito significativo no final da década de 1940, e ocorreu uma transformação qualitativa da agroindústria canavieira do estado.

Na década de 1950 houve nova fase de expansão, determinada em boa parte pelo crescimento do mercado externo. Já com certa consolidação de seu poder econômico e político, os produtores do Centro-Sul pressionaram o Estado, na figura do IAA, diante da concorrência com os produtores do Nordeste. O resultado foi que, na segunda metade de 1950, finalmente o Centro-Sul foi autorizado a aumentar suas capacidades instaladas de acordo com os mercados regionais por ele abastecidos, beneficiando principalmente São Paulo, enquanto a região Nordeste foi orientada em grande parte para a exportação. Assim, atendida a demanda interna, e com a orientação para a exportação, o Brasil foi novamente colocado entre os principais exportadores mundiais. No período 1957-1961, o Brasil exportou 35,2% da sua produção total de açúcar (Szmrecsányi, 1979).

Apesar de muitas exportações terem sido gravosas na safra 1959/1960, e de terem sido implementadas medidas restritivas, no final da década de 1950 a Revolução Cubana voltou a abrir boas perspectivas para a produção brasileira no mercado externo, em especial no norte-americano. No início da década de 1960, mais uma vez buscou-se uma ampliação da capacidade produtiva do parque industrial e das lavouras, conduzida pelo IAA. As primeiras medidas foram a criação do "Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira", por meio do Decreto Federal nº 51.104, de 1º de agosto de 1961, e a criação do "Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira", por meio do Decreto Federal do Conselho de Ministros nº 156, de 17 de novembro de 1961. Esses fundos se voltavam quase que exclusivamente para o fomento das exportações através de operações de crédito para usinas, cooperativas de fornecedores e bancos de fornecedores de cana.

Em 1963, foi formulado o "Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional", que ampliou o limite global de produção das usinas do país, sendo que os estados de São Paulo e Paraná, juntos, passaram a deter quase 40% do limite nacional. Depois, em 1964, com a criação da Comissão Executiva do IAA, foi realizada uma avaliação dos candidatos às quotas de produção, dando prioridade à concessão de financiamentos para a implantação de atividades

agroindustriais substitutivas do café. O Banco do Brasil foi o grande financiador da erradicação dos cafeeiros para o plantio da cana, dispensando para tanto o registro dos plantadores de cana no IAA, o que gerou uma "verdadeira corrida para a cana", consagrando definitivamente o estado de São Paulo: o programa tinha como objetivo ampliar a produção em até 100 milhões de sacas em 1971 e, para alcançar isso, as quotas foram reajustadas em quase 100% para esse estado (Szmrecsányi, 1979), sendo autorizada ainda a instalação de mais 50 usinas.

O resultado disso, junto com fatores externos como a queda acentuada do preço do açúcar no Mercado Livre Mundial, foi uma crise de superprodução, que atingiu seu ápice na safra 1965/1966. Principalmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, criou-se uma situação de intenso conflito entre os fornecedores e os usineiros, levando à necessidade de intervenção do Governo Federal. Uma das explicações para esse confronto é o fato de que o IAA passava, desde 1963, por um processo de debilitação de sua autoridade, ao ter parte de suas funções transferidas. Destaca-se nesse processo a perda de sua competência na supervisão das relações de produção entre os trabalhadores, fornecedores e usineiros com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR (Idem).

O mecanismo de limitação da produção introduzido em 1933 não impediu, portanto, que a área plantada, a produção de açúcar e os rendimentos continuassem crescendo; apenas conteve aumentos vertiginosos. Neste sentido, as contradições da ação do Estado também se manifestaram no fato de que a grande expansão da produção paulista se fez sob o marco de uma política que, aparentemente, queria contê-la. Ao não permitir que as regiões concorressem na base do preço e ao procurar manter uma produção regional, apesar dos seus maiores custos, o Estado acabou favorecendo a apropriação de uma "renda diferencial" de caráter permanente por parte dos usineiros do Centro-Sul, permitindo uma grande expansão da sua capacidade produtiva.

Além disso, o sistema de quotas de produção não significou um verdadeiro limite à expansão paulista, mas funcionou como proteção às empresas já instaladas, como uma verdadeira "barreira à entrada" no setor. Favoreceu, ainda, o crescimento potencial das empresas já estabelecidas, o que representou uma proteção da concorrência e uma reserva de recursos produtivos. Mesmo que as características técnicas da produção possam ter significado uma limitação à concentração técnica, existiu um importante processo de concentração econômica – os quatro principais grupos empresariais chegavam a dominar quase 40% da produção do estado no período 1966-1971.

Resumindo, houve um crescimento do número de empresas em São Paulo mais intenso do final dos 1940 ao início de 1950 e um aumento de tamanho dessas empresas de forma mais acentuada a partir da segunda metade da década de 1950. Começou a ser consolidado,

a partir daí, um processo irreversível de transferência da hegemonia da agroindústria canavieira para a região Centro-Sul. Ao mesmo tempo, gradativamente foi consolidado o poder dos usineiros e suas associações como classe hegemônica dentro do "complexo" canavieiro.

Desproteção social e reestruturação do trabalho no canavial do pré-1964

Se, por um lado, a economia produtora sucroalcooleira contava com grande intervenção do Estado, por outro, na ponta do trabalhador, o quadro era bem diverso. Apesar da existência de uma grande heterogeneidade das classes hegemônicas no poder e da instabilidade das forças sociais dominantes, como já apontado, os trabalhadores e trabalhadoras rurais ficavam sempre em posição mais vulnerável, sujeitos a formas de submissão no sistema produtivo que em muito dificultavam as práticas de representação, em especial via sindicatos de trabalhadores rurais. Uma dessas formas foi justamente utilização dos seus poucos direitos legais adquiridos: o Estatuto da Lavoura Canavieira instituiu uma arrecadação de Cr$ 1,00 por tonelada de cana para a constituição de um fundo voltado para a assistência à produção, e "contratos-tipos", a juízo do IAA, previam assistência médica e hospitalar e ensino primário gratuito às crianças em idade escolar. O Decreto-Lei Federal nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, incluiu a oferta de assistência médico-legal para os colonos e trabalhadores rurais, e o Decreto-Lei Federal 9.827, de 1946, redefiniu as condições de assistência aos trabalhadores.

Na prática, contudo, os serviços de assistência médica aos colonos e trabalhadores rurais foram estabelecidos em grande parte no âmbito das entidades patronais ou de suas entidades representativas. Exemplar disto foi a experiência de Campos dos Goytacazes (RJ), onde o Sindicato Agrícola de Campos[2] criou em 1948 o Serviço de Assistência Médico-Social, substituído no mesmo ano pela Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (Asflucan), onde se criou o Departamento de Assistência Médico-Social (Neves, 1997).

Essas formas de submissão se agravariam nos anos seguintes, especialmente a partir da década de 1950 que, como já vimos, expandiu a produção da cultura de cana-de-açúcar ao mesmo tempo em que transferia para o Centro-Sul a hegemonia da agroindústria canavieira num momento de crescimento da demanda do mercado externo. Nessa época, o IAA recebeu uma estrutura administrativa mais ampla e mais complexa e foi um dos indutores importantes do crescimento no setor, que não apresentava ainda riscos de superprodução em médio prazo: a absorção da produção não era preocupação por conta das exportações da cana-de-açúcar para a produção do álcool direto ou estocagem de açúcar ou do aumento da demanda do álcool como combustível auxiliar, denominado álcool anidro (Szmrecsányi, 1979).

Em Campos dos Goytacazes, a expansão da capacidade instalada das usinas foi estimulada por uma série de políticas: programas especiais de crédito do Ministério da Agricultura para a compra de tratores, caminhões e jipes importados, através do Fundo de Mecanização da Lavoura; criação do Plano Estadual de Mecanização da Lavoura no âmbito da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; ampliação de créditos pelo IAA para os fornecedores através do Serviço de Mecanização do Banco dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro; e obras de infraestrutura como a pavimentação da estrada que ligava Campos a Niterói e abertura de estradas conectando municípios circunvizinhos (Neves, 1997).

A expansão da produção, traduzida na expansão das áreas de cultivo, na mecanização e nas modificações técnicas da produção e no processo de concentração industrial e de terras, ocasionou uma forte alteração da organização sociopolítica de Campos. Usineiros e plantadores de cana ampliaram a apropriação da força de trabalho, intensificando-a e reduzindo seu valor através de formas de contratação temporária e de trabalho clandestino. Isto se deu, basicamente, por dois fatores: a concentração de propriedades de terra pelos plantadores através da expropriação dos colonos e dos moradores, e a aquisição de instrumentos mecanizados pelos lavradores com mais recursos (Idem).

Na realidade, a expropriação dos colonos se iniciou a partir do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 e do Decreto-Lei 6.969 de 1944 que, ao conferirem a eles certos direitos legais, impeliram os proprietários a se livrarem desses compromissos. Com o processo de mecanização, interessava ainda mais aos empregadores a criação de alternativas de imposição de mecanismos extras de apropriação de sobretrabalho. Casos arquivados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais documentando situações de falecimento de colonos em que sua família reivindicava a manutenção ou indenização da benfeitoria indicavam alguns dos dissídios envolvendo o processo de expropriação (Idem). A intermediação de situações de conflito relativas à permanência na terra de famílias de colonos era feita pelos dirigentes sindicais ou diretamente através do IAA, mesmo antes da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira. As primeiras iniciativas para constituir um mediador recaíam sobre o presidente do sindicato, que visitava ele próprio a lavoura e apresentava uma proposta. Caso não se chegasse a bom termo, o processo era encaminhado ao IAA (Idem).

Também no processo de extinção da morada concorreram fatores como as alternativas criadas pelo uso de instrumentos mecanizados, mudanças nas condições técnicas da produção, uso extensivo do solo para cultura especializada da cana e exploração de sobretrabalho mediante baixa remuneração. O rompimento da relação de morada implicava o reconhecimento legal do vínculo de trabalho, através da rescisão de contrato. Apesar de isso trazer algumas vantagens aos moradores (carteira assinada, salário mínimo, décimo-terceiro, férias

e repouso remunerado), não era uma situação de simples escolha, pois implicava a perda da casa e das lavouras de subsistência. Vantagens do moderno, vantagens do atraso, bem como suas respectivas desvantagens sob a ótica do trabalhador, pois, ao preço de se manter sob o domínio pessoal do empregador e de conservar, ainda que em condições mais precárias, uma residência, ele em algumas circunstâncias mantinha resquícios da antiga relação.[3] O acesso ao trabalho, por exemplo, e aos serviços por parte dos trabalhadores (inclusive e principalmente de assistência médica), já numa relação de moradia com residência mais afastada dos domínios senhoriais, e com o reconhecimento de alguns direitos trabalhistas, implicava dificuldades de transporte, sendo recorrente o uso da bicicleta (Idem).

Mesmo com algumas provisões a mais no âmbito da (des)proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras no início da década de 1960, com os fundos de reparação e de consolidação e fomento da agroindústria canavieira, a prestação de serviços de assistência médica foi mantida nos mesmos moldes dos períodos anteriores e foi decisiva para a consolidação de uma ordem social em Campos dos Goytacazes, segundo os interesses dos grandes produtores. A partir de 1956 a Asflucan, utilizando verbas complementares oferecidas pelo IAA, construiu diversas instituições provedoras de saúde, com destaque para o Hospital dos Plantadores de Cana, inaugurado em 1963 com 70 leitos (Idem). A novidade foi que a concessão destes serviços ao mesmo tempo atribuiu direitos e motivos para que os trabalhadores reivindicassem o reconhecimento legal da relação de trabalho, pois a Asflucan demandava autorização do empregador para o atendimento em saúde, abrindo mais uma seara de disputas, em grande parte canalizada para o judiciário.

Este reconhecimento, no plano legal, dos vínculos de trabalho, é um dos fatores cruciais desta discussão. O crescente processo de extinção da morada e do colonato iniciados na década de 1940 fora acompanhado por uma tendência também crescente de os trabalhadores reivindicarem os direitos adquiridos frente aos seus empregadores. Estes, por seu turno, principalmente com a consolidação dos grandes produtores no período de expansão e mecanização da produção de cana a partir da década de 1950, passaram a acionar mecanismos de intensificação do trabalho e redução dos custos da força de trabalho. A legislação funcionou para os trabalhadores como uma instância externa aos agentes diretamente envolvidos, e as fissuras provocadas nas relações entre empregado e empregador foram contrapostas às novas formas de associação e mediação através dos sindicatos (Idem).

A partir da década de 1950, quando a exploração da força de trabalho começou a se intensificar, foram frequentes os episódios de reivindicação de alguns direitos como o reajuste de salário mínimo e os descontos de aluguel das casas concedidas. Foi na década de 1960, contudo, que esta exploração se aprofundou ainda mais, especialmente a partir do Estatuto

do Trabalhador Rural editado pela Lei Federal 4.214, de 2 de março de 1963. O ETR, apesar de ter promovido avanços significativos ao romper – ao menos em suas bases objetivas – com os conteúdos clientelísticos e patrimoniais das relações trabalhistas (Costa, 1996: 80), deixava aberto o problema da fiscalização das relações de trabalho, que naquele momento perdia a figura do IAA, enquanto ainda era latente o conflituoso processo de reconhecimento dos sindicatos rurais. Estava formado, então, o terreno sobre o qual viria o contexto da ditadura no canavial brasileiro, que iria alterar profundamente as relações de trabalho e de produção e, ao mesmo tempo, aprofundar contradições de longa duração.

A ditadura no canavial brasileiro

A partir da segunda metade dos anos 1960 ocorreu uma mudança na orientação da política destinada ao setor, fundamentada na convicção de que o crescimento da agroindústria canavieira só poderia ocorrer por meio das exportações (reforçando uma estratégia seguida desde a década de 1950), o que implicava tornar sua produção mais competitiva no que se refere a custos e rendimentos (Szmrecsányi, 1979).

Mas esta mudança respondeu, também, à nova correlação de forças em que passou a existir uma relação direta entre a predominância do capital agroindustrial e as políticas modernizadoras. Assim, a consolidação da hegemonia do capital agroindustrial tendia a superar as contradições da intervenção do Estado no setor, que derivavam, em última instância, do caráter incompleto da transição burguesa. O poder dos usineiros paulistas e de suas organizações para obter políticas favoráveis parece ter aumentado significativamente no pós-64.

O primeiro indicador dessa fase foi a promulgação da Lei Federal nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, que instituiu, entre outras coisas, o Fundo Especial de Exportações, que seria dedicado a modernizar o setor e aumentou o financiamento destinado ao setor. Também importante foi a Resolução nº 1.974, de 28 de julho de 1966, que dispôs sobre a comercialização do açúcar no mercado interno durante a safra 1966/1967, dividindo o território nacional em duas regiões açucareiras: Norte-Nordeste e Centro-Sul.

A verdadeira consolidação da política de modernização só ocorreria, no entanto, a partir de 1969. Para a política exportadora eram necessárias uma demanda crescente no mercado internacional e uma oferta suficiente em quantidade e qualidade, a custos competitivos (Idem). A demanda foi criada por condições extremamente favoráveis no mercado externo no período 1969-1974. Por outro lado, as principais medidas de modernização foram a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, ambos em 1971.[4] A criação do Planalsucar significou mais parti-

cipação do IAA nas atividades de pesquisa tecnológica, participação essa que, mesmo sendo atribuição antiga do instituto, não havia sido consolidada, e ganhou ainda mais importância com um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1974.

O Programa de Racionalização estabeleceu estímulos para a fusão, incorporação e relocalização das usinas. Também houve créditos para a modernização da atividade agrícola e para a concentração da quota de fornecimento de cana. Além disso, o critério de revisão de quotas passaria a considerar os rendimentos industriais das unidades produtivas com relação à média regional; as empresas mais eficientes teriam aumentos de quotas, favorecendo assim as empresas mais dinâmicas. Procurava-se alcançar uma redução de custos por meio das economias de escala derivadas da concentração empresarial.

Entretanto, é importante destacar que boa parte das unidades que se fundiram durante o Programa já era propriedade dos grupos incorporadores; buscava-se assim eliminar os obstáculos à concentração técnica derivados da legislação açucareira para completar um processo de concentração econômica que já tinha ocorrido no período anterior. O efeito do Programa foi o da concentração industrial, beneficiando os estados que possuíssem melhores condições de produção e cancelando a inscrição no IAA de usinas relativamente improdutivas. Em 1971, de 43 usinas canceladas, 36 eram da região Norte/Nordeste (Idem).

As exportações passaram a ser mais significativas a partir da vigência do Acordo Internacional do Açúcar em 1969. Em 1974, o crescimento do valor das exportações chegou a transformar o açúcar no principal produto na pauta de exportações do país, o que significou um maior alcance das medidas modernizadoras, pois tanto o Programa de Racionalização quanto o Programa de Melhoramento foram financiados por recursos advindos do Fundo Especial de Exportação, que apresentou saldos positivos em fins de 1968 (Idem). Os recursos eram oferecidos às empresas do setor em condições extremamente favoráveis: ausência da correção monetária, juros baixos e prazos de 12 a 15 anos.

O resultado dos programas, junto com a situação favorável do mercado externo, foi o aumento da produção em 31% da safra 1970/1971 até a safra 1974-1975. No mesmo período, o número de usinas em funcionamento diminuiu 17%, reforçando os dados sobre a concentração do período. Os critérios de distribuição do contingente oficial de produção e as políticas de preços que criavam grande defasagem do preço da cana com relação aos demais produtos geraram insatisfações por parte dos fornecedores, causando um abandono por parte deles, para o cultivo de outros produtos, especialmente no Centro-Sul. Isto somente foi contido com a fixação de preços da safra 1974/1975.

Em 1974, contudo, com a expiração do Acordo Internacional do Açúcar e o aumento da participação de adoçantes no mercado, o preço do produto no mercado internacional

despencou (Idem), e, com o fechamento das boas perspectivas do mercado internacional e a expansão da capacidade instalada no período anterior, a agroindústria canavieira teve que enfrentar novamente uma crise de superprodução, cuja solução seria a orientação para a produção de álcool para o mercado interno a partir do advento do Proálcool em 1975. Mais uma vez, a articulação dos interesses do capital agroindustrial com o Estado conseguiu reorganizar a ênfase de sua produção, que, sem abandonar a participação na cesta básica de consumo do mercado interno, passou a se dedicar principalmente ao álcool. Criou-se um nexo com a expansão do setor automobilístico e uma inserção na matriz energética nacional, trazendo novos atores à participação no setor.

A partir de 1974, a agroindústria canavieira passou a trabalhar com capacidade ociosa devido à queda dos preços do açúcar. Desta vez a produção de álcool seria a estratégia para o problema, mas com nova dimensão devido à coincidência da primeira crise do petróleo em 1973, quando o barril de petróleo no mercado internacional se elevou de US$ 3 para cerca de US$ 12. Isso fez com que os grupos vinculados à agroindústria canavieira pressionassem a escolha desta matéria-prima como fonte energética alternativa. Foi promulgado, então, o Decreto Federal nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, instituindo o Programa Nacional do Álcool (PNA), conhecido como Proálcool.

Este programa foi conduzido pela Comissão Nacional do Álcool, criada para esta finalidade, com representação de vários Ministérios, afastando o IAA do comando e controle de um ramo que sempre estivera sob sua jurisdição, e deixando a comercialização da produção para a Petrobrás. Assim, caberia ao setor privado a produção do álcool e à Petrobrás o controle sobre a comercialização do produto. Quatro mecanismos foram utilizados para promover a produção do álcool: a) estabelecimento de preços remuneradores em paridade com o preço do açúcar; b) empréstimos para investimentos em condições favoráveis; c) garantia da compra do produto pela Petrobrás; d) medidas para incrementar o consumo de álcool combustível como a mistura obrigatória à gasolina.

Com o segundo "choque" do petróleo em 1979 e o novo aumento do preço do barril (desta vez subindo para US$ 34), houve um aprofundamento do programa para sua segunda fase. Passou-se a enfatizar a produção do álcool hidratado para ser utilizado como único combustível, com o comprometimento da indústria automobilística a realizar as modificações necessárias para transformar os motores, produzindo carros movidos exclusivamente a álcool. Isto representou significativa expansão para o mercado do álcool.

Esses estímulos levaram a um rápido crescimento da área plantada com cana (de 619 mil hectares em 1975 para dois milhões em 1985 só em São Paulo). Em nível nacional, a produção dobrou no mesmo período. Esse aumento foi causado pelo crescimento da produção

de álcool combustível: de 544 milhões de litros em 1975/1976 para 11 bilhões de litros em 1985/1986, segundo estatísticas do IAA (Cavalcanti, 1992).

O álcool transformou-se no carro chefe do complexo e garantiu a continuidade do crescimento da agroindústria canavieira ameaçada por uma crise de realização no mercado externo. O crescimento da sua produção permitiu a plena utilização da capacidade de esmagamento instalada no período 1971-1974 e concentrou-se em São Paulo, que detinha 65% da produção nacional de álcool, reforçando o poder dos tradicionais grupos usineiros paulistas.

Até 1979 a maior parte de produção de álcool concentrava-se nas destilarias anexas às usinas de açúcar. A partir daí, foi estimulada a instalação das destilarias "autônomas", que na maioria das vezes eram de dimensões menores que as grandes usinas de açúcar e álcool, mas, ainda assim, estas só alcançaram 30% da produção na safra 1984/1985. Assim, enquanto a escala média da agroindústria sucroalcooleira paulista praticamente dobrou durante o Proálcool, as oito maiores empresas desse estado tiveram um crescimento da escala média de 168%.

A segunda fase do Proálcool representou enorme crescimento dos investimentos e projetos quando comparada com a primeira fase, sendo que a maior parte do financiamento veio de recursos do governo (Idem). O grande aumento da produção de álcool deu-se à custa de uma expansão sem precedentes da monocultura canavieira, especialmente no estado de São Paulo. Com o álcool concorrendo no mercado automobilístico, houve um enfraquecimento da Petrobrás, que por sua vez retardou seus pagamentos aos produtores de álcool e abandonou as estocagens do produto no final de década de 1980 (Szmrecsányi & Moreira, 1991).

Com isso, ao avaliarmos o Proálcool em 1980 pela bibliografia descrita, concluímos que foi possível alcançar as metas de produção previstas. Porém os outros objetivos estabelecidos quando da formulação do Programa – diminuição dos desequilíbrios regionais, fixação do homem no campo, diminuição do desemprego rural e da distribuição de renda – não só não foram alcançados como os problemas foram agravados durante o período do Proálcool. Isto porque o Programa se baseou, em grande parte, no reforço da capacidade instalada da agroindústria canavieira, espelhando as distorções já patentes neste setor.

O Proálcool foi projetado para ser um investimento rentável na hipótese de o álcool precisar concorrer com a gasolina. Entretanto, a manutenção de preços relativamente baixos para o petróleo desacreditou previsões mais alarmistas, tornando o álcool uma alternativa pouco viável se comparado com os preços da gasolina que, já na década de 1990, estavam mais vantajosos.

A redução relativa do preço do álcool, e consequentemente do preço pago pela matéria-prima, refletiu-se numa crise do abastecimento de cana para o processamento agroin-

dustrial. Isto se deveu à falta de investimento na renovação das plantações e ao afastamento de muitos fornecedores da lavoura, que tinham maior flexibilidade para usar seus recursos produtivos e podiam responder mais rapidamente a variações de preço. Além disso, em 1985 foi eliminada uma linha especial de crédito para custeio da produção de cana, e esta lavoura foi incluída nos recursos gerais do crédito rural, que também foram bastante reduzidos. Assim, os pequenos e médios fornecedores, que em geral tinham custos unitários de produção maiores do que os da cana das usinas, não puderam absorver da mesma forma a queda acentuada da rentabilidade. Houve um aumento no grau de integração vertical da atividade agrícola, e algumas fases do processo produtivo passaram a ser realizadas com assistência das usinas (colheita, transporte, entre outras), criando uma maior dependência do fornecedor em relação à usina.

Desproteção social e reestruturação do trabalho no canavial da ditadura

Assim como ocorreu com relação aos fundos criados em 1961 que previam financiamentos dedicados à assistência social, os novos financiamentos criados geraram problemas do ponto de vista institucional e das próprias relações sociais. Boa parte dos serviços de saúde e educação continuava a cargo dos empregadores, conferindo a eles um poder de influência enorme sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, de grande profundidade social, o que significava em última instância um comprometimento da cidadania rural.

A expansão da produção no período (em especial dos anos 1960-1968) ocorreu antes mesmo da criação de programas mais amplos de proteção social. A partir de meados da década de 1960, intensificou-se toda a cadeia produtiva, principalmente o corte manual da cana, por motivos que serão discutidos a seguir.

Uma vez mais, tomando como horizonte a experiência de Campos dos Goytacazes no norte fluminense, há que se destacar dois fatores concomitantes importantes que concorreram para transformar as condições de trabalho nos canaviais. O primeiro foi estimulado pela mecanização, e o segundo, aprofundando ainda mais a interdependência entre indústria e agricultura, foi o aprimoramento da qualidade da produção da cana, conforme apontado anteriormente.

Já em 1967, o IAA perdeu poder de intervenção quando foi criado o Conselho Monetário Nacional (CMN), que passou a coordenar boa parte da política econômica do país (Neves, 1997). Este rearranjo econômico de grandes proporções forçou uma alteração da organização política antes representada pelo poder corporativo dos fornecedores e usineiros. A incorpora-

ção do moderno no plano econômico se fez acompanhada de uma tentativa – em parte bem-sucedida – de submeter os trabalhadores a um novo cálculo racional, mas se valendo ainda de fórmulas políticas antigas. Este novo cálculo veio com a introdução de novas formas de produção naquele contexto da década de 1970, em que técnicos e agrônomos, a serviço das políticas nacionais do Estado e por meio de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural e Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural buscaram criar a figura do agricultor moderno (Idem).

Mas essa tentativa esbarrou no plano concreto das relações sociais e políticas já estabelecidas, provocando uma modernização seletiva e incompleta. Seletiva porque os serviços de assistência técnica e científica e os instrumentos necessários para a modernização somente podiam ser adquiridos por meio de grandes investimentos de capital, ou seja, os plantadores e usineiros foram os principais beneficiados. O uso intensivo de instrumentos mecanizados e a especialização do cultivo da cana exigiram cada vez mais trabalhadores temporários, que se dedicavam basicamente às tarefas menos qualificadas de limpa e de corte da cana. Com a plantadeira, por exemplo, poucos trabalhadores se destinavam ao plantio. Os plantadores tentavam minimizar os custos com a mão de obra, recorrendo ao uso da ilegalidade do vínculo de trabalho: faziam recair sobre os trabalhadores os efeitos dos riscos que eles deviam enfrentar, como a transferência do aumento do custo de produção para o preço da cana.

Estes fatores, decorrentes da exclusão da democracia política e social típica do regime autoritário, caracterizaram em larga medida a incompletude da modernização. Resultou neste período que, desta combinação de fatores, as máquinas e as tecnologias concorreram a favor da produção, e os trabalhadores continuaram a exercer a função antiga do trabalho – aquela de baixa qualificação e exaustivo esforço físico ditado sob o ritmo das máquinas, com relações de trabalho ora clandestinas, ora legalmente (mas nem sempre efetivamente) reconhecidas.

As unidades de produção, até mesmo aquelas com menor absorção das tecnologias, não mais necessitavam de muitos funcionários permanentes. Os donos de terras já exerciam a função de administradores, e o trabalho permanente necessário era geralmente mais qualificado (supervisão de trabalhadores, tratoristas, contadores, administradores etc.). A força de trabalho temporária, já com residência fora dos domínios patronais, se fazia necessária para a limpa e o corte da cana, atividade esta facilitada pela logística de transporte das usinas que, ao adquirir veículos como ônibus, passaram a contratar as turmas de cortadores, gerenciando esta atividade em parceria com os produtores de cana.

Seus salários eram, em princípio, estabelecidos por acordos entre o Sindicato Rural e o Sindicato de Trabalhadores que em grande parte dos casos não eram cumpridos, levando

a um número significativo de casos registrados na justiça trabalhista. Acessando os registros contidos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes, Neves (1997) identificou um aumento expressivo no número de trabalhadores que solicitaram a intermediação do sindicato para a justiça trabalhista, especialmente a partir da incorporação regulada dos trabalhadores rurais.

Isto se deu, primeiro, pelo Decreto-Lei Federal nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, que criou o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (Funrural)[5] e passou a prever o custeio da assistência médica do trabalhador e de seus dependentes no âmbito do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Depois, em 1971, quando foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), sendo este o primeiro programa mais amplo de assistência. Suas prestações compreendiam a aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

Em 1974, mesmo ano em que o Ministério da Previdência foi desmembrado do Ministério do Trabalho, o Funrural, vinculado neste momento ao Ministério da Previdência, foi ampliado, passando a contemplar as prestações por acidente do trabalho, financiadas por uma contribuição incidente sobre o valor comercial dos produtos agropecuários em sua primeira comercialização, conforme a Lei Federal nº 6.195, de dezembro de 1974. Além do auxílio-doença, ficaram previstos a assistência médica e, em colaboração com o INPS, programas de reabilitação profissional.

Com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social em 1977, o INPS manteve os benefícios concedidos ao Funrural e ao Prorural, e os decorrentes de acidentes de trabalho, incluindo assistência complementar, reeducativa e de readaptação profissional aos trabalhadores rurais. Ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), criado neste momento, caberia a prestação de serviços de saúde e assistência médica a estes trabalhadores.

Apesar destas mudanças que se aceleraram na década de 1970, o Ministério do Trabalho preservou uma centralidade em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores, com algumas mudanças. Grande parte do Capítulo V do Título II da CLT, denominado "Da Segurança e Medicina do Trabalho", passou por uma reformulação por meio da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Além de manter o Ministério do Trabalho como órgão fiscalizador por excelência das condições de realização do trabalho, esta reformulação delegou a ele inúmeras e extensas competências para regulamentar (normatizar) e complementar as normas do capítulo, como, por exemplo, a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, a imposição de penalidades cabíveis pelo descumprimento das normas constantes no capítulo, a obrigatoriedade da notificação das doenças profissionais, o estabelecimento de diversas condições de segurança e higiene no local de trabalho, e muitas outras.

Logo após esta reformulação do Capítulo V da CLT, com ampla delegação normativa conferida ao Ministério do Trabalho, este editou a Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que aprovou as Normas Regulamentadoras relativas à segurança e saúde do trabalho, passando a ser o principal instrumento normatizador que orienta as ações de inspeção do trabalho.

Mas a delegação normativa e as próprias normas continuaram (e continuam) sendo distintas para os trabalhadores rurais, apesar do princípio da isonomia entre direitos de trabalhadores urbanos e rurais previsto na Constituição de 1988. A lei que rege até hoje as relações de trabalho rural, e que revogou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/1963), é a Lei Federal nº 5.889, de junho de 1973, e não a CLT (esta é aplicável somente no que não colidir com a Lei 5.889). Ela prevê, basicamente, duas espécies de contrato de trabalho rural: por prazo indeterminado e por prazo determinado; este último inclui o contrato de safra, que tem sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrícola (como, por exemplo, a soja, o algodão, o milho e a própria cana-de-açúcar), geralmente não excedendo um ano de duração.

Toda esta composição da seguridade social e da regulação do mercado de trabalho, a partir especialmente da década de 1970, tornou-se, aos olhos hodiernos, sedimentações passivas que condicionaram a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Como vimos, são vários os elementos explicativos que nos ajudam a compreender uma cultura institucional que sobreviveu e se transformou ao longo do tempo. Se o direito à saúde, à previdência e assistência social foi universalizado constitucionalmente em 1988, as instituições correspondentes aos três pilares da seguridade social não parecem ter criado uma novíssima relação com o mercado e o ambiente de trabalho. Encontramo-nos, ainda, diante de dias de um futuro esquecido.

Notas

1 Esta categoria permeia o trabalho, pois viabiliza a demonstração do papel das variáveis de *mudança* e *conservação* no andamento de nossa história, como um critério interpretativo em que as *sedimentações passivas do passado* condicionam e por vezes comprometem as propostas de mudança. Estas, por seu turno, ao processar mudanças (como por exemplo com nossa Constituição de 1988), podem arrastar uma transformação passiva da sociedade, mantendo compromissos com o mundo pretérito, origem do binômio "conservar-mudando", quando em chave menos permissiva à mudança, e "mudar-conservando", com sinal contrário ao andamento anterior.

2 O poder político dos grandes produtores se estendia desde as entidades de representação política, como o Sindicato Agrícola de Campos, até as instituições econômicas, como o Banco dos Lavradores (Neves, 1997).

3 Sobre este ponto, uma narrativa de referência é a de Sigaud (1996), ao tratar dos conflitos nos engenhos das zonas canavieiras de Pernambuco em meados da década de 1990, em que o mundo dos direitos também entrou de forma transformística no mundo da cultura dos trabalhadores, dos sindicatos, engenhos e produtores rurais.

4 Já antes do lançamento dos programas, em 1969, foram criados o Laboratório Agroindustrial de Piracicaba e a Estação Experimental de Cana de Araras, ambos no estado de São Paulo. A Estação tinha por objetivo a criação de novas variedades de cana e a pesquisa nas áreas de mecanização agrícola, irrigação, uso de herbicidas, adubação, entre outros (Idem).

5 A origem jurídica do Funrural é o ETR, destinado, entre outras coisas, à prestação de benefícios aos trabalhadores rurais e seus dependentes.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Adalberto Moreira; LAGE, Telma. *As normas e os fatos. Desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária e Edur, 1996.

_____; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho, FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo (Org.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauá X/ Seropédica: Edur, 2008.

_____; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. A constitucionalização do sindicalismo rural brasileiro. In: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina Landim (Org.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Seropedica: Edur, 2010.

CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. A dinâmica econômica do Poálcool: acumulação e crise, 1975-1989. *Revista Brasileira de Energia*, 2(1), 1992.

DELGADO, Guilherme. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*. Brasília: IPEA, 1997 (texto para discussão, 477).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. *A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais.* Brasília: IPEA, 2000 (texto para discussão, 759).

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. Apresentação. In: LOPES, Júlio Aurélio Vianna (Org.). *Desafios institucionais da ordem de 1988*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

MARINHO, Ricardo José de Azevedo. *Ministério Público do Trabalho & sindicalismo rural no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2011.

_____. Passado e presente. In: LIMA, Jacqueline; ROBERTI, Angela; SANTOS, Edna (Org.). *Pensando a História: reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 145-154.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Trabalho agrícola: gênero e saúde. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. Niterói, EdUFF, n. 7, 1999.

SIGAUD, Lygia Maria. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, 18, 1996.

SIMÕES, Tiago Martins. *Políticas de previdência e saúde no trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras canavieiras de Campos dos Goytacazes – RJ*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2013.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

_____; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.

_____; RAMOS, Pedro; RAMOS FILHO, Luiz Octávio; VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. *Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para discussão, 32).

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. *A transição. Da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

_____. *1964. Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2, 1994.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan/ UCAM, IUPERJ, 1998.

Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai

Agrarian capitalism and peasant movements in Paraguay

Isaias Albertin de Moraes e
Fernando Antonio da Costa Vieira

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200008

Isaias Albertin de Moraes é mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes (Iuperj/Ucam) e pesquisador do Grupo Movimentos Sociais e Mídia: Embates e Aproximações, do Iuperj/Ucam (isaiasalm@gmail.com).

Fernando Antonio da Costa Vieira é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e coordenador do Grupo Movimentos Sociais e Mídia: Embates e Aproximações, do Iuperj/Ucam (fermavieira@uol.com.br).

Artigo recebido em 29 de junho e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

Resumo

O artigo busca analisar, por meio de levantamento bibliográfico e documental, o desenvolvimento do capitalismo rural e os movimentos sociais campesinos no Paraguai. Primeiramente, a pesquisa procura abordar a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora de ocupação e de exploração da terra no Paraguai, com a significativa influência de ruralistas brasileiros, em detrimento da matriz familiar-cooperativista-alimentícia. Na segunda parte, empenha-se em apresentar os principais movimentos sociais campesinos do país, seus embates e meios de atuação. Por fim, demonstra a importância destes últimos para a democratização da terra, a soberania e a segurança alimentar paraguaia.

Palavras-chave: Paraguai, exploração fundiária, movimentos sociais campesinos.

Abstract

The article uses bibliographical and documentary data to analyse the development of rural capitalism and peasant social movements in Paraguay. Firstly the research studies the corporate-monopolist-agroexporting model of occupation and exploitation of the land in Paraguay, with a significant influence of Brazilian ruralists, in detriment of a familiar-cooperative-feeding model. In the second part, it presents the main peasant social movements in the country, their struggles and mechanisms of action. Finally, it demonstrates the importance of these movements to the democratization of the land, the sovereignty and the food security of Paraguay.

Key- words: Paraguay, land exploitation, peasant social movements.

Résumé

L'article s'appuie sur une recherche bibliographique et documentale pour analyser le dévéloppement du capitalisme rural et des mouvements sociaux paysans au Paraguay. On analyse d'abord le modèle entrepreneur-monopoliste-agroexportateur de l'occupation et de l'exploitation de la terre au Paraguay, influencé par les agriculteurs brésiliens, au détriment du modèle familier-coopératif-alimentaire. Ensuite on présente les principaux mouvements sociaux paysans du pays, leurs luttes et leurs méchanismes d'action. Finalement, on démontre l'importance significative de ces derniers pour la démocratisation de la terre, la souveraineté et la sécurité alimentaire du Paraguay.

Mots-clés: Paraguay, exploitation de la terre, mouvements sociaux paysans.

Introdução

A República do Paraguai, com uma área de 406.752 km², é um dos menores países da América do Sul. Seu Produto Interno Bruto – PIB, no ano de 2013, foi de US$ 26.8 bilhões, o terceiro menor do continente, à frente somente do Suriname e da Guiana. A população do país é de aproximadamente 6,8 milhões de habitantes e está concentrada especialmente na região sudeste, sendo que 39,1% vivem no campo (Paraguay, DGEEC, 2013; Banco Mundial, 2013). De acordo com o mais recente censo agropecuário, 80% da terra, ou seja, 24,5 dos 31 milhões de hectares cultiváveis se concentram nas mãos de 1,6% dos proprietários (Paraguay, CAN, 2008). Esse cenário faz com que o Paraguai seja um dos países onde há maior desigualdade de acesso à terra no mundo, com *Índice Gini da terra* de 0,94 (Guereña & Riquelme, 2013: 8).

Para investigar a estrutura fundiária e o desenvolvimento do capitalismo rural no Paraguai, este estudo formulou duas categorias de análise. A primeira, embasada na dimensão espacial da terra, foi organizada em três subdivisões: grandefúndio, mediofúndio e pequenofúndio. A segunda foi alicerçada no modo de exploração capitalista realizado no mundo rural paraguaio e se desmembra em duas matrizes: a empresarial-monopolista-agroexportadora e a familiar-cooperativista-alimentícia. Ambas as gradações foram elaboradas com certo paroxismo neologístico, mas são didaticamente práticas para classificar territorialmente e produtivamente qualquer propriedade agrária. A nomenclatura voltada para o tamanho da empresa rural será operacionalizada da seguinte forma: grandefúndio: áreas rurais maiores que 500 hectares; mediofúndio: áreas de 50 a 500 hectares; e pequenofúndio: áreas com menos de 50 hectares.[1] Os conceitos de matriz produtiva rural empresarial-monopolista-agroexportadora e familiar-cooperativista-alimentícia serão apresentados ao longo do texto.

De acordo com a classificação aplicada e segundo dados oficiais do governo paraguaio, da área cultivável do país, 84,8% são grandefúndios, sendo que 40,7% destes têm mais de 10 mil hectares. Os mediofúndios representam somente 7,4%, enquanto os pequenofúndios correspondem a 7,8%. Isso faz com que mais de 300 mil famílias de camponeses estejam desprovidas de terras (FAO, 2011; Paraguay, CAN, 2008).

A latifundização paraguaia permitiu, por um lado, que os grandes complexos agroindustriais atuassem de forma intensiva, acumulando fortunas, batendo recordes na exportação e contribuindo com 19,7% do PIB do país. A agricultura representa 5.001.226 milhões de hectares no Paraguai, sendo que 61,58% da área estão ocupados pela soja. A pecuária é extensiva e domina 17.837.589 hectares, com mais de 13 milhões de cabeças de gado, fazendo do país o sétimo maior exportador de carne do mundo (SENACSA, 2014; Paraguay, Síntesis Estadística Producción Agropecuaria, 2012-2013).

Por outro lado, parte expressiva da população paraguaia não tem acesso aos principais produtos agrícolas presentes na pauta de exportação do país, pois vive em grande precariedade. O Paraguai ocupa a posição 111 das 187 nações avaliadas no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (PNUD, 2013). Atualmente, 32,4% dos paraguaios são pobres e 18% vivem na extrema pobreza (com menos de US$ 2 por dia). No campo, esses percentuais são respectivamente 44,8% e 29,6%, o que significa que quase 75% dos moradores rurais vivem em situação de pobreza (Paraguay, DGEEC, 2013; IICA, 2012).

Para compreender o desenvolvimento do capitalismo rural paraguaio, a adoção do crescimento voltado para fora, que resultou no atual modelo empresarial-monopolista-agroexportador escolhido pelo país e viabilizado principalmente no grandefúndio, é necessário interpretar essencialmente o momento político e socioeconômico enfrentado pela República do Paraguai no pós-Segunda Guerra Mundial.

Historiografia recente da concentração fundiária paraguaia

Em 1954, o General Alfredo Stroessner Matiauda, que possuía grande prestígio por sua atuação na Guerra do Chaco (1932-1935), assumiu o comando do Paraguai, que enfrentava uma conturbada crise política – em um curto período de seis anos o país passara por sete mandatários. Após liderar, com a colaboração dos estadunidenses receosos da ameaça comunista na região, o golpe militar que retirou Federico Chaves Careaga da presidência, Stroessner conseguiu, com a cooperação da Asociación Nacional Republicana, mais conhecida como Partido Colorado, criar uma junta governamental que elegeu provisoriamente Tomás Romero Pereira presidente do país. Após três meses, entretanto, o próprio General assumiu o comando da nação e estabilizou o Paraguai à custa de severas perseguições políticas, congelamentos salariais, elevação de preços de diversos bens, inclusive primários, e com o apoio do Fundo Monetário Internacional – FMI (Nickson, 2010: 265-266).

Stroessner, que se manteria no poder por 35 anos (1954-1989), foi reeleito em votações fraudulentas por sete mandatos consecutivos. Isso fez com que, diferentemente das ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983), no Paraguai não existisse uma alternância de governantes. Houve uma centralidade na figura de Stroessner, que se tornou até mesmo nome de cidade – Puerto Presidente Stroessner, rebatizada em 1989 com o nome de Ciudad del Este.

Na política externa, Stroessner ajudou a compor no Cone Sul um cinturão anticomunista. Uma de suas medidas foi a materialização da Operação Condor (1974), iniciativa realizada em conjunto com a ditadura chilena de Augusto José Ramón Pinochet Ugart, que posteriormente recebeu a adesão brasileira e argentina. Outra ação de sua chancelaria foi oferecer aos Estados Unidos, mais de uma vez, suporte militar na Guerra do Vietnã (1954-1975) e na ocupação de São Domingos em 1965, além do apoio constante nos principais fóruns multilaterais.

Além dos EUA, outro país que ganhou destaque na política externa do governo ditatorial paraguaio foi o Brasil. Diferentemente do presidente deposto, Federico Chaves, que defendia uma maior aproximação político-econômica com a Argentina, o General Stroessner era simpatizante dos estreitamentos relacionais com o Brasil. O ditador via na aproximação brasileira maior possibilidade de parcerias econômicas, além de novas rotas de exportação, quebrando, assim, a secular dependência paraguaia do Porto de Buenos Aires.

Em 1956, Stroessner empossou assim como ministro das Relações Exteriores o então embaixador do Paraguai no Brasil, Raul Sapeña Pastor Guérin, que permaneceria no cargo até 1976. Durante sua chancelaria, o Paraguai assinou importantes tratados com o Brasil, selando definitivamente as interrelações entre os dois países. Como exemplos, podem ser citados a construção da Ponte Internacional da Amizade (1956), ligando Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner; o convênio para o estabelecimento de um entreposto de depósito franco paraguaio no porto de Paranaguá (1956); a interligação rodoviária entre o Paraguai e o litoral do Paraná (1969); e as obras da Usina Binacional de Itaipu (1973).

Na economia, as medidas de austeridade e os recursos oriundos do FMI, a despeito do agravamento social proporcionado, trouxeram certa estabilidade ao Paraguai. O país teve seu PIB aumentado substancialmente entre as décadas de 1960 e 1970, mas, como quase todos os modelos nacionalistas da América Latina, o crescimento não veio acompanhado de desenvolvimento, tendo havido inclusive uma drástica elevação da dívida externa.

Pode-se afirmar que as principais heranças econômicas de Stroessner foram a transformação do país em um porto seguro do comércio de produtos contrabandeados, a inauguração da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu[2] e o modelo fundiário concentrador e agroexportador de monocultura. Este último se deveu, em grande parte, a dois aspectos correlacionados

entre si. O primeiro ligava-se ao expressivo crescimento econômico que o Paraguai vinha apresentando e estava diretamente relacionado com as grandes obras de infraestrutura e com o aumento do fluxo de exportações de produtos agropecuários para as nações europeias, que ainda se recuperavam economicamente da Segunda Guerra Mundial. O segundo, em consonância com a lógica geoeconômica de exportador de bens primários, resultado da adoção do crescimento para fora, em que o Paraguai se estabeleceu no capitalismo mundial, foi a modificação do Estatuto Agrário por Stroessner no final dos anos 1950, permitindo a venda de terras a estrangeiros. Essa política estava inserida no programa desenvolvimentista e de modernização da economia paraguaia e estimulava o povoamento nas áreas de fronteira com o Brasil por meio da agricultura extensiva.

O regime de Stroessner, dessa maneira, incentivou fortemente a ida de brasileiros para a região, permitindo sua entrada livre no país, sem a exigência de documentação imposta para outras nacionalidades. Em 1967, ademais, foi abolida a lei federal que proibia a comercialização de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros das áreas fronteiriças. Isso fez com que o número de imigrantes brasileiros crescesse significativamente nessas regiões, criando assim o berço para futuros embates sociais e geopolíticos.

A colonização e a ocupação da região leste do Paraguai foram chamadas de marcha *hacia el este*. O programa tinha como uma de suas ações a distribuição de terras por meio do Instituto de Bienestar Rural – IBR, órgão fundiário do governo paraguaio criado em 1963. O IBR foi encarregado da fomentação oficial da colonização das áreas pouco povoadas do país, particularmente a região leste da bacia do rio Paraguai e a região fronteiriça da bacia do Rio Paraná.

Na região leste da bacia do rio Paraguai, o IBR forneceu lotes de até 20 hectares para agricultores familiares. Estes chegaram a produzir, para subsistência, milho, mandioca e feijão, e para venda, algodão e fumo. Os solos das áreas, contudo, necessitavam de correções para uma produção agrícola eficiente, os assentados não tinham acesso a assistência técnica ou a créditos, e os lotes careciam de ligações diretas com as cadeias de comercialização. Além disso, a região não contava com a mínima infraestrutura básica, como estradas, escolas, centros de saúde, segurança e energia. Tais fatores, bem como a dinâmica do mercado interno e externo dos bens primários produzidos, contribuíram para a paulatina deterioração das condições de vida do campesinato local e para a futura latifundização das propriedades rurais (Galeano, 1990: 19-49; Frutos, 1982: 115).

Na fronteira com o Brasil, as terras próximas da bacia do rio Paraná apresentavam solos derivados de basaltos, ou seja, altamente produtivos. O IBR, nessa ocasião, foi responsável pela facilitação do acesso de importantes membros do Partido Colorado e de oficias

das forças armadas às novas propriedades rurais. O órgão incentivou, além disso, a ida de colonizadores estrangeiros que, segundo o governo, proporcionariam a modernização da deficiente agricultura de subsistência paraguaia. As medidas resultaram na expulsão dos indígenas e dos camponeses da região (Zoomers & Kleinpenning, 1990: 109-125; Riquelme, 2003: 130).

Na década de 1960/70, com o desenvolvimento capitalista brasileiro liderado pelo Estado, o Brasil completou sua revolução verde, com a motomecanização, o melhoramento genético e a aplicação de insumos químicos industriais. Pode-se afirmar que a agricultura brasileira, nesse ensejo, evoluiu basicamente de vários complexos rurais, ou seja, vastas fazendas, grandes propriedades, que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência no seu próprio domínio, para os chamados complexos agroindustriais (Graziano, 1994: 138-140). A modernização agrícola, conjugada com uma política de interesses das indústrias de equipamentos, de insumos e de transformação de matérias-primas, com forte predomínio das grandes multinacionais de países centrais, geraria a concentração fundiária e consequentemente o fenômeno do êxodo rural, expulsando milhares de pequenos agricultores para novas fronteiras agrícolas, inclusive para o Paraguai.

Além disso, a construção da Usina Binacional de Itaipu, entre 1973 e 1984, desalojou mais de 40 mil pessoas, em sua maioria lavradores do oeste do Paraná (Moraes & Mattos, 2013: 40). A obra utilizou, ao lado de trabalhadores paraguaios, aproximadamente 100 mil trabalhadores brasileiros provenientes de várias regiões do país. Esses trabalhadores, após a conclusão da usina, precisaram buscar outras atividades para seu sustento. Muitos dos desalojados e dos ex-barrageiros de Itaipu foram seduzidos pelas políticas de incentivo e de atração adotadas pelo governo Stroessner (Itaipu Binacional, 2015). De 1954 a 1989, estima-se que foram concedidos mais de 12 milhões de hectares de terras a imigrantes brasileiros, atraídos pelos preços baixos praticados no Paraguai e repelidos pela situação econômica, social e política do Brasil. Os brasileiros se estabeleceram predominantemente em seis departamentos paraguaios: do Amambay, de Canindeyú, do Alto Paraná, de Itapúa e de Caaguazú (Fabrini, 2012: 1-9; Moraes & Mattos, 2013: 40).

Em um primeiro momento, a maioria dos imigrantes brasileiros era de origem humilde e nunca chegou a ser proprietária de terras (apenas meeiros, parceiros, arrendatários ou empregados). A política de Stroessner, todavia, incentivou efetivamente a ida de grandes empresas brasileiras (madeireiras, agropecuárias, colonizadoras, bancárias, entre outras), que adquiriram terras a um preço bem abaixo do mercado (Zamberlam et al, 2007: 18). Em meados da década de 1970, surgiram as primeiras colônias brasileiras no Paraguai, onde passaram a predominar a língua portuguesa, os canais de televisão, as músicas e

as tradições culturais do Brasil. Muitas delas contaram com o apoio significativo do IBR e tiveram como associados militares paraguaios vinculados à ditadura de Stroessner, além de empresas privadas.

O Paraguai, nesse período, iniciava sua revolução verde, que, assim como a brasileira, também fora financiada pelo Estado. Os espaços agrícolas, antes voltados para a subsistência ou consumo interno, transformaram-se, tal como aqui, em verdadeiros complexos agroindustriais, e em objeto de interesse da burguesia dominante voltada para a especulação fundiária. Isso favoreceu o surgimento de grandefúndios empresariais e monoculturistas, construindo-se estruturas produtivas marcadas pela relação de dependência dos empresários rurais em relação às companhias colonizadoras e ao mercado externo.

Nesse sentido, reproduziu-se no Paraguai a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora, caracterizada pelo grandefúndio – em virtude de sua propensão a gerar a monopolização das propriedades e a espoliação dos pequenos proprietários graças ao capital mercantil e às frágeis relações trabalhistas –; pela especulação fundiária; pela gestão empresarial; pelo alto nível de capital de exploração; pelo uso de mão de obra assalariada; pelas linhas de exploração monoculturista, voltada exclusivamente para o mercado; pela presença de poucas mas poderosas corporações durante todo o ciclo produtivo; e pela baixa integração às cadeias de comercialização interna.

No fim da década de 1980, as propriedades disponíveis para arrendamento se extinguiram, assim como diminuíram as medidas governamentais de incentivo à produção agrícola. O Banco Nacional del Fomento do Paraguai, ajudado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que vinha impulsionando a economia rural paraguaia, praticamente cortou os créditos agrícolas. As ações ocorreram em virtude da crise econômica da dívida externa e do esgotamento do modelo desenvolvimentista enfrentados pela maioria dos países latino-americanos naquele momento (RED RURAL, 1993: 17).

Essas medidas atingiram principalmente o modelo familiar-cooperativista-alimentício, concentrado nos pequenofúndios e nos mediofúndios – em razão das reproduções sociais e da manutenção da identidade familiar campesina –; na estrutura centrada na família; no baixo/médio nível de capital de exploração, que o leva ao estabelecimento organizacional cooperativista ou associativista; na democratização da terra; na interação entre gestão e trabalho; na variação dos parceiros corporativos durante o ciclo produtivo; nas linhas de exploração diversificada, focando, todavia, na produção alimentícia com graus variáveis de mercantilidade interna e externa e servindo para o consumo próprio.

Nesse período, os médios e pequenofúndios, que não tiveram a oportunidade de se organizar adequadamente, necessitavam da política de preços mínimos, dos subsídios para

compras de insumos, da redução ou eliminação de impostos para a aquisição de tratores e demais maquinários. As poucas propriedades rurais paraguaias pertencentes à estrutura campesina familiar não tiveram condições de concretizar o desenvolvimento capitalista rural. Faltou-lhes o apoio material e social-político para a solidificação de uma cultura associativa capaz de fazer prosperar uma exploração rural edificada na matriz familiar-cooperativista-alimentícia, permanecendo muitas delas na produção de subsistência.

Na "década perdida" de 1980, como ocorrera no Brasil, o Paraguai vivenciou um grande êxodo rural. Muitos trabalhadores rurais paraguaios e brasileiros descapitalizados, desamparados organizacionalmente e afundados em dívidas abandonaram ou perderam suas terras por determinação judicial ou pela concentração fundiária, restando-lhes migrar para os grandes centros regionais. Vários camponeses expulsos de suas terras foram morar em áreas urbanas degradadas como favelas, cortiços ou debaixo de pontes. Houve um processo de lumpenização, de degradação do campesinato. Foi nesse contexto histórico que os imigrantes brasileiros que regressaram do país vizinho passaram a ser conhecidos como brasiguaios.[3]

Os produtos de exportação, como a soja, foram priorizados, ignorando-se a demanda do mercado interno. Priorizou-se também a pecuária de corte, em detrimento a leiteira, e privilegiaram-se certas regiões política e economicamente mais poderosas (Sánchez, 1997: 238-241; Rivarola, 1981: 184). Houve, desse modo, o beneficio do modelo empresarial-monopolista-agroexportador, capitalizado não raramente por empresas e bancos financiadores do agronegócio monoculturista, centrado nas relações de expropriação do trabalho camponês, ou seja, na extração de mais valia do assalariado rural e não em sua dinâmica capitalista.

Movimentos sociais na luta pela terra no Paraguai

Em 1989, o General Andrés Rodríguez Pedotti, ex-aliado e frequentador do ciclo pessoal de Stroessner – sua filha era casada com o filho mais novo do ditador –, liderou, juntamente com a ala tradicionalista do Partido Colorado e com o apoio de setores militares, políticos, religiosos e dos EUA, um golpe de Estado contra o governo. Após 35 anos de ditadura militar-personalista, o Paraguai foi às urnas para eleger o próprio Rodríguez, que, apesar de seu passado e de acusações em comum com Stroessner, se candidatou pelo Partido Colorado e obteve 74% dos votos. Seu governo, de cunho neoliberal, foi marcado pelas privatizações, pela assinatura do Tratado de Assunção em 1991, criando o Mercado Comum do Sul – Mercosul, e pela promulgação de uma nova constituição em 1992.

As lideranças dos movimentos camponeses paraguaios – como a Asociación de Pequeños Productores Agrícolas (APPA), a Coordinación Juvenil Campesina (CJC), o Movimento Campesino Paraguaio (MCP), a Organización de Lucha por La Tierra (OLT) e a Cordinación Nacional de Productores Agrícolas (CONAPA), posteriormente Federación Nacional Campesina (FNC) – que se articulavam desde meados da década de 1980 em pequenas organizações para lutar pela reforma agrária e por melhores preços para as safras, vislumbraram na recente democracia uma possibilidade de lutar pelo direito de exploração da terra (Piñero, 2004: 125-130).

Em 1994, várias das entidades se uniram e criaram a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC). A organização nasceu com o objetivo de pressionar por uma reforma agrária no Paraguai, incentivadora do pequenofúndio, defensora da agricultura alimentícia, com gestão dos próprios campesinos organizados em cooperativas, para atender à demanda do mercado interno, proporcionando assim maior bem-estar social. Recentemente, entraram em sua pauta de reivindicações, além do combate à matriz produtiva empresarial-monopolista-agroexportadora do campo, a regulação das plantações transgênicas, a denúncia do uso indiscriminado de agroquímicos, a luta pela anistia das dívidas dos camponeses e a busca por mais créditos agrícolas.

Pela primeira vez, os movimentos sociais campesinos paraguaios estavam tendo possibilidades de pleitear a democratização da terra, gerando a incorporação de dezenas de famílias e lotes ao sistema produtivo rural, e de defender um novo modelo de exploração capitalista agrícola no país. Como ações de mobilização social, houve realizações de marchas e ocupações de grandefúndios, muitos pertencentes a brasileiros. Os imigrantes e o modelo de exploração da terra importado do Brasil eram vistos por esses movimentos como um dos responsáveis por acentuar as desigualdades existentes no país, o que resultou na deflagração de profundos conflitos.

De 1990 a 2004, os *carperos*, como são conhecidos os sem-terras paraguaios, foram responsáveis por 407 ocupações de grandefúndios. No mesmo período, houve ainda 885 conflitos pela posse da terra, 535 manifestações, 350 desocupações forçadas pelo Estado e a prisão de 7.018 sem-terras. De 1989 até 2006, ocorreu o assassinato de mais de 100 militantes campesinos (FIAN/Via Campesina, 2006: 6-17). Os *carperos*, não vendo suas demandas serem atendidas e sendo reprimidos violentamente por sucessivos governos paraguaios – Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), Raúl Cubas Grau (1998-1999), Luís González Macchi (1999-2003), Óscar Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) –, apoiaram decisivamente, nas eleições de 2008, a Alianza Patriótica por el Cambio (APC).[4] A aliança agregou relevantes partidos de centro-esquerda e pôs fim a seis décadas de governo do Partido Colorado – incluindo a

ditadura de Stroessner – ao eleger, com 40,8% dos votos, o ex-bispo da Igreja Católica e partidário da Teoria da Libertação Fernando Armindo Lugo de Méndez.

O bispo vermelho, como era conhecido Lugo, chegou ao poder no Paraguai com expressivo apoio dos movimentos sociais, dos sindicatos e da Igreja, e com a promessa de difundir a justiça social no país. Durante sua formação, a APC conquistou a simpatia dos principais movimentos campesinos paraguaios, como a Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI), o Movimiento Agrario y Popular (MAP), as Coordinadoras Departamentales de Lucha por la Soberanía y la Vida (CDLSV), a Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas (ONAI) e a própria MCNOC.

Lugo cativou o campesinato ao prometer em campanha que realizaria uma reforma agrária profunda e que reveria cerca de 7 milhões de hectares concedidos supostamente de maneira ilegal pelo governo Stroessner aos brasileiros. A reforma, contudo, nunca foi realmente concretizada. Além disso, o surgimento de escândalos da vida privada do presidente e as alianças políticas questionadas pela esquerda motivou a radicalização de determinados movimentos sociais e a organização de grupos como a Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía (FNLSV), o Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP) e a Associación Campesina Armada (ACA).

A FNLSV foi constituída em congresso realizado em 3 de julho de 2004 e reuniu a Central Nacional de Trabajadores (CNT), a Central Unitaria de Trabajadores Autentica (CUT-A), a Plenaria Popular Permanente (PPP), a Organización Nacional Campesina (ONAC), a CDLSV e a MCNOC. A frente se tornou um espaço de ação conjunta e permanente dos movimentos sociais paraguaios em defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento urbano e rural, e opta por ações pacíficas, como bloqueios de estradas, marchas, manifestações, plebiscitos, acampamentos, entre outros mecanismos de ativismo social.

O EPP, fundado em 2008, de orientação marxista-leninista, enveredou por outro lado pela a luta armada em 2010, principalmente nos departamentos de San Pedro e de Concepción. Em 2014, o EPP se dividiu, por desavenças entre as lideranças, surgindo assim a Asociación Campesina Armada (ACA), com maior concentração em Arroyito, em Concepción. Os dois movimentos armados utilizam ações como sequestros, confrontos com a polícia e atentados para chamar a atenção e conquistar suas reivindicações.

As tensões entre o campesinato sem-terra paraguaio e os grandes fundiários brasileiros não têm todavia um caráter somente ideológico, socioeconômico e político: há uma questão étnica-cultural e anti-imperialista latente. A presença dos brasileiros no Paraguai,[5] como em grande parte dos processos migratórios, produziu aspectos complexos nos locais de trabalho e de convívio social em determinadas regiões. Os ruralistas brasileiros no país, de

modo geral, são de origem europeia, assim como era o General Stroessner, descendente de alemão, enquanto os *carperos* são predominantemente de origem guarani.

Pode-se dizer que, mormente nos departamentos onde brasileiros se estabeleceram, se desenvolveu aquilo que Ianni (2004: 91-103) chama de um novo ciclo de racialização. Esse processo envolveu as diferentes formas de sociabilidade, gerando tensões étnicas, linguísticas e político-socioeconômicas. A população local, ao identificar no imigrante uma ameaça à sua simbologia, suas tradições e seu poder político-econômico, pode tender ao xenofobismo, ao etnicismo e ao racismo.

O sentimento anti-imperialista em relação aos brasileiros ficou evidente em 20 de maio de 2007, por ocasião da visita do então presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao Paraguai. Na ocasião, um dos principais jornais de Asunción, o *ABC Color*, publicou um editorial com o seguinte título: "*Brasil, un país imperialista y explotador*".

Segundo setores da mídia, alguns movimentos sociais, entre eles os campesinos, e grupos acadêmicos e políticos paraguaios, o Brasil atua como subcentro, adotando padrões de reprodução da exploração do capital, tanto no campo como na cidade. O país, desse modo, exerce na região um subimperialismo que, de acordo com Marini (1992: 137-138), deve ser entendido não só por seu aspecto meramente institucional mas, sobretudo por suas determinações econômicas e de classe.

Ressalta-se, porém, que no substrato do conflito está a desigualdade de acesso à terra e o modelo de desenvolvimento da agricultura paraguaia.

> *Yo no estoy en contra de los inmigrantes brasileños, pero me preocupa lo que está pasando, la manera incontrolada en que están comprando tierras y forzando a los colonos paraguayos a vender sus chacras, provocando un éxodo masivo, además del grave daño al medio ambiente. (…) Las chacras se convierten en tierra pelada para plantar soja, se cierran las escuelas, se abandonan los ranchos y las comunidades se convierten en pueblos fantasmas* (Padre Mario Sotelo *apud* Albuquerque, 2005: 160).

Há, portanto, dois caminhos para o desenvolvimento capitalista rural paraguaio. De um lado, a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora defendida principalmente pelos grandes proprietários de terras, sobretudo os produtores de soja e de gado, estrangeiros e paraguaios; por empresas multinacionais, fornecedoras de insumos e maquinários agrícolas; pelo sistema financeiro e bancário; pela Asociación Rural del Paraguay (ARP) e por esferas da grande mídia. A outra via é o modelo de exploração familiar-cooperativista-alimentício que conta com o apoio dos *carperos*, de parte da intelectualidade acadêmica, de ordens religiosas,

de setores da sociedade civil organizada, de pequenas cooperativas e associações rurais, de prestigiosas organizações internacionais, de espaços midiáticos alternativos, e com o suporte tácito de outros movimentos campesinos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil.

O MST possui laços históricos profundos com a causa agrária do Paraguai, pois vários de seus militantes e de seus dirigentes são brasiguaios que regressaram do país vizinho nos meados de 1980 e encontraram apoio na organização fundada em 1984. Em 1985, em seu primeiro congresso, o movimento deixou claro além disso que a luta dos sem-terra não é um embate entre nações, mas um conflito entre classes (Rubbo, 2012: 23; Cortez, 1993: 46).

A MCNOC e o MST entendem que o Estado-nação está a serviço do capital oriundo da classe dominante, o qual quase nunca obedece a uma lógica produtiva igualitária e não raramente é especulativo e transfronteiriço. A exploração da classe privada de acesso aos fatores produtivos, desse modo, é a mesma em toda parte do mundo, e os trabalhadores teriam que se unir e lutar contra o adversário comum. Há, portanto, necessidade de construir laços de solidariedade e redes transnacionais de resistência entre o campesinato mundial na luta pela democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária, pela agricultura familiar, pela criação de cooperativas, contra o uso indiscriminado de sementes transgênicas, de insumos agrícolas e de agrotóxico (MST, 2015; Via Campesina, 2015).

As relações, portanto, devem ocorrer interclasses, ou intermovimentos, e não inter-Estados. Essa posição fica clara na decisão dos dois movimentos sociais de não participar da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul. As organizações afirmam que o Mercosul e a REAF não são os fóruns adequados para defender suas demandas (Bülow & Carvalho, 2012: 235).

A MCNOC e o MST defendem que as relações entre o campesinato mundial ocorram de forma direta ou via redes de ação coletivas e laços de solidariedade. Estabelecem assim fóruns de partilhas, de debates e de ajuda mútua, como a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), a Food First Information and Action Network (FIAN), a Via Campesina e o Fórum Social Mundial, entre outros.

Evidencia-se que o movimento transnacional campesino avalia que o atual modelo econômico capitalista de exploração rural e acumulação de capitais, gerador de desigualdades, transbordou as fronteiras do Estado-nação. A cooperação entre classes, assim, por meio do ativismo internacional ou sem intermediários, com a formação de brigadas internacionais que visitam países e ajudam a construir movimentos camponeses na região, é fundamental para reconfigurar a infraestrutura local, regional e mundial.

Novos cenários e velhos atores

Em junho de 2012, o enfrentamento pela terra no Paraguai resultou na morte de 17 pessoas na cidade de Curuguaty, de dez *carperos* e sete policiais no departamento de Canindeyú. Após esses acontecimentos, e descontentes com as manifestações de grupos socialistas na sede das Forças Armadas, o Congresso Nacional do Paraguai, com respaldo no texto constitucional, cassou em julgamento sumário o mandato de Lugo como presidente da República. O vice-presidente Luis Federico Franco Gómez assumiu então a presidência pelo Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA). Nos primeiros dias de seu mandato, Franco Gómez adotou medidas beneficiando a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora e o grandefúndio, entre as quais se destacavam a lei que permitia a negociação, a preço de mercado, de terras destinadas à reforma agrária; a suspensão, por decreto, de auditoria nas terras do megaempresário Tranquilo Favero,[6] e a autorização do plantio de sementes transgênicas de algodão e de soja.

A utilização de sementes transgênicas, sobretudo a variedade Roundup Ready (RR), patenteada pela influente multinacional Monsanto, atualmente responde por 70% da produção de soja no Paraguai (USDA, 2012). Segundo o Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), o plantio de soja abrange 3.080.000 hectares, na sua maioria em terras com bons solos como Alto Paraná, Canindeyú, fronteira com o Brasil, Itapúa, divisa com a Argentina (Paraguay, Síntesis Estadística Producción Agropecuaria, 2012-2013).

O uso da soja transgênica contribuiu para o aumento da dependência dos produtores da única empresa e para a falta de diversidade na produção agrícola, gerando pressão inflacionária nos alimentos e queda na qualidade alimentar dos paraguaios, principalmente para os cidadãos de baixa e média renda. A expansão da monocultura, ademais, aumentou o valor do hectare, no prazo de uma década, em mais de 1.000%, inviabilizando assim a formação de cooperativas familiares voltadas para a demanda interna (Viladesau, 2005: 40).

Com uma produção de 9.086.000 toneladas de grãos de soja por ano, o Paraguai se transformou no 6º maior produtor e no 4º maior exportador mundial da soja em grão (USDA, 2012; Banco Mundial, 2013). O país exporta cerca de 60% dessa produção a granel, já que a capacidade e a infraestrutura produtiva para agregar maior valor à *commodity* – como sua transformação em farelo, óleo, biodiesel, produtos nobres da oleaginosa ou outros derivados – precisam de mais investimentos (Paraguay, CAPECO, 2014).

A soja representa, aproximadamente, 9% do PIB do Paraguai, 81% do PIB agrícola, 55% dos ingressos de divisas por exportações, US$ 3 milhões em investimentos e

250 mil postos de trabalho (Idem). A contribuição tributária desse setor para o governo paraguaio é contudo insignificante. Isso ocorre pelo fato de que, no Paraguai, a legislação tributária não prevê a cobrança de impostos para a exportação de grãos *in natura*, e o tributo sobre a propriedade rural, cobrada pelos municípios, não representa o valor de mercado da terra.

Para tentar mudar tal cenário, em outubro de 2013 o Congresso Nacional aprovou a *Ley* nº 5082 de reforma tributária. A lei taxaria as exportações a granel de soja, trigo, milho e girassol em 10%. Em 16 de outubro de 2013, entretanto, o recém-empossado presidente Horacio Manuel Cartes Jara, do Partido Colorado, com o Decreto nº 487, vetou integralmente a lei (Informativo Campesino, 2014; Paraguay, Decreto nº 487/2013). Segundo os defensores do projeto, o governo paraguaio arrecadaria em torno de US$ 300 milhões anuais (Desantis, 2013).

Embora a monocultura da soja no Paraguai seja fundamental para compreender a produção empresarial agrícola do país, a criação de gado de corte é a que mais monopoliza espaço. Realizada quase toda de forma extensiva, ela ocupa atualmente 57,5% dos 31 milhões de hectares disponíveis para a exploração rural (Paraguay, SENACSA, 2014), e é responsável pela abertura da nova fronteira agrícola no país, o avanço para a região ocidental, o Chaco. A região, semiárida e lar de povos indígenas milenares, antes preservada e com uma baixa densidade populacional, está em plena transformação. Investidores, mormente, estrangeiros – brasileiros e europeus – estão adquirindo grandes porções de terras, realizando um desmatamento desenfreado e expulsando comunidades locais tradicionais (Carneri, 2015).

O avanço da pecuária nessa região, que assim como a Amazônica representa uma das últimas fronteiras agrícolas da América do Sul, fez com que a produção de carne exportada pelo Paraguai saltasse de 81.770.331 quilos em 2004 para 268.940.029 quilos em 2014, sendo que somente de 2013 para 2014 houve um aumento de mais de 77 mil quilos. Se, em 2004, os rendimentos recebidos das exportações de carnes e do subproduto de origem animal representavam somente US$ 204.609.881, atualmente esse valor está em US$ 1.637.248.571 e corresponde a 5% do PIB do Paraguai (Paraguay, SENACSA, 2014; BCP, 2014).

A especulação e a corrupção fundiária com terras estatais nos departamentos do Chaco fizeram com que os lotes na região se supervalorizassem em um curto período de tempo. Segundo Justo Cárdenas, presidente do Instituto Nacional de Desarrollo Rural e de la Tierra (Indert), que substituiu o antigo IBR em 2004, há dez anos o hectare era vendido a US$ 6,25, enquanto atualmente seu valor alcança US$ 400 ou mais (Daniels, 2011).

Enquanto a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora, produtora principalmente de carne e de soja, e viabilizada, em virtude de sua dinâmica, especialmente em grandefúndios, avança no Paraguai, o modelo familiar-cooperativista-alimentício voltado para o consumo interno, para melhoraria do bem-estar social e para a busca de soberania alimentar é negligenciado. Produtos como leguminosas, verduras, frutas e determinados tipos de carnes possuem preços elevados em razão do alto custo de produção e escoamento, além de sofrer pressão inflacionária por causa da baixa oferta.

No ano de 2011, trabalhadores rurais, aduaneiros e taxistas fecharam a Ponte Internacional da Amizade como forma de se manifestar contra os altos preços dos alimentos paraguaios. Essa escassez de produto e o preço elevado de alguns itens alimentares fazem com que haja um forte contrabando, por parte dos paraguaios, de produtos de alimentação oriundos do Brasil, como banana, maçã, tomate, cebola, alho, frango e ovos.

No Paraguai, o conceito de agricultura familiar foi referenciado pelo Estado somente na *Ley* nº 1.863 de 2002, que estabeleceu o *Estatuto Agrario*. O artigo 2, que se refere ao tema, e posterirormente a *Ley* 2002/02, que o modificou, citam a expressão agricultura familiar de forma vaga e não regulamentada, complicando desse modo a aplicação do conceito na estrutura agrária do país.

O campesinato local, portanto, não conta com um amparo legislativo e político que incentive o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelos médios e pequenofúndios familiares. Há apenas políticas pontuais, como o Projeto para o Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar Sustentável (PAES), uma cooperação Paraguai-FAO-Brasil que estimula a comercialização dos produtos da agricultura familiar a serem utilizados por instituições públicas como hospitais e escolas.

Os médios e pequenofúndios paraguaios carecem de um projeto político respaldado por uma legislatura específica que possibilite a combinação entre a gestão cooperativista e o trabalho rural familiar, gerando a diversificação produtiva e o desenvolvimento do capitalismo rural responsável. Esses dispositivos regulatórios burocráticos, acompanhados de financiamentos estatais, proporcionaria ao agricultor familiar e ao cooperado aumento da renda, do valor agregado ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, a valorização do produtor rural, a profissionalização dos trabalhadores familiares e sua plena integração nas cadeias produtivas capitalistas da agricultura moderna.

Considerações finais

O Paraguai, desde seu período como colônia espanhola no início do século XVI até 1989, jamais havia tido a experiência de um governo de fato democrático. Independente da coroa espanhola em 1811, o país construiu sua história política recente através de uma sequência ininterrupta de autoritarismos estruturados no poder por meio de tiranias paternalistas ou de oligarquias. Os governantes paraguaios, excluindo a incompleta e conturbada experiência de incentivo à produção agrícola campesina durante a ditadura de José Gaspar Rodríguez Francia (1814-1840), representaram os interesses de uma elite rural atrasada, que resistiu ao longo dos anos independentemente das mudanças de forças intra-classe ou de coalizões extra-classe.

A adoção da matriz empresarial-monopolista-agroexportadora teve expressiva contribuição econômica de empresas e de colonos brasileiros. Politicamente, no entanto, são os paraguaios ruralistas, ou os cooptados por estes, que fazem as regras da estrutura fundiária. Essa estrutura, alicerçada quase que integralmente no padrão semicolonial da monocultura de *commodities*, especialmente a soja e a carne, para a exportação, com um ciclo de produção e de negociação dominado por poucas empresas multinacionais, menospreza a soberania, a segurança alimentar, a dinâmica do mercado interno, o bem-estar social, inviabilizando a autogestão e a expansão do mercado de consumo no país.

A desigualdade de acesso à terra no Paraguai é evidente, e a presença dos médios e pequenofúndios é ínfima, mesmo adotando-se medidas de análises generosas, como as estabelecidas pelo presente estudo. Observa-se que o grandefúndio, concentrado nas mãos de poucas pessoas, representa 84,8% de todas as propriedades rurais do país (Paraguay, Síntesis Estadística Producción Agropecuaria, 2012-2013). Esse cenário faz com que os cidadãos paraguaios, marginalizados do consumo, cheguem à agonia de contrabandear alimentos em razão do elevado preço no mercado interno.

O Paraguai necessita quebrar essa estrutura social, econômica e política vigente há décadas, sendo a atuação dos movimentos sociais como a FNLSV determinante para tanto. Setores dominantes da burguesia rural paraguaia conseguem, por exemplo, derrubar leis que taxariam suas produções em valores justos e aumentariam a arrecadação estatal.

A MCNOC, que, juntamente com o MST, pode ser considerada um dos maiores movimentos campesinos da América Latina, apologista do modelo familiar-cooperativista- alimentício de exploração rural, além de se estruturar internamente, necessita expandir seu ativismo local para os níveis regional e internacional. A cooperação com outras organizações campesi-

nas e a articulação em redes transnacionais de resistência é imprescindível, porém não se deve desconsiderar os fóruns institucionalizados, como a REAF do Mercosul, valorosos palanques onde a causa ressoa.

Infere-se que o governo paraguaio somente solucionará a violência do campo, a expulsão do campesinato, a favelização, a expansão horizontal das periferias urbanas, o mercado informal de alimentos e de outros produtos e o recente conflito étnico-cultural com a redistribuição de lotes pela via judiciária. A reforma agrária – dando prioridade à distribuição de lotes para a exploração familiar, com gestão cooperativista, e para a produção de alimentos voltada para o mercado interno, de início com o apoio creditício, técnico e comercial do Estado – desvencilharia o Paraguai do tormento latifundiário, distribuiria renda, incorporaria milhares na dinâmica capitalista de produção e de consumo, beneficiando a economia do país ao diminuir a pressão inflacionária dos alimentos, e torná-lo-ia menos depende das flutuações do mercado internacional.

Notas

1 Os valores de hectares apresentados pela pesquisa foram estruturados com base na vasta bibliografia e em diversos estudos de limites das áreas agrícolas. Além disso, observaram as particularidades do Paraguai, dimensão territorial, organização do espaço e aspectos culturais, políticos e socioeconômicos. Para exemplos de limites de propriedades em outras nações ver Carter (2010: 48).

2 Itaipu transformou o Paraguai no maior produtor de energia *per capita* do mundo, com seu excedente energético exportado obrigatoriamente para o Brasil, de acordo com o tratado, até o ano de 2023. No ano de 2013, a venda de energia elétrica representou 6,7 % do PIB paraguaio (Paraguay, DGEEC, 2013).

3 Em 1985, na cidade de Mundo Novo (MS), durante manifestação de brasileiros que haviam regressado do Paraguai, um imigrante indagou ao deputado Sérgio Cruz: "Então nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, afinal de contas, me diga: o que nós somos?" O deputado respondeu: "Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria". Ver Wagner (1990: 11-17).

4 Os partidos que compunham a APC eram: Partido Revolucionário Febrerista; Partido Democrata Cristão do Paraguai; Partido País Solidário; Partido da Frente Ampla; Partido Encontro Nacional; Bloco Social e Popular; Partido Social Democrata; Avancemos; Poder Cidadão em Ação; Movimento de Participação Cidadã.

5 Não existem dados precisos sobre o número de imigrantes brasileiros no Paraguai, pois muito deles possuem dupla cidadania. Portanto, ora se declaram paraguaios, ora brasileiros, de acordo com a conveniência. Levantamento do governo paraguaio em 2002 estimava que houvesse 81.592 brasileiros no país (Paraguay, DGEEC, 2013). O Ministério das Relações Exteriores brasileiro chegou à estimativa de 459.760 em 2012, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 4.926 em 2010, número muito inferior aos apresentados pelo MRE e pelas pesquisas oficiais do Paraguai. O estudo acredita que os mais próximos da realidade sejam os

dados oriundos do MRE em virtude de sua grande capilaridade no país vizinho e na prestação de assistência aos migrados daquele país.

6 Tranquilo Favero é brasileiro naturalizado paraguaio. É o maior produtor individual de soja do país. Favero comanda um conglomerado de sete empresas que ocupam terras em 13 dos 17 departamentos, muitas delas, segundo o movimento campesino, terras públicas.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, José L. Campesinos paraguayos y "brasiguayos" en la frontera este del Paraguay. In FORGEL, Ramón & RIQUELME, Marcial (org.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), 2005.

BANCO MUNDIAL. *Países: Paraguay*. Washington, 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS>. Acesso em 16 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo* – 2012. Retirado do apêndice da publicação *Diplomacia Consular*. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>. Acesso em 5 de setembro de 2014.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/resultados>. Acesso em 3 de junho de 2015.

Brasil, un país imperialista y explotador. *ABC Color*. Asunción, 20 de mayo de 2007. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/editorial/brasil-un-paisimperialista y-explotador-982863.html>. Acesso em 5 de junho de 2015.

BÜLLOW, Marisa Von & CARVALHO, Priscila Delgado. Entre o nacional e o transnacional – O caso das organizações da agricultura familiar no Mercosul. In: GOHN, Maria da Glória & BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNERI, Santi. Estância de gado no Paraguai é investigada por genocídio. *Agência EFE – Revista Exame*. Asunción. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/ estancia-de-gado-no-paraguai-e-investigada-por-genocidio>. Acesso em 17 de junho de 2015.

CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

CORTEZ, C. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. Campo Grande: Brasil-Agora, 1993.

DANIELS, Afonso. Febre da terra transforma Chaco paraguaio em 'inferno'. Asunción: *Opera Mundi*. Disponível em: <http://brasildefato.com.br/node/6870>. Acesso em 18 de junho de. 2015.

DESANTIS, Daniela. Paraguai aprova imposto sobre exportação de grãos. *Reuteurs Brasil*. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE999 01H20131010>. Acesso em 21 de junho de 2015.

FABRINI, João Edmilson. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e Paraguai. *Boletim DATALUTA*, v. 23, p. 1-9, 2012.

FAO. *Food* and Agriculture Organization. *Concentración y extranjerización de la tierra en América Latina*. Roma: Publications. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/fileadmin/content/events/semtierras/ acaparamiento.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2015.

FIAN & VIA CAMPESINA. *La reforma agraria en Paraguay*. Asunción: FIAN Informe R8. Disponível em <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/infongos/ fianparaguay.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2015.

FRUTOS, Juan Manuel. *Con el hombre y la tierra, hacia el bienestar rural*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 1982.

GALEANO, L. Modernización agraria, diferenciación campesina y escenarios políticos. In: *Procesos agrarios y democracia en Paraguay América Latina*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, p. 19-42, 1990.

GRAZIANO da Silva, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (coord). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994.

GUEREÑA, Arantxa & RIQUELME Quintín. Espejismo de la soja. Asunción: *Informes de Investigación de Oxfam*, agosto de 2013. Disponível em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-soy-mirage-corporate--social responsibility-paraguay-290813-es.pdf>. Acesso em 1 de junho de 2015.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2004.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Indicadores Agricultura: Región Sur – Paraguay*. San José: CAESPA, 2012. Disponível em <http://www.iica.int/Esp/Programas/AnalisisEstrategico/Paginas/Indicadores Agricultura.aspx>. Acesso em 10 de junho de 2015.

INFORMATIVO CAMPESINO. Paraguay: *Centro de Documentacion y Estudos – CDE*, nº 257; abril, maio e junho de 2014. Disponível em: <http://www.cde.org.py/web/attachments/article/160/Infocampesino_n257.pdf>. Acesso em 6 de maio de 2015.

ITAIPU BINACIONAL. *Nossa história*. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossa--historia>. Acesso em 12 de junho de 2015.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: dependência e integração. São Paulo, Brasil Urgente, 1992.

MORAES, Isaías A. & MATTOS, Beatriz R. B. Brasiguaios e carperos: direitos e controvérsias na busca pela posse da terra no Paraguai. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa, v. 4, nº 1, p. 36- 51, jan./jun. 2013.

MST. *Solidariedade internacional*. Brasil. Disponível em: <http://www.mst.org.br/solidariedade-internacional/>. Acesso em 5 de junho de 2015.

NICKSON, Robert Andrew. El regimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESCA, Ignacio. *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus - Santillana, 2010.

PARAGUAY. Banco Central del Paraguay – BCP. *Estadísticas Económicas*. Disponível em: <https://www.bcp.gov.py/estadisticas-economicas-i359>. Acesso em 14 de junho de 2015.

_____. Cámara Paraguaya de Comercializadores y Exportadores de Cereales y Oleaginosas – CAPECO. *Estadísticas*. Disponível em: <http://www.tera.com.py/capeco/>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

_____. *Censo Agropecuario Nacional – CAN 2008*. Disponível em: <http://www.mag.gov.py/Censo/Book%201.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. *Decreto nº 487 de 16 de outubro de 2013*. Objeta el projecto de Ley nº 5082/2013. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.py/archivos/ documentos/presidencia0b2ea5fb5b55cec2c2b9ee70fffbc2b3e-51169ee8af929d6469a2320c8d94b06.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2015.

_____. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC. *Compendio Estadístico 2013*. Publicaciones DGEEC, 2013. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/compendio%202013/Compendio%20Estadistico%202013.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2015.

_____. *Ley Nº 1.863 de 2002 que establece el Estatuto Agrario*. Disponível em: <http://www.mag.gov.py/Ley%201863-02.pdf>. Acesso em 13 de maio de. 2015.

_____. *Ley Nº 2002/02 que modifica varios artículos de la Ley Nº 1863/02 Estatuto Agrario*. Disponível em: <http://www.mag.gov.py/Ley%201863-02.pdf> Acesso em 13 de maio de 2015.

_____. Servicio Nacional de Calidad y Salud Anima – SENACSA. Estadística Pecuaria 2014. Disponível em: <http://www.senacsa.gov.py/index.php/servicios/estadisticas>. Acesso em 13 de maio de 2015.

_____. *Síntesis estadística producción agropecuaria, 2012-2013*. Disponível em: <http://www.mag.gov.py/index-censo2014.php?pag=sintesis-estadistica.html>. Aceso em 13 de maio de 2015.

PIÑERO, Diego. *Em busca de la identidad – La acción colectiva en los conflitos agrários de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

PNUD. *Ranking IDH Global 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>. Acesso em 20 de maio de 2015.

RED RURAL. Participación y organización campesina. *Serie Red Rural*. Asunción: Ediciones RR n° 4, 1993.

RIQUELME, Quintín. *Los campesinos sin tierras en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RIVAROLA, Domingo. Modernización agraria y diferenciación campesina. *Revista Paraguaya de Sociología*. Asunción, año 18, n° 52, 1981.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. Do campo para mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST – Entrevista com Gilmar Mauro. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 21-30, jul.-dez. 2012. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18475. Acesso em 10 de junho de 2015.

SÁNCHEZ, B. *Políticas agrarias y desarrollo: Paraguay 1954-1994*. Asunción: Amambay, 1997.

USDA. United States Department of Agriculture. *Publications – Census of agriculture*. Disponível em: <http://www.agcensus.usda.gov/Publications/>. Acesso em 20 de junho de 2015.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. *Paraguay: comunicado de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainme-

nu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/694-paraguay-comunicado-de-la-mesa-coordinadora-nacional-de-organizaciones-campesinas>. Acesso em 15 de junho de 2015.

VILADESAU, Tomás Palau. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. *Observatório Social de América Latina (OSAL)*, ano 6, n. 16, 2005.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. Emigrantes brasileiros no Paraguai – presença scalabriniana. Coleção Pastoral & Migrações. Porto Alegre: Solidus, 2007.

ZOOMERS, E. B. & KLEINPENNING J. M. P. Colonización interna y desarrollo rural: el caso de Paraguay. *Revista Geográfica I.PG.H.* México, nº 112, p. 109-125, 1990.

Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002)

State and market in Brazilian agrarian reform (1988-2002)

João Márcio Mendes Pereira

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200009

João Márcio Mendes Pereira é doutor em História pela UFF, professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP. É bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e coordenador do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC - http://r1.ufrrj.br/geac/portal/).

Artigo recebido em 10 de junho e aprovado para publicação em 13 de outubro de 2015.

Resumo

O artigo analisa a política de reforma agrária do Brasil no período de 1988 a 2002, problematizando a relação entre Estado e mercado no desenho de tal política. Aborda os marcos legais sobre o tema estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a Lei Agrária de 1993, bem como a ação dos governos Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Dá destaque também à disputa política em torno da implantação da reforma agrária assistida pelo mercado, financiada pelo Banco Mundial. O texto se baseia em documentos do governo brasileiro, do Banco Mundial e entrevistas com atores políticos.

Palavras-chave: reforma agrária, movimentos sociais do campo, reforma agrária assistida pelo mercado, neoliberalismo.

Abstract

The article analyzes the policy of agrarian reform in Brazil in the period 1988-2002, discussing the relationship between state and market in its formulation. It approaches the legal milestones established by the 1988 Federal Constitution and the 1993 Agrarian Law, as well as the actions of Collor de Mello, Itamar Franco and Fernando Henrique Cardoso administrations. It also highlights the political disputes about the implementation of an agrarian reform assisted by the market, financed by the World Bank. The text is based on documents of Brazilian government and of the World Bank and on interviews with political actors.

Keywords: agrarian reform, rural social movements, land reform assisted by the market, neoliberalism.

Résumé

L'article analyse la politique de réforme agraire au Brésil aux années 1988-2002, en discutant les rapports entre l'Etat et le marché dans sa conception. On examine les exigences légales établies par la Constitution Fédérale de 1988 et la Loi Agraire de 1993, ainsi que l'action des administrations Collor de Mello, Itamar Franco et Fernando Henrique Cardoso. On souligne aussi les disputes politiques autor d'une réforme agraire appuyée par le marché, financée par la Banque Mondiale. Le texte est basé sur des documents du gouvernement brésilien, de la Banque Mondiale, et sur des interviews.

Mots-clés: réforme agraire, mouvements paysans, réforme agraire assistée par le marché, néolibéralisme.

As reformas agrárias que lograram êxito, do ponto de vista dos pobres da zona rural, invariavelmente continham um elemento de confisco, do ponto de vista dos grandes proprietários, que perderam parte de seus direitos e privilégios. A reforma agrária é, necessariamente, um processo político. Se as relações de domínio da terra forem realmente alteradas, de modo a beneficiar os colonos, os trabalhadores sem terra ou camponeses, isto implica uma mudança nas relações de poder em favor daqueles que trabalham fisicamente na terra, às custas daqueles que primordialmente acumulam riquezas a partir de seu controle sobre a terra rural e sobre seu trabalho.

Sólon Barraclough (2001: 378-379).

Este artigo analisa a política de reforma agrária do Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), problematizando a relação entre Estado e mercado no desenho de tal política. O trabalho está organizado em quatro partes. Inicialmente, aborda os marcos legais sobre o tema estabelecidos na Constituição e na Lei Agrária de 1993, bem como a ação dos governos Collor de Mello e Itamar Franco. Na sequência, argumenta como e por que a reforma agrária entrou na agenda do governo FHC. A seguir, analisa o principal item da agenda desse governo: a promoção da reforma agrária assistida pelo mercado, financiada pelo Banco Mundial (BM), contra a qual se posicionaram as principais organizações de representação de trabalhadores rurais do país. Depois, discute a política agrária do segundo governo de FHC, quando iniciativas até então relativamente dispersas foram articuladas em uma estratégia mais clara. A conclusão retoma os pontos centrais da análise. O trabalho se baseia em fontes documentais do governo brasileiro, do BM e em entrevistas semiestruturadas realizadas com atores políticos decisivos no processo aqui estudado.

Da Constituição de 1988 à eleição de 1994

A Constituição de 1988, mediante pressão popular, alargou a esfera de direitos de cidadania no Brasil, com a extensão do direito de voto aos analfabetos e a criação do Sistema Único de Saúde, entre muitas outras inovações. Porém o mesmo não ocorreu em relação à democratização do acesso à terra (Gomes da Silva, 1989 e 1996). Representou um avanço o fato de que pela primeira vez a expressão "reforma agrária" aparecesse num texto constitucional, e se definisse que a propriedade deve cumprir uma "função social", entendida como aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do

meio ambiente, cumprimento da legislação trabalhista e exploração que favoreça o bem-estar de trabalhadores e proprietários. Todavia, a definição dos critérios de cumprimento da função social permaneceu bastante ambígua, com exceção do que se refere à legislação trabalhista. O texto apagou qualquer referência ao "latifúndio", não estabeleceu o limite máximo de propriedade da terra, não adotou o dispositivo da perda sumária e não definiu os assentados da reforma agrária como público prioritário da política agrícola, como reivindicavam os movimentos populares do campo. Além disso, manteve no Judiciário a decisão sobre a imissão de posse para fins de desapropriação, dando margem à lentidão jurídica e ao atraso na implantação de assentamentos.

Quanto às desapropriações, a Constituição estabeleceu prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), resgatáveis em até 20 anos, com a garantia de preservação do valor real. Desse modo, consolidou-se a tendência de remuneração dos proprietários com base em valores de mercado, premiando, ao invés de punir, o proprietário que descumprir a função social.[1] A Constituição também tornou a pequena e a média propriedades rurais não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, bem como a propriedade produtiva. A regulamentação do que seria considerado "propriedade produtiva" ficou a cargo de legislação complementar, o que só ocorreria cinco anos depois.

Com a aprovação da Lei Agrária em fevereiro de 1993, os modestos dispositivos constitucionais sobre reforma agrária foram regulamentados (Ferreira et al., 2009; Medeiros, 2002). A imprecisão do termo "propriedade produtiva" foi mantida, deixando margem para que fosse interpretado juridicamente como equivalente ora a terra "fértil", ora a terra "em produção". A consequência, no primeiro caso, seria a destinação de terras inférteis (impróprias à atividade agrícola) à reforma agrária. No segundo caso, o resultado seria a proteção contra a desapropriação caso alguma parcela fosse explorada economicamente, mesmo que descumprisse outros critérios da função social (Gomes da Silva, 1996). Assim, essa imprecisão jurídica deu margem para interpretações que, desde então, valorizam o critério econômico em detrimento dos critérios ambiental e trabalhista.

Além disso, diferentemente da desapropriação por utilidade pública, em que o proprietário só pode questionar na Justiça o valor da indenização, no caso da desapropriação para fins de reforma agrária o proprietário pode questionar o mérito da ação (Gomes da Silva, 1996). Isso lhe possibilita manejar o rito processual a seu favor e atrasar o início do processo de assentamento por tempo indeterminado, ou até reverter processos de desapropriação mesmo após a criação de assentamentos.

A legislação estabeleceu mecanismos que atribuem ao Judiciário a decisão sobre diversos pontos vitais à operacionalização da política fundiária, criando condições para a judi-

cialização crescente da questão agrária. Isso evidenciou o fato de que a socialização jurídica predominante entre os operadores da lei no Brasil era – e ainda é – pautada por uma visão de direito de propriedade como algo inviolável e absoluto (Fachin, 1993), o que tem alimentado uma postura desfavorável aos sem terra por parte da maioria dos juízes que julgam os conflitos agrários no país.

A correlação de forças institucionalizada na Constituição de 1988 e na legislação subsequente inviabilizou a realização de uma reforma agrária estrutural e massiva no Brasil, como reivindicavam os movimentos populares do campo. O marco legal vigente desde então permite, no máximo, políticas de assentamentos, bastante sensíveis a variações conjunturais.

A disputa pela presidência da República em 1989 acabou polarizada entre Collor de Mello (PRN) e Lula da Silva (PT). Os movimentos populares saíram às ruas, ao mesmo tempo em que greves eclodiam por todo o país. Enquanto isso, forças empresariais e militares agitavam bandeiras como o anticomunismo, a modernização do país, o combate à corrupção e aos "privilégios" do funcionalismo público. Grandes grupos de comunicação veicularam a ideia de que o país vivia uma "guerra interna" (Dreifuss, 1989: 266-294). Ao fim e ao cabo, a derrota de Lula representou não a derrota de um partido, mas de um projeto democrático-popular alimentado por uma década de lutas sociais no campo e nas cidades (Dagnino, 2004).

Coincidentemente, com a queda do Muro de Berlim no mesmo ano, chegava ao fim a guerra fria. Na América Latina, diversos governos democraticamente eleitos se comprometiam com a aplicação do programa neoliberal sintetizado no Consenso de Washington. Era o caso de Collor de Mello. Entre outras medidas, sua gestão promoveu uma política econômica que deteriorou severamente as condições de vida e de emprego no campo e nas cidades. Em nome do combate a "privilégios" na administração pública e da modernização administrativa, avançou no desmantelamento do modelo de intervenção do Estado em vários setores, inclusive na agricultura, por meio da redução drástica do volume de recursos para a política agrícola, da liquidação da política de estoques públicos de alimentos, da abertura comercial unilateral e da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ferreira et al., 2009). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) permaneceu paralisado por falta de recursos.

O tratamento dado às lutas populares se limitou à repressão e à criminalização. Além disso, esse governo não efetuou nenhuma nova desapropriação para fins de reforma agrária. Por sua vez, os assentamentos existentes foram abandonados à sua própria sorte. Ao mesmo tempo, o governo estimulou outros instrumentos de obtenção de terras segundo a lógica mercantil, como a criação de bolsas de arrendamento (Leite e Medeiros, 2004).

Já o governo Itamar (1992-94) fez uma inflexão no tratamento dado aos movimentos sociais do campo. Pela primeira vez um presidente da República se reuniu com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reconhecendo a organização como interlocutor legítimo. Pessoas com trânsito e credibilidade entre movimentos sociais foram nomeadas para a direção do INCRA no início de 1993 (Stédile e Fernandes, 1999; Medeiros, 2002). Além disso, com a aprovação da Lei Agrária em maio do mesmo ano, os modestos dispositivos constitucionais sobre reforma agrária foram regulamentados, viabilizando a realização de desapropriações. O tema voltou a ter algum espaço na agenda governamental, tanto pela pressão de movimentos sociais como pela sua associação com o combate à fome.[2] Porém, com a implantação do programa de estabilização monetária (Plano Real), pressões políticas variadas dentro e fora do governo minaram a execução do limitado programa de assentamentos.

A disputa presidencial de 1994 foi polarizada entre Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em torno da política macroeconômica e do combate à inflação. O tema da reforma agrária apareceu discretamente e ambos os candidatos se posicionaram a favor da medida, mas com propostas distintas (Carvalho Filho, 2001). O programa do PT considerava-a uma política de caráter estrutural e propunha o assentamento de 800 mil famílias sem terra. A desapropriação figurava como o principal instrumento de redistribuição de terras. Já o programa do PSDB prometia assentar 280 mil famílias, sem qualquer pretensão de mudança estrutural, tratando o assunto como medida de alívio da pobreza rural.

O início do governo FHC (1995-1997)

À frente de um projeto radical de transnacionalização da economia brasileira, o governo FHC estruturou o Plano Real com base na enorme liquidez internacional, na manutenção de taxas de juros elevadas e na sobrevalorização cambial (praticada até 1998). Tais fatores, combinados com a liberalização comercial unilateral e o desmonte do modelo anterior de regulação da agricultura, provocaram efeitos drásticos sobre o setor agropecuário brasileiro. O volume de importações agrícolas disparou, alcançando patamar sem precedentes (Delgado, 2009: 20). O declínio acentuado dos preços impactou severamente a renda agrícola, principalmente na agricultura familiar.

No que tange à política fundiária, o programa do PSDB prescrevia medidas assistencialistas, tanto que o programa de reforma agrária estava vinculado ao Comunidade Solidária.[3] Entretanto, a confluência de três fatores durante os anos de 1995-97 contribuiu para alterar

sensivelmente a conjuntura agrária. O primeiro foi a repercussão nacional e internacional alcançada pela violência policial extrema contra trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e principalmente em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996. Ambos os episódios resultaram em 28 trabalhadores mortos e alimentaram uma série de protestos no Brasil como no exterior contra a violência no campo e a favor da reforma agrária.

O segundo fator foi o aumento sensível dos conflitos agrários e das ocupações de terra em praticamente todo o país (CPT, 2003). No caso das ocupações, o MST era a força organizativa, mas em alguns estados sindicatos ligados à CONTAG também cumpriam esse papel (Leite e Medeiros, 2004). Em particular, no Pontal do Paranapanema – região caracterizada pela grilagem de terras públicas localizada no oeste do estado de São Paulo – diversas lideranças do MST foram presas e a tensão social aumentou com a violência da polícia e de grupos armados a serviço de latifundiários. Escrevendo no calor dos acontecimentos, Maria da Conceição Tavares captou o cerne do problema:

> A reforma agrária não se destina a aplacar o potencial de conflito embutido na atual conjuntura do agro, mas sim a desfazer a condição objetiva de exclusão e marginalização da maioria da população rural produzida, sobretudo, nas últimas três décadas pelo processo de transformação capitalista acelerada da agricultura brasileira. (...) Este é o problema de fundo que revela a natureza estrutural do conflito atual, do qual a nossa sociedade infelizmente só se apercebe quando toma consciência das tensões dele resultantes, explicitadas na violência contra os trabalhadores do campo (Tavares, 1997: A3).

Outro fator decisivo foi a realização da "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça". Organizada pelo MST, a marcha durou três meses e chegou à Brasília em 17 de abril de 1997, um ano depois do massacre em Eldorado dos Carajás. Apesar do descaso das autoridades e da campanha sistemática de desqualificação dos grandes meios de comunicação, a marcha, pacífica do início ao fim, conseguiu conquistar a simpatia de parte da opinião pública urbana. Aos "sem terra" se somaram, então, os "sem teto", os "sem emprego", entre outros, reunindo cerca de cem mil pessoas na primeira manifestação de massas contra as políticas neoliberais.

Tudo isso deu visibilidade às ocupações de terra e à bandeira da reforma agrária e projetou o MST (fundado em 1984) na cena política nacional e internacional. Àquela altura, já não era mais possível tratá-lo como simples "caso de polícia".

A resposta do governo federal veio logo após o massacre de Eldorado dos Carajás, com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Raul Jungmann, designado para ocupar a nova pasta, assim se pronunciaria anos depois:

> O ministério só existe por conta do MST. Eu costumava dizer com um certo humor negro (...) que os meus constituintes foram os dezenove mortos em Eldorado de Carajás. Ou seja, quem me sentou [no Ministério] foram os caras que morreram lá (entrevistado em 27/11/2003).

O MEPF incorporou o INCRA, até então subordinado ao Ministério da Agricultura, espaço tradicional de articulação de interesses do patronato rural (Medeiros, 2002). A partir de então, o MEPF pôs em prática um conjunto de iniciativas, com o objetivo de aliviar as tensões no campo e restabelecer o protagonismo político do governo.

Em primeiro lugar, logo em 1996 encaminhou alterações no Imposto Territorial Rural (ITR), alegando que promoveria uma reforma agrária mediante tributação progressiva da terra. A iniciativa não foi para frente e a evasão fiscal continuou bastante elevada (90% em 1997), mas se fez muita propaganda.

Em segundo lugar, em junho de 1997, uma série de medidas foi tomada no sentido de agilizar o processo de desapropriação, baratear as indenizações aos proprietários e acelerar o assentamento de famílias (MEPF, 1998). Nem todas foram aplicadas ou surtiram efeito relevante, mas buscou-se com isso recuperar a capacidade de resposta do governo à pressão social.

Em terceiro lugar, iniciou-se a desfederalização da reforma agrária, transferindo para estados e municípios a competência para conduzir os processos de obtenção de terras e assentamento (MEPF, 1997) e, assim, convertê-los em objetos de barganha negociados localmente. Tal política contrariava a posição de todas as organizações de trabalhadores rurais. Além disso, combinada com outras medidas, permitia a incorporação de entidades sindicais e excluía o MST da participação em algumas políticas públicas, fomentando a sua concorrência mútua (Leite e Medeiros, 2004).

Tais iniciativas se davam num contexto de repressão às lutas sociais no campo, mediante o acionamento da Polícia Federal para monitorar os sem terra, a realização de despejos de ocupantes de forma truculenta e ilegal e a prisão de lideranças. Até a extrema direita agrária voltou a se rearticular em algumas regiões, mobilizando instrumentos privados de violência, com frequência reforçados pela polícia e pelo Judiciário estaduais. Abertamente, entidades patronais pregavam o uso da força contra as ocupações (Carvalho Filho, 2001: 206).

Ao mesmo tempo, os principais veículos de comunicação passaram a disseminar uma imagem positiva do governo FHC em relação à reforma agrária e uma imagem negativa dos movimentos sociais, em particular do MST. Em geral, a mídia corporativa contrastava os dados oficiais que exaltavam o aumento do número de famílias assentadas, enquanto os sem terra e o MST eram associados a baderna, violência, corrupção e não vocação para a agricultura.

De fato, como mostra a tabela 1, houve um aumento expressivo do número de famílias assentadas entre 1995 e 2002. Contudo – e sem entrar no mérito da precisão desses dados –, deve-se ressaltar que tais cifras resultaram não do planejamento e do compromisso governamental com a reforma agrária, mas sim da mobilização social de milhares de trabalhadores sem terra, da visibilidade dos conflitos agrários, da prática da ocupação como forma principal de pressão sobre os governos e da ação política dos movimentos sociais do campo.

Tabela 1. Famílias assentadas e área ocupada até 2002 – Brasil

Ano	Famílias assentadas	Área (hectares)
Até 1994	58.317	16.290.069
1995	42.912	2.683.062
1996	62.044	2.515.865
1997	81.944	4.165.754
1998	101.094	3.025.000
1999	85.226	2.303.118
2000	60.521	2.151.574
2001	63.477	1.829.428
2002	43.486	2.401.925
Total (governo FHC)	540.704	21.075.726

Fonte: INCRA (atualizado em 31.08.2014).

A introdução da reforma agrária assistida pelo mercado (RAAM) (1997-98)

Um componente central da política agrária federal foi a implantação da reforma agrária assistida pelo mercado (*market-assisted land reform*) (Van Zyl et al., 1996). Propagada pelo Banco Mundial (BM), tal reforma prescrevia a concessão de financiamento para trabalhadores rurais pobres comprarem terras negociadas de maneira voluntária e direta com proprietários. Por essa transação patrimonial os proprietários seriam pagos previamente em dinheiro a preço de mercado, enquanto os compradores assumiriam os custos de aquisição da terra. Junto com o empréstimo, os compradores receberiam uma quantia variável de subsídio para investimentos em infraestrutura e produção. Esse mecanismo estimularia a barganha pelo imóvel, pois quanto menor fosse o preço da terra, mais recursos sobrariam para investimentos. Em outras palavras, a RAAM constituía uma operação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, acrescida de subsídio variável. Politicamente,

tal modelo se inseriu nas estratégias de alívio da pobreza rural do BM complementares às políticas de ajuste macroeconômico (Burki e Perry, 1997).

O discurso de legitimação da RAAM combinava dois argumentos: a afirmação da "oportunidade histórica" deflagrada pela redução do preço da terra e a desqualificação do "modelo tradicional" de reforma agrária, proclamado como esgotado ou falido.

O primeiro argumento foi veiculado pelo governo, associando a queda relativa do preço da terra em algumas regiões com a perda de poder político dos grandes proprietários. Segundo Raul Jungmann: "O grande reformador agrário foi o Plano Real, que quebrou economicamente o latifúndio. Os movimentos sociais continuam dizendo que o latifúndio aqui tudo pode. Pode nada, o latifúndio foi derrotado" (entrevistado em 27/11/2003). Em 24 de março de 1999, no auge desse debate, o mesmo Jungmann, então ministro, afirmava em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado que "não podemos ficar cegos à realidade, que aponta, hoje, para uma queda enorme do preço da terra e a possibilidade da via negocial".

O segundo argumento consistia na afirmação de que a reforma agrária redistributiva havia falido historicamente, por ser um modelo discricionário, confiscatório, conflitivo e inviável politicamente em regimes democráticos ao se basear no instrumento da desapropriação e na indenização (quando existente) aos proprietários de terra por meio de TDAs. Além disso, tal modelo seria também centralizador, burocratizado, paternalista, ineficiente economicamente e ineficaz na redução da pobreza rural (cf. Van Zyl et al., 1996; Deininger e Binswanger, 1999; Teófilo, 2003). Milton Seligman, então presidente do INCRA, assim explicava em 1997 a posição do governo: "O pior negócio para o Governo Federal é a desapropriação litigiosa (...). Qual é o melhor negócio? É aquele indicado pelo mercado, em que conseguimos, de comum acordo, encerrar uma negociação em valores de mercado" (Senado, audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, 04/09/1997).

As críticas do BM e do governo brasileiro à reforma agrária desapropriacionista se basearam na construção de um tipo ideal ao qual se atribuiu a responsabilidade pelo suposto fracasso da imensa maioria das reformas agrárias realizadas pelo mundo afora. Desse modo, pode-se dizer que tal crítica foi feita de maneira enviesada, desconsiderando a análise dos conflitos sociais que definiram a natureza, o grau, a extensão, o ritmo, a direção e mesmo o refluxo das reformas agrárias, sempre muito heterogêneas entre si. Tal crítica tinha o objetivo de disputar politicamente qual deveria ser o papel legítimo do Estado em sociedades altamente desiguais, marcadas por altos índices de concentração da propriedade da terra e tensões de classe no campo, numa fase específica do capitalismo neoliberal.

Para os técnicos do BM, o Brasil oferecia condições ideais para a RAAM, porque estava em curso uma política econômica que impactava regressivamente o tecido social rural, existia

enorme demanda por terra e havia uma tendência de queda do preço dos imóveis rurais em algumas regiões. Por sua vez, pelo lado do governo, era preciso não apenas responder ao aumento da pressão social por terra, mas também pautar a maneira pela qual a questão agrária deveria ser processada política e institucionalmente. Essa convergência de interesses possibilitou a introdução da RAAM no Brasil.

Documentos do BM revelam claramente que o aumento dos conflitos agrários e das ocupações de terra foi crucial para a decisão do governo brasileiro de implementar a RAAM mediante empréstimo externo:

> Cada vez mais, as ocupações de terras têm gerado uma pressão significativa sobre o governo brasileiro para que aja rapidamente sobre os problemas existentes na posse de terras (...) Para o governo brasileiro, a reforma agrária assistida pelo mercado proporciona uma oportunidade de responder às pressões dos trabalhadores sem terra de uma maneira menos conflituosa do que abordagens administrativas (BM, 1997e: 7).

O nexo entre ocupações de terra, conflitos agrários e desapropriação fica ainda mais claro em outro documento do BM e revela a intenção do governo FHC de priorizar a RAAM:

> O modelo de reforma agrária através da distribuição de terras pelo governo é um círculo vicioso: a terra é redistribuída onde há conflitos sociais e os conflitos sociais pressionam o programa de redistribuição de terras do governo (...) À medida que novas alternativas começam a fazer efeito [a RAAM], o governo poderá reduzir a ênfase nas desapropriações e consequentemente quebrar a ligação entre sua política de reforma agrária e os conflitos rurais (BM, 2003: 127).

O primeiro projeto desse gênero começou em agosto de 1996 no estado do Ceará, durante o governo de Tasso Jereissati (PSDB), e recebeu o nome de "Reforma Agrária Solidária". O governo criou em 1996 um fundo estadual e nele aportou cerca de R$ 4 milhões, acrescidos de um empréstimo do BM de R$ 6 milhões. Financiou-se a compra de 44 imóveis por 694 famílias, totalizando 23.622 hectares. A iniciativa estimulou a elevação do preço da terra onde foi implantada (Brandão, 2000). Dessa pequena experiência nasceu o projeto-piloto Cédula da Terra (PCT), estendido para os outros quatro estados (BA, MA, PE e norte de MG) por meio de novo empréstimo aprovado pelo BM em abril de 1997 no valor de US$ 90 milhões. O PCT financiaria a compra de terras por 15 mil famílias em 4 anos, mas esperava-se posteriormente financiar um milhão de famílias em até seis anos (BM, 1997). O projeto financiava a compra de qualquer imóvel rural, mesmo os passíveis de desapropriação.

O PCT foi criticado pelo MST como expressão do neoliberalismo no campo. Gilmar Mauro expôs em audiência pública no Senado a posição do movimento:

> Não me causa surpresa esse tipo de programa, porque, ao longo dos anos, verificamos uma série de iniciativas, todas elas periféricas (...) Assentar 15 mil num universo de 4,8 milhões de famílias [sem terra], qual é o impacto social desse programa? Nenhum impacto (...) No nosso entendimento, o Cédula da Terra é mais um, entre tantos outros, para confundir a população e não resolver o problema na essência (Senado, Comissão de Assuntos Econômicos, 04/09/1997).

Na mesma ocasião, embora fosse da Executiva Nacional do PSDB, Francisco Urbano, então presidente da CONTAG, fez uma crítica contundente tanto à política de reforma agrária como ao PCT. No primeiro caso, sustentou que:

> O que se faz no Brasil é uma enganação da sociedade (...). Uma reforma agrária envolve uma decisão política de intervenção na estrutura agrária, criando um novo modelo de desenvolvimento, em que se desconcentra poder, riqueza e se estabelece um novo patamar do processo de desenvolvimento do país. O que se faz hoje é apagar fogo de um lado e de outro: desapropria-se um pedaço aqui pela ocupação, desapropria-se um outro pedaço ali porque o fazendeiro ofereceu. Não se muda nada da estrutura agrária da região (ibidem).

No segundo caso, embora ressaltasse que as federações sindicais estavam debatendo se deveriam ou não participar do PCT – sinalizando que não se tratava de uma questão resolvida dentro da CONTAG –, Francisco Urbano afirmou que:

> O Cédula da Terra (...) não passa de um atraso – dos maiores que já vi – no processo de reforma agrária neste país. É nitidamente um retrocesso no processo da reforma agrária e uma forma de o Estado fugir do seu papel ao não intervir na mudança de sequer um patamar na estrutura agrária brasileira (ibidem).

O significado e a intencionalidade política do PCT naquela conjuntura foram diagnosticados pela própria avaliação contratada pelo governo e financiada pelo BM:

> É possível dizer que, na atual conjuntura de mobilização, ao colocar nova opção de acesso à terra, o Cédula da Terra introduz uma disputa política e ideológica com outros movimentos sociais e seus mediadores (principalmente o MST, setores da Igreja Católica e da sociedade civil organizada em ONGs), os quais detêm, hoje, a iniciativa política neste campo e defendem o acesso à terra via instituto da desapropriação (Buainain et al, 1999: 281).

Antes mesmo de realizar a avaliação dos resultados do PCT – como previa o acordo de empréstimo com o BM –, o governo FHC mobilizou a sua base no Congresso Nacional para aprovar a criação do Banco da Terra. Acompanhe-se como se deu esse processo.

No dia 26 de fevereiro de 1997 foi protocolado no Senado o projeto de lei nº 25, de autoria de Esperidião Amin (PPB-SC), para a criação do Banco da Terra, com base na experiência de um fundo de terras criado em seu governo (1983-87), voltado para financiar a compra de imóveis rurais de até doze hectares em Santa Catarina. No Congresso, o discurso da base governista ora reivindicou o Banco da Terra como sequência do PCT – posição que o vinculava diretamente ao BM –, ora afirmou que seria tão-somente uma ampliação da experiência catarinense (Câmara dos Deputados, 1998: 400-1024).

Como se tratava de uma matéria objeto de legislação complementar, o projeto teve de seguir rito especial, o qual exige maioria absoluta no Congresso, i. e., no mínimo 41 senadores e 257 deputados. O projeto original foi aprovado no Senado em 4 de dezembro do mesmo ano, sem debate e por unanimidade (58 votos), fato quase inédito durante o governo FHC (Senado, Diário, 1997: 26.967-77). Remetido à Câmara, onde a oposição era mais organizada e tinha mais peso político, sabidamente o projeto encontraria resistência. Por isso, o Executivo agiu preventivamente e a votação se fez em regime de urgência.

Acompanhando o debate legislativo (Câmara dos Deputados, 1998: 832-1024), observa-se que a oposição liderada pelo PT fez uma série de críticas, especialmente contra: a) a possibilidade de compra de propriedades passíveis de desapropriação, o que concorreria com o programa de reforma agrária e "premiaria" o latifúndio que não cumpre com a sua função social, na medida em que o pagamento aos proprietários seria em dinheiro a preço de mercado; b) a autorização de sindicatos patronais como intermediários, e não as entidades de representação de trabalhadores; c) a introdução de um mecanismo de compra de terra num período de queda da rentabilidade agrícola e de endividamento dos agricultores familiares, o que contribuiria ainda mais para a inadimplência e a possível falência desse segmento; d) as condições não favoráveis de financiamento; e) a possibilidade de aquecimento do mercado fundiário por conta da disponibilidade de crédito, o que tenderia a elevar o preço da terra rural.

A liderança do PT e de outros partidos da oposição manifestou-se em favor da criação de um fundo de terras que financiasse apenas a compra de propriedades produtivas, i. e., não passíveis de desapropriação. Também a CONTAG e o MST se manifestaram contrariamente à forma como o projeto se apresentava, conforme relataram em plenário os deputados ligados àquelas organizações (Câmara dos Deputados, 1998: 909-910). Por outro lado, a base governista reconhecia como procedentes diversas críticas da oposição, admitindo que o projeto original tinha inconsistências e problemas, mas assumiu a posição de que os ajustes seriam feitos quando da regulamentação da lei. Assim, a base governista rejeitou todas as emendas apresentadas e derrubou a proposta do bloco oposicionista de adiamento da votação para maior debate, criando uma situação paradoxal: embora admitisse que havia necessidade de

modificações no projeto, impedia concretamente as possibilidades de sua realização. Após apenas uma única sessão de debate e na presença do ministro Jungmann, o projeto foi aprovado no dia 21 de janeiro de 1998 por folgada maioria: 351 votos a favor, 83 contra e 3 abstenções, votação suficiente para aprovar uma emenda constitucional.[4]

Consumava-se, assim, o apoio decisivo do patronato rural à criação do Banco da Terra, através da votação em bloco da bancada ruralista, que atravessava todos os partidos da base política do governo. Em 2 de fevereiro de 1998 era criado o Banco da Terra, através da lei complementar nº 93/98. Já não se tratava mais de um projeto-piloto, restrito a cinco estados da Federação, mas sim de um fundo de caráter nacional previsto constitucionalmente para financiar a compra de terras a trabalhadores rurais. Através desse expediente, o princípio básico da RAAM – a transferência voluntária de terras via transação de mercado em detrimento da desapropriação – deixava de ser um objeto externo à política fundiária brasileira e passava a integrá-la por força de uma lei aprovada por maioria absoluta no Congresso Nacional.

O governo federal fez uso de intensa propaganda para divulgar as supostas vantagens do novo modelo, ao mesmo tempo em que as ocupações de terra eram criminalizadas. Baseado na ideia de acesso "negociado" e "sem conflitos", o *marketing* foi direcionado tanto para o público mobilizado em ocupações e acampamentos como para o potencialmente mobilizável. Gilmar Mauro, dirigente do MST, resumiu da seguinte maneira a combinação entre repressão e propaganda:

> Se você perguntar "quem quer terra?", obviamente que todo mundo levanta a mão. Agora, se você perguntar "quem quer ir para uma ocupação?", num contexto de repressão policial, a coisa muda completamente de figura, porque os trabalhadores estão assistindo à Globo todo dia e vendo nós apanharmos e sermos despejados. O povo faz análise de conjuntura (...) e pensa: "eu quero terra, mas desse jeito não!". Claro, não é idiota! Então, todo um contexto foi criado precisamente para tentar introduzir uma alternativa (...) para combater ideologicamente os movimentos sociais e a luta de classes (entrevistado em 13/11/2003).

O segundo governo FHC (1999-2002)

O segundo mandato de FHC se iniciou com a crise do Plano Real e a adoção de um programa de ajuste fiscal acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Quanto à política agrária, no primeiro semestre de 1999 o governo elaborou diretrizes que sistematizavam e aprofundavam as ações até então realizadas de modo relativamente disperso (MEPF, 1999a e 1999b). Tais diretrizes se concentravam em: a) descentralizar o programa de reforma

agrária para estados e municípios; b) terceirizar e privatizar atividades e serviços técnicos vinculados aos assentamentos (como assistência técnica); c) titular os assentados em três anos, mediante a "emancipação" dos assentamentos em relação ao Estado, a fim de lhes cobrar pelos custos da desapropriação; d) transferir para os assentados o ônus de diversas atribuições antes da competência do INCRA (como topografia, demarcação de lotes etc); e) manter o programa de reforma agrária como política de alívio da pobreza rural, sem pretensões de mudança estrutural; f) implantar a RAAM nacionalmente por meio do Banco da Terra.

Diante da repressão às lutas por terra e da implantação da RAAM, os movimentos de trabalhadores rurais buscaram construir maior unidade política no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.[5] O Fórum encaminhou em outubro de 1998 um pedido de investigação ao Painel de Inspeção do BM,[6] com uma série de críticas e denúncias contra o PCT. Em maio de 1999, o Painel (1999a) julgou improcedentes todos os argumentos do Fórum e não recomendou à diretoria do BM a investigação solicitada. O governo brasileiro usou tal recusa como prova da eficiência do projeto. Três meses depois, com base em documentos que continham inúmeras irregularidades e indícios de corrupção na gestão do PCT,[7] o Fórum solicitou nova investigação, recebendo nova resposta negativa do Painel (1999b).

Foi então que a direção da CONTAG decidiu negociar com o BM e o governo federal a criação de um novo programa – o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP), semelhante aos anteriores, porém com algumas modificações –, permitindo que o empréstimo de EUR 218,2 milhões, até então não aprovado pela diretoria do BM, fosse autorizado. Desse modo, o BM acabou não financiando o Banco da Terra, e sim o CFCP.

O BM havia tentado ganhar a adesão da CONTAG desde o início da implantação do PCT, embora até então desconsiderasse as reivindicações daquela entidade, que eram basicamente três: a) que o PCT fosse complementar à reforma agrária, e não concorrencial; b) que fosse dirigido a regiões de concentração de minifúndios ou onde não houvesse propriedades passíveis de desapropriação, numa lógica complementar à reforma agrária; c) que fosse um projeto concebido, executado e avaliado junto com os sindicatos, as federações sindicais e a CONTAG[8]. Por outro lado, embora tenha apoiado as duas solicitações ao Painel de Inspeção, a CONTAG nunca se recusou a negociar com o BM possíveis mudanças no PCT (Banco Mundial, 2000: 24).

A partir de então, a CONTAG continuou a vincular o PCT e o Banco da Terra à RAAM, mas passou a diferenciá-los do novo CFCP, considerando-o apenas um programa de "crédito fundiário" complementar à reforma agrária. Ao mesmo tempo, seguindo os termos da CONTAG, o CFCP ficou impedido de comprar áreas passíveis de desapropriação e criaram-se mecanismos de participação e cogestão por sindicatos de trabalhadores rurais. Com a criação do novo programa, a luta contra o PCT e o Banco da Terra se enfraqueceu e saiu da pauta do Fórum.

Diversas avaliações mostraram a incapacidade da RAAM de promover o desenvolvimento econômico e a justiça social no campo no Brasil e em outros países, razão pela qual esse modelo não substitui uma reforma agrária redistributiva.[9] Mesmo com melhorias técnicas que aperfeiçoassem programas desse gênero – aumentando, p. ex., mecanismos de participação e transparência por meio da mediação sindical –, tais medidas não seriam suficientes para superar os limites estruturais desse modelo, como a dependência da oferta de terras por parte de proprietários e a incapacidade de democratizar a estrutura fundiária e alcançar escala social, dado o pagamento prévio em dinheiro e a preço de mercado.

No biênio 2001-02, o governo FHC realizou ainda duas ações importantes. A primeira foi o cadastramento de solicitações de acesso à terra em agências dos Correios de todo país. Mediante intensa propaganda, a campanha prometia uma "reforma agrária sem conflitos". O número de pessoas cadastradas chegou a 839.715, mas nenhuma foi assentada. A segunda ação consistiu na proibição por dois anos de vistoria pelo INCRA de áreas ocupadas, o que inviabilizava os processos de desapropriação.

Conclusão

Se a CF 1988 ampliou a esfera de direitos de cidadania no Brasil, no capítulo da política fundiária o resultado ficou aquém das expectativas e reivindicações dos movimentos populares que surgiram no bojo da crise da ditadura. No período examinado, a fiscalização pelo Estado da obrigatoriedade de cumprimento da função social da propriedade se restringiu, quando e onde ocorreu, ao critério econômico, e mesmo assim com inúmeras limitações e ambiguidades, deixando de lado os critérios ambiental e trabalhista. Ao mesmo tempo, nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, consolidou-se a tendência de remuneração dos proprietários com base em valores de mercado (ou acima de), onerando imensamente os cofres públicos. Por tudo isso, a correlação de forças plasmada na CF 1988 e na legislação posterior bloqueou a realização de uma reforma agrária estrutural e massiva no Brasil, permitindo, no máximo, políticas de assentamentos sujeitas a vicissitudes de ordem política, orçamentária e operacional.

A introdução do neoliberalismo no Brasil se deu com o governo Collor, que tratou as lutas populares no campo por meio de repressão e criminalização. Não houve nenhuma desapropriação para fins de reforma agrária, e o governo buscou estimular outros instrumentos de obtenção de terras segundo a lógica mercantil, como a criação de bolsas de arrendamento.

Já o governo Itamar fez uma inflexão no tratamento dos movimentos sociais do campo e pôs em prática um programa modesto de assentamentos, cuja execução foi limitada por pressões internas e externas ao governo e pela prioridade atribuída à implantação do Plano Real.

À frente de um programa radical de estabilização e reestruturação econômica que combinava o uso da taxa de câmbio como instrumento de combate inflacionário, a abertura comercial, a desregulação financeira, a desindexação da economia, o ajuste fiscal e a privatização de empresas públicas, o governo FHC pôs em prática o fortalecimento do mercado em detrimento do Estado – ainda que à custa e por meio do próprio Estado –, com efeitos drásticos sobre a maioria da população rural do país. Nesse contexto, a política de reforma agrária foi encarada como medida de alívio da pobreza rural, sem qualquer pretensão de democratização da estrutura fundiária do país. Porém a alta visibilidade da violência no campo contra trabalhadores rurais, o volume crescente de conflitos agrários e ocupações de terra e a gravitação de movimentos sociais como o MST recolocaram na agenda política nacional os temas da reforma agrária e da justiça social no campo.

Para reverter a perda de protagonismo frente a fatos políticos produzidos à sua revelia, o governo FHC tomou uma série de medidas. De modo geral, elas apontaram para a internalização de mecanismos de mercado no programa de reforma agrária. Era o caso, por exemplo, da "emancipação" dos assentamentos rurais e da privatização de serviços de assistência técnica. Porém a principal iniciativa posta em prática consistiu na implantação da RAAM. Para fazê-lo, o governo FHC criminalizou as ocupações de terra e desqualificou as ações dos movimentos sociais, com o suporte dos grandes veículos de comunicação. Por isso, é correto afirmar que a execução da RAAM andou lado a lado com a coerção estatal e a difusão da ideologia do acesso à terra "sem conflito". No auge da polarização com o MST, uma campanha publicitária oficial dizia: "para que pular a cerca se a porteira está aberta", aludindo à possibilidade de obtenção de terra via mercado.

As críticas do BM e do governo brasileiro à reforma agrária desapropriacionista simplesmente naturalizavam a deformação política e juridicamente construída do aparato estatal voltado para a democratização da propriedade da terra. Exemplo disso é o que ocorreu com os TDAs: criados para dar escala à reforma agrária, foram convertidos em moeda de alta liquidez transacionável no mercado financeiro, elevando a dívida fundiária da União e transformando o Estado no agente de remuneração da renda da terra. Portanto, como, no Brasil, sustentar a tese de falência do "modelo desapropriacionista", se ele nunca foi levado adiante de maneira adequada?

A implantação da RAAM condensou as principais contradições políticas entre o governo FHC e as organizações aglutinadas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. O Fórum levou adiante diversas iniciativas inovadoras no plano nacional e internacional para impedir o empréstimo do BM que permitiria ao governo brasileiro contar com uma fonte externa de financiamento para o Banco da Terra em todo o país. Todavia, da negociação da CONTAG com o governo federal e o BM surgiu o CFCP, dando sequência à experiência dos programas anteriores, porém com novidades importantes, como a proibição de compra de

áreas passíveis de desapropriação e a cogestão por sindicatos de trabalhadores rurais. Para a CONTAG, o CFCP representou a possibilidade de viabilizar uma demanda mais antiga de setores do movimento sindical, embora até então secundária na pauta da entidade e trazida à tona num momento político adverso aos movimentos sociais do campo.

Para o BM, a experiência brasileira com a RAAM foi crucial, por se tratar do maior país da América Latina, com forte ativismo social no meio rural e, historicamente, um dos cinco maiores clientes da instituição. Nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao BM para essa finalidade. Ao empurrar a RAAM para o governo brasileiro, o BM não fez nada que não estivesse de acordo com as perspectivas políticas, preferências e convicções dos altos mandos de Brasília naquele período.

Notas

1 Essa tendência se agravou após 1995, quando os TDAs foram aceitos como meio de pagamento nos processos de privatização de empresas públicas, convertendo-se em moeda paralela e ativo financeiro com boa liquidez. Cf. Delgado (2012).

2 Ganhara visibilidade nacional a campanha conduzida pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, contra a fome e miséria no país.

3 Criado em 1995 e encerrado em 2002, tratava-se de um programa ligado à Casa Civil da Presidência da República com o objetivo de coordenar as ações governamentais voltadas para o combate à fome e à pobreza. Previa a colaboração entre órgãos públicos, entidades privadas e organizações não governamentais.

4 Votaram a favor deputados dos seguintes partidos: PSDB, PFL, PMDB, PTB, PPB, PL, PP, PPS e um deputado do PDT. Os votos contrários vieram do PT, PSB, PCdoB, PSTU, um do PMDB e outro do PDT. O PV se absteve.

5 O Fórum foi criado em 1995 e congregava àquela altura mais de 30 organizações, entre as quais MST e CONTAG.

6 O Painel de Inspeção foi criado em 1994 como instância independente para receber reclamações de indivíduos e grupos que se sentiam prejudicados pela realização de projetos financiados pelo BM. A reclamação deve demonstrar que os efeitos negativos decorrem da não observância das normas e procedimentos do BM na elaboração, execução e avaliação dos projetos financiados. A criação do Painel foi uma resposta limitada a críticas de grupos ambientalistas e ligados à defesa dos direitos humanos.

7 Como o governo brasileiro não liberava informações sobre a implementação do PCT, o Fórum acionou dois parlamentares do PT, que assinaram requerimento oficial de informações ao MEPF em 2 de março de 1999. Dois meses depois, numerosa documentação foi entregue aos parlamentares e imediatamente repassada ao Fórum. Tal documentação não foi apresentada pelo governo federal ao Painel de Inspeção, nem foi considerada na resposta do BM (Fórum, 1999).

8 Conforme depoimento de Francisco Urbano na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em 4 de setembro de 1997.

9 A revista *Third World Quarterly* fez uma edição especial (v. 28, n. 8) sobre o tema em 2007 com diversos estudos nacionais.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *Project Appraisal Document to Brazil for Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Washington, DC: Report nº 16342-BR, 1997

___ *Project Appraisal Document to Brazil for Land-Based Poverty Alleviation Project I*. Report nº 19585, 2000.

___ *Rural Poverty Alleviation in Brazil: Toward an Integrated Strategy*. Washington, DC, 2003.

BARRACLOUGH, Sólon. A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes. In: TEÓFILO, Edson (org.) *A economia da reforma agrária: evidências internacionais*. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

BUAINAIN, Antônio M. et al. *Relatório preliminar de avaliação do Projeto Cédula da Terra*. Brasília: UNICAMP/NEAD/MEPF, junho, 1999.

BURKI, Shahid Javed; PERRY, Guillermo. *The Long March: A Reform Agenda for Latin America and the Caribbean in the Next Decade*. Washington, DC: The World Bank, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notas taquigráficas da sessão ordinária 012.6.50.E de 21 de janeiro, 1998.

CARVALHO Filho, José Juliano de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a *Nova Reforma Agrária*. In: LEITE, Sérgio (org.) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

CPT. *Conflitos no campo Brasil*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2003.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, pp. 139-164.

DEININGER, Klaus; BINSWANGER, Hans. The Evolution of the World Bank's Land Policy: Principles, Experience and Future Challenges. *The World Bank Research Observer*, vol. 14, n.2, 1999, pp. 247-276.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson G. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: IICA/MDA, 2009.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FACHIN, Luiz Edson. Depois da Lei Agrária: o que muda no campo brasileiro? *Democracia na terra*, n. 10, 1993, pp. 15-30.

FERREIRA, Brancolina et al. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). *Acompanhamento e Análise de Políticas Sociais* (IPEA), nº 17, vol. 2, 2009.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO. *Segunda solicitação ao Painel de Inspeção*. Brasília, 27 de agosto de 1999.

GOMES DA SILVA, José. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

___ *A reforma agrária na virada do milênio*. Campinas: ABRA, 1996.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (org.) *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: INESC, 2004.

MEDEIROS, Leonilde. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEPF. *Diretrizes do processo de descentralização da reforma agrária*. Brasília, 1997.

___ *Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária*. Brasília, 1998.

___ *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*. Brasília, 1999a.

___ *A nova reforma agrária*. Brasília, 1999b.

PAINEL DE INSPEÇÃO. *Report and Recommendation on Request for Inspection – Brazil: Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Washington, DC, May, 1999a.

___ *Report and Recommendation on Second Request for Inspection – Brazil: Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Washington, DC, December, 1999b.

SENADO FEDERAL. Notas taquigráficas da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos em 4 de setembro de 1997.

___ Notas taquigráficas da audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais em 24 de março de 1999.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. A questão agrária. *Folha de São Paulo*, 27/04/1997.

TEÓFILO, Edson. Brasil: nuevos paradigmas de la reforma agraria. In: TEJO, Pedro (org.) *Mercados de tierras agrícolas en América Latina y el Caribe: una realidad incompleta*. Santiago do Chile: Nações Unidas/CEPAL/GTZ, vol. 1, 2003.

VAN ZYL, Johan et al. (eds) *Agricultural Land Reform in South Africa: Policies, Markets and Mechanisms*. Cape Town: Oxford University Press, 1996.

Entrevistas realizadas

Gilmar Mauro – membro da direção nacional do MST (em São Paulo no dia 13/11/2003).

Raul Jungmann – ministro do Desenvolvimento Agrário (1997-2002), deputado federal (PPS/PE) entre 2003-06 (em Brasília no dia 27/11/2003).

O mundo rural para além do mundo agrícola

Rural world beyond agriculture world

Ana Cláudia Pinto Corrêa

Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira

Maria José Carneiro (Coord.)

Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200010

Ana Cláudia Pinto Corrêa é doutora em História Social pela PUC-SP, coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e professora dos cursos de Administração e Direito do Unifeg, e coordenadora da Pós-Graduação Lato-Sensu da PUC-Minas (Poços de Caldas) (anaclio@bol.com.br).

Resenha recebida em 30 de junho e aprovada para publicação em 13 de outubro de 2015.

Oposição campo/cidade. Realidades sociais e espaciais descontínuas, ratificando a dicotomia existente entre elas. O mundo rural como inexoravelmente agrícola. O agricultor como o personagem encarregado de manter o "campo tradicional". Neste livro coordenado por Maria José Carneiro, esses paradigmas vão sendo quebrados, um a um, por meio da análise, principalmente, das experiências de agricultores e seus filhos, comerciantes, turistas, donos de pousadas ou confecções de localidades rurais (RJ, RS e MG). É pertinente, então, nos remetermos a Thompson (1981), para quem a experiência está no cerne da interpretação do processo histórico, ao tratar os sujeitos sociais como alguém que ajuda a tecer a teia da história e não apenas como seu mero espectador.

Dessa forma, ao longo de seus sete capítulos, os autores nos apresentam um *locus* rural em que a agricultura deixou de ser a atividade econômica fundamental no sustento familiar, o que não implica, necessariamente, o abandono da terra por seus donos, que se tornam pluriativos, ou seja, se valem de empregos – baixa qualificação e remuneração – em localidades próximas, que os ajudam a complementar sua renda mensal. Dificuldade de comunicação com mercados consumidores em potencial, dificuldade de transporte, ausência de uma política estatal agrícola eficiente e os preços baixos de seus produtos impulsionaram-nos a trabalhos outros. Esses problemas repercutem com mais profundidade nos jovens, que acabam por não se interessar em seguir o "tradicional" trabalho de seus pais. Além da questão econômica, eles tendem a considerar as ocupações não-agrícolas mais valorizadas simbolicamente.

A criação de signos ou a ressignificação dos já existentes, a necessidade de se incorporar o não material na esfera da produção também são destacadas. Nesse contexto, a natureza é o signo por excelência reelaborado e sobre o qual se constrói a nova noção de rural. Ela deixa de indicar um meio de produção e torna-se objeto de contemplação. A natureza assim entendida e visualizada passa a alimentar novas indústrias, quais sejam, a do turismo e a cultural. O foco, então, volta-se para a manutenção e recuperação do patrimônio rural (recursos naturais, bens arquitetônicos, festividades coletivas). Essa nova premissa da natureza, por sua vez, constitui-se em um dos recursos que viabilizam a pluriatividade referida anteriormente. Hotéis, pousadas, restaurantes, lojas, bares, entre outros, é que representam empregabilidade

para membros de famílias tradicionalmente agrícolas, cuja sobrevivência é ameaçada pelos parcos recursos que essa atividade proporciona.

Por outro lado, a convivência entre sujeitos sociais e atividades díspares se faz presente no interior de um campo de forças tanto físico quanto simbólico. Para os agricultores, os organismos de proteção ambiental são vistos como autoritários, pois os obrigam a preservar uma área (mata) que poderia ser utilizada para a agricultura. Como agravante, essa situação provoca uma desvalorização da terra como bem de produção. No entanto, para os denominados neorrurais – que chegam por vezes a denunciar agricultores que derrubam a mata –, a natureza deve, de preferência, permanecer intocada, seja por seu senso ecológico, seja pela oportunidade em explorar o ecoturismo.

Cabe ressaltar que os agricultores geralmente se encontram em difícil situação econômica, ao passo que os novos residentes das localidades rurais, provenientes de centros urbanos maiores em busca da tranquilidade do campo quando, principalmente, de sua aposentadoria, são mais providos de capital. Por vezes também, possuem destacada voz ativa nas associações locais. Em algumas das áreas pesquisadas, as prefeituras promoveram melhorias como pavimentação de ruas, somente com a instalação daqueles moradores que, com seus estabelecimentos voltados para os turistas, contribuíram para a entrada de recursos nos cofres públicos.

É possível então vislumbrarmos, conforme defende Williams (1979), que o campo de forças no qual os atores sociais se "enfrentam" é permeado por uma cotidiana luta de classes na disputa por papéis hegemônicos nos espaços compartilhados. Variadas são as estratégias, inclusive simbólicas, utilizadas para se obter a referida hegemonia, uma vez que ela está constantemente se reconstruindo; nunca garantida. Entrevemos os neorresidentes respaldados pelo *ethos* ambientalista, sendo vistos como modernos e responsáveis quando o assunto é a natureza. Eles recebem apoio do poder público local e assumem posições de destaque em associações locais. Já os nativos (agricultores) são vistos como agressores do meio ambiente, atrasados ou até mesmo *outsiders* nas palavras dos autores, possuindo pouca inserção nas organizações locais. Talvez fosse o caso de nos perguntarmos se o que é tachado como agressão não poderia ser transmutado em resistência. Paradoxalmente, nessa ressignificação rural, em que há o desmonte do campo tradicional, verificamos o anseio pela manutenção da imagem do agricultor como alguém que, inexoravelmente, existe em função da terra e de seus frutos. Mais irônico ainda: essa valorização vem na esteira da constante presença de turistas da "cidade grande", que ainda se apoiam na figura lúdica do campo e do agricultor. É bem verdade que alguns agricultores, mesmo com as dificuldades apresentadas, preferem se manter exclusivamente no trabalho agrícola.

Tomando como parâmetro o dizer dos autores, que seria mais apropriado substituir o conceito de êxodo rural pelo de êxodo agrícola, bem como o de famílias rurais pelo de famílias agrícolas, as palavras de Todorov (1999) fazem muito sentido, pois para ele toda cultura viva muda, ainda que nem todas as mudanças sejam boas. Um exemplo positivo está no agora ativo papel econômico das mulheres. De um modo geral, atuando por trás dos bastidores nos serviços domésticos e com sua invisibilidade sancionada, elas passam a vivenciar uma atuação direta no ganha-pão da família, mesmo que, incontestavelmente, a imagem de provedor continue apontando para seus maridos. Essa situação torna-se ainda mais perceptível em Laranjeiras – nome fictício de uma das localidades fluminenses pesquisadas –, que ganhou certo vigor a partir da instauração de confecções de *lingerie* que, em sua maioria, são abertas por mulheres que representam também a própria mão de obra.

Por fim, infere-se que a ruralidade está constantemente em reelaboração, adaptação e incorporação (ou não) às novas experiências vividas por seus atores sociais. Essas novas e imbricadas relações tornam as referências identitárias cada vez mais móveis. É pertinente nos remetermos a Bhabha (1998), para quem a nação é uma construção discursiva e não uma comunidade imaginada, homogênea e horizontal. Ele nos propõe observá-la como uma forma de vida híbrida, que apresenta suas fissuras e tensões. Assim, para os "de fora", o campo é pensado como uma realidade homogênea, cujos sujeitos são responsáveis por manter um modo de vida "autêntico", mas as observações feitas pelos autores nos levam a perceber identidades múltiplas entre os próprios agricultores, bem como entre esses e os neorrurais, homens e mulheres, agricultores e turistas, turistas e neorrurais. Portanto, é premente que fiquemos atentos à alteridade, uma vez que ela pode nos proteger da tentação de criarmos uma imagem única e modelar da identidade.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Maxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Existe o Brasil? Desafios de uma biografia da nação

Does Brazil exist? Challenges of a biography of the nation

João Marcelo Ehlert Maia

Brasil: uma biografia

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling

São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200011

João Marcelo Ehlert Maia é mestre (2001) e doutor (2006) em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ), e professor adjunto do CPDOC/FGV-RJ (joao.maia@fgv.br).

Resenha recebida em 26 de outubro e aprovada para publicação em 5 de novembro de 2015.

Nunca foi fácil contar a História do Brasil. Afinal, esse país vasto, desigual e permeado de trocas culturais violentas e criativas sempre se mostrou insubmisso aos seus melhores intérpretes. Mas, em um momento no qual a intensa especialização universitária combina-se a um processo de democratização política e social que pluralizou a ideia clássica de Nação, a tarefa tornou-se ainda mais complexa. Apenas por esse motivo já seria importante saudar o lançamento de um livro como *Brasil: uma biografia*, escrito em conjunto por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling. O livro, porém, também é muito bom, o que justifica a ingrata missão de resenhar em no máximo 8 mil caracteres (com espaços!) um livro cujo objeto é *apenas* o país.

Como se sabe, existe um mercado para livros de História não acadêmicos no Brasil, mas ele tem sido ocupado, de forma geral, por obras escritas por jornalistas ou comentaristas políticos, com algumas exceções recentes (Aarão Reis, 2014). Schwarcz e Starling são não apenas duas pesquisadoras de ponta em suas respectivas áreas, mas também intelectuais preocupadas com a dimensão pública do conhecimento. A primeira tem tido papel relevante na editora Companhia das Letras, organizando coleções que procuram apresentar um panorama atualizado e rico das grandes interpretações do Brasil, ao passo que Starling é uma liderança nos projetos sobre história republicana, atuando também na Comissão Nacional da Verdade. Ambas têm suas trajetórias associadas ao GT de Pensamento Social no Brasil da ANPOCS, espaço dos mais tradicionais e criativos da área, que se notabiliza pelo investimento na pesquisa sobre as tradições culturais e intelectuais nacionais. Assim, é natural que tenham pensado esse projeto a partir do entrecruzamento entre experiência acadêmica, liderança intelectual e visibilidade na esfera pública, produzindo como resultado uma obra que se vale da melhor produção acadêmica disponível, apresentada em um texto acessível aos não iniciados e complementado com grande diversidade de fontes primárias (o livro apresenta logo no início a longa lista de arquivos consultados). A aposta foi bem-sucedida, e ainda hoje *Brasil: uma biografia* figura nas listas dos livros mais vendidos de não ficção.

A obra tem 18 capítulos distribuídos em quase 800 páginas, que cobrem do período da colonização à transição pós-ditadura militar. Há também seções com imagens, sejam elas

retratos, pinturas, documentos e fotografias, e as autoras mostram habilidade ao mobilizar essa iconografia de forma não simplesmente ilustrativa. Cada capítulo dialoga intensamente com a historiografia acadêmica, que é apresentada no anexo por meio de notas de fim, embora esse diálogo tenha resultados diferentes em cada seção. Assim, os capítulos sobre o século XIX têm como ponto alto a conversa com a História Intelectual e Conceitual, o que permite ao leitor não especializado um conhecimento maior sobre os significados de termos como "pacto", "federação" e "Império". Já o capítulo sobre escravismo bebe significativamente da fonte da História Social da Escravidão, área na qual a historiografia brasileira tem sido extremamente prolífica e competente. Esse capítulo, em especial, tem forte teor analítico, como se as autoras tivessem conscientemente optado por esmiuçar toda a mecânica violenta do racismo à brasileira, fenômeno que muitos ainda insistem em subalternizar no debate público. Já os capítulos sobre o período republicano (do 13 em diante) parecem privilegiar uma abordagem mais próxima da História Política, e é possível que leitores especializados sintam falta de um diálogo com a História Social do Trabalho mais recente, que vem investindo nos cotidianos dos "mundos do trabalho" para além da discussão sobre o trabalhismo consagrada na obra clássica de Angela de Castro Gomes.

A estrutura narrativa reflete a escrita a quatro mãos, e tem oscilações interessantes. Se alguns capítulos têm um tom analítico, próprio da linguagem acadêmica, outros (em especial o capítulo 4, intitulado "É Ouro!" e dedicado à formação do complexo minerador na atual região de Minas Gerais) têm forte sabor narrativo, com a apresentação quase romanesca de personagens reais extraídas das fontes históricas. É possível que alguns leitores mais críticos se incomodem com o desequilíbrio formal, mas penso que a diversidade de formas atende à diversidade de objetivos. Afinal, em um momento em que ainda se discute a sério a existência de racismo no Brasil, é uma tarefa político-pedagógica martelar no leitor desavisado toda a riqueza informativa e interpretativa produzida pela Historiografia.

O saldo da empreitada é muito positivo. Gostaria, porém, de destacar dois grandes desafios colocados para qualquer biografia do Brasil hoje: o primeiro relaciona-se com a própria ideia de uma biografia nacional, e o segundo diz respeito às tensões entre as chamadas "interpretações do Brasil" e a emergência de novas narrativas sobre o "Brasil" construídas a partir de perspectivas historicamente subalternas.

Sabemos que a sociologia e a historiografia discutem há tempos as armadilhas contidas no método biográfico (Bourdieu, 1996). Afinal, ao pensarmos a história de um indivíduo como uma biografia, arriscamo-nos a construir uma narrativa por demais dotada de sentido e de coerência, apagando o que seriam os acasos e as contingências que modelam as trajetórias. Mais recentemente, vem-se enfatizando a dimensão transnacional de processos que

se pensava serem facilmente enquadrados num âmbito exclusivamente nacional ou mesmo regional (Subrahmanyam, 1997), o que põe em questão a possibilidade de uma biografia de uma Nação. Aliás, antes que termos como "História Global" virassem moda intelectual, um historiador como Luiz Felipe de Alencastro (2000) já argumentava que é impossível entender o tráfico negreiro moderno sem tomar como unidade analítica o Atlântico Sul, e não o Brasil. Isto é, a escravização de milhares de africanos em terras tidas como brasileiras não poderia ser entendida como decorrência de uma dinâmica histórica nacional, já que os nexos que explicam esse fenômeno articulariam a costa oeste africana a alguns portos e espaços no litoral brasileiro, mas não todo o território que hoje conhecemos por "Brasil". Assim, uma primeira questão interessante seria: como uma biografia nacional pode dialogar com a necessidade de abordarmos a dimensão transnacional de processos e fenômenos que nos construíram?

O segundo desafio refere-se ao surgimento de novas formas de falar sobre o objeto "Brasil" que questionam o lugar de discurso dos setores letrados e a ideia de identidade que acompanha a formação do Estado-Nação. Essas novas formas podem ser sintetizadas por uma resposta dada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro quando confrontado com a clássica pergunta "O Brasil tem jeito?", em edição recente da revista *Cult*:

> O Brasil não existe: o que existe é uma multiplicidade de povos, indígenas e não-indígenas, sob o tacão de uma elite, corrupta, brutal e gananciosa, povos unificados à força por um sistema mediático e policial que finge constituir-se em um Estado-Nação territorial. Uma fantasia sinistra. Um lugar que é o paraíso dos ricos e o inferno dos pobres. Mas entre o paraíso e o inferno, existe a terra. E a terra é dos índios. E aqui todo mundo é índio, exceto quem não é (Viveiros de Castro, 2015).

A frase contém certo tom apocalíptico, mas traduz um sentimento disseminado sobre o possível esgotamento da forma nacional e seus avatares, entre os quais as próprias "interpretações do Brasil", geralmente produtos do olhar de uma camada letrada sobre um Outro desprovido dos meios materiais e simbólicos de representação. Afinal, não se trata de incluir esses grupos na biografia nacional, tarefa brilhantemente feita pelas autoras, mas de inquirir sobre outras possibilidades narrativas construídas à margem das clássicas interpretações do Brasil e pelas mãos e vozes de outros setores.

As autoras, é claro, estão cientes dos dois desafios aqui levantados, e lidam com eles de forma inteligente. Logo na introdução, afirmam explicitamente que "não querem fazer uma história do Brasil, mas fazer do Brasil uma história, dentre outras". Esta afirmativa sagaz é a bússola de todo o projeto. Cientes da democratização da sociedade e da impossibilidade de qualquer narrativa teleológica, Schwarz e Starling reconhecem a contingência de sua narrativa

e as contradições do objeto "Brasil". Por tabela, essa frase nos convida a pensar *com o livro* e *para além do livro* algumas questões difíceis, mas cruciais, entre as quais eu destacaria duas: se o livro faz do Brasil uma história, como essa história específica, produzida no seio da melhor pesquisa acadêmica nacional, pode se relacionar com outras histórias? Em que medida essas outras histórias ainda encontram um terreno comum com as "intepretações do Brasil" das quais o livro das autoras é claro herdeiro?

Na resposta a essas perguntas, reside um desafio que não é apenas intelectual, mas profundamente político. Afinal, trata-se de encontrar um novo terreno comum em meio aos fragmentos do que é hoje a ideia de Brasil, sacudida por uma maré democratizante de longa duração que felizmente não pode mais ser represada. *Brasil: uma biografia* será um incontornável livro de viagem nessa busca.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALENCASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asia Studies*. 31(3): 735-762. 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Eduardo Viveiros de Castro, fotógrafo. Disponível em http://revistacult.uol.com.br/home/2015/07/entrevista-eduardo-viveiros-de-castro-fotografo/. Acessado em 21 de outubro de 2015.

EDITORA FGV



Fidelidade à qualidade: assim se pode definir a filosofia da Editora FGV, que desde 1974 vem trazendo a seus leitores a melhor produção editorial nas mais diversas áreas do conhecimento.
São mais de 200 títulos de autores brasileiros e estrangeiros importantes para o debate das ciências sociais, especialmente de economia, administração, história e negócios.
Os elevados padrões de qualidade da Editora FGV resultam não só na escolha criteriosa das obras que compõem seu catálogo, mas também no excelente tratamento gráfico e editorial dado a cada publicação.

Portal: http://www.editora.fgv.com.br
Televendas: 0800-217777 (de 2ª a 6ª feira das 8:30h às 18:00h)

LIVRARIA FGV

A Livraria FGV dispõe de um diversificado acervo de obras nacionais e importadas nas áreas de administração, economia e ciências sociais, além de literatura, artes e obras de interesse geral.
Com uma equipe formada por profissionais de grande experiência no mercado, a Livraria FGV oferece atendimento especializado, em instalações amplas e modernas, com serviços de encomenda, importação e pesquisa bibliográfica.

Rua Jornalista Orlando Dantas, 44 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
Horário de funcionamento: de 2ª a 6ª feira das 9:00h às 19h30
Tel: 21-3799-5535 ou 21-3799-5537
e-mail: livraria@fgv.br

Teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV defendidas em 2015

Mobilidade em potência e discurso publicitário na sociedade contemporânea globalizada no Brasil, 1982-2014

Maria Alice Nogueira

Data da defesa: 17/03/2015 – Doutorado

Banca: Bianca Freire-Medeiros (orientadora), Bernardo Buarque de Hollanda (PPHPBC), Leticia Carvalho Ferreira (PPHPBC), Clotilde Perez (ECA-USP) e Letícia Veloso (UFF).

Resumo: No mundo, hoje, tudo está em movimento. Pessoas, objetos, valores, informação e imagens circulam cada dia mais intensa e extensamente em um ambiente social fluido, em rede e de risco. Quando a mobilidade se torna parte importante da experiência cotidiana e os deslocamentos físicos, geográficos, virtuais ou imaginativos tomam a frente nas relações e alteram radicalmente os modos de vida em todas as esferas – social, cultural, política e econômica –, nesse momento uma cultura da mobilidade se impõe e envolve a todos em novas possibilidades e experiências, assim como em novos constrangimentos, riscos e discursos que devem ser estudados. A cada dia mais intensa imbricação entre a cultura da mobilidade e o discurso publicitário constitui a base que sustenta a tese e que delineia as duas premissas fundamentais do estudo: a primeira, de que as coisas do mundo chegam até o sujeito apesar de sua imobilidade, por meio dos objetos, das informações e das imagens que circulam globalmente; e a segunda, de que a despeito de seu caráter comercial, persuasivo e de vendas, a publicidade também pode ser encarada como um bem cultural que expressa a cultura da qual faz parte. É na articulação dessas duas premissas que reside o interesse primordial e o objeto de estudo da pesquisa: ao considerar o fazer publicitário como representação da sociedade, investigar, a partir da perspectiva do Paradigma das Novas Mobilidades, como o movimento é expresso discursivamente na publicidade das marcas globais. A interpretação do discurso publicitário global teve como objetivo validar a hipótese de que há um consumo de (i)mobilidade sendo feito quando o indivíduo sai em busca de objetos que, a partir de sua disponibilidade (ready-to-handness) e potencial de uso em relação ao ambiente (affordance), suportem sua (i)mobilidade cotidiana com certa estabilidade e menor risco. O locus da investigação é o Brasil, e o estudo focou sua análise nos 32 anos relativos ao período de 1982 a 2014. Foram selecionados anúncios de marcas veiculados na revista *Veja* durante o período de três Copas do Mundo FIFA: de 1982, na Espanha; de 1998, na França; e de 2014, no Brasil, que cobrem o período proposto pela pesquisa.

A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)

Felipe Ribeiro

Data da defesa: 13/04/2015 – Doutorado

Banca: Paulo Fontes (orientador), Mario Grynszpan (UFF), Fernando Teixeira da Silva (Unicamp), José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ) e Alexandre Fortes (IM-UFRRJ).

Resumo: A presente tese pretende analisar a ação política dos trabalhadores rurais e têxteis do município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1956 e 1973, com destaque para as atuações dessas duas categorias em parceria, bem como para suas formas de organização e luta. Ao considerarmos este município como um cenário privilegiado para se investigar as conexões entre o rural e urbano – tendo em vista que a cidade foi uma pródiga produtora de alimentos e tornou-se um polo industrial têxtil – nosso intuito foi mapear a participação dos diversos partidos políticos, lideranças, grupos e instituições que dialogavam com esses trabalhadores para além do mito da "foice o e martelo". Deste modo, buscamos contribuir para os estudos sobre história do trabalho, enfatizando a articulação entre as lutas coletivas e as ferramentas de ação política utilizadas por esses tecelões e lavradores, analisados de forma conjunta nesta pesquisa.

O pão e a festa: patrimônio imaterial e turismo em Juiz de Fora

Patricia Lage de Almeida

Data da defesa: 08/05/2015 – Doutorado

Banca: Lucia Lippi Oliveira (orientadora), Verena Alberti (PPHPBC), Helena Bomeny (PPHPBC), Valéria Leão Ferenzini (UFJF) e Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ)

Resumo: A pesquisa tem como objetivo analisar os pedidos de registro do Pão Alemão e da Deutsches Fest como bens culturais de natureza imaterial de Juiz de Fora, por serem entendidos como representativos da cultura e da tradição dos imigrantes alemães que

fazem parte da história da cidade. A Festa Alemã ou Deutsches Fest é, atualmente, um dos maiores eventos do calendário cultural e turístico de Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Realizada no bairro Borboleta, antiga Colônia Alemã, a festa foi criada em 1969 por descendentes dos alemães que imigraram para o município em meados do século XIX. O Pão Alemão, encontrado nas festas e casas do bairro, além de ser o principal elo de preservação da memória construída por esses descendentes de alemães, tornou-se importante elemento simbólico do modo de preparo da legítima culinária alemã. Pão e festa fazem parte de uma tradição construída ao longo de anos para afirmar a identidade do grupo e ampliar sua participação nos âmbitos políticos e econômicos locais.

O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional

Ana Paula Sampaio Caldeira

Data da defesa: 26/06/2015 – Doutorado

Banca: Angela de Castro Gomes (orientadora), Américo Freire (PPHPBC), Rebeca Gontijo (UFRRJ), Eliana Dutra (UFMG) e Temístocles César (UFRGS).

Resumo: Em 1870, o jovem e praticamente desconhecido Benjamin Franklin Ramiz Galvão foi nomeado para ocupar o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, posto do qual saiu 12 anos depois, já como intelectual consagrado, para assumir a função de tutor dos netos de D. Pedro II. Durante o período em que esteve à frente da instituição, Ramiz Galvão projetou fazer daquele espaço a biblioteca da nação brasileira. Isso significava construir uma instituição cuja função fosse salvaguardar o patrimônio documental brasileiro, torná-lo disponível a um público especializado e estimular estudos sobre a história e a geografia do país. O objetivo era fazer da Biblioteca Nacional um lugar de referência, sintonizado com suas congêneres europeias e em diálogo com os meios letrados nacionais. Nesse sentido, a atuação de Galvão foi fundamental para a construção de uma rede de sociabilidade que o ligava a estudiosos, livreiros, bibliófilos e bibliotecários de diversos lugares do Brasil, da América e da Europa. Esta tese analisa a proposta de reformulação da Biblioteca Nacional empreendida por Ramiz Galvão, buscando associá-la a um projeto maior de construção

da nação brasileira. Para isso, investigaremos três elementos que consideramos principais desse trabalho de edificação de uma Biblioteca Nacional: 1) a construção de uma rotina de serviços, que foi capaz de transformar o pequeno espaço com livros da antiga Biblioteca Real na mais importante biblioteca do Brasil; 2) o esforço de aquisição e de seleção de um patrimônio documental brasileiro e sua divulgação em publicações como os Anais da Biblioteca Nacional e o Catálogo da Exposição de História do Brasil, dois dos mais importantes empreendimentos de Galvão como diretor; 3) a atuação de Galvão como mediador cultural no ambiente letrado brasileiro do final do século XIX.

O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1979)

Claudiane Torres da Silva

Data da defesa: 28/08/2015 – Doutorado

Banca: Paulo Fontes (orientador), Angela de Castro Gomes (PPHPBC e UNIRIO), Marco Aurélio Vannucchi (PPHPBC), Elina Pessanha (UFRJ), Samantha Quadrat (UFF)

Resumo: A proposta desta pesquisa é pensar as ações trabalhistas impetradas pelos sindicatos patronais e dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, que compreendia parte da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, observando os acórdãos coletivos produzidos na segunda instância da Justiça do Trabalho. Foram observadas matérias e diálogos jurídicos encontrados nos acórdãos coletivos do Tribunal Regional do Trabalho, ressaltando-se as principais questões trabalhistas do período 1964-1979 referentes ao direito do trabalho no Brasil. Com o recorte cronológico do ano de 1964, quando ocorreu o golpe que depôs do presidente João Goulart, até 1979, quando, no processo de distensão política, percebe-se uma mudança na atuação da classe trabalhadora no contexto do novo sindicalismo, a pesquisa também pretende analisar a atuação dos agentes do Judiciário trabalhista durante o regime civil-militar, observando a prática da magistratura trabalhista diante do projeto político e econômico então adotado, que atingia especificamente os interesses dos trabalhadores

Representações identitárias e projeção internacional: a diplomacia cultural brasileira (2003-2009)

Clarice Cristine Ferreira Menezes

Data da defesa: 01/10/2015 – Doutorado

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Alexandre Luis Moreli (PPHPBC), Bernardo B. de Hollanda (PPHPBC), Letícia Pinheiro (IESP) e Monique Sochaczewsky (ECEME).

Resumo: Neste trabalho, propomos uma análise sobre as estratégias de rearticulação identitárias do Brasil na primeira década do século XXI, tendo em vista a projeção internacional do país via Diplomacia Cultural. Para tanto, definimos como objeto de nossa análise as relações entre o Brasil e a França, a partir de dois eventos principais: (i) o ano do Brasil na França e (ii) o ano da França no Brasil. A partir das contribuições teórico-metodológicas originárias da vertente francesa sobre a História Cultural, bem como da Escola Inglesa de Relações Internacionais e do campo da Historiografia das Relações Culturais Internacionais, buscamos verificar como a Diplomacia Cultural, no caso brasileiro, deve ser compreendida enquanto uma política de governo, favorecida pelo ethos articulado e disponibilizado do país e de seus representantes em alguns momentos de sua história – em nosso caso, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse sentido, buscamos perceber como a discursividade sobre múltiplas identidades brasileiras se insere nesse contexto enquanto mecanismo de projeção do Brasil no cenário internacional.

Memória ferroviária: da mobilização popular à política pública de patrimônio

Lucina Ferreira Matos

Data da defesa: 14/12/2015 – Doutorado

Banca: Luciana Heymann (orientadora), Verena Alberti (PPHPBC), Paulo Fontes (PPHPBC), Márcia Chuva (UNIRIO), Eduardo Romero (UNESP).

Resumo: Esta tese tem como objetivo o estudo do processo de construção e apropriação do passado ferroviário e da transformação da memória ferroviária em objeto de política

pública, sobretudo após a edição da Lei nº 11.483/2007. O estudo aborda os papéis desempenhados por agentes sociais diversos, como as Associações de Preservação Ferroviárias (APFs), a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e suas estratégias de ressignificação e objetificação do passado ferroviário, processo que teve início ainda na década de 1970. A pesquisa descreve a implantação da malha ferroviária brasileira, de maneira a contextualizar a extinção da RFFSA, em 2007; aborda o surgimento e evolução das APFs, e descreve a atuação da Rede na preservação e salvaguarda do passado da ferrovia por meio da análise do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (Preserfe). Por fim, a tese enfoca a atuação do Iphan, recorrendo à análise dos processos e tombamentos de bens ferroviários e ao estudo dos desdobramentos da Lei nº 11.483/2007 no interior do órgão. O movimento de valorização do passado do trem contribui para os debates acerca dos processos de apropriação e patrimonialização do passado.

Telhado de vidro: uma reflexão sobre os processos de inventário de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ a partir do caso do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição-RJ

Mayra Vaz Carneiro

Data da defesa: 25/03/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Verena Alberti (orientadora), Leticia Carvalho (PPHPBC), Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ).

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto a análise do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, do Morro da Conceição, Rio de Janeiro, realizado por mim para a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (Iphan-RJ) entre julho de 2009 e março de 2010. Através de uma metodologia que envolve pesquisa documental e etnografia, estabeleço uma comparação entre o que é determinado oficialmente para a realização de um inventário de referências culturais e o que, na prática, é feito pelos técnicos e pesquisadores em relação à pesquisa e às demandas das comunidades. O trabalho engloba não apenas a investigação do processo de pesquisa do inventário,

mas também os objetivos do referido instituto e as contrapartidas para a comunidade envolvida. Permite ainda compreender as táticas utilizadas pela comunidade para alcançar seus objetivos frente ao Iphan-RJ e aos pesquisadores e, em contrapartida, as estratégias desenvolvidas pela instituição e seus representantes para que seus intuitos políticos fossem alcançados

Impacto social da cultura na regeneração urbana

Ines Proença

Data da defesa: 13/04/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Lucia Lippi Oliveira (orientadora), Bianca Freire-Medeiros (PPHPBC) e Renato Gama-Rosa Costa (FIOCRUZ).

Relação público × privado nas políticas culturais: o Conselho Federal de Cultura e o IHGB (1966-1972)

Jéssica Suzano Luzes

Data da defesa: 13/04/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Lucia Lippi Oliveira (orientadora), Lia Calabre (coorientadora, FCRB), Luciana Heymann (PPHPBC), Simonne Teixeira (UENF).

Resumo: A dissertação analisa a política de financiamento do Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão responsável pelas políticas públicas de cultura no período da ditadura civil-militar, diretamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura. O CFC estabeleceu convênios com diversas instituições culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e no período de 1966 a 1974 atuou com exclusividade, estabelecendo regras para requisição e repasse de recursos às instituições culturais. Buscamos entender, a partir das publicações da Revista Cultura e, posteriormente, do Boletim do Conselho Federal de Cultura, as normas que possibilitavam a liberação de recursos para instituições privadas. Para um aprofundamento dessas questões, selecionamos convênios do CFC estabelecidos com o IHGB que visavam a dois tipos de financiamento: obras de infraestrutura e atividade cultural.

O impulso renovador: a missão indígena e a sua atuação na Escola Militar de Realengo (1919-1922)

Rafael Roesler

Data da defesa: 08/05/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Celso Castro (orientador), Américo Oscar Freire (PPHPBC), Cristina Monteiro Andrada Luna (UNEB).

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da atuação de um grupo de instrutores na Escola Militar do Realengo no período compreendido entre os anos de 1919 e 1922, tomando como objeto as representações feitas por esses sujeitos do que foi por eles designado como Missão Indígena. Os efeitos de sua atuação foram marcantes e se fizeram sentir por toda uma geração de oficiais do Exército Brasileiro, que ficou conhecida como a "geração do Realengo". Embora constantemente lembrada pela historiografia militar, a Missão Indígena foi muito pouco explorada em trabalhos acadêmicos, no que tange ao seu surgimento, à sua atuação na Escola Militar e ao envolvimento de alguns de seus membros no movimento tenentista. Dessa forma, o foco da pesquisa se concentrou na maneira como esse grupo de instrutores atuou e nas mudanças provocadas e percebidas pelos alunos em função dessa atuação, tanto na instrução como no regime militar diário da Escola Militar, estabelecimento de ensino que pretendia formar oficias "apolíticos" e que serviu de laboratório do Exército para experiências acerca de qual educação militar seria a ideal para a formação de seus quadros. A escolha do tema repousa no fato de a Missão ter sido constituída por um grupo de jovens oficiais subalternos e intermediários do Exército, dotados de elevada capacidade técnico-profissional e cujo perfil psicológico os conduziu a atuar em consonância com as normas e regulamentos do Exército, sob a influência do rígido modelo alemão de instrução. Conclui-se que o esforço da Missão Indígena, voltado para a formação profissional da oficialidade do Exército Brasileiro, não esteve dissociado das inclinações para agir politicamente da geração que passou pela Escola do Realengo na década de 1920.

Roquette-Pinto imortal: constituição, tratamento e usos do arquivo Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras

Juliana Amorim de Souza

Data da defesa: 29/05/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Luciana Heymann (orientadora), Verena Alberti (PPHPBC), João Marcus Assis (UNIRIO).

Resumo: A dissertação apresenta uma análise acerca da produção, custódia e usos do arquivo pessoal de Edgard Roquette-Pinto, hoje sob a guarda definitiva da Academia Brasileira de Letras (ABL). Busca-se, de um lado, evidenciar as representações que caracterizam a instituição de guarda do acervo e traçar a trajetória da doação do arquivo para a ABL e, de outro, reconstituir a relação do titular com seus documentos e iluminar os diversos padrões de acumulação e interferência a que o arquivo teria sido submetido. Por fim, a dissertação investe sobre os efeitos da interferência de pesquisadores que acessaram a documentação antes de sua organização, bem como na ordem que foi conferida ao arquivo pelos arquivistas responsáveis por organizá-lo.

"O sindicato que a ditadura queria": o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)

Heliene Nagasava

Data da defesa: 26/08/2015 – Mestrado Acadêmico

Banca: Paulo Fontes (orientador), Angela Moreira (PPHPBC), Larissa Rosa Corrêa (PUC-Rio).

Resumo: Este trabalho busca analisar a atuação do Ministério do Trabalho através da articulação de seus ministros com outras áreas da burocracia estatal durante o governo Castelo Branco, para, de um lado, reprimir e expurgar opiniões contrárias ao regime ditatorial e, de outro, promover uma nova política para os trabalhadores, o "novo trabalhismo". O termo condensava a ideia da área econômica de "democratizar" as oportunidades, ampliando as atribuições dos sindicatos, deslocando seu foco das reivindicações salariais para o desenvolvimento, em associação com o governo, de projetos e programas de investimentos nos

setores sociais de produtividade indireta. Para implementar a proposta, cada ministro teve que lidar com as pressões advindas do processo de alteração da política trabalhista e articular seus interesses pessoais com as atribuições da pasta. Arnaldo Sussekind resistiu às demandas para o fim da estabilidade, alterou a lei de greve, permitiu o fracionamento do 13º salário e abriu espaço para a implantação da política salarial. Ao mesmo tempo promoveu uma maciça intervenção nos sindicatos, cujos processos permitem conhecer melhor o interior da burocracia estatal, perceber os argumentos utilizados para afastar as diretorias das entidades e questionar a tomada de decisões dentro do ministério sob o novo contexto social pós-golpe. Walter Peracchi Barcelos utilizou a pasta como trampolim político, propondo e executando ações repressivas que lhe garantiam vantagens políticas e negligenciando projetos da área econômica, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que ameaçavam importantes conquistas dos trabalhadores. Por fim, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva reformulou o Banco Nacional da Habitação e unificou a previdência, ações que permitiram a transferência de atribuições e recursos do Estado para a iniciativa privada. A pesquisa, portanto, sustenta que o Ministério do Trabalho, após o golpe, perdeu poder político dentro do governo por permitir a transferência de suas atribuições para camadas da elite empresarial e para os militares, forçando os sindicatos a modificar seus canais de diálogo e suas reivindicações para se adaptarem ao novo contexto.

Igualdade de gênero no ambiente corporativo: desafios, avanços e tendências para grandes empresas com atuação no Brasil

Thalita Gelenske Cunha

Data da defesa: 18/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Marcio Grijó (orientador), João Marcelo Ehlert Maia (PPHPBC) e Hélio Arthur Reis Irigaray (EBAPE/FGV).

Resumo: Ao longo dos últimos anos, diversas iniciativas empresariais surgiram no Brasil como forma de organizar, fomentar e atuar como catalisadoras da igualdade de gênero no ambiente corporativo nacional, seja na esfera pública ou na esfera privada. Diferente das pesquisas que buscam retratar a realidade das empresas através da percepção de presidentes, diretores ou representantes internos, este estudo teve como objetivo ir além do discurso institucional,

tentando captar a percepção qualitativa dos coordenadores desses grupos representativos (selos, redes, movimentos, organizações), que, juntos, mobilizam mais de 200 empresas no país. As entrevistas com esses indivíduos puderam propiciar uma maior capilaridade e visão crítica em relação aos avanços, desafios e tendências para o tratamento da questão de gênero nas grandes empresas com atuação no Brasil.

Caminhos dos museus comunitários no Brasil: a experiência do ponto de memória Museu do Taquaril

Luciana Avelar

Data da defesa: 20/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Lucia Lippi Oliveira (orientadora), Luciana Heymann (PPHPBC) e Myrian Sepulveda dos Santos (UERJ).

Resumo: O Museu do Taquaril, criado em 2010, é estudado como instituição museológica contemporânea, como museu comunitário, como iniciativa impulsionada pelo setor governamental por meio da Ação-Piloto do programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Com investigação realizada por meio de pesquisa documental e entrevistas, complementada por consulta a outras fontes, são descritos e analisados: o contexto de surgimento do Museu do Taquaril, etapas e processos de sua criação e de seu estabelecimento, desafios enfrentados e perspectivas para sua continuidade. O estudo é feito a partir de revisão de literatura sobre o desenvolvimento, a transformação e a diversificação dos museus no Ocidente, observados como ferramentas utilizadas em processos sociais de construção de memórias e afirmação de identidades. São focalizados a chamada nova museologia e o surgimento em anos recentes de museus de cunho social, associados ao atendimento mais democrático de interesses da sociedade. É abordado o contexto nacional atual de implementação de políticas culturais inclusivas e de uma política pública nacional específica para o setor museal. Observa-se que a trajetória do Museu do Taquaril, iniciativa inserida nesse cenário, é impactada por agentes e circunstâncias do contexto interno da instituição e da comunidade local, assim como do contexto externo, especialmente pela atuação do Ibram e pelo programa Pontos de Memória. Conclui-se que ainda há obstáculos a serem enfrentados pelo Museu do Taquaril para sua consolidação como museu comunitário.

Avaliação arquivística: reflexões sobre a constituição do patrimônio documental

Iara Peres de Menezes

Data da defesa: 27/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Marco Aurélio Vannucchi (orientador), Lídia Freitas (coorientadora, UFF), Luciana Heymann (PPHPBC) e Vítor Fonseca (UFF).

Resumo: Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre a teoria e as práticas que envolvem a avaliação arquivística, a partir da análise de alguns autores influentes no tema. Apresenta um breve histórico da noção de gestão documental e destaca os princípios norteadores da avaliação arquivística, na visão de alguns teóricos, destacando-se os conceitos de arquivo e documento, e a discussão sobre o perfil do arquivista. Debate a questão das possibilidades de leitura/interpretação nas práticas arquivísticas e suas consequências na avaliação de documentos, destacando alguns fundamentos da Teoria do Discurso de linha francesa. Apresenta os marcos legais em relação à avaliação e a estreita relação com a constituição da memória. Busca observar, através da análise de entrevistas, os principais fundamentos e as práticas envolvidas no processo de avaliação de documentos.

Memória nas empresas: a Petrobras e seus livros

Sergio Ricardo Retroz

Data da defesa: 30/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Verena Alberti (orientadora), Luciana Heymann (PPHPBC) e Ana Paula Goulart Ribeiro – (UFRJ).

Resumo: A presente pesquisa dedica-se ao estudo da emergência da memória nas empresas, tendo como estudo de caso a produção dos livros de memória da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), editados entre 1979 e 2013. São 36 títulos produzidos seja corporativamente, seja por áreas e unidades específicas da companhia, normalmente encomendados a empresas de memória ou de comunicação, ou ainda a instituições de pesquisa. Esses livros são adotados,

neste trabalho, como fontes primárias e são explorados tomando como foco desde os mecanismos que os viabilizaram na empresa até suas construções narrativas.

Nova classe média: um estudo empírico sobre os enquadramentos da mídia

Ana Angélica Soares

Data da defesa: 30/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Fernando Lattmann Weltman (orientador), Renato Rocha (coorientador, EMAp/FGV), Márcio Grijó Vilarouca (PPHPBC) e Viktor Chagas (UFF).

Resumo: Em agosto de 2012, o economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Neri, foi nomeado presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em março do mesmo ano, Neri lançara o livro *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, que retomava a série de estudos sobre a nova classe média que vinha realizando na FGV desde 2008. O presente trabalho analisa mudanças no enquadramento das notícias do jornal *O Globo* relativas à nova classe média nos períodos em que Marcelo Neri atuou na FGV e, posteriormente, no governo federal, por meio de uma Análise de Enquadramento Textualmente Orientada – método crítico de análise dos enquadramentos da mídia cujo intuito é auxiliar na percepção e mensuração de mudanças nos vieses noticiosos em função de variáveis políticas. Tal metodologia alia a análise linguística de grandes volumes de texto à teoria social do discurso, e foi desenvolvida em parceria com a Escola de Matemática Aplicada (EMAp/FGV), tendo como base ferramentas computacionais de Linguística de Corpus e Processamento de Linguagem Natural (PLN).

Uma história institucional do Centro Tecnológico do Exército (1979-2013)

Claudete Fernandes de Queiroz

Data da defesa: 31/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Celso Castro (PPHPBC) e Adriana Marques (ECEME).

Resumo: Este trabalho narra a história da criação e do desenvolvimento institucional do Centro Tecnológico do Exército (CTEx), órgão voltado para a pesquisa e o desenvolvimento dos materiais de emprego militar do Exército Brasileiro. A pesquisa teve como objetivo principal analisar a origem da instituição, os motivos para a sua criação e o papel dos principais atores envolvidos, além de apresentar os principais projetos desenvolvidos no CTEx. Inicialmente, analisa-se a área de Ciência e Tecnologia no Brasil entre os anos de 1960 e 1980, e em seguida aprofundam-se os aspectos fundamentais da história do CTEx entre 1979 e 2013. Por fim, são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com 26 servidores (militares e civis) que atuam principalmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento no CTEx.

Possibilidades e os desafios para a disponibilização de acervos e partituras na Internet: um estudo de caso do projeto SESC Partituras

Sylvia Letícia Guida Lima

Data da defesa: 31/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: João Marcelo Ehlert Maia (orientador), Luciana Heymann (PPHPBC) e Vera Dodebei (UNIRIO).

Resumo: A pesquisa trata do acesso a partituras e sua relação com a difusão de repertório da música brasileira de concerto, a partir do estudo de caso do Sesc Partituras, um site de disponibilização para download gratuito de partituras digitalizadas. O estudo foi realizado a partir de questionário com usuários do site e dados estatísticos de acesso gerados pelo Google Analytcs, no período de 2012 a 2014. Conclui-se que apesar de relativamente recentes, os acervos digitais de partituras de música brasileira representam um grande avanço e podem contribuir bastante para a circulação da música brasileira de concerto.

Responsabilidade social e investimento social provado na empresa GTECH BRASIL: um estudo de caso

Mariângela Pinheiro Carvalho.

Data da defesa: 31/03/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Paulo Fontes (orientador), Helena Bomeny (PPHPBC) e Marco Aurélio Santana (IFCS--UFRJ)

Resumo: Esta dissertação traça uma trajetória, evitando, no entanto, uma linha evolucionista, dos termos e conceitos que foram usados no decorrer da história para identificar as intervenções das empresas em ações sociais, desde as atuações assistencialistas até a atuação direta em projetos, com a criação de institutos e fundações ligados às empresas, compartilhando não só investimentos financeiros, mas conhecimento, tecnologia e mão de obra especializada. Como parâmetro, é trabalhada a diferenciação entre responsabilidade social empresarial (RSE) e investimento social privado (ISP), usando as definições e modelos do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e do Grupo de Institutos e Fundações e Empresas (GIFE), respectivamente. Como estudo de caso, é apresentada a GTECH Brasil, empresa multinacional do ramo de loterias online, que, para realizar ações sociais, criou o Instituto Gtech de Cidadania e Cultura (IGCC) em 2000. A empresa, fazendo uso da verba disponível de incentivo à cultura, com a Lei Rouanet, realizou um projeto corporativo de arte-educação, chamado Projeto Asa, que tinha como foco trabalhar com jovens de sete a 17 anos, englobando arte e tecnologia. O Asa funcionou até 2009, durando mais do que a própria empresa, que, em 2006, encerrou as atividades no Brasil. Por meio de documentos, manuais, relatórios e diversas entrevistas, o presente trabalho delineou as atividades sociais da GTECH, analisando se a empresa deveria se enquadrar como RSE ou ISP e também demonstrando alguns dos impactos gerados pelas ações realizadas, tanto nos funcionários da empresa, quanto na equipe do projeto e, principalmente, nos jovens que participaram das atividades.

Biblioteca Parque da Rocinha: cotidiano, cultura e cidadania num equipamento cultural carioca

Julia de Brito Ponce Maranhão

Data da defesa: 08/04/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Julia Galli O'Donnell (orientadora), Mariana Cavalcanti (PPHPBC) e Eugenia Motta (UFRJ).

Resumo: Esta dissertação se propõe analisar o programa das Bibliotecas Parque do Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio do estudo de caso da Biblioteca da Rocinha, terceiro equipamento cultural deste gênero inaugurado no segundo mandato do governador Sérgio Cabral (2011-2014) e o primeiro a ser instalado dentro de uma favela carioca. Entre os objetivos específicos deste trabalho estão entender como se deu o processo de negociação do poder público com lideranças da comunidade para a implementação da Biblioteca na Rocinha; identificar as práticas dos usuários do equipamento público e as percepções destes usuários em relação ao espaço cultural, bem como compreender a dinâmica de funcionamento da unidade, levando em consideração aspectos como planejamento *versus* demanda, usos não programados, conflitos e as alternativas criadas a partir do entendimento da realidade dos usuários e de suas necessidades, já que a biblioteca é essencialmente um equipamento cultural em construção permanente.

O arquivo pessoal do teatrólogo Augusto Boal: o espetáculo continua

Patrícia Machado Goulart França

Data de defesa: 15/04/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Angela Moreira (orientadora), Verena Alberti (PPHPBC) e Maria Celina de Soares de Mello e Silva (MAST).

Resumo: A presente pesquisa apresenta a história arquivística do arquivo pessoal do teatrólogo Augusto Boal, destacando os lugares pelos quais o acervo passou até chegar ao seu destino. Destaca os investimentos públicos canalizados para o acervo em questão, como o

propósito de fundar um Centro Interuniversitário de Memória e Documentação (CIM). Discute, também, considerações referentes à organização de arquivos pessoais, salientando a importância de o tratamento pautar-se em princípios e métodos da arquivística. Além disso, a pesquisa descreve os procedimentos aplicados na sistematização, em curso, deste acervo pessoal, sugerindo um modelo alternativo de organização com o objetivo de contribuir para seu acesso e difusão.

Favela, audiovisual e a CUFA: reflexões sobre "Soldado do morro", "Falcão, meninos do tráfico" e "5Xfavela – agora por nós mesmos"

Tiago Gomes dos Santos

Data da defesa: 16/04/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Mariana Cavalcanti (orientadora), Mônica Almeida Kornis (coorientadora), Dulce Pandolfi (PPHPBC) e Lia Rocha (UERJ).

Gestão arquivística sustentável: uma proposta de manual

Paulina Vieira

Data da defesa: 14/07/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Alexandre Luis Moreli (orientador), Luciana Heymann (PPHPBC) e Heloisa H.A.B. Quaresma Goncalves (UNIRIO/CCET/DEP).

Resumo: As demandas por uma consideração das questões ambientais, nos dias hoje, tornaram-se tão presentes que a arquivologia não poderia ficar de fora do debate. Dessa forma, o trabalho aqui apresentado, em forma de produto, busca destacar a importância da implementação de um programa de gestão de documentos sustentável que possa contribuir para um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, foi elaborado um manual de gestão arquivística sustentável que estabelece um conjunto de práticas para promover a sustentabilidade ambiental no âmbito dos arquivos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mais adiante, este estudo piloto será estendido para toda a Universidade.

O samba contando a História Republicana do Brasil

Sérgio Gramático Júnior

Data da defesa: 10/08/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Dulce Chaves Pandolfi (orientadora), Lucia Lippi Oliveira (PPHPBC) e Antônio Edmilson Martins Rodrigues (UERJ).

Resumo: Esta dissertação propõe um projeto de curso complementar ao ensino de História do Brasil, tendo a finalidade de apresentar, através de sambas com teor político e social, a ótica de compositores populares sobre a política republicana brasileira. O projeto de curso propõe ainda o uso de material de reprodução de mídias eletrônicas, para que as músicas citadas nos capítulos possam ser executadas.

Favela dá samba? Um estudo sobre as representações da favela no carnaval carioca

Natália de Andréa El-Khouri

Data da defesa: 15/09/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Leticia Carvalho de M. Ferreira (orientadora), Bianca Freire-Medeiros (PPHPBC e USP) e Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (FGV).

Resumo: Para o Desfile das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro em 2014, o Grêmio Recreativo e Escola de Samba (G.R.E.S) São Clemente escolheu o enredo "favela". A presente dissertação analisa a escolha e o desenvolvimento desse tema pela escola, problematizando as representações da favela apresentadas no desfile e as ideias e negociações mantidas entre os membros da escola na preparação deste. Mais especificamente, o trabalho procura enfrentar o desafio de pensar a favela apresentada pela G.R.E.S.

São Clemente a partir dos "dogmas" consolidados em torno da favela, conforme argumenta Lícia Valladares (2005), e contrapondo o esperado luxo de um desfile de uma Escola de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro à simplicidade composta por todas as supostas "faltas" que a favela possui.

O Festival do Teatro Brasileiro (FTB): uma perspectiva de gestão cultural

Luana Fonteles Ribeiro

Data da defesa: 23/09/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Roberto da Costa Pimenta (orientador), Monica Almeida Kornis (PPHPBC) e Angela de Castro Reis (UNIRIO).

Resumo: O presente trabalho apresenta um estudo sobre os processos de gestão de um projeto cultural, tendo como objeto de análise o *Festival do Teatro Brasileiro* (FTB). Este festival, de circulação nacional, soma 17 edições até o ano de 2015, ao longo de 16 anos de trajetória. Partindo deste caso, a pesquisa busca sistematizar, na perspectiva da abordagem qualitativa, as atividades e processos de gestão do festival nas instâncias constituintes de um projeto cultural: modelagem, administração e avaliação.

Guia para representação de coleção viva temática de plantas medicinais em jardins botânicos

Yara Lucia Oliveira de Britto

Data da defesa: 28/09/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Julia Galli O'Donnell (orientador)a, Luciana Heymann (PPHPBC) e Mariana Leal Rodrigues (UNIRIO).

Resumo: As preocupações com o meio ambiente fizeram emergir o compromisso de jardins botânicos com o desenvolvimento de programas de conservação da diversidade vegetal e

de educação ambiental. As coleções vivas em jardins botânicos são instrumentos e cenário para trabalhar questões ambientais, estimulando debates sobre questões que afetam a vida no planeta. A coleção medicinal, por sua constituição e características, tem especial potencial para o tratamento dessas questões, por despertar interesse do público por meio do reconhecimento dos seus significados na vida cotidiana. A presente dissertação, na forma de produto, apresenta a história da coleção de plantas medicinais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e desenvolve um guia prático para a implantação de coleções similares em jardins botânicos e hortos. A ideia é orientar o trabalho do curador na concepção, tratamento e valorização da coleção, visando a estimular seu potencial de agente mediador entre ciência e sociedade.

História em catálogos: um estudo da política editorial da Zahar de 2001 a 2014

Danielle Rosa Paul

Data da defesa: 30/09/2015 – Mestrado Profissional

Banca: Verena Alberti (orientadora), Bernardo B. Buarque de Hollanda (PPHPBC) e Aníbal Francisco Alves Bragança (UFF).

Resumo: O presente trabalho versa sobre as políticas editoriais da Jorge Zahar Editor, em especial de 2001 a 2014, discutindo os desafios enfrentados por uma editora que construiu sua marca através do ideal de publicar livros que se mantivessem no mercado editorial ao longo do tempo. É apresentado um histórico da editora, desde sua fundação nos anos 1950, como Zahar Editores, e são descritas as propostas editoriais situadas em conjunturas sociais e mercadológicas específicas. Detectaram-se alguns momentos críticos, em que tanto as políticas editoriais quanto a estrutura de gestão da empresa foram reavaliados, redimensionados, e sofreram mudanças importantes. Analisaram-se diferentes catálogos da Zahar: o de 1985, período em que a editora passou a ser gerida por Jorge Zahar e filhos, e os de 2001 a 2014, observando-se o que neles permaneceu dos anos 1980 e também as transformações e permanências do fundo editorial. As categorias "independência" e "livros clássicos" foram identificadas como elementos discursivos estratégicos na autoconcepção e identificação pública da editora, e foi apontada sua percepção dos livros como bens culturais, bem como da função do editor como agente cultural.

A performance da Zahar tem desafiado dois tipos de diagnósticos difundidos no senso comum e mesmo na literatura acadêmica. O primeiro é que as editoras precisam publicar livros que alcancem alta vendagem rapidamente, mesmo que eles tenham uma sobrevivência efêmera, como forma de garantir sua lucratividade e sobrevivência no mercado. O segundo é que as editoras, em geral, pequenas e médias, ainda autônomas, tendem a precisar vender seus direitos para empresas maiores e mais capitalizadas, pois não terão como enfrentar as políticas mercadológicas agressivas dessas organizações.

As conclusões da pesquisa sugerem que a Zahar tem insistido na manutenção de sua autoidentificação como editora de clássicos, direcionando suas políticas editoriais para a publicação de livros que tenham longa duração, e demonstrando que é possível seguir um caminho próprio, em termos de exercício da função própria do editor, marcada pela independência na escolha do que, como, quando e quanto publicar – e conservar seu espaço no mercado.

Lista de Pareceristas/Número 56/mundo rural

Alexandre Moreli (CPDOC/FGV)
Alzira Salete Menegat (UFGD)
Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Angélica Massuquetti (UNISINOS)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (UFMG)
Bernard José Pereira Alves (UFRR)
Bernardo Mançano Fernandes (UNESP)
Carlos Raul Etulain (UNICAMP)
Celso Castro (CPDOC/FGV)
Christine Yves Rufino Paulette Dabat (UFPE)
Claudio Bertolli Filho (UNESP)
Diogo de Carvalho Cabral (IBGE)
Felipe Maia Guimarães da Silva (UFJF)
Fernando Marcelo de la Cuadra Arancibia (UNESA)
Frederico de Castro Neves (UFC)
Janes Jorge (UNIFESP)
João Edmilson Fabrini (UFGD)
João Marcelo Ehlert Maia (CPDOC/FGV)
José Bento Rosa da Silva (UFPE)
Karl Martin Monsma (UFRGS)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)
Marcelo Carvalho Rosa (UnB)
Márcia Maria Menendes Motta (UFF)
Maria Amélia Garcia de Alencar (UFG)
María Gabriela Scotto (UFF/Campos-RJ)
María Verónica Secreto de Ferreras (UFF)

Mário Grynszpan (UFF)
Paulo Henrique Martinez (UNESP/Assis-SP)
Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE)
Renato Fragelli (EPGE/FGV)
Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (MAST)
Seth W. Garfield (University of Texas at Austin)
Tereza Cristina Kirschner (UnB)
Thomas D. Rogers (Emory University)
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Ynaê Lopes dos Santos (CPDOC/FGV)

Instruções aos colaboradores

A revista *Estudos Históricos* aceitará somente trabalhos inéditos de doutores e doutorandos sob a forma de artigos, resenhas e ensaios bibliográficos. Todos os artigos apresentados aos Editores serão submetidos a dois pareceristas para que emitam sua avaliação. Será mantido sigilo quanto à identidade tanto destes quanto dos autores. Em caso de desacordo entre os pareceres, ou de conflito de interesses, os Editores enviarão o texto a um terceiro consultor. Os pareceres poderão recomendar: a) a aceitação integral do texto; b) a recusa integral; c) a aceitação com pequenas modificações; d) a aceitação com modificações significativas, sendo o texto, nestes dois últimos casos, reenviado ao autor para as alterações.

A decisão final sobre a publicação ou não do manuscrito será sempre dos Editores, que se reservam o direito de solicitar, igualmente, alterações nos originais. As alterações referentes à padronização e redação, introduzidas pelos próprios Editores, visarão sempre a manter a homogeneidade e qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os textos em inglês, quando aceitos pelos Editores, serão publicados em sua língua original e, sempre que possível, serão traduzidos para o português.

Todo artigo enviado à revista deverá ser acompanhado de uma lista de até seis palavras-chaves que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo em português, com versões em inglês e francês, com 100 palavras no máximo, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.

Caso o artigo resulte de pesquisa subvencionada por agência financiadora, esta deverá ser mencionada. Deverão ser igualmente encaminhados aos Editores dados sobre o autor (titulação e vinculação institucional etc.) e duas declarações: a primeira, de responsabilidade e originalidade, e a segunda, de decisão de direitos autorais (cf. modelos infra). Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizados em diferentes mídias e na Internet.

Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para eh@fgv.br.

Normas para a apresentação dos originais

1. Texto – Os textos submetidos aos Editores deverão estar nas línguas portuguesa ou inglesa e no formato DOC, DOCX ou RTF, fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A4. Nesse padrão, os textos deverão ter um mínimo de 35 mil caracteres e um máximo de 50 mil caracteres (com espaços) para artigo, um mínimo de 25 mil caracteres e um máximo de 40 mil caracteres (com espaços) para ensaios bibliográficos e um máximo de 8 mil caracteres (com espaços) para resenhas, incluindo notas e referências bibliográficas. O arquivo deverá ser submetido no endereço http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/index.

2. Notas e remissões bibliográficas – As notas deverão ser sucintas. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto. Na remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por dois pontos.

Exemplos: Segundo Cassirer (1979: 46), a síntese e a produção pelo saber...
O eu que enuncia "eu" (Benveniste, 1972: 32)...

3. Referências bibliográficas – As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Deverão obedecer às normas da NBR 6023: 2002, conforme os seguintes modelos:

1) tratando-se de livro: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título da obra (itálico); c) nº da edição; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data de publicação.
Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984.

2) tratando-se de artigo: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título do artigo; c) nome do periódico por extenso (itálico); e) local de publicação; f) volume e nº do periódico; g) data de publicação.
Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984.

Declarações

1. Declaração de responsabilidade e originalidade

"Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto a ser submetido é original e não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela revista *Estudos Históricos*."

2. Declaração de cessão de direitos autorais

"Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a revista *Estudos Históricos* passará a deter os direitos autorais referentes ao texto, que se tornará sua propriedade exclusiva, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada por mim. Se obtida a autorização, declaro que farei constar o competente agradecimento à revista."